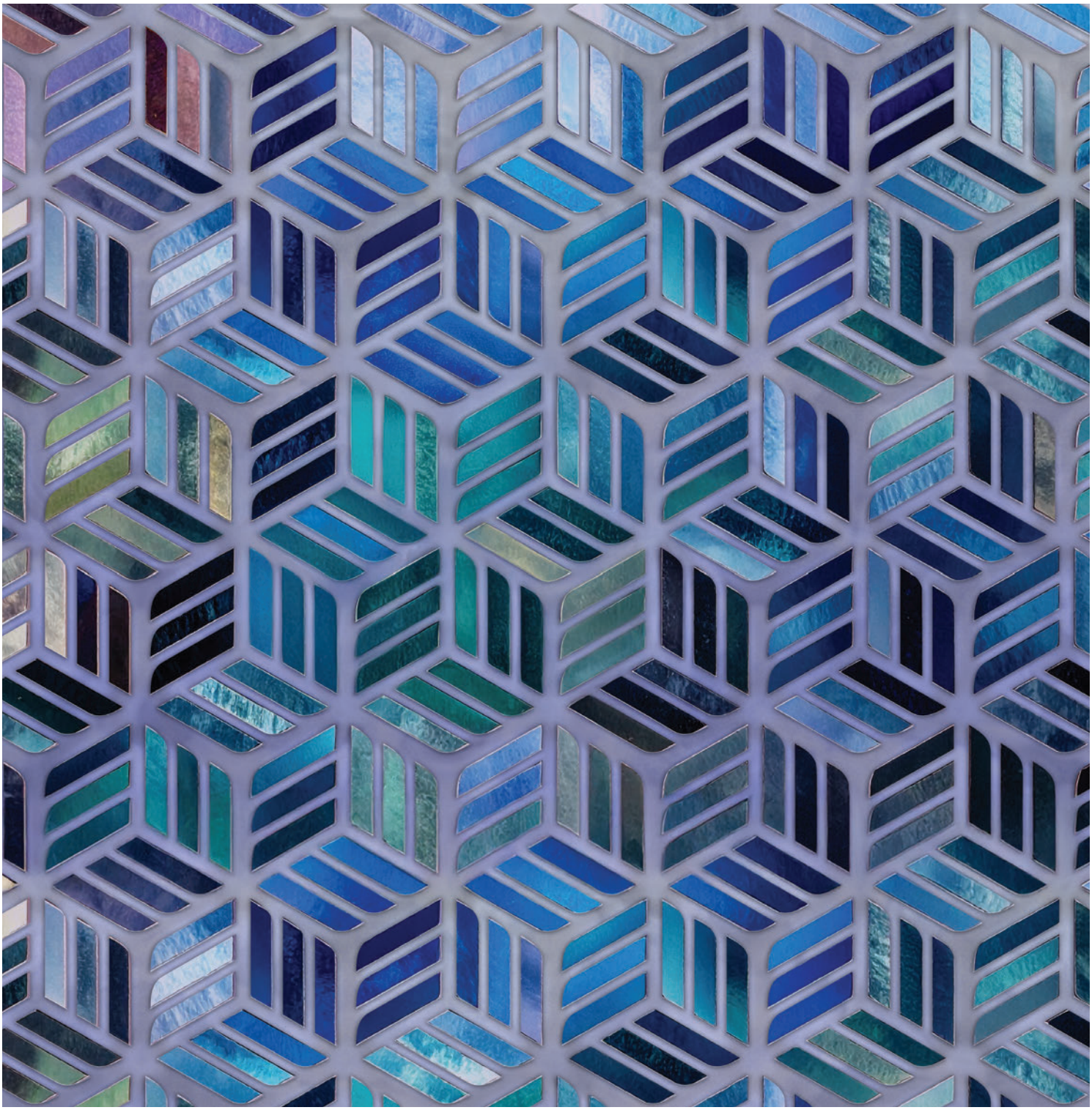
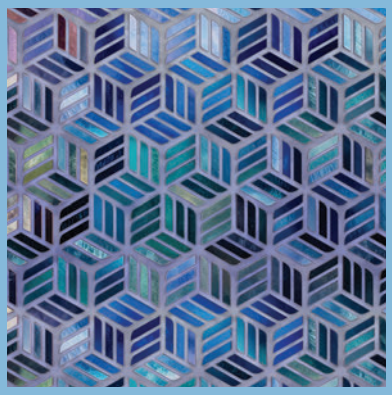


RELATÓRIO INTEGRADO 2025

JOSÉ DE MELLO



Uma imagem feita de muitas

Olhe-se com atenção. A capa deste Relatório Integrado é, ao mesmo tempo, uma só imagem e um conjunto de imagens. O símbolo do Grupo José de Mello multiplica-se, encaixa-se, organiza-se — e do encontro de muitas peças nasce um todo coerente. É assim que o Grupo se vê: uma pluralidade que não dispersa, uma unidade que não uniformiza.

Cada peça desta composição tem a sua tonalidade própria. Há azuis profundos que evocam a permanência, há turquesas que sugerem movimento, há índigos que carregam a memória de mais de cento e vinte e cinco anos. Nenhum tom se repete; todos pertencem à mesma família. E em cada um destes tons está, no fundo, uma pessoa: porque são as pessoas que fazem as empresas e os grupos. **Foram pessoas que construíram o que hoje nos cabe continuar e desenvolver, são pessoas que sustentam o que somos, serão pessoas que escreverão o que ainda está por vir.** É essa a verdade mais simples e mais exigente desta capa: empresas distintas, projetos em diferentes fases de maturidade, geografias e gerações diversas, culturas e competências que se atravessam, percursos que se cruzam e que, em conjunto, dão forma ao Grupo.

A escolha do azulejo não é decorativa. É uma matriz portuguesa, uma técnica que atravessou séculos sem deixar de ser contemporânea, e que afirma o lugar onde o Grupo se enraíza. Somos um grupo português que projeta Portugal, que cria riqueza em Portugal e que cresce a partir de Portugal — fiel a uma matriz nacional que é, simultaneamente, ponto de partida e horizonte de afirmação. Como num grupo empresarial que se constrói pela soma das suas partes. Como numa identidade que se renova sem perder a sua essência. Como numa empresa familiar que sabe preservar o melhor do seu legado enquanto continua a desenhar o futuro.

Esta capa é, por isso, uma síntese visual do que o Relatório procura contar: que a escala se faz de proximidade, que a solidez se faz de movimento, que o legado, quando é vivo, é sempre uma promessa — e que, no fim, são as pessoas que dão sentido a tudo isto.

Sobre este relatório

GRI 2-2, 2-3, 2-5, 2-14

O presente documento corresponde à quarta edição do relatório integrado da José de Mello Capital, doravante designada por "José de Mello", "José de Mello Capital", "JM Capital", "JdM" ou "sociedade-mãe" e reúne informação financeira e de sustentabilidade da empresa. Este relatório disponibiliza assim informação consolidada de natureza económica, ambiental, social e de governação, significativa para o Grupo José de Mello, que inclui a José de Mello Capital e as suas participadas, bem como para as suas partes interessadas.

Os dados apresentados neste documento referem-se ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, e incluem informação consolidada relativa às atuais participadas da José de Mello: Bondalti Capital, S.A., CUF, S.A. e JMCWSG, S.A. e informação parcial sobre a Lifthium. Qualquer situação que constitua exceção ao referido âmbito encontra-se expressamente identificada.

A elaboração deste documento seguiu os princípios do International Integrated Reporting Framework, atualmente sob responsabilidade da IFRS Foundation, no âmbito da preparação de relatórios integrados, bem como as orientações da Global Reporting Initiative (GRI), *guidelines* internacionais para o relato em matéria de sustentabilidade. As demonstrações financeiras, tanto separadas como consolidadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como em vigor na União Europeia.

A José de Mello tem vindo a adequar o seu processo de reporte, realizado anualmente, aos requisitos decorrentes da regulamentação europeia, em particular, no que respeita à conformidade com a Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (Corporate Sustainability Reporting Directive – CSRD). Neste sentido, a consulta às partes interessadas e a revisão da análise de dupla materialidade, conduzidas em 2025, serviram de base à definição da estrutura deste relatório, refletindo os principais impactos, riscos e oportunidades associados à atividade da José de Mello e das suas participadas.

O Conselho de Administração procedeu à aprovação das demonstrações financeiras separadas e consolidadas, entendendo que estas traduzem de forma fiel e transparente a posição financeira do Grupo, bem como uma representação rigorosa das suas práticas de gestão e do desempenho operacional, em conformidade com os referenciais adotados.

As demonstrações financeiras incluídas em anexo foram objeto de verificação por uma entidade externa independente, a RSM & Associados – SROC, Lda., no âmbito da respetiva Certificação Legal das Contas. A demonstração de sustentabilidade não foi alvo de verificação externa.

Eventuais solicitações de esclarecimento relativas à informação apresentada poderão ser dirigidas através dos endereços eletrónicos:

info@josedemello.pt ou comunicacao@josedemello.pt

1. O GRUPO JOSÉ DE MELLO 5
1.1 O compromisso da nossa liderança 6
1.2 Destaques do ano 10
1.3 Quem somos 20
1.4 A nossa história 21
1.5 O que nos guia 24
1.6 O nosso portefólio 26
1.7 Onde estamos 32

2. A NOSSA ESTRATÉGIA 35
2.1 Como criamos valor 36
2.2 Sustentabilidade financeira e remuneração acionista 38
2.3 Resiliência das operações – Gestão de riscos e oportunidades 39

3. O NOSSO DESEMPENHO 47
3.1 Desempenho financeiro e operacional 48
3.2 Situação económica e financeira individual 57
3.3 Declaração de conformidade 58
3.4 Perspetivas 2026 58
3.5 Proposta de Aplicação de Resultados 59

4. DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE 61
4.1 Divulgações gerais 62
4.2 Informação ambiental 88
4.3 Informação social 99
4.4 Informação de governação 107
4.5 Outros temas materiais de sustentabilidade 115

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS 119

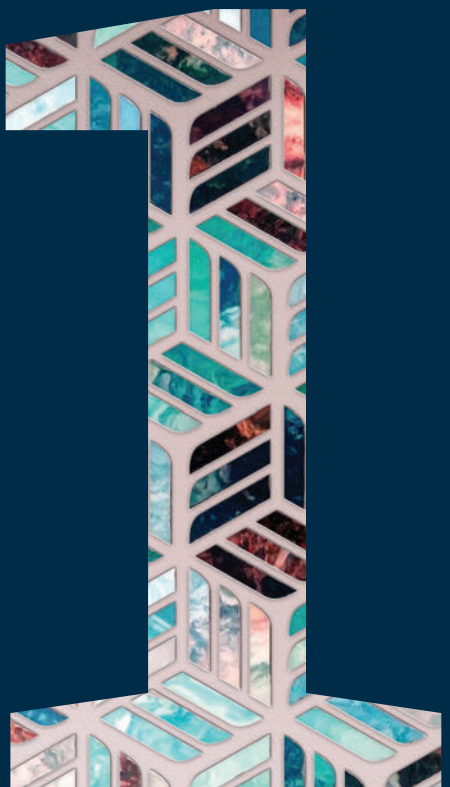
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 169

7. ANEXOS 269
7.1 Posições acionistas 270
7.2 Tabela GRI 271

Sede do Grupo José de Mello - Av. 24 de Julho (Lisboa)

O GRUPO JOSÉ DE MELLO

1.1 O compromisso da nossa liderança 6
1.2 Destaques do ano 10
1.3 Quem somos 20
1.4 A nossa história 21
1.5 O que nos guia 24
1.6 O nosso portefólio 26
1.7 Onde estamos 32



1.1 O compromisso da nossa liderança

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

GRI 2-22

Vasco de Mello

Abril de 2026

Perante um ano de extraordinárias mudanças e profunda transformação à escala mundial, como foi o de 2025, nenhum balanço ficará completo sem uma reflexão em torno da relevância e da perenidade dos modelos empresariais estáveis, como é o Grupo José de Mello.

Em 2025, a fragmentação da economia global intensificou-se e ganhou um cunho cada vez mais estrutural, conduzindo as empresas a uma redefinição de prioridades, com a resiliência e a capacidade de execução a assumirem-se, cada vez mais, como métricas fundamentais do sucesso.

Na Europa, em particular, assistimos a um momento de clarividência estratégica, com o reconhecimento de que a competitividade, assente em escala, investimento produtivo e capacidade industrial, é um pilar incontornável da sustentabilidade de todo o continente.

Esta agenda trouxe para a ordem do dia a consolidação e a necessidade de criação de empresas com dimensão e relevância transfronteiriça, de forma a sustentar a influência europeia e a sua autonomia num mundo multipolar e em acelerada mutação.

Para o nosso Grupo, este não é um panorama desconhecido; bem pelo contrário, enforma um contexto que reafirma a validade dos valores que nos guiam há mais de 125 anos. Para a José de Mello, ser um acionista de referência significa investir em ciclos longos, com a disciplina financeira para atravessar períodos de incerteza e a agilidade necessária para concretizar operações transformacionais quando o mercado o exige.

Neste quadro, os resultados do exercício do Grupo José de Mello vão além do reflexo da sua solidez, constituindo, antes de mais, a validação de uma forma de estar nos negócios: a de um acionista ativo e de longo prazo, que não se retrai perante a volatilidade, mas que nela encontra o espaço para reforçar a sua dimensão e a sua competitividade.

Em 2025, o Grupo deu passos decisivos nesta direção, como o confirma a expansão que lançámos ao longo do período, num sinal claro da nossa capacidade de transformar plataformas líderes em ativos de escala ibérica e com alcance europeu.

Quando olhamos para o sucesso da operação de Oferta Pública de Aquisição da Bondalti sobre a Ercros, em Espanha, ou para o reforço estratégico da rede CUF através da aquisição do Grupo HPA Saúde, não estamos apenas a falar de crescimento de perímetro, mas também da construção de uma base com massa crítica para competir ao mais alto nível na Península Ibérica, garantindo que as nossas empresas são protagonistas e não meros espectadores da consolidação dos seus setores.

Este modelo de negócio permite-nos ser um motor real de modernização para Portugal, com investimento firme e estruturado em áreas essenciais, assegurando que o País dispõe de infraestruturas e serviços de última geração.

O nosso compromisso com o investimento produtivo e com a criação de emprego qualificado é uma tradução direta do conceito de responsabilidade social e económica que nos move. Em alinhamento pleno e consciente com o Propósito corporativo, colocamos o nosso legado de excelência, empreendedorismo e talento ao serviço da prosperidade e do desenvolvimento sustentável a partir de Portugal.

Encaramos o rigor do modelo de governação, a prudência na estrutura de capitais e o compromisso com a descarbonização das operações como o garante de que esse legado expresso no nosso Propósito permanece vivo – e relevante – para as próximas gerações.

Esta visão de crescimento é indissociável dos Valores que nos guiam – Desenvolvimento Humano, Inovação, Competência e Integridade - e da profunda convicção de que a verdadeira sustentabilidade é aquela que se materializa no desenvolvimento das Pessoas.

Reconhecemos, por isso, os colaboradores como o nosso principal ativo; o seu talento e dedicação constituem, ano após ano, o fator determinante para a solidez e resiliência que temos vindo a demonstrar. O seu empenho e perseverança, nomeadamente em tempos tão desafiadores como estes que atravessamos, dignificam a nossa cultura de excelência.

Vivemos os nossos Valores também quando dedicamos especial atenção à responsabilidade social, que se encontra vertida na nossa Estratégia de Investimento de Impacto, com foco prioritário nas áreas da Educação e do Empreendedorismo.

Em 2025, o investimento de impacto do Grupo rondou os 3 milhões de euros, refletindo um compromisso continuado com a transformação do País.

O papel da nossa liderança foi, neste ano, testado pela exigência de um contexto global complexo, mas foi também premiado pelo reconhecimento público, de que é exemplo a homenagem ao legado de José Manuel de Mello pelo Município de Lisboa. São marcos que nos orgulham, mas que, sobretudo, nos recordam dessa responsabilidade de continuar a cultivar o talento e o empreendedorismo a partir de Portugal.

O percurso de 2025 colocou em evidência o nosso valor estratégico distintivo. Ao combinar a estabilidade da permanência acionista com a prudência financeira e uma constante capacidade de transformação, o Grupo José de Mello assegura não apenas a resiliência perante a instabilidade, mas também a liderança necessária para continuar a construir um futuro de progresso e importância estratégica europeia com matriz portuguesa.

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

GRI 2-22

Salvador de Mello

Abril de 2026

A história recente dificilmente encontrará registo de tempos tão complexos como aqueles que estamos a viver em todo o mundo, colocando à prova a capacidade de superação das famílias, das empresas e dos países.

A minha primeira palavra dirige-se, por isso, às equipas do Grupo José de Mello, saudando a sua dedicação, resiliência e rigor num ano tão exigente como foi o de 2025 e, sabemo-lo já, como está a ser o de 2026.

Felicito também o seu inconformismo e a capacidade de manter o foco na estratégia e nos objetivos de longo prazo, que nos permitiram, coletivamente, manter o rumo do nosso crescimento.

Apesar da conjuntura e de impactos recorrentes e não recorrentes, o rigor na gestão permitiu preservar a rentabilidade operacional, com um EBITDA consolidado de 199 milhões de euros e uma margem EBITDA de 13,9%, num exercício em que o resultado líquido se situou nos 46,4 milhões de euros e o investimento global – incluindo as nossas participadas Bondalti, Brisa, CUF e WineStone – atingiu 360 milhões de euros, aproximadamente mais 100 milhões de euros do que em 2024.

Demonstrámos a agilidade necessária para absorver impactos e, simultaneamente, preparámos as bases para um desenvolvimento competitivo e, portanto, sustentável.

Na Bondalti, essa capacidade revelou-se no sucesso da Oferta Pública de Aquisição sobre a Ercros, cuja primeira etapa foi concluída já em 2026, com uma aceitação superior a 77%. Esta operação torna mais robusta a escala industrial da empresa no espaço ibérico e materializa a estratégia de expansão internacional do Grupo José de Mello.

Este foi, simultaneamente, um ano marcado pela realização da maior paragem de manutenção programada da história do site de Estarreja, que permitiu reforçar a fiabilidade técnica e a eficiência operacional. Esta intervenção foi acompanhada por um forte investimento, de cerca de 51 milhões de euros, que incluiu a reconversão tecnológica dos eletrolisadores de salmoura e o desenvolvimento de projetos de produção e armazenamento de energia renovável.

Apesar deste contexto exigente, marcado pela paragem e pelos seus impactos negativos nos volumes de produção,

bem como por um enquadramento particularmente adverso para o setor químico europeu, a Bondalti manteve uma situação económico-financeira sólida, evidenciando a sua resiliência e vantagens competitivas. É esta base que sustenta não apenas o crescimento futuro, mas também a capacidade de conduzir o processo de transformação necessário na Ercros, face aos desafios que esta enfrenta.

Na CUF, as concretizações alcançadas confirmam a nossa posição como o principal prestador de cuidados de saúde em Portugal. A aquisição do Grupo HPA Saúde, já em 2026, representa um passo determinante na cobertura cada vez mais abrangente do nosso território. Este grupo junta-se a uma rede em crescimento que contará ainda com o hospital CUF Leiria, com abertura faseada em 2026, e os novos hospitais CUF Barreiro, Braga e Covilhã, com aberturas previstas em 2028 e 2029.

As novas clínicas em Mafra e no Barreiro, assim como a reformulação e abertura dos Centros de Saúde CUF, no seguimento da aquisição da miMed em 2024, a par da integração das residências seniores, refletem uma visão de acompanhamento duradouro e com proximidade da população, garantindo qualidade e acessibilidade num setor em mutação, incluindo do ponto de vista demográfico.

A celebração dos 80 anos, que assinalámos em 2025, não foi apenas um momento de olhar para o passado, mas também de projetar o futuro. A criação da Fundação CUF, orientada para a promoção da saúde, do bem-estar e da investigação científica, e o lançamento da Unidade do Sobrevivente de Cancro vincam esta evolução, afirmando uma atuação que procura articular a capacidade assistencial com uma responsabilidade institucional mais ampla.

Na Brisa, 2025 ficou marcado por uma evolução robusta do tráfego e pelo reforço da estratégia de mobilidade, com destaque para o aumento da participação na Via Verde, agora integralmente detida pela empresa, e para a aquisição da Axxés - uma empresa de cobrança eletrónica para veículos pesados - com presença internacional.

Também na WineStone, o exercício de 2025 foi de transformação relevante, tendo passado de uma etapa de integração de ativos para uma fase de aceleração comercial e de gestão logística e tecnológica integrada, nomeadamente através do WineStone Hub, em Vendas Novas, reforçando a eficiência das operações, a capacidade de escala e a projeção internacional das marcas.

A Lifthium Energy, por seu lado, prosseguiu o seu percurso de maturação e validação tecnológica, mantendo o foco na construção da fábrica de demonstração, cuja conclusão está prevista para agosto, e na procura de parceiros para o projeto.

Retomo o elemento inicial desta mensagem para pontuar o fator diferenciador desta jornada de crescimento do Grupo José de Mello: a capacidade de execução manifestada em 2025 só foi possível graças à competência e ao compromisso de todos os profissionais envolvidos na atividade do Grupo, incluindo os da Ercros e do Grupo HPA Saúde, que estamos a acolher.

A inovação, neste contexto, representa uma ferramenta de gestão transversal, unindo a José de Mello e as suas empresas numa cultura aberta e colaborativa, com vista a adotar novas soluções, antecipar as grandes tendências globais e mapear as oportunidades que vão moldar a próxima década. Este esforço é acompanhado pelo investimento na inovação aplicada, incluindo a utilização de IA em diferentes áreas de atividade, contribuindo para um melhor serviço ao cliente e a melhoria do desempenho operacional.

Em paralelo, temos vindo a consolidar a nossa ligação aos ecossistemas de inovação, nomeadamente através do programa GROW, que ultrapassou em 2025 a marca de 100 pilotos realizados, a par do aumento da participação nos fundos portugueses onde já detínhamos presença e do estabelecimento de novas parcerias com fundos internacionais, nomeadamente em Espanha e no Reino Unido. Esta abordagem permite reforçar o conhecimento de novos setores e fortalecer a capacidade de antecipação em setores que atravessam uma profunda transformação.

Reforçámos também a aposta na gestão de talento, procurando capacitar as nossas Pessoas para responder a um contexto de crescente incerteza e ambiguidade. É neste enquadramento que a vivência dos nossos Valores - o Desenvolvimento Humano, a Inovação, a Competência e a Integridade - deve sair reforçada e que a cultura de Grupo e a capacidade de liderança são ainda mais relevantes.

O ano de 2025 confirma o nosso foco nas prioridades estratégicas e a capacidade coletiva de as executar. Em 2026, estamos empenhados na integração plena das recentes aquisições, assegurando sinergias, excelência operacional e a partilha de conhecimento entre equipas altamente qualificadas.

O Grupo José de Mello é hoje maior, mais ágil e fortemente empenhado na inovação e na criação de valor, com uma matriz cada vez mais internacional. É sobre esta base que estamos a construir a nossa expansão.

1.2 Destaques do ano

Passar em revista o calendário de 2025 do Grupo José de Mello é descobrir uma história de dinamismo escrita pelas nossas equipas.

Num ano particularmente exigente, marcado por uma conjuntura global complexa, o Grupo manteve o rumo do crescimento - preservando a rentabilidade operacional, acelerando a expansão internacional e reforçando a sua presença em setores estratégicos.

Das grandes decisões que redesenharam o nosso portefólio aos projetos que colocam o talento e a tecnologia ao serviço do futuro, passando pela transição energética e pela responsabilidade que nos liga às comunidades onde operamos, esta viagem pelo ano é um retrato vivo de uma organização que não se deteve perante um contexto complexo à escala global.

CRIAÇÃO DE VALOR

1 424 M€
Proveitos

46 M€
Resultado Líquido

199 M€
EBITDA

171 M€
Investimento

0
Sanções ou multas por não conformidades com leis e regulamentos

4
Membros independentes do Conselho de Administração

TOP 3
estudo RepScore[2]
na categoria "Holdings"

PLANETA

98 kt CO_2e
emissões de Âmbito 1 e 2 (*Market-based*)

3,1 M GJ
de energia consumida

3,1 M m^3
de água captada

PESSOAS

9 268[1]
colaboradores

76%
mulheres

193 mil
horas de formação

efr
certificação

1 Colaboradores com contratos permanentes e temporários, a tempo integral e parcial
2 Estudo anual de reputação de marca desenvolvido pela consultora OnStrategy em Portugal

Janeiro

CUF celebra 80 anos ao serviço da saúde em Portugal

CUF atribui oito Bolsas de Doutoramento CUF em Medicina, Enfermagem e Técnicos de Saúde, no valor de 130 mil euros

O Centro de Simulação NOVA-CUF torna-se o primeiro centro português a obter a acreditação da Sociedade Europeia de Simulação Aplicada à Medicina, a mais prestigiada distinção europeia na formação médica baseada em simulação

José de Mello estabelece parceria com a Teach For Portugal para promover a igualdade de oportunidades na educação

Unidade de Obesidade do Hospital CUF Descobertas é reconhecida como Centro de Referência pela European Association for the Study of Obesity (EASO)

Fevereiro

Vasco de Mello é distinguido com o Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade Católica Portuguesa

CUF lidera o setor da saúde como a empresa mais responsável em Portugal nas áreas Ambiental, Social e de Governação, pelo quarto ano consecutivo

Bondalti e Fundação Amélia de Mello atribuem 15 bolsas de estudo de excelência a alunos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e do Instituto Superior Técnico

CUF é distinguida nos Prémios M&P Comunicação 2024, na área de Comunicação Interna, pelo projeto Fator CUF e pelo podcast CUF Cast

Bondalti é distinguida com o prémio Transparência & Performance nos Prémios Caixa ESG, da Caixa Geral de Depósitos

Carbon Disclosure Project (CDP) reconhece o desempenho da Bondalti na ação climática e sustentabilidade ambiental, atribuindo a classificação B, nas categorias Climate Change e Water Security, à atividade dos Químicos

David Baverstock, Chairman Winemaker da WineStone, é nomeado Winemaker of the Year pela Revista de Vinhos

Março

CUF assina acordo para aquisição de 75% do Grupo HPA Saúde

Lifthium Energy é reconhecida como Projeto Estratégico Europeu pela Comissão Europeia

CUF é reconhecida como Marca de Confiança, na categoria de clínicas e hospitais privados, pelo décimo ano consecutivo

WineStone é reconhecida como Empresa do Ano do setor vitivinícola nos prémios da revista Grandes Escolhas

CUF anuncia abertura do Hospital CUF Barreiro em 2028, num investimento de 55 milhões de euros

Bondalti desenvolve, em parceria com a EDP, sistema pioneiro em Portugal de armazenamento de energia por baterias

Bondalti lança a primeira edição do From Purpose to Impact, programa de inovação em desafios ambientais, com estudantes universitários das universidades do Porto e de Aveiro

WineStone avança com investimento de 15 milhões de euros em polo logístico e de engarrafamento de larga escala em Vendas Novas, reforçando capacidade produtiva e logística

Abril

José de Mello, Bondalti e CUF unem-se ao Nova SBE Innovation Ecosystem, fortalecendo a colaboração com a academia e o ecossistema de inovação

CUF abre 13 centros de saúde na Grande Lisboa

Maio

Alfredo da Silva é distinguido, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique pelo Presidente da República

Bondalti participa em reunião com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, para discutir o Clean Industrial Deal

CUF lança, em parceria com a Fundação Amélia de Mello, a Bolsa D. Manuel de Mello 2025, no valor de 150 mil euros

CUF anuncia a criação da Fundação CUF e apresenta o seu Propósito - "Pela Vida, com Humanidade e Excelência."

Sessão de encerramento da 21.ª edição do PAGE (Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa) reúne 26 quadros da Bondalti, Brisa, CUF e José de Mello

Lifthium Energy assina memorando de entendimento com a Mecaware

José de Mello e CUF acolhem o Healthtech Investment Day, iniciativa em articulação com o European Innovation Council (EIC)

CUF é eleita a empresa de saúde mais atrativa para trabalhar e uma das 20 marcas com maior atratividade em Portugal

Bondalti conclui com sucesso a paragem geral programada na unidade industrial de Estarreja

Hospital CUF Porto assinala 15 anos de atividade

Junho

Bondalti, CUF e José de Mello participam na conferência anual da Business Roundtable Portugal "Ctrl Alt Portugal: Reiniciar para Crescer"

Bondalti apoia lançamento de microrreserva, com oito hectares, no concelho de Estarreja, como entidade financiadora

Bondalti conclui a reconversão da eletrólise da fábrica de Estarreja com nove eletrolisadores de última geração, reforçando eficiência e modernização industrial

CUF abre Clínica CUF Mafra e Clínica CUF Quinta da Lomba, no Barreiro

Projeto Zela – Aprender para Cuidar, da CUF, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, recebe menção honrosa no Prémio Nacional de Sustentabilidade do Jornal de Negócios

Fundação Amélia de Mello, em parceria com a COTEC Portugal, atribui a Bolsa Jorge de Mello – Indústria e Inovação 2025, no valor de 150 mil euros, a projeto inovador na área de qualidade de medicamentos

Julho

José de Mello apoia Innovation Summer School 2025, no âmbito da parceria com a Unicorn Factory Lisboa

CUF vence Prémio Marketeer 2025, na categoria "Estabelecimentos de Saúde"

Bondalti é distinguida, pelo quarto ano consecutivo, com medalha de platina da EcoVadis, organização internacional que avalia práticas de sustentabilidade empresarial

Setembro

Cerimónia de inauguração da Avenida José Manuel de Mello, em Lisboa, num reconhecimento público do legado de José Manuel de Mello no desenvolvimento empresarial e social do País

Bondalti Water participa na ENERH2O, no Porto

Fundação Amélia de Mello assinala 61.º aniversário

CUF e Fundação Ageas abrem candidaturas para a 2.ª edição do Programa de aceleração ÍMPARES, destinado a escalar soluções de impacto

José de Mello realiza, em Valada do Ribatejo, o primeiro Encontro José de Mello, reunindo todos os colaboradores da holding

Bondalti define a meta de consumir 100% de eletricidade renovável até 2030 e avança com o projeto RePower Chemicals, de descarbonização da sua operação industrial

Outubro

Bondalti obtém autorização da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência (CNMC) de Espanha para a Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre a Ercros

Bondalti Water participa no Salão do Gás Renovável, em Valladolid

José de Mello é distinguida como Empresa Familiar do Ano pela Associação das Empresas Familiares

Encontro de Quadros 2025 reúne cerca de 200 quadros do Grupo José de Mello sob o tema "Liderar num mundo em transformação"

CUF é eleita a empresa com melhor reputação no setor da saúde pelo ranking Merco Empresas, pelo quarto ano consecutivo

Novembro

Bondalti, Brisa, CUF e José de Mello associam-se à Universidade Católica Portuguesa na criação do Center on Longevity Leadership

CUF é distinguida com três prémios nos Effie Awards Portugal, que reconhecem a eficácia das estratégias de marketing e comunicação

Complexo Químico da Bondalti (Estarreja) acolhe visita do Ministro da Economia e da Ministra do Ambiente e Energia

Fundação Amélia de Mello realiza cerimónia de entrega de 97 bolsas aos filhos de colaboradores do Grupo José de Mello

Bondalti é distinguida com três prémios Gold na 11.ª edição do Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, promovido pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial

CUF é distinguida nos Axians Portugal Digital Awards, pelo reconhecimento de projetos de inovação e transformação digital na área da saúde

Lifthium Energy desenvolve nova tecnologia de refinação de cloreto de lítio por eletrólise

Dezembro

CUF assinala a última etapa da exposição itinerante "80 Anos, a Vitalidade de Sempre", que, ao longo de cinco meses, percorreu oito cidades e envolveu cerca de seis mil visitantes

Bondalti reduz para 50% o mínimo de aceitação da Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre a Ercros

José de Mello formaliza investimento no fundo Kibo Ventures

Bondalti distinguida pelo Governo da Cantábria pela sua cultura de segurança, no âmbito de projeto Circula

SCIENCE BASED TARGETS
DRIVING AMBITIOUS CORPORATE CLIMATE ACTION

CUF torna-se o primeiro prestador de cuidados de saúde em Portugal a aderir à Science Based Targets initiative (SBTi)

1.3 Quem somos

O Grupo José de Mello é uma organização empresarial portuguesa com um legado de mais de 125 anos de história, cuja trajetória reflete a capacidade de construir, desenvolver e transformar empresas ao longo de várias gerações.

As empresas do Grupo estão presentes em áreas estruturantes da economia e da sociedade, tais como os cuidados de saúde, a indústria química e o ciclo da água, a mobilidade e as infraestruturas rodoviárias, bem como a produção e comercialização de vinhos de origem portuguesa.

Assente na estabilidade e na visão estratégica de longo prazo, inerentes à sua estrutura acionista familiar, o Grupo desempenha um papel ativo no desenvolvimento das suas participadas e na criação e consolidação de plataformas empresariais líderes, com impacto direto na modernização e competitividade desses setores.

Com 9268 colaboradores, proveitos operacionais de 1424 M€ e um investimento total de 171 M€, estas empresas contribuem de forma significativa para a criação de emprego qualificado, para a geração de riqueza e para o investimento produtivo, desempenhando um papel relevante no desenvolvimento económico e na modernização do País.

A atuação do Grupo assenta numa cultura empresarial exigente, orientada para o desenvolvimento das Pessoas e de ambientes de inovação, valorizando a diversidade de talento e de competências e a atração de novas gerações de profissionais.

Estes princípios traduzem-se num conjunto de valores que orientam a atuação das empresas do Grupo: Desenvolvimento humano, Inovação, Competência e Integridade.

Num contexto de transformação económica, tecnológica e energética, o Grupo e as suas Pessoas continuam empenhados em desenvolver empresas capazes de responder aos desafios do futuro, criando valor sustentável para a economia, para a sociedade e para as comunidades onde está presente.

É a partir desta base que o Grupo José de Mello projeta hoje o seu futuro, afirmando o crescimento no País e desenvolvendo uma ação internacional assente numa matriz portuguesa, em alinhamento pleno com o seu Propósito: **"Cultivamos o nosso legado de excelência, empreendedorismo e talento para promover a prosperidade e o desenvolvimento sustentável a partir de Portugal".**

Quinta do Retiro Novo (Sarzedinho, São João da Pesqueira, Viseu)

1.4 A nossa história

FUNDAÇÃO

1898

Fundação por Alfredo da Silva, ao assumir o estatuto de acionista e líder da CUF

1908

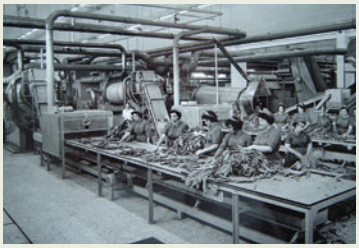
Inauguração das primeiras fábricas da CUF, no Barreiro

1920

Entrada na Casa José Henriques Totta

1927

Criação da Tabaqueira



EXPANSÃO

1942

Criação da Companhia de Seguros Império

1945

Inauguração do Hospital da CUF (Infante Santo)

1961

Fundação da Lisnave

1964

Criação da Fundação Amélia de Mello

1975

Nacionalização do Grupo CUF

No auge da sua atividade, o Grupo CUF era o maior grupo privado português com 110 000 empregados e representava 5% do PIB

RECONSTRUÇÃO

1979 – 1998

Início da reconstrução do Grupo com a aquisição da Uniteca (1979)

Constituição da holding José de Mello (1988)

Criação do Banco Mello (1991)

Aquisição da União de Bancos e início da PPP no Hospital Fernando Fonseca (1995)

Aquisições: Império (1992), Soponata (1993), Quimigal (1997)

Constituição da José de Mello Saúde (1998)

2000 – 2001

Fusão do Banco Mello e da seguradora Império com o BCP, o maior banco privado português

Alienação da Lisnave

Entrada na Brisa

Inauguração do Hospital CUF Descobertas

RESILIÊNCIA E RECUPERAÇÃO

2004 – 2008

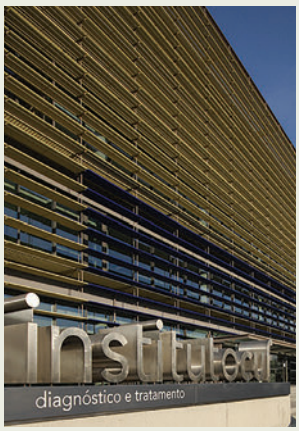
Alienação da Soponata e Finertec

Alienação BCP

Alienação do negócio dos adubos

Cessão da PPP do Hospital Fernando da Fonseca

Inauguração do Instituto CUF Porto



2009 – 2011

Início da PPP do futuro Hospital de Braga

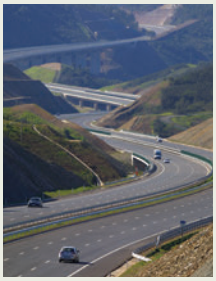
Expansão do Polo Químico de Estarreja

Criação do Programa de Voluntariado

Início da PPP do Hospital de Vila Franca de Xira

2012

OPA sobre a Brisa



2017 – 2019

Criação do programa Grow

Negócio dos químicos industriais com nova marca Bondalti e nova fábrica em Espanha

Expansão da rede de hospitais e clínicas CUF

AMBIÇÃO E CRESCIMENTO

2020 – 2022

CUF passa a marca única na saúde

Grupo José de Mello vende 40% da Brisa

Alteração na liderança executiva do Grupo, definição do Propósito e de uma estratégia de crescimento

Bondalti investe na área de negócio de tratamento de águas

2023

Bondalti apresenta uma nova identidade visual

CUF prossegue plano de expansão da sua rede e chega à Ilha de São Miguel, com a aquisição do Hospital Internacional dos Açores, que passa a designar-se Hospital CUF Açores

Criação da WineStone, para gerir ativos no setor dos vinhos

Lançamento da Bondalti Water, com soluções integradas para o setor das águas

Bondalti abre nova delegação em Madrid

Criação da Lifthium Energy para a refinação de lítio verde à escala industrial

2024

Bondalti lança OPA sobre a Ercros, grupo industrial químico líder em Espanha

CUF expande rede nacional: aquisição do Grupo Arrifana de Sousa (Tâmega e Sousa) e das clínicas miMed (Grande Lisboa), e anuncia a construção de um novo hospital em Braga

Nasce a Preveris, operadora líder de mercado no setor da saúde ocupacional em Portugal

Bondalti Water abre linha de negócios dedicada ao fornecimento de biogás

2025

É inaugurada a Avenida José Manuel de Mello, em Lisboa

José de Mello recebe Prémio Empresa Familiar do Ano da Associação de Empresas Familiares

Bondalti, Brisa, CUF e José de Mello são membros fundadores do Center on Longevity Leadership da Universidade Católica Portuguesa

1.5 O que nos guia

GRI 2-22

O Propósito do Grupo José de Mello exprime a convicção de que um legado se afirma verdadeiramente quando permanece vivo e relevante para a sociedade.

Em alinhamento com este princípio fundador, o Grupo assume que o crescimento sustentável é aquele que se fortalece com base em visão de longo prazo e que gera real impacto no desenvolvimento social e económico do País.

Por isso, a José de Mello aposta numa visão holística, não se limitando ao exercício das suas responsabilidades enquanto sociedade de controlo do Grupo, mas procurando, de forma diligente, fomentar a convergência e a partilha de valores e princípios entre as participadas.

PROPÓSITO

Cultivamos o nosso legado de excelência, empreendedorismo e talento para promover a prosperidade e o desenvolvimento sustentável a partir de Portugal

ESTRATÉGIA

Em permanente evolução e assente em dimensão e criação de valor, o Grupo lidera áreas vitais da economia portuguesa. Assume uma estratégia orientada para o futuro, o que significa capacidade para gerir negócios maduros, para identificar novas oportunidades com elevado potencial, e para liderar processos de reestruturação de empresas ou negócios

VISÃO

Ser um grupo com uma intervenção diversificada na economia e uma referência internacional na criação de valor e crescimento sustentável

A forma como o Grupo adota coletivamente estes Valores é um traço definidor da nossa identidade e forma de atuar.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Colocamos a dignidade das Pessoas no centro das nossas decisões e contribuímos para o desenvolvimento das suas capacidades, fomentando a autonomia e a aprendizagem contínua

INOVAÇÃO

Fomentamos uma cultura empreendedora e uma mentalidade aberta e curiosa, na procura constante de novas soluções e oportunidades criadoras de valor

COMPETÊNCIA

Incentivamos uma atitude permanente de fazer mais e melhor, através da responsabilidade individual e do trabalho em equipa, ambicionando a excelência e a consistência

INTEGRIDADE

Promovemos um comportamento ético e honesto, criando relações de confiança e lealdade, tratando todos com equidade e verdade

1º Encontro José de Mello (Valada do Ribatejo, Santarém)

1.6 O nosso portefólio

GRI 2-6

O portefólio do Grupo José de Mello traduz uma estratégia de crescimento que combina o know-how acumulado ao longo de mais de 125 anos com uma gestão orientada para o desenvolvimento de negócios capazes de conciliar estabilidade com potencial de crescimento sustentado.

Com uma presença consolidada em setores estratégicos da economia portuguesa e internacional, o Grupo tem demonstrado uma forte capacidade de adaptação, inovação e criação de valor, posicionando-se como um parceiro de referência na gestão e desenvolvimento de negócios competitivos e sustentáveis.

Este modelo assenta na identificação de oportunidades de investimento, no desenvolvimento das participadas e na sua transformação ao longo do tempo, com uma intervenção próxima que acompanha os negócios e assegura a sua capacidade de resposta a contextos exigentes e em permanente mudança.

É neste enquadramento que as empresas do Grupo têm vindo a afirmar-se como líderes nos setores em que operam.

A gestão do portefólio é suportada por uma disciplina rigorosa na alocação de capital e por uma avaliação contínua de riscos e oportunidades, assegurando o alinhamento entre as decisões de investimento, o perfil de risco e os objetivos de longo prazo. A diversificação de portefólio do Grupo, que tem marcado o seu crescimento, permite mitigar riscos e reforçar a resiliência face aos desafios de mercado e de contexto.

Na José de Mello, os novos investimentos são avaliados através de processos estruturados de análise e decisão, conduzidos pelo Comité de Investimentos, garantindo coerência na evolução da carteira e nos critérios de seleção.

O Grupo tem vindo a reforçar o seu portefólio, incluindo em áreas emergentes, como tecnologias inovadoras, energias alternativas e setores com elevado potencial de crescimento. Esta abordagem visa não só potenciar o crescimento sustentável do Grupo, como também contribuir para a modernização e competitividade da economia portuguesa.

Iniciativas em destaque

O ano de 2025 foi especialmente marcante para o crescimento e internacionalização da **Bondalti**, fruto dos passos decisivos no processo de OPA lançado em março de 2024 sobre a Ercros. Ao longo de 2025, a empresa obteve as aprovações necessárias junto da Autoridade da Concorrência e da Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV) de Espanha, tendo concluído a operação com sucesso já em março de 2026. A Ercros é uma empresa química espanhola de referência, e com um forte posicionamento no setor europeu, especializada na produção e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos.

A **CUF** reforçou-se como líder no setor da saúde em Portugal, assegurando serviços de qualidade e diferenciados, ao longo da vida. Em 2025, consolidou a sua rede nacional, destacando-se o desenvolvimento da parceria com o Grupo Hospital Particular do Algarve (HPA), com forte presença no Algarve, Alentejo e Região Autónoma da Madeira, concluída já em 2026, após aprovação da Autoridade da Concorrência. Destacam-se ainda a abertura das clínicas de Mafra e do Barreiro, o anúncio do novo hospital CUF no Barreiro, a reformulação e abertura dos Centros de Saúde CUF, na sequência da aquisição da miMed, em 2024, e a integração das residências seniores.

Indústria química de alcance ibérico e impacto nas cadeias de valor globais.

Participação: 100%

Produção de químicos e tratamento de águas

A Bondalti é o principal grupo privado português do setor da indústria química, com atividades produtivas focadas na cadeia de valor de cloro-álcalis (PCA), no segmento dos químicos inorgânicos, e, no segmento dos químicos orgânicos, na cadeia de valor da anilina e derivados (PAD).

Com presença nacional e internacional, a Bondalti é líder ibérica na produção de cloro e hipoclorito, líder europeia em vendas de anilina e mononitrobenzeno (MNB), bem como um dos principais produtores mundiais não-integrados de anilina

O seu modelo de negócio estende-se, com a Bondalti Water, à conceção de soluções e à execução de projetos e serviços no âmbito do Ciclo Integral da Água, não só no mercado ibérico, mas também internacional.

Para mais informações sobre a Bondalti e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2025.

56 M€
de EBITDA

16 M€
de resultado líquido

1587 kt
de produtos químicos industriais produzidos

1052 kt CO_2e
emitidas
(Âmbito 1, 2[1] e 3)

822
colaboradores

53 mil
horas de formação

1,5 M€
investidos na comunidade

1 *Market-based*

Maior rede privada de cuidados de saúde em Portugal, centrada na excelência clínica e na vida das Pessoas.

Participação: 65,85%

Prestação de cuidados de saúde

A CUF é líder na prestação privada de cuidados de saúde em Portugal, suportada por uma rede integrada de 44 unidades de saúde, entre hospitais, clínicas e centros de saúde, que assegura proximidade e uma oferta abrangente de serviços ao longo de todo o percurso do doente.

Com uma abordagem centrada nas Pessoas, a CUF responde de forma integrada às necessidades de saúde, sustentada em elevados padrões clínicos e numa organização que articula diferentes níveis de cuidados. Esta oferta é complementada por ferramentas digitais e novas formas de prestação de cuidados que reforçam a acessibilidade e a conveniência para o doente.

Paralelamente, desempenha um papel relevante no desenvolvimento do sistema de saúde em Portugal, através de parcerias com instituições académicas e científicas e do investimento contínuo em ensino, formação e investigação, contribuindo para a evolução da prática clínica e para a qualificação dos profissionais.

Para mais informações sobre a CUF e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Anual 2025.

162 M€
de EBITDA

51 M€
de resultado líquido

44
hospitais, clínicas e centros de saúde

3,3 M
de consultas

68 mil
cirurgias

4,9 mil
partos

15 140
colaboradores[2]

162 kt CO_2e
emitidas
(Âmbito 1, 2[1] e 3)

860 mil €
investidos na comunidade

138 mil
horas de formação

1 *Market-based*
2 Inclui trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho é controlado pela organização

Referência consolidada em infraestruturas e soluções de mobilidade rodoviária.

Participação: 16,73%

Infraestruturas rodoviárias e mobilidade

A Brisa é um operador de mobilidade com forte experiência nacional e internacional na gestão e operação de infraestruturas rodoviárias. Desempenhou um papel determinante no desenvolvimento, financiamento, construção e operação de uma rede de autoestradas que cobre os principais eixos do território nacional.

Com esta posição, tem vindo a alargar a sua atividade a serviços complementares de mobilidade, destacando-se a Via Verde, bem como outras operações associadas, como a inspeção automóvel e serviços de apoio ao utilizador, reforçando a sua presença ao longo da cadeia de valor da mobilidade.

Para mais informações sobre a Brisa e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2025.

861 M€
de EBITDA

173 M€
de resultado líquido

1549 km
concessionados

9,4 M km
patrulhados

33
unidades Colibri Via Verde

2,5 M
inspeções

5,4 M
veículos equipados com identificadores Via Verde

3567
colaboradores

8 kt CO_2e
emitidas (Âmbito 1 e 2[1])

A Brisa não integra o perímetro de consolidação do Grupo José de Mello.

1 *Market-based*

Do *terroir* à marca, a valorização das origens e a projeção internacional dos vinhos portugueses.

Participação: 100%

Produção, comercialização e distribuição de produtos vinícolas

A WineStone, fundada em 2023, a partir do desempenho da Ravasqueira Vinhos na última década, gere ativos não apenas na região do Alentejo, mas também no Douro, Vinhos Verdes e em Lisboa. Possui um portefólio alargado de marcas, que integra a Ravasqueira, Quinta do Retiro Novo, Krohn, Quinta do Côtto, Paço de Teixeiró e Quinta de Pancas.

Com um posicionamento centrado na preservação do património vitivinícola natural e humano do passado, a empresa está atualmente empenhada em executar um plano de desenvolvimento para levar as marcas mais admiradas de Portugal para o mercado global.

Para mais informações sobre a WineStone e o seu desempenho, por favor, consulte o website.

2,6 M€
de EBITDA

-0,5 M€
de resultado líquido

1,5 kt
de uva processada

19 kt CO_2e
emitidas (Âmbito 1, 2[1] e 3)

107
colaboradores

1 *Market-based*

Inovação e tecnologia para a refinação sustentável de lítio.

Participação: 100%

Produção de hidróxido de lítio

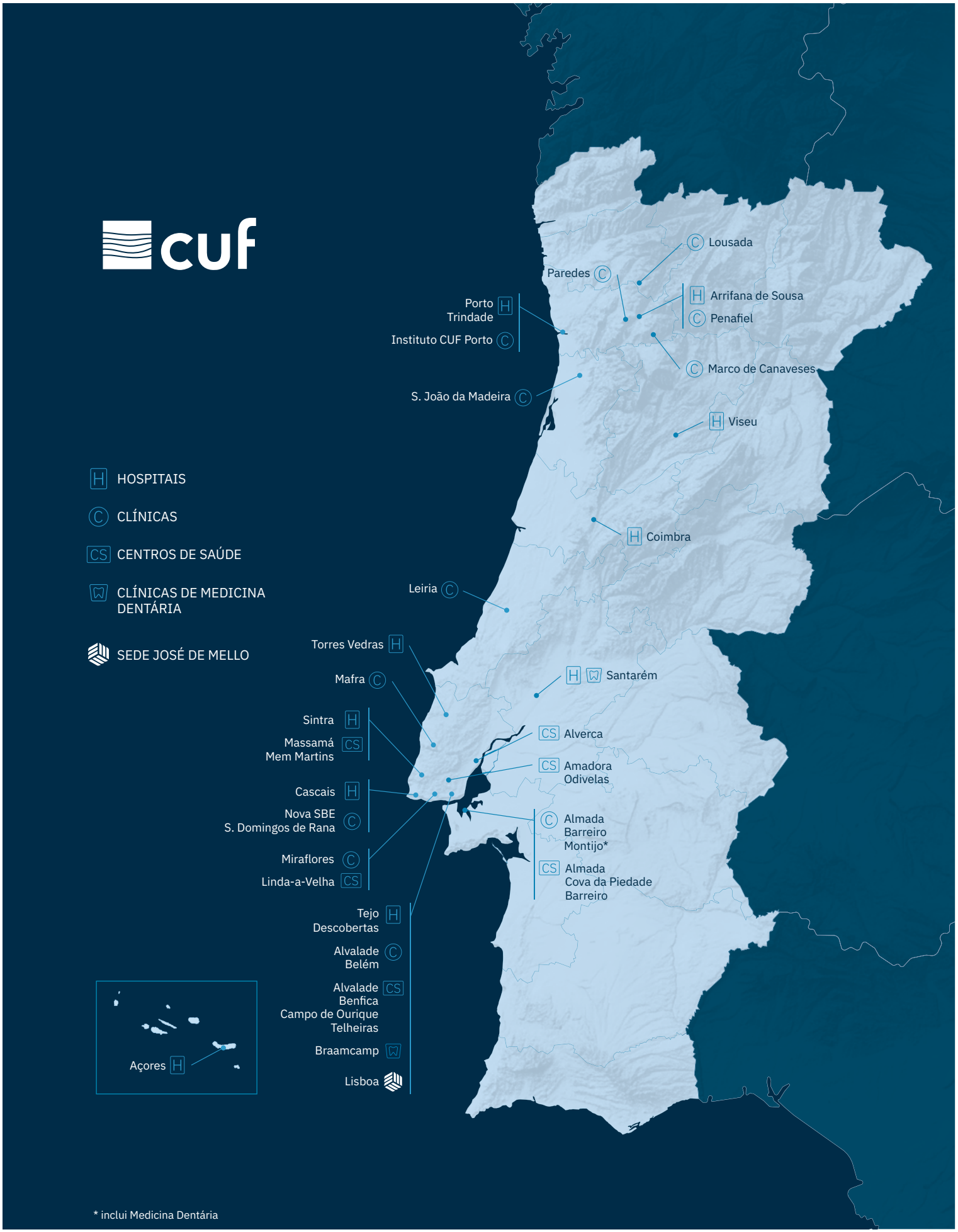
A Lifthium é uma empresa, em fase de projeto, procurando validar a sua tecnologia inovadora e promover parcerias. Tem a ambição de se tornar um *player* europeu de referência na refinação de lítio verde, contribuindo para a eletrificação da mobilidade por meio de fontes de energia renováveis e processos avançados com baixa pegada de carbono.

Para mais informações sobre a Lifthium e o seu desempenho, por favor, consulte o website.

1.7 Onde estamos

GRI 2-1

BONDALTI


cuf
Lousada
Paredes
Arrifana de Sousa
Penafiel
Porto Trindade
Instituto CUF Porto
Marco de Canaveses
S. João da Madeira
Viseu
Coimbra
Leiria
Torres Vedras
Mafra
Santarém
Sintra
Massamá Mem Martins
Alverca
Amadora Odivelas
Cascais
Nova SBE S. Domingos de Rana
Almada Barreiro Montijo*
Miraflores
Linda-a-Velha
Almada Cova da Piedade Barreiro
Tejo Descobertas
Alvalade Belém
Alvalade Benfica Campo de Ourique Telheiras
Braamcamp
Lisboa
Açores
HOSPITAIS
CLÍNICAS
CENTROS DE SAÚDE
CLÍNICAS DE MEDICINA DENTÁRIA
SEDE JOSÉ DE MELLO
* inclui Medicina Dentária

WINESTONE
GROUP
QUINTAS
HUB (Centro Logístico e de Engarrafamento)
SEDE
SEDE JOSÉ DE MELLO
Vila Real
Quinta do Côtto
Porto
Paço de Teixeiró
Viseu
Quinta do Retiro Novo
Alenquer
Quinta de Pancas
Lisboa
Vendas Novas
Carnaxide
(sede)
Évora
Ravasqueira

A NOSSA ESTRATÉGIA

2.1 Como criamos valor 36
2.2 Sustentabilidade financeira e remuneração acionista 38
2.3 Resiliência das operações – Gestão de riscos e oportunidades 39

2.1 Como criamos valor

A José de Mello estrutura a sua atividade a partir de um portefólio diversificado de empresas, composto por plataformas de negócio sólidas, capazes de crescer, evoluir e gerar valor de forma sustentada ao longo do tempo para todos os seus *stakeholders*.

Num enquadramento competitivo, tanto a nível nacional como internacional, o Grupo prossegue uma estratégia de crescimento sustentada na valorização dos seus ativos e na concretização de novos investimentos. Esta abordagem permite reforçar a solidez do portefólio, acompanhando a evolução dos mercados e garantindo capacidade de resposta aos desafios emergentes.

Ancorada num legado consolidado, a José de Mello articula experiência acumulada com uma visão de longo prazo, orientada para a criação de valor sustentável ao longo das próximas gerações.

A gestão do Grupo assenta numa cultura que privilegia o desenvolvimento das Pessoas e a excelência das suas equipas, a redução do impacto ambiental das suas atividades e a adoção de princípios exigentes de integridade, competência e inovação na condução dos negócios.

FONTES DE FINANCIAMENTO

1 112 M€ de capital próprio
171 M€ de investimento
883 M€ de financiamentos

INFRAESTRUTURAS

Edifícios administrativos | Unidades de saúde | Unidades de produção | Centros logísticos | Residências | Quintas

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Programa GROW

+100 pilotos desde a sua criação

TALENTO

9 268 colaboradores (**76%** mulheres)
6 923 prestadores de serviço
193 mil horas de formação

Modelo de Governo

RELAÇÕES COM A SOCIEDADE

3 298 horas de voluntariado
Programa Ser Solidário e Árvore do Apadrinhamento
Parcerias com entidades e associações setoriais e universidades

1 110 M€ em gastos com fornecedores (**80%** em fornecedores locais)

PLANETA

3,1 M GJ de energia consumida
3,1 M m³ de água captada

CRIAÇÃO DE VALOR PARA OS ACIONISTAS

1424 M€ de receitas
199 M€ de EBITDA

CRIAÇÃO DE VALOR PARA OS FINANCIADORES

51 M€ de juros e custos similares pagos

PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

21 projetos-piloto na José de Mello e participadas
Visitas regulares a atores de inovação

DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Criação de emprego
+ 415 colaboradores

2354 crianças e jovens apadrinhadas de **49** instituições

3 M€ em donativos
16 M€ de impostos pagos

PROTEÇÃO AMBIENTAL

-4 % de emissões de Âmbito 1 e 2[1] *vs.* 2024

1 *Market-based*

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS COLABORADORES

Programa Avançado de Gestão (PAGE)
314 M€ em gastos com pessoal
Certificação **efr**
Promoção da diversidade e inclusão
Apoio aos colaboradores e famílias

2.2 Sustentabilidade financeira e remuneração acionista

Para apoiar a estratégia de financiamento e viabilizar a sua ambição de crescimento, a José de Mello adota uma abordagem financeira prudente, querendo assegurar o equilíbrio e a resiliência do seu portefólio. Neste contexto, como forma de garantir uma gestão eficiente do capital investido e a criação de valor sustentável, rege-se por um conjunto de princípios financeiros sólidos, refletidos na sua Política de Financiamento e Política de Remuneração Acionista, devidamente alinhadas e estrategicamente articuladas entre si.

2.3 Resiliência das operações – Gestão de riscos e oportunidades

GRI 2-24, 2-25

O acompanhamento e gestão de risco na José de Mello são matérias enquadradas por uma Política de Gestão de Riscos que estabelece responsabilidades, prioridades de atuação e os processos de identificação e avaliação.

Este modelo concilia a autonomia e responsabilização das empresas participadas com a promoção de uma cultura comum de gestão de risco em toda a organização, com especial enfoque nas primeiras linhas de resposta.

A sua concretização assenta numa abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes intervenientes com responsabilidades e âmbitos de atuação distintos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA

Responsabilidade pela gestão de risco (seguindo orientações da Assembleia de Acionistas e Conselho de Acionistas), incluindo:

- **Aprovação da política** de gestão de risco e respetivas alterações
- **Decisões em casos de elevado risco** na JdM e no caso de "quebra" de limites definidos

COMITÉ DE GESTÃO DE RISCO

COMPOSIÇÃO
Pedro Rocha e Melo, Luís Goes, Vasco Luís de Mello, Nuno Cochito de Sousa, Rui Ramalhal e João Mil-Homens

- **Avaliação contínua da política de risco** e identificação de eventuais necessidades de revisão, **coordenando o processo de desenvolvimento e atualização** da política de risco
- Desenvolvimento da proposta **inicial de política de gestão de risco**
- **Agregação da informação** de gestão de risco dos diferentes responsáveis e preparação de documentos de reporte
- **Análise da evolução da exposição de risco** (globalmente e de cada risco), desafiando áreas "donas" do risco e identificando situações com necessidade de discussão em CA
- Acompanhamento e alinhamento das Políticas de Gestão de Risco dos negócios

RESPONSÁVEIS PELO RISCO JdM – ÁREAS "DONAS" DO RISCO

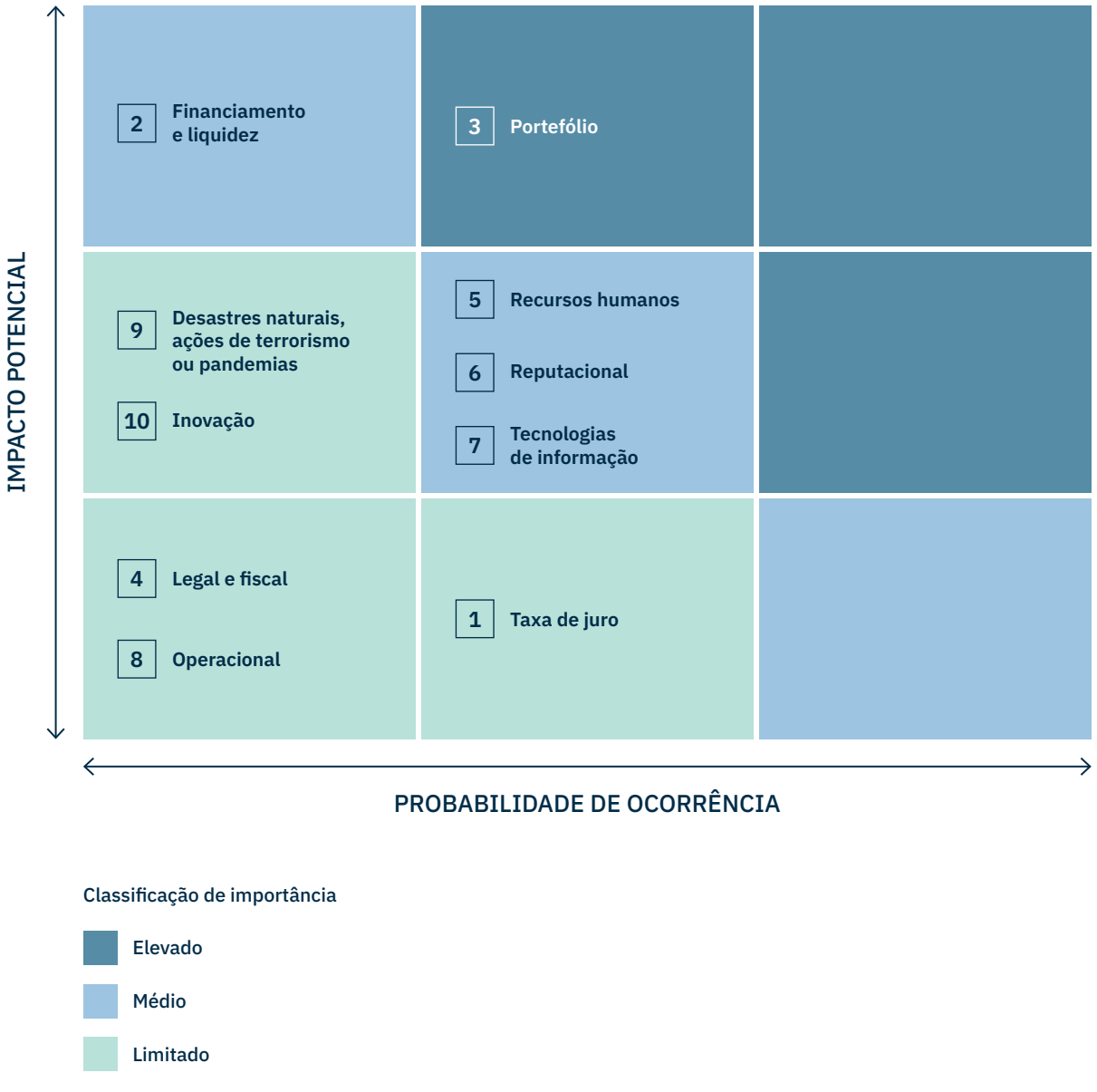
- Financeira
- Contabilidade e Consolidação
- Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão
- Desenvolvimento de Negócio
- Jurídica
- Tecnologias de Informação
- Pessoas e Gestão de Talento
- Relações Institucionais e Comunicação
- (...)

- **Identificação e avaliação contínua** dos riscos da respetiva área
- **Gestão do risco no dia a dia** de forma a mitigar probabilidade de ocorrência e impacto dos diferentes riscos
- **Preparação de mecanismos de resposta**, no caso de "quebra" dos limites de risco definidos
- **Atualização periódica da evolução dos riscos** para reporte

Assim, em situação de escalada de risco, a resposta da José de Mello segue as seguintes etapas:

ETAPAS	TIMING	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
1 Identificação e reporte do risco	Contínuo	• Identificação de situação de elevado risco (colocando em causa a tolerância ou limites definidos) • Comunicação entre responsáveis pelo risco e equipa de gestão de risco	Responsáveis pelo risco ou equipa de gestão de risco
2 Avaliação da situação e definição de plano de resposta	Imediato	Dependendo do risco, decidir sobre: • Necessidade de comunicação à Comissão Executiva e/ou ao Conselho de Administração (incluindo timing para discussão) no imediato • Tempo para preparação do plano de mitigação/ correção	Equipa de Gestão de Risco em conjunto com responsáveis do risco (e Administrador com pelouro)
3 Desenvolvimento de plano de mitigação/ correção	Dependente da decisão tomada na etapa 2.	• No caso de elevada probabilidade de o risco se materializar, preparação de plano de mitigação da ocorrência ou impacto do risco • Preparação de plano de resposta no caso de materialização do risco	Responsáveis pelo risco com apoio da equipa de gestão de risco
4 Discussão em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração		Discussão e aprovação em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração	Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração

Matriz de Risco



Para cada risco identificado na matriz, apresentam-se de seguida as respetivas **ações de mitigação**, de forma não exaustiva.

1 Taxa de juro

DESCRIÇÃO

- Aumento do indexante devido a alterações macroeconómicas e das políticas monetárias, com impacto nos rácios de alavancagem pelo aumento do custo da dívida com taxa variável ou em novos financiamentos
- Aumento do spread da dívida da José de Mello em novos financiamentos

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Limitada

CORRELAÇÃO COM RISCOS
2, 3

MATERIALIDADE[1]
B, D

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Analisar o impacto das taxas de referência nos custos financeiros e nos dividendos recebidos pela José de Mello influenciados pelo impacto das taxas de juro / inflação nos negócios do portefólio do Grupo
- Analisar continuamente a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e variável (neste momento quase totalmente fixa), em função do perfil de portefólio da José de Mello
- Garantir uma gestão financeira ativa e prudente para assegurar custos de dívida competitivos em cada financiamento

2 Financiamento e liquidez

DESCRIÇÃO

- Redução significativa dos dividendos dos negócios ou agravamento de outros fluxos previstos (entre recebimentos e pagamentos) que impactem a gestão de caixa da José de Mello
- Incapacidade de serviço da dívida e de outras responsabilidades por falta de liquidez
- Aumento do nível de endividamento para níveis não sustentáveis
- Dificuldades de acesso a financiamento, decorrentes de condições de mercado, enquadramento regulatório ou deterioração do perfil de risco da José de Mello
- Responsabilidades contingentes ou mecanismos de responsabilidade solidária com impacto na posição financeira da José de Mello

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Média

CORRELAÇÃO COM RISCOS
1, 3

MATERIALIDADE[1]
A, B, C

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Acompanhar a evolução e projeção dos indicadores relevantes para os *covenants* dos financiamentos para antever e agir previamente sobre eventuais desvios
- Acompanhar a execução dos planos de negócio, dos investimentos e da política de dividendos pelas participadas
- Acompanhar a evolução dos orçamentos anuais
- Assegurar a cada momento a liquidez suficiente para servir as necessidades operacionais e estratégicas da José de Mello

1 Temas materiais:
A Investimento responsável; **B** Integridade; **C** Reputação; **D** Inovação; **E** Transição energética; **F** Gestão de talento; **G** Investimento na comunidade

3 Portefólio

DESCRIÇÃO

- Alterações macroeconómicas (crescimento económico, inflação, política monetária, entre outras) com impacto no desempenho, geração de caixa e valor dos negócios e da José de Mello
- Risco de flutuações no valor de cada ativo implicarem flutuações fortes nos resultados e capitais próprios económicos do Grupo
- Concentração geográfica e setorial
- Execução de novos investimentos, quer na avaliação de entrada quer no desempenho dos novos ativos
- Relação com os diferentes parceiros acionistas e operacionais

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Elevada

CORRELAÇÃO COM RISCOS
1, 2

MATERIALIDADE[1]
A, B, C, D, E, G

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Garantir o alinhamento entre a estrutura de capital da José de Mello e o perfil de risco definido
- Continuar a executar os planos de negócios das participadas, permitindo capturar oportunidades de eficiência, reduzir riscos e melhorar a estrutura de capitais
- Continuar a diversificar portefólio de ativos, de acordo com a estratégia definida
- Assegurar o funcionamento do Comité de Investimento e aplicação do manual de investimentos (critérios, governação, responsabilidades, entre outros), para mitigar riscos de execução de novos investimentos
- Gerir ativamente e de forma transparente a relação com parceiros acionistas

4 Legal e fiscal

DESCRIÇÃO

- Incumprimento da legislação e obrigações de *compliance*
- Responsabilidades fiscais ou legais referentes a ações tomadas no passado contestadas pela Autoridade Tributária ou outros organismos do Estado
- Alterações legislativas e regulatórias
- Incumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Limitada

CORRELAÇÃO COM RISCOS
2, 6

MATERIALIDADE[1]
A, B, C

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Assegurar a avaliação detalhada das potenciais implicações legais das decisões adotadas seguindo uma lógica prudente
- Garantir a existência de uma equipa legal e contabilística capacitadas, recorrendo a apoio externo quando necessário, quer a propósito das decisões adotadas em relação aos seus impactos legais e/ou fiscais, quer das alterações legislativas
- Para situações de maior risco e/ou complexidade, garantir a fundamentação formal (documentada) por parte de entidades externas
- Divulgação das alterações legislativas e das normas publicadas com maior relevância
- Promover formações transversais dos colaboradores sobre o Programa de Conformidade atualizado

1 Temas materiais:
A Investimento responsável; **B** Integridade; **C** Reputação; **D** Inovação; **E** Transição energética; **F** Gestão de talento; **G** Investimento na comunidade

5 Recursos humanos

DESCRIÇÃO

- Capacidade de atração e retenção de talento
- Dependência de recursos chave
- Inexistência de competências adequadas na organização
- Acidentes laborais

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA

Média

CORRELAÇÃO COM RISCOS

3, 6

MATERIALIDADE[1]

B, C, D, F, G

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Assegurar a robustez da marca empregadora (*employer branding*) e enriquecer a proposta de valor para colaboradores (*employee value proposition*)
- Capacitar e desenvolver as equipas, nomeadamente através da formação
- Desenvolver e estruturar planos de sucessão para recursos chave
- Garantir acompanhamento regular pelo Comité de Talento

6 Reputacional

DESCRIÇÃO

- Danos na imagem da José de Mello como resultado da operação e ações da José de Mello, das participadas ou de parceiros do Grupo

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA

Média

CORRELAÇÃO COM RISCOS

1, 2, 3, 5

MATERIALIDADE[1]

B, C, E, F, G

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Acompanhar relatórios de comunicação, aplicando uma abordagem preventiva aos temas mais críticos
- Promover e acompanhar relatórios anuais de reputação
- Manter um diálogo permanente com os responsáveis de comunicação dos negócios do portefólio do Grupo
- Acompanhar artigos na imprensa e desenvolvimentos nas redes sociais sobre os negócios do Grupo e sobre a José de Mello, com desenvolvimento de planos de resposta internos ou externos caso necessário

1 Temas materiais:
A Investimento responsável; **B** Integridade; **C** Reputação; **D** Inovação; **E** Transição energética; **F** Gestão de talento; **G** Investimento na comunidade

7 Tecnologias de informação

DESCRIÇÃO

- Ciberataques provocados por comportamentos de risco dos colaboradores ou pela utilização de sistemas de informação desadequados, colocando em causa a privacidade e segurança dos dados e a continuidade da operação
- Falhas na performance dos sistemas e infraestrutura de IT

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Média

CORRELAÇÃO COM RISCOS
6

MATERIALIDADE[1]
C, D

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Realizar atualizações regulares da infraestrutura e softwares de segurança, assegurando que em caso de latência de implementação existe um *patching* virtual dinâmico
- Assegurar expansão do sistema de gestão de identidades
- Implementar um sistema de análise comportamental
- Formar os utilizadores em cibersegurança
- Efetuar testes de penetração internos e externos
- Periodicamente, realizar auditorias de segurança

8 Operacional

DESCRIÇÃO

- Processos desadequados na José de Mello ou de incumprimento dos processos definidos
- Ocorrência de ações fraudulentas provocadas por pessoas internas ou externas à organização

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Limitada

CORRELAÇÃO COM RISCOS
6

MATERIALIDADE[1]
A, B, C, D

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Assegurar que todos os colaboradores têm conhecimentos sobre o Código de Conduta
- Garantir que o canal de denúncia da José de Mello está de acordo com a legislação de *whistleblowing*
- Informar e capacitar os novos colaboradores para processos gerais e para aqueles relativos à sua área específica

1 Temas materiais:
A Investimento responsável; **B** Integridade; **C** Reputação; **D** Inovação; **E** Transição energética; **F** Gestão de talento; **G** Investimento na comunidade

9 Desastres naturais, ações de terrorismo ou pandemias

DESCRIÇÃO

- Ocorrência de desastres, ações de terrorismo ou pandemias que coloquem em causa a segurança dos colaboradores, os ativos e/ou a operação do Grupo

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Limitada

CORRELAÇÃO COM RISCOS
2, 3, 5

MATERIALIDADE[1]
E

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Seguir as recomendações das autoridades de saúde, segurança e proteção civil
- Definir um plano de emergência para cada situação
- Garantir que as participadas mapeiam o risco e identificam e desenvolvem ações de mitigação

10 Inovação

DESCRIÇÃO

- Acompanhamento insuficiente na evolução tecnológica e da inovação nos setores estratégicos, levando a perda de competitividade, menor capacidade de atrair parceiros e investidores, e atraso na adaptação às exigências regulatórias e expectativas de mercado

CLASSIFICAÇÃO DE IMPORTÂNCIA
Limitada

CORRELAÇÃO COM RISCOS
3, 5, 7, 8

MATERIALIDADE[1]
D, E

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Definição de uma estratégia de inovação alinhada com as prioridades dos negócios e integrada no planeamento estratégico do Grupo
- Monitorização contínua de tendências tecnológicas, regulatórias e de mercado, com identificação atempada de impactos e oportunidades

1 Temas materiais:
A Investimento responsável; **B** Integridade; **C** Reputação; **D** Inovação; **E** Transição energética; **F** Gestão de talento; **G** Investimento na comunidade

Em 2025, foram incorporados novos riscos na matriz de risco, em linha com a evolução das atividades do Grupo e do contexto macroeconómico.

No âmbito do processo contínuo de gestão de risco, foram igualmente revistas e reforçadas as medidas de mitigação existentes, assegurando a sua adequação. Em paralelo, procedeu-se à atualização dos temas materiais, em alinhamento com as prioridades estratégicas do Grupo.

Estes processos são devidamente acompanhados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.

O NOSSO DESEMPENHO

3.1 Desempenho financeiro e operacional 48
3.2 Situação económica e financeira individual 57
3.3 Declaração de conformidade 58
3.4 Perspetivas 2026 58
3.5 Proposta de Aplicação de Resultados 59

3.1 Desempenho financeiro e operacional

GRI 3-3, 201-1

Contexto macroeconómico

A evolução do enquadramento macroeconómico em 2025 enquadra o ambiente em que o Grupo José de Mello desenvolveu a sua atividade, num ano marcado por elevada incerteza geopolítica, tensões comerciais persistentes e sinais de maior fragmentação económica. Apesar deste contexto, a economia mundial manteve uma trajetória de expansão moderada, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a apontar para um crescimento de 3,2% em 2025, abaixo da média histórica do período 2000–2019, e com as economias emergentes e em desenvolvimento a crescerem pouco acima de 4%.

Este desempenho permaneceu assimétrico: os Estados Unidos evidenciaram maior robustez, enquanto a Europa apresentou um ritmo de expansão mais contido, condicionado por uma recuperação gradual da atividade e por maior exposição a choques externos. Ainda assim, dentro da Zona Euro registaram-se diferenças relevantes, com a Península Ibérica – uma geografia de particular importância para a atividade do Grupo José de Mello – a evidenciar maior dinamismo económico.

Zona Euro: crescimento moderado e desinflação gradual

Em 2025, o PIB da Zona Euro aumentou 1,5% (estimativa anual baseada em dados trimestrais ajustados), traduzindo um quadro de crescimento moderado, sustentado sobretudo por serviços e por uma normalização gradual das condições de procura.

O desempenho entre Estados-membros foi heterogéneo. Em Espanha, a economia cresceu 2,8%, com contributo dominante da procura interna (consumo e investimento), confirmando um perfil de maior dinamismo relativo no contexto europeu. Na Alemanha, o PIB aumentou 0,2%, após dois anos de contração, num quadro ainda marcado por fragilidades industriais e por ventos contrários no comércio externo, associados, entre outros fatores, a tarifas norte-americanas mais elevadas, apreciação do euro e maior concorrência internacional.

A posição externa do euro manteve-se globalmente favorável. No comércio internacional de bens (extra-Zona Euro), as exportações cresceram 2,4% e as importações 2,7%, em 2025 (variação face a 2024), preservando um excedente externo significativo.

No plano dos preços, a inflação na Zona Euro oscilou ao longo do ano: em janeiro de 2025, a taxa anual situou-se em 2,5%, descendo para 2,0% em dezembro, refletindo um processo de desinflação progressiva, embora com sensibilidade a energia e a efeitos de base.

Portugal: crescimento acima da média europeia e equilíbrio macro reforçado

A economia portuguesa cresceu 1,9% em 2025, suportada sobretudo pela procura interna (consumo privado e investimento), com um contributo mais negativo da procura externa líquida, num contexto de abrandamento das exportações em volume face às importações.

Em termos orçamentais, as Administrações Públicas registaram, um excedente em contabilidade pública (ótica de caixa) de cerca de 1,3 mil milhões de euros. Considerando um PIB nominal na ordem dos 307 mil milhões de euros (Contas Nacionais Anuais preliminares), este excedente corresponde a cerca de 0,4% do PIB.

No plano externo, Portugal terminou 2025 com um excedente das contas externas equivalente a 2,7% do PIB (aprox. 8,3 mil milhões de euros), refletindo, em particular, a capacidade de geração de excedentes no setor dos serviços, apesar do agravamento do défice estrutural da balança de bens.

Apesar deste desempenho, a economia portuguesa mantém exposição relevante ao contexto externo, atendendo ao grau de abertura, à dependência de importações energéticas e à evolução da procura nos principais parceiros europeus.

Resultados Grupo

Neste contexto, o Grupo José de Mello manteve a sua trajetória de crescimento, alcançando resultados e indicadores muito positivos. Ainda assim, o ano de 2025

Fontes: Fundo Monetário Internacional (FMI), World Economic Outlook (edição mais recente aplicável ao exercício de 2025); Eurostat (Contas Nacionais — estimativas/contas trimestrais para PIB da Zona Euro; HICP para inflação; estatísticas de comércio externo); INE — Instituto Nacional de Estatística (Estimativa Rápida do PIB e Contas Nacionais para Portugal); Banco de Portugal (Boletim Económico e estatísticas da balança de pagamentos/contas externas); Comissão Europeia — DG ECFIN (Previsões Económicas para Portugal/Zona Euro, quando aplicável a perspetivas); Direção-Geral do Orçamento (DGO) – Síntese da Execução Orçamental.

foi também marcado pela Paragem Geral de Manutenção da Bondalti (efeito não recorrente) e por alterações contabilísticas nos resultados da Brisa (efeito recorrente).

Os resultados do Grupo evidenciam a resiliência da atividade operacional num enquadramento económico e geopolítico desafiante, caracterizado por um crescimento moderado.

No final de 2025, os rendimentos operacionais consolidados, excluindo reversões de imparidades e provisões, totalizaram 1424 milhões de euros, inferiores ao período homólogo em cerca de 4%. Apesar do crescimento da atividade da CUF, a Paragem Geral de Manutenção do Complexo Químico de Estarreja – uma intervenção estrutural que ocorre com a periodicidade trienal – teve como reflexo uma produção anual inferior no Grupo Bondalti, sendo esta decisiva na redução dos rendimentos operacionais consolidados.

A evolução dos gastos acompanhou a redução do volume de negócios. Com efeito, os gastos operacionais, excluindo amortizações, depreciações, imparidades e provisões, atingiram os 1225 milhões de euros em 2025, registando-se um decréscimo de cerca de 5% face ao período homólogo.

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos totalizou 551,7 milhões de euros (superior em 5% face ao período homólogo) e os Gastos com o pessoal totalizaram 314,2 milhões de euros (superior em 7% face a 2024).

Os gastos com amortizações, imparidades e provisões, líquido de reversões, totalizaram 101 milhões de euros (superiores em 16% face a 2024), dando origem a um EBIT consolidado de 98 milhões de euros.

À semelhança de 2024, os resultados financeiros foram negativos, em 17,3 milhões de euros, o que representa uma evolução desfavorável de 12,3 milhões de euros face ao período homólogo, justificado pela redução dos resultados relativos a empresas associadas. Apesar da redução dos gastos financeiros, compostos, essencialmente, por juros e comissões bancárias, os rendimentos financeiros, constituídos, fundamentalmente, por remuneração de depósitos, também diminuíram em 2025. O decréscimo dos resultados de associadas em 2025 ficou a dever-se, principalmente, à redução da quota-parte do resultado na Brisa, que, em 2025, pelo impacto do aumento da rubrica de Amortizações, viu o seu resultado líquido diminuir de 310 milhões de euros para 173,4 milhões de euros, contribuindo, assim, para a diminuição desta rubrica.

O resultado antes de imposto (EBT consolidado) ascendeu a 80,4 milhões de euros e o resultado líquido situou-se nos 46,4 milhões de euros, apurado com base num imposto sobre o rendimento de 16,4 milhões de euros e em interesses sem controlo de 17,5 milhões de euros.

Em dezembro de 2025, o total do ativo do Grupo ascendia a 2641 milhões de euros, sendo constituído, essencialmente, por ativos fixos tangíveis, *goodwill*, investimentos financeiros e por depósitos bancários, representando, no seu conjunto, 80% dos ativos consolidados, tal como no período homólogo.

Ao longo de 2025 o investimento superou os 171 milhões de euros, confirmando a estratégia do Grupo no reforço das tecnologias de informação, da cibersegurança e da transformação digital, bem como da renovação de equipamentos fabris e clínicos, que irão permitir a modernização dos meios tecnológicos disponíveis e reforçar a capacidade produtiva, a par de uma aposta na descarbonização.

Do total do investimento realizado, 140 milhões de euros representam dispêndios em capital fixo, tendo o remanescente sido canalizado para o reforço de participações financeiras e para fundos de investimento.

No final do ano de 2025, a dívida financeira totalizava 1006 milhões de euros e a posição de caixa era de 237 milhões de euros, sendo a dívida líquida de 769 milhões de euros. O rácio Dívida Líquida/EBITDA foi de 3,87x no final do ano, calculado com base num EBITDA de 199 milhões de euros.

O capital próprio mantém-se acima dos mil milhões de euros, apresentando um ligeiro decréscimo, para o qual contribuiu negativamente a distribuição de dividendos e positivamente o resultado líquido consolidado do exercício.

O lucro por ação situou-se em 9,28 euros.

INDICADORES CONSOLIDADOS

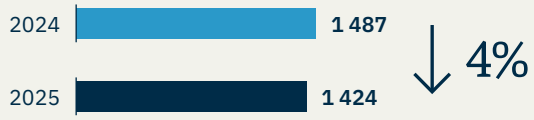
(milhões de euros)	2024	2025	Variação
Rendimentos Operacionais	1 487	1 424	-4%
EBITDA	196	199	2%
Margem EBITDA, %	13,2%	*13,9%*	*0,7pp*
EBIT	109	*98*	*-10%*
Margem EBIT, %	7,3%	*6,9%*	*-0,4pp*
Resultado Líquido	**81**	**46**	**-43%**
Investimento	173	171	-1%
Ativo Líquido	2 631	2 641	0,4%
Capitais Próprios	1 116	1 112	-0,4%
Dívida Líquida	759	769	1%

CONTRIBUTO POR NEGÓCIO

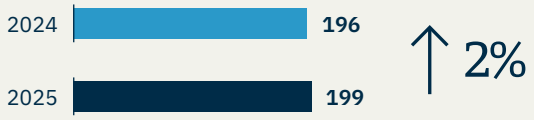
	Consolidado		Bondalti		CUF		WineStone		Outros[1]	
(milhões de euros)	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**
Rendimentos Operacionais	1 487	1 424	555	411	891	970	24,1	25,9	16	16
EBITDA	196	199	71	56	148	162	3,0	2,6	-26	-23
Margem EBITDA, %	13,2%	*13,9%*	12,8%	*13,7%*	16,6%	*16,7%*	12,4%	*10,0%*	n.a.	*n.a.*
EBIT	109	*98*	42	*22*	92	*99*	1,5	*0,3*	-27	*-23*
Margem EBIT, %	7,3%	*6,9%*	7,6%	*5,2%*	10,3%	*10,2%*	6,4%	*1,1%*	n.a.	*n.a.*
Resultado Líquido	**81**	**46**	**41**	**16**	**43**	**51**	**0,58**	**-0,46**	**-4**	**-20**
Investimento	173	171	46	51	107	91	5,9	4,6	14	25
Dívida Líquida	759	769	67	72	526	529	5,9	9,6	160	158

1 Inclui sociedades instrumentais (José de Mello Capital e José de Mello Investimentos), pequenas plataformas (M Dados, Grupo Lifthium e José de Mello Imobiliária) e anulação de saldos e transações intragrupo.

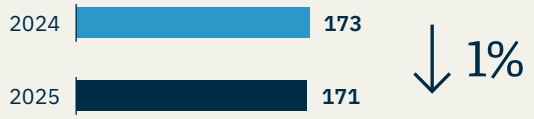
RENDIMENTOS OPERACIONAIS (M€)



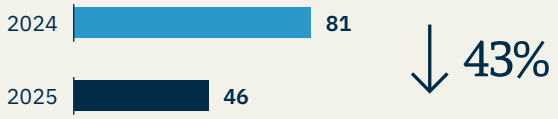
EBITDA (M€)



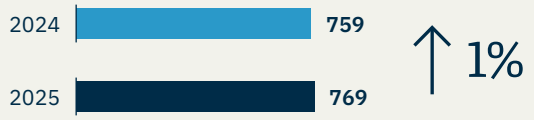
INVESTIMENTO (M€)



RESULTADO LÍQUIDO (M€)



DÍVIDA LÍQUIDA (M€)



O DESEMPENHO DA BONDALTI

Desempenho operacional

A Bondalti alcançou, em 2025, resultados muito positivos, com uma atividade isenta de acidentes industriais graves e elevados índices de fiabilidade na operação, confirmando a trajetória dos últimos anos.

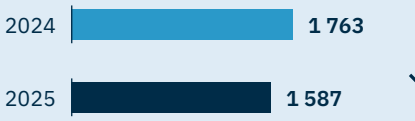
Na Bondalti Chemistry, o ano ficou marcado pela concretização, com sucesso, da maior Paragem Geral de Manutenção do site de Estarreja. O período de paragem contribuiu para uma redução significativa nas quantidades produzidas em 2025, ficando 10% abaixo de 2024.

Este foi um ano intenso na execução de projetos de descarbonização e modernização do site, incluindo a conclusão da reconversão tecnológica dos eletrolisadores de salmoura e o desenvolvimento de projetos de produção e armazenamento de energia. Foi, por isso, um período de investimento significativo, com vista a garantir a competitividade e sustentabilidade desta unidade industrial a longo prazo.

A Bondalti Water Solutions registou, em 2025, um volume de negócios recorde. No âmbito da sua estratégia de crescimento, a Bondalti Water está a levar a cabo, em Portugal e Espanha, diversos projetos de grande dimensão, em vários setores de atividade.

Adicionalmente, ao longo de 2025, a OPA lançada em março de 2024 sobre a espanhola Ercros obteve as aprovações necessárias da Autoridade da Concorrência e da Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV) de Espanha, tendo sido concretizada com sucesso, em março de 2026.

PRODUÇÃO DE QUÍMICOS INDUSTRIAIS (kt)



Desempenho financeiro

O setor químico foi pautado, em 2025, por grandes desafios à escala europeia, o que, juntamente com a Paragem Geral de Manutenção, pressionou os resultados da Bondalti face ao ano anterior. Adicionalmente, em 2025, a Bondalti incorreu em custos operacionais e financeiros não recorrentes, associados ao processo da OPA à Ercros. Ainda assim, a empresa continuou a apresentar uma situação económico-financeira bastante sólida, reforçando a resiliência da empresa face ao setor.

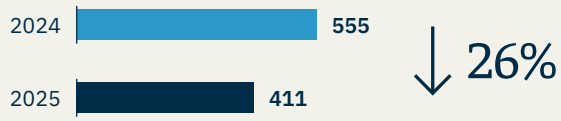
Os proveitos operacionais foram de 411 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 26% face a 2024, sendo fortemente impactados pelos meses da Paragem Geral de Manutenção.

O EBITDA alcançou um valor de 56 milhões de euros, inferior em 21% ao valor registado em 2024, com uma margem EBITDA de 13,7%.

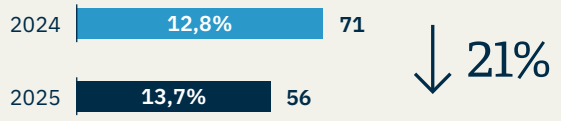
O resultado líquido foi de 16 milhões de euros, com uma deterioração de 61% face a 2024.

Durante 2025, a Bondalti investiu 51 milhões de euros, e consequentemente aumentou a dívida líquida em 5 milhões de euros, atingindo um valor de 72 milhões de euros.

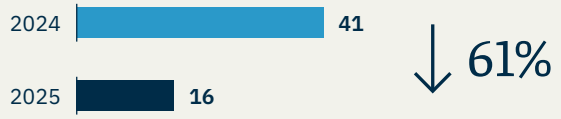
PROVEITOS OPERACIONAIS (M€)



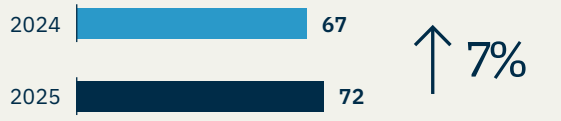
EBITDA (M€) Margem %



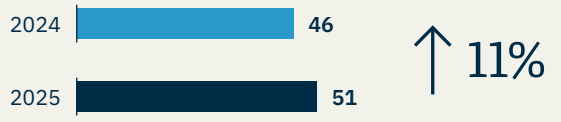
RESULTADO LÍQUIDO (M€)



DÍVIDA LÍQUIDA (M€)



INVESTIMENTO (M€)



O DESEMPENHO DA CUF

Desempenho operacional

A CUF manteve um crescimento sustentado da sua atividade assistencial em 2025, verificando-se uma evolução positiva dos respetivos indicadores face aos períodos homólogos, o que evidencia a confiança da população na rede CUF.

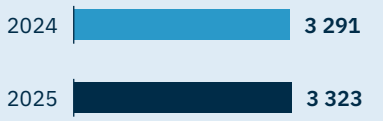
A relevância da rede CUF continuou a ser reforçada, destacando-se a abertura das clínicas de Mafra e do Barreiro, a integração de 13 Centros de Saúde CUF na Grande Lisboa, na sequência da aquisição da miMed, bem como a integração das residências seniores. Ao longo do ano, foi também anunciado o novo Hospital CUF Barreiro, com abertura prevista para 2028, e prosseguiu a construção do Hospital CUF Leiria, com conclusão prevista em 2026.

Destaca-se também o desenvolvimento da parceria com o Grupo Hospital Particular do Algarve (HPA), concretizado já em 2026, depois da conclusão do processo da Autoridade da Concorrência.

A CUF afirma-se hoje, de forma estrutural, como líder no setor da saúde em Portugal, com prestação de serviços de qualidade e diferenciados aos portugueses, ao longo da vida.

O ano de 2025 ficou também marcado pela celebração dos 80 anos da CUF e pela criação da Fundação CUF, para promoção da saúde, bem-estar e investigação científica.

CONSULTAS (milhares)



URGÊNCIAS (milhares)

CIRURGIAS (milhares)

DIAS DE INTERNAMENTO (milhares)

Desempenho financeiro

No exercício de 2025, a CUF registou proveitos operacionais de 970 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 9% face a 2024.

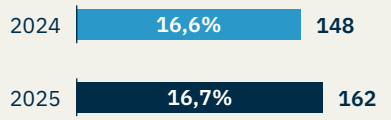
O EBITDA atingiu 162 milhões de euros, refletindo um aumento de 10%. A margem EBITDA situou-se em 16,7%, traduzindo uma melhoria de 0,1 p.p., face ao período homólogo, evidenciando uma evolução positiva da performance operacional.

O resultado líquido foi de 51 milhões de euros, refletindo um aumento de 8 milhões de euros face a 2024.

O investimento realizado no período totalizou 91 milhões de euros, incluindo o valor de aquisição das residências seniores, modernização da infraestrutura tecnológica e expansão da rede CUF, entre outros. A dívida líquida aumentou 3 milhões de euros, para 529 milhões, registando-se, ainda assim, uma melhoria significativa dos rácios financeiros, suportada pelo crescimento do EBITDA.

PROVEITOS OPERACIONAIS (M€)

EBITDA (M€) Margem %



RESULTADO LÍQUIDO (M€)

DÍVIDA LÍQUIDA (M€)

INVESTIMENTO (M€)

O DESEMPENHO DA WINESTONE

Desempenho operacional

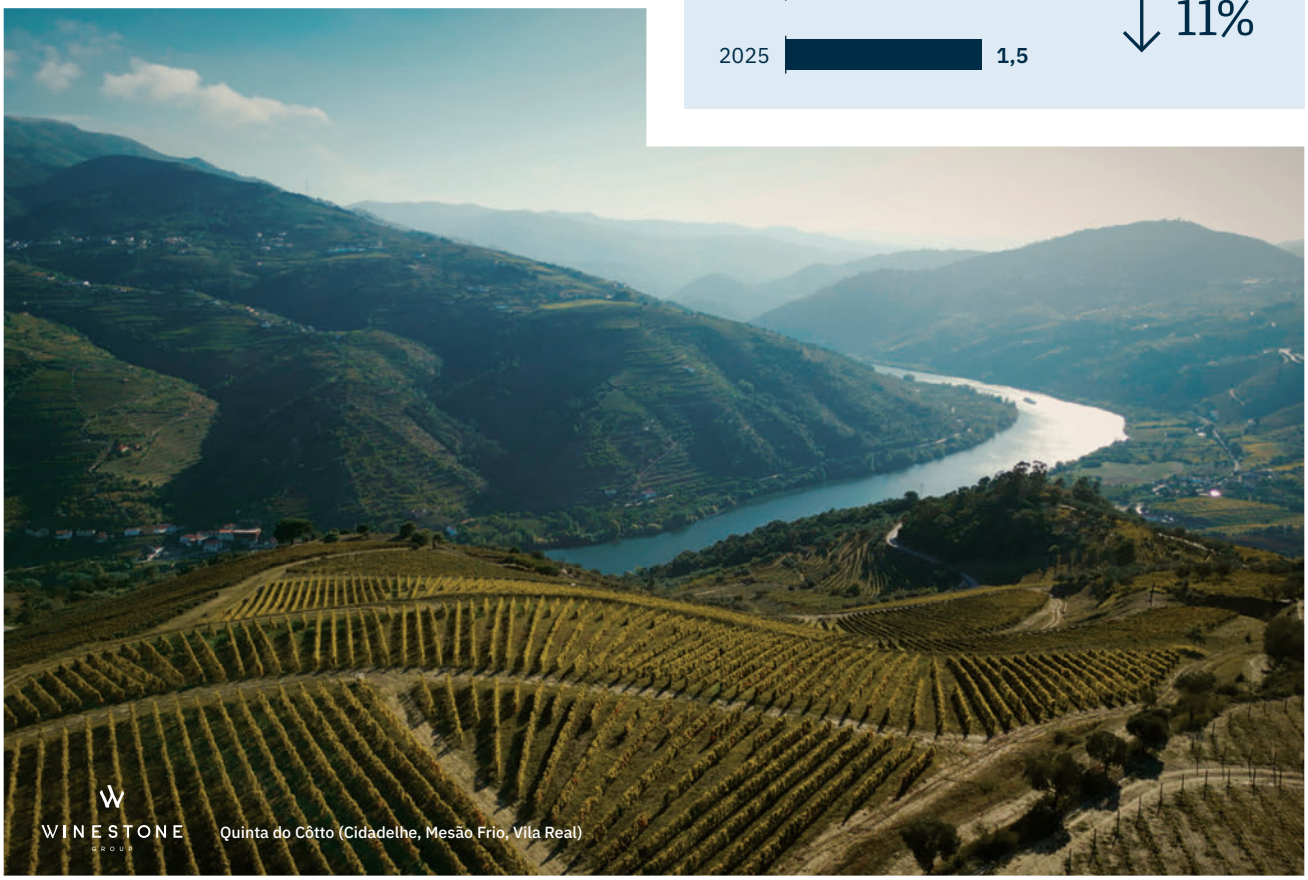
Após a integração das novas quintas e a estabilização das equipas e do modelo de governação, a WineStone concentrou esforços, ao longo de 2025, na execução da sua estratégia de crescimento, com a reformulação da oferta comercial e a ativação de canais de venda nacionais e internacionais, apesar de um contexto setorial complexo e de incerteza quanto às políticas tarifárias.

Paralelamente, avançou no desenvolvimento do WineStone Hub, com conclusão em 2026, e que concentrará as operações de logística, engarrafamento e distribuição, permitindo ganhos de escala e eficiência. Este importante investimento da WineStone teve um impacto efetivo nos resultados de 2025.

No final de 2025, a WineStone processou 1,5 mil toneladas de uva.

UVA (kt)

↓ 11%



Quinta do Côtto (Cidadelhe, Mesão Frio, Vila Real)

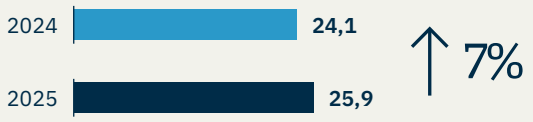
Desempenho financeiro

Os proveitos operacionais foram de 26 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 7% face a 2024.

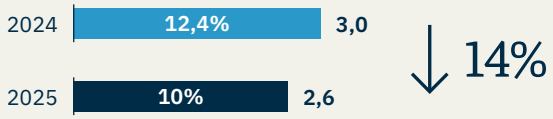
A WineStone alcançou um EBITDA de 2,6 milhões de euros, com uma margem de 10,0% e um resultado líquido de -0,5 milhões de euros.

Em 2025, a WineStone investiu 4,6 milhões de euros, com uma dívida líquida de 9,6 milhões de euros.

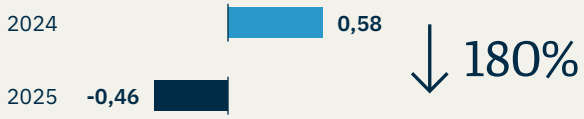
PROVEITOS OPERACIONAIS (M€)



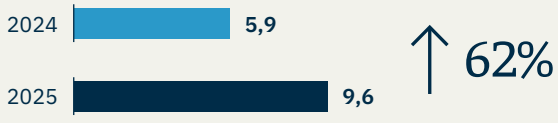
EBITDA (M€) Margem %



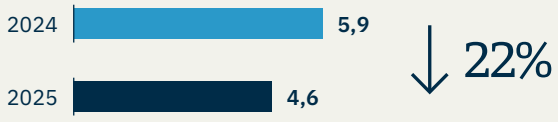
RESULTADO LÍQUIDO (M€)



DÍVIDA LÍQUIDA (M€)



INVESTIMENTO (M€)



3.2 Situação económica e financeira individual

No final de 2025, os investimentos financeiros da Sociedade apresentam um total de 775 milhões de euros (687 milhões de euros, em 2024), traduzindo um aumento que resulta, sobretudo, do efeito da mensuração das participações financeiras detidas pelo método de equivalência patrimonial.

O total do ativo, no montante de 1434 milhões de euros reflete um aumento de cerca de 92 milhões de euros face ao ano anterior, justificado, principalmente, pelas variações positivas da aplicação do método de equivalência patrimonial e reforço de suprimentos e prestações acessórias realizados em participadas. Além das referidas variações positivas, o valor das disponibilidades e instrumentos financeiros com maturidade inferior a 12 meses aumentou cerca de 10 milhões de euros, em resultado dos dividendos recebidos das participadas, superiores aos resultados transitados distribuídos aos acionistas. O aumento do passivo de 225 milhões de euros para 324 milhões de euros, resulta, essencialmente, do aumento da dívida a instituições bancárias, decorrente da renegociação da dívida da estrutura acionista do Grupo, que visou concentrar na José de Mello Capital a dívida financeira anteriormente contratualizada por uma subsidiária.

O capital próprio totaliza 1110 milhões de euros e a sua redução face ao exercício anterior (1117 milhões de euros, em 2024) decorre, fundamentalmente, dos ajustamentos de partes de capital resultantes da mensuração das suas participadas e do pagamento de dividendos aos acionistas, no montante de 28 milhões de euros, reduções parcialmente compensadas pelo resultado positivo apurado no exercício.

No resultado do exercício de 2025, destacam-se os resultados financeiros de 41,1 milhões de euros, que incluem ganhos líquidos de 48,7 milhões de euros, relativos a empresas subsidiárias. Este valor é composto por ganhos de 73,7 milhões de euros e perdas de 25,1 milhões de euros, reconhecidos na mensuração das participações financeiras, com referência ao final do exercício. Adicionalmente, os resultados financeiros incluem perdas de financiamento líquidas de juros de depósitos a prazo, no montante de 8 milhões de euros, superiores às reconhecidas no exercício de 2024 (3,8 milhões de euros), em consequência da concentração de dívida, já referida. Os rendimentos operacionais ascendem a 18,3 milhões de euros, dos quais 10,9 milhões de euros respeitam à reversão de provisão para fazer face a perdas em empresa subsidiária, 3 milhões de euros relativos a prestações de serviços e 2 milhões de euros resultantes da mais-valia na alienação do imóvel classificado como ativo não corrente detido para venda no final do exercício de 2024. Os gastos operacionais, de 20,2 milhões de euros, respeitam essencialmente a gastos com o pessoal, no montante de 12,9 milhões de euros e fornecimentos e serviços externos de 4,5 milhões de euros. O resultado líquido do exercício é, ainda, influenciado pelo impacto positivo do consolidado fiscal dominado pela José de Mello Capital, em 3,2 milhões de euros.

Do exposto, o exercício encerrou com um resultado positivo de 42,5 milhões de euros.

Considera-se que a Sociedade dispõe de recursos adequados para dar continuidade à sua atividade de prestação de serviços e cumprir integralmente com as suas obrigações.

Em cumprimento do disposto na legislação em vigor, declara-se que, à data do balanço, não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem existem dívidas ao Setor Público Estatal cujo pagamento esteja em mora.

3.3 Declaração de conformidade

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submete à apreciação dos acionistas as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o relatório de gestão referentes ao exercício de 2025, na firme convicção de que, tanto quanto é do seu conhecimento, i) a informação nele contida foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da José de Mello Capital e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação; ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da José de Mello Capital e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a José de Mello Capital se defronta na sua atividade.

3.4 Perspetivas 2026

O enquadramento para 2026 mantém-se condicionado por um ambiente internacional volátil, com riscos associados a tensões geopolíticas, fricções comerciais e potencial volatilidade dos mercados financeiros. Na Europa, o crescimento e a confiança empresarial deverão continuar a depender da evolução do comércio global, do preço da energia e do ritmo de desinflação, num contexto em que a política monetária tenderá a manter uma orientação dependente dos dados.

Para o Grupo José de Mello, este enquadramento reforça a importância de acompanhar, de forma sistemática, quatro vetores com impacto direto no portefólio: (i) energia e matérias-primas, com influência material no perfil de custos e competitividade (em particular na Bondalti); (ii) inflação e poder de compra, com efeitos na procura e na estrutura de custos, incluindo pressão salarial e de fornecedores; (iii) taxas de juro e condições de financiamento, relevantes para negócios intensivos em investimento e com necessidades recorrentes de capital (incluindo infraestruturas e expansão de capacidade); e (iv) dinâmica do investimento (público e privado), com reflexos na procura e no ritmo de execução de projetos.

Num contexto de maior imprevisibilidade externa, a disciplina financeira, a gestão prudente de risco (incluindo cobertura e diversificação quando aplicável) e a capacidade de adaptação operacional permanecem determinantes para sustentar a resiliência do desempenho do Grupo.

3.5 Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício de 2025 foi de 42 489 100,59 euros, propondo-se a sua aplicação em Resultados Transitados.

Para efeitos de distribuição aos Acionistas e atendendo à existência de resultados acumulados disponíveis, propõe-se a distribuição a título de Resultados Transitados, reportados a 31 de dezembro de 2025, do montante de 25 600 000 euros.

Lisboa, 7 de maio de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vasco Maria Guimarães José de Mello
Presidente

Pedro Maria Guimarães José de Mello
Vice-presidente

Salvador Maria Guimarães José de Mello
Vice-presidente

António Mota de Sousa Horta Osório

Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

João Maria Guimarães José de Mello

João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

Luísa Deplazes de Andrade Delgado

Maria Inês Lopes Caldeira

Raúl Catarino Galamba de Oliveira

Rui Alexandre Pires Diniz

BONDALTI Complexo Químico de Estarreja (Aveiro)

DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

4.1 Divulgações gerais 62
4.2 Informação ambiental 88
4.3 Informação social 99
4.4 Informação de governação 107
4.5 Outros temas materiais de sustentabilidade 115

4.1 Divulgações gerais

O presente capítulo tem por base o exercício de reflexão estratégica conduzido pela José de Mello, no qual foram analisados os impactos, riscos e oportunidades do seu modelo de negócio, considerando tanto a sua atividade como a das suas participadas.

Neste âmbito, foram realizadas avaliações de dupla materialidade quer ao nível da José de Mello, enquanto sociedade-mãe, quer ao nível de cada um dos seus negócios. Destas análises resultaram matrizes de materialidade específicas por negócio e, subsequentemente, uma matriz consolidada de Grupo, que integra e harmoniza os temas prioritários identificados.

Os resultados deste processo encontram-se refletidos nas estratégias das empresas do Grupo, garantindo que os temas materiais apurados orientam a definição de compromissos, objetivos e metas concretas, operacionalizados através de planos de ação implementados, tanto na holding como nas respetivas empresas participadas.

4.1.1 Base de elaboração

O Relato de Sustentabilidade é apresentado sob a forma de "Demonstração de Sustentabilidade" ("Demonstração"), preparada de acordo com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI 2021), incluindo a correspondente tabela de indexação GRI no Capítulo 7.2.

A Demonstração tem sido progressivamente alinhada com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), aprovadas pelo Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão Europeia, de 31 de julho de 2023, posteriormente retificado pelo Regulamento Delegado (UE) 2024/90241, de 19 de abril de 2024. A sua organização assenta nos seguintes blocos de informação:

DIVULGAÇÕES GERAIS
Enquadram os critérios de preparação do relatório e o modelo de governação, explicitando o enquadramento metodológico e os princípios orientadores do reporte, bem como a estratégia, o modelo de negócio e a integração da sustentabilidade na orientação corporativa, incluindo a identificação dos tópicos materiais

INFORMAÇÃO AMBIENTAL
Descreve os riscos e oportunidades considerados materiais, as políticas e metas definidas pela José de Mello e, quando aplicável, pelas suas participadas, bem como a resposta aos requisitos da Taxonomia da União Europeia

INFORMAÇÃO SOCIAL
Relativa às pessoas que integram o Grupo e aos impactos da sua atividade nas comunidades, abrangendo igualmente aspetos de responsabilidade social corporativa

INFORMAÇÃO DE GOVERNAÇÃO
Inclui matérias relacionadas com cultura organizacional, investimento responsável e inovação

A estrutura da Demonstração assegura coerência com o exercício de dupla materialidade realizado em 2025 pela José de Mello, garantindo que os temas objeto de divulgação correspondem aos impactos, riscos e oportunidades mais significativos para o negócio e para as partes interessadas.

O perímetro de consolidação da informação reportada abrange as empresas CUF, Bondalti e WineStone. No caso da Lifthium, atendendo a que se encontra ainda em fase de projeto, os respetivos dados foram considerados exclusivamente no âmbito das divulgações de natureza social.

Ao longo da presente Demonstração, os diferentes subcapítulos desenvolvem os temas materiais identificados, tanto ao nível da holding, como das plataformas de negócio, incluindo, sempre que aplicável, a descrição, não exaustiva, das políticas adotadas, das ações desenvolvidas e das métricas utilizadas para monitorização. Adicionalmente, são evidenciadas algumas iniciativas selecionadas, promovidas em 2025 pela holding e pelas unidades de negócio. Estas iniciativas são exemplificativas, não representando a totalidade das ações desenvolvidas no período em referência. Para conhecimento detalhado do desempenho de cada uma das participadas podem ser consultados os seus relatórios de gestão.

A informação apresentada visa retratar, de forma fiel e clara, a posição do Grupo, oferecendo simultaneamente uma perspetiva integrada das suas políticas, procedimentos, modelos de gestão e resultados operacionais, em alinhamento com os referenciais aplicáveis.

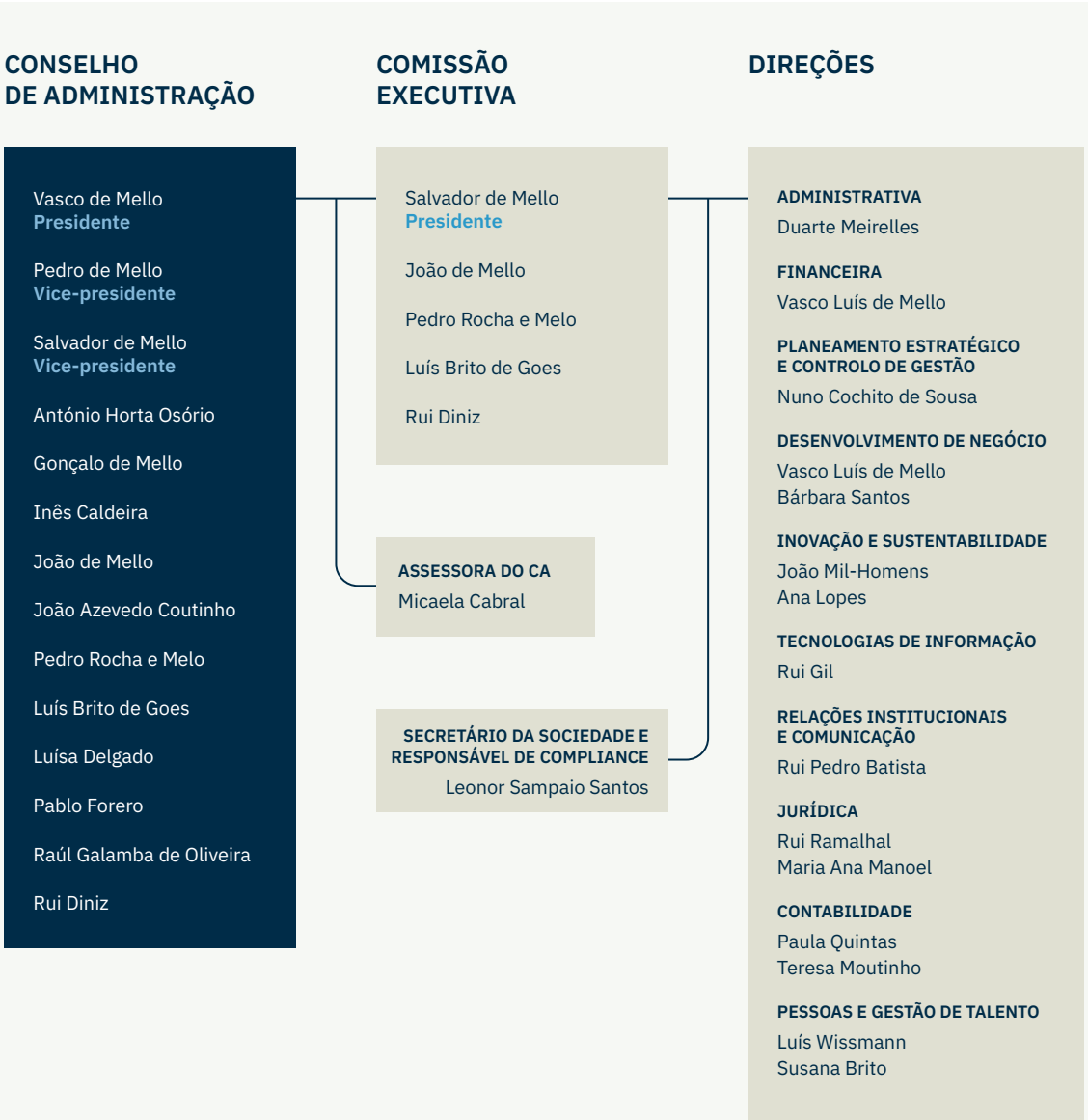
A Demonstração de Sustentabilidade observa ainda as orientações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aplicáveis a este tipo de reporte, bem como os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 89/2017, atualmente em vigor, assegurando a adequada divulgação de informação não financeira e de diversidade, nos termos exigidos às grandes empresas e grupos.

4.1.2 Governação

GRI 2-9, 2-10, 2-11, 2-12, 2-13, 2-17, 2-19, 405-1

O modelo de governo da José de Mello foi projetado para apoiar a concretização do seu Propósito, garantindo a excelência na gestão, ética e integridade do seu portefólio e respetivas atividades, respeitando as melhores práticas de governo no seu setor de atividade.

O funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a conduta dos seus membros são regidos por requisitos legais, pelos Estatutos, pelo Código de Conduta e pelos respetivos Regulamentos. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com a lei e os Estatutos. A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração de acordo com os Estatutos e o respetivo Regulamento. Os mandatos em vigor a 31 de dezembro de 2025, referem-se ao período 2024-2026.


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Vasco de Mello
Presidente
Pedro de Mello
Vice-presidente
Salvador de Mello
Vice-presidente
António Horta Osório
Gonçalo de Mello
Inês Caldeira
João de Mello
João Azevedo Coutinho
Pedro Rocha e Melo
Luís Brito de Goes
Luísa Delgado
Pablo Forero
Raúl Galamba de Oliveira
Rui Diniz
COMISSÃO EXECUTIVA
Salvador de Mello
Presidente
João de Mello
Pedro Rocha e Melo
Luís Brito de Goes
Rui Diniz
ASSESSORA DO CA
Micaela Cabral
SECRETÁRIO DA SOCIEDADE E RESPONSÁVEL DE COMPLIANCE
Leonor Sampaio Santos
DIREÇÕES
ADMINISTRATIVA
Duarte Meirelles
FINANCEIRA
Vasco Luís de Mello
PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E CONTROLO DE GESTÃO
Nuno Cochito de Sousa
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO
Vasco Luís de Mello
Bárbara Santos
INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
João Mil-Homens
Ana Lopes
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
Rui Gil
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COMUNICAÇÃO
Rui Pedro Batista
JURÍDICA
Rui Ramalhal
Maria Ana Manoel
CONTABILIDADE
Paula Quintas
Teresa Moutinho
PESSOAS E GESTÃO DE TALENTO
Luís Wissmann
Susana Brito

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Constituição	Competências
Presidente Leonor Sampaio Santos **Secretário** Rute Dias Salgueiro	Compete à Mesa da Assembleia Geral, através do seu presidente, convocar e dirigir as reuniões da Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Constituição	Competências
Presidente Vasco Maria Guimarães José de Mello **Vice-presidentes** Pedro Maria Guimarães José de Mello Salvador Maria Guimarães José de Mello **Vogais** Gonçalo Maria Guimarães José de Mello João Maria Guimarães José de Mello João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho João Pedro Stilwell Rocha e Melo Luís Brito de Goes Raúl Catarino Galamba de Oliveira Rui Alexandre Pires Diniz **Independente** António Horta Osório **Independente** Luísa Deplazes de Andrade Delgado **Independente** Maria Inês Lopes Caldeira **Independente** Pablo Forero	A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por catorze membros[1], eleito pelos acionistas em Assembleia Geral. Este órgão é responsável pela gestão dos negócios da Sociedade e pela definição e acompanhamento das suas orientações estratégicas. Cabe-lhe, ainda, deliberar sobre todas as matérias que, por lei, não são delegáveis na Comissão Executiva.

1 Pablo Forero apresentou a sua renúncia ao cargo, que produziu efeito a partir de 1 de janeiro de 2026. Não foi efetuada nenhuma cooptação ou nomeação para a sua substituição.

Vasco Maria Guimarães José de Mello

É presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e da Brisa e também presidente da Direção da Fundação Amélia de Mello e membro da direção da Associação Business Roundtable Portugal, para além de membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa.

Iniciou o seu percurso profissional no Citigroup em Nova Iorque, quando frequentou, em 1978 e 1979, o *training program* desta instituição, após o que foi desafiado pelo pai, José Manuel de Mello, para participar, em Portugal, no processo de reconstrução do Grupo empresarial, ficando sobretudo com responsabilidades na área financeira. Entre 1992 e 2000, foi presidente do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império, tendo desempenhado, em parte desse período, funções de membro do Conselho de Administração da SIC. Na sequência da reconfiguração do Grupo José de Mello em 2000, após a fusão dos ativos financeiros no Banco Comercial Português, assumiu funções de Vice-presidente da José de Mello, a que passou a presidir em 2004. Foi também vice-presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português (2000 a 2007), membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP e membro dos conselhos de administração da ONI e da concessionária espanhola Abertis.

É licenciado em Gestão de Empresas pelo American College, na Suíça.
É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Católica Portuguesa.

Pedro Maria Guimarães José de Mello

É Vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da Sociedade Agrícola D. Diniz e da Sociedade Agrícola do Vale de Perditos.

Iniciou o seu percurso profissional no início da década de 80, no setor têxtil, nos Estados Unidos da América e na Suíça, após o que regressou a Portugal, para assumir funções de administração executiva em diversas empresas do mesmo setor no Porto. Assumiu depois inúmeros cargos de gestão em diferentes empresas participadas do Grupo José de Mello, nomeadamente na Soponata, Lis Sado, Efacec e MDados, como presidente do Conselho de Administração, e Lisnave, CUF e Bondalti Capital, como vice-presidente do Conselho de Administração. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrogal.

É licenciado em Engenharia Têxtil pela Universidade de Barcelona.

Salvador Maria Guimarães José de Mello

É Vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e Presidente da Comissão Executiva desde janeiro de 2021, no contexto de uma nova etapa de desenvolvimento do Grupo José de Mello. É também presidente do Conselho de Administração da CUF.

Iniciou a sua atividade profissional na Lisnave, tendo sido administrador da empresa entre 1992 e 1995, após o que assumiu funções de administrador executivo da José de Mello Capital. Em 2001, passou a desempenhar funções de presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da José de Mello Saúde (atual CUF), tendo sido responsável por uma forte dinâmica de crescimento, resultando na expansão da empresa a uma rede de duas dezenas de hospitais e clínicas, afirmando-a como a líder na prestação de cuidados de saúde privados em Portugal e posicionando-a como a marca de saúde mais reconhecida pelos portugueses. Foi também Presidente do Health Cluster Portugal entre 2017 e 2021.

É licenciado em Ciências Económicas e Administração de Empresas na Universidade de Neuchâtel, na Suíça.

António Mota de Sousa Horta Osório

É administrador não executivo da José de Mello Capital. Paralelamente, exerce funções como presidente do Conselho de Administração da empresa farmacêutica BIAL e como vice-presidente do Conselho de Administração do banco Credit Commercial de France (CCF). O seu percurso inclui ainda a participação em órgãos de administração de instituições como a Fundação Champalimaud, o banco Velo, na Polónia, e a Stichting/Enable INPAR, bem como o papel de Senior Advisor de organizações de referência como a Cerberus, Mediobanca, McKinsey e Precision Capital.

Anteriormente, António Horta Osório foi presidente do Credit Suisse Group entre maio de 2021 e janeiro de 2022. Antes disso, foi CEO do Lloyds Banking Group, cargo para o qual foi nomeado em 2011 a convite do Governo britânico, tendo liderado o banco durante 10 anos. Sob a sua liderança, o Lloyds foi recuperado e devolveu integralmente o dinheiro dos contribuintes em 2017.

Antes de integrar o Lloyds, desempenhou várias funções de gestão no Grupo Santander, entre 1993 e 2010, nomeadamente como CEO em Portugal, no Brasil e no Reino Unido, onde liderou a reestruturação do Abbey National, adquiriu o Alliance & Leicester e o Bradford & Bingley durante a Grande Crise Financeira, e fundiu essas instituições no Santander UK, em 2010.

António Horta Osório é licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, possui um MBA pelo INSEAD e completou o Advanced Management Program na Harvard Business School. Foi distinguido com Doutoramentos *Honoris Causa* pela University of Edinburgh, University of Bath, University of Warwick, University of Birmingham e pela Universidade Católica Portuguesa.

António Horta Osório foi condecorado, em 2021, com o título de Cavaleiro pela Rainha Isabel II, em reconhecimento pelo seu contributo para os serviços financeiros, bem como pelos serviços voluntários prestados à saúde mental e à cultura.

Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

É administrador não executivo da José de Mello Capital e sócio fundador da Menlo Capital.

Desenvolveu a sua carreira no Grupo José de Mello durante mais de 15 anos, passando pela área financeira, na M Fiduciária, e pela área química, tendo sido, entre outras funções, administrador da Quimitécnica e da Fisipe. Em 2012, fundou a sua própria empresa de *private equity*, a Menlo Capital, na qual tem desenvolvido a sua atividade profissional, sendo administrador de várias empresas participadas pelos fundos e veículos geridos pela empresa.

É licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade de Lausanne (HEC) e MSc em Gestão pela Universidade de Stanford.

João Maria Guimarães José de Mello

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Bondalti Capital.

Com mais de 30 anos de experiência profissional no setor químico, integra o Conselho Geral da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação, em representação da Bondalti Capital, e é vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Industrial Portuguesa (AIP).
Foi presidente da Direção e da Assembleia Geral da APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação.

Com formação em Gestão de Empresas pela École d'Administration et de Direction d'Entreprises, na Suíça, concluiu posteriormente os estudos universitários em Técnicas Têxteis Industriais na Universidade Católica de Lovaina, em Tournai, tendo ainda realizado formação em várias áreas de gestão e completado o programa Liderança para Top Managers, no International Institute for Management Development (IMD), na Suíça.

João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

É administrador não executivo da José de Mello Capital, e da Bondalti Capital.

Com mais de 35 anos de experiência profissional, iniciou a sua carreira na Coopers & Lybrand, tendo sido depois diretor da área de banca de investimento do Deutsche Bank em Portugal. Foi também administrador executivo do Banco Mello de Investimento e da Brisa, na qual detinha o pelouro financeiro e responsabilidades por diversas áreas e empresas subsidiárias. Foi ainda administrador e, posteriormente, presidente do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias, no Brasil.

É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, completou o Programa de Formação em Gestão de Liderança para Top Managers no IMD International, na Suíça, e o Advanced Management Program na Harvard Business School, nos Estados Unidos da América.

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

É administrador executivo da José de Mello Capital, vice-presidente não executivo da CUF e administrador não executivo da Bondalti Capital.

Iniciou o seu percurso profissional na área da banca de investimentos, tendo sido presidente da Comissão Executiva do Banco Mello de Investimentos, administrador do Banco Mello, da Companhia de Seguros Império e da Mello Valores. Foi também vice-presidente executivo da Brisa, entre 2002 e 2020, e presidente da Via Verde Portugal, entre 2003 e 2008.

Foi ainda vice-presidente da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, entre 2015 e 2022, e membro da direção da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, entre 2006 e 2019.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

Luís Brito de Goes

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da MGI Capital, da WineStone, José de Mello Imobiliária, José de Mello Investimentos, Comitur Imobiliária e Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo e Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária. É também administrador não executivo da Brisa e da BCR, S.A.

Com mais de 30 anos de experiência profissional, Luís Brito de Goes iniciou o seu percurso profissional na Deloitte, tendo sido depois especialista nas áreas de corporate e financeira na sociedade de advogados Vieira de Almeida. Ingressou na José de Mello em 2000, como diretor jurídico, tendo assumido, ao longo dos anos, inúmeras funções de gestão em diferentes áreas e empresas participadas do Grupo José de Mello.

É licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa e participou no Programa AMP da Kellogg.

Luísa Deplazes de Andrade Delgado

É administradora não executiva da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração da Swarovski International Holding AG, vice-presidente do Grupo Dia/Espanha e Senior Independent Director e presidente da sua comissão de nomeações e retribuições, e administradora não executiva da EFG International/Suíça, Ingka-IKEA/Países Baixos, da Telia/Suécia, e da Fortum/Finlândia. É também ativa em investimentos de *private equity* e investidora e co-empreendedora independente, e Senior Advisor dos grupos familiares Proeza/México e Rubelli/Itália.

Com mais de 30 anos de experiência executiva global em FMCG, no Luxo, na Distribuição e Tecnologia, foi, até 2018, CEO do Grupo Safilo, líder mundial no desenho e na produção e distribuição de óculos de luxo, cotado na bolsa de Milão, e, antes, membro do conselho executivo da SAP SE, na Alemanha. Anteriormente, durante mais de 21 anos, esteve na Procter & Gamble, no final como CEO local da região Nordic, na Suécia, e, antes, como Chief HR Officer regional da Europa, na Suíça, e também ocupou outros lugares de gestão locais e regionais no Reino Unido, na Bélgica e em Portugal, onde começou a sua carreira.

É membro do Corporate Governance Council do INSEAD e Mentor de CEO e candidatos a CEO no Chair Mentoring International CMi, e para startups e futuras conselheiras não executivas.

É licenciada em Direito pela Universidade de Genebra, tem um LLM do King's College da Universidade de Londres, um diploma de pós-graduação em Estudos Europeus da Universidade Lusíada, e o diploma de "Non Executive Director" do Financial Times.

É suíça por nascimento, portuguesa por casamento e vive na Suíça.

Maria Inês Lopes Caldeira

É administradora não executiva da José de Mello Capital e diretora-geral adjunta no Grupo L'Oreal, na área de Produtos de Grande Consumo.

Com mais de 24 anos de experiência profissional no líder mundial de Beleza, trabalhou em diversas geografias europeias e asiáticas, tendo desempenhado cargos locais, regionais e globais.

Baseada em Paris, é atualmente responsável pela estratégia e *go to market* nos países emergentes.

É atualmente Chairwoman para a Diversidade no ESSEC, em França.

É licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.

Com fortes vínculos a Portugal, é membro do Conselho da Diáspora Portuguesa.

Pablo Arturo Forero Calderon

É administrador não executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração da Caixabank Asset Management SGIIC, administrador independente do banco HSBC Europe, até abril de 2025, e, a partir desta data, administrador independente do Banco Caixabank, S.A.

Com mais de 40 anos de experiência profissional, iniciou o seu percurso na Arthur Andersen, tendo sido depois responsável pelas áreas de tesouraria e mercado de capitais do Manufacturers Hannover Bank, Chief Investment Officer da J P Morgan Asset Management, onde foi também administrador executivo. Foi ainda administrador executivo do Banco Caixabank e presidente da Comissão Executiva do Banco BPI, em Portugal.

É licenciado em Economia e Macroeconomia pela Universidad Autonoma de Madrid.

Pablo Forero renunciou ao cargo e deixou de exercer funções na José de Mello Capital a partir de 1 de janeiro de 2026.

Raúl Catarino Galamba de Oliveira

É administrador não executivo da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal e membro do Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e da CUF.

Foi senior partner na McKinsey, desenvolvendo a sua atividade de serviço a clientes no setor financeiro (bancos, seguradoras e operadores de pagamentos) na Europa, América do Sul e Médio Oriente.

Ao longo da sua carreira, desempenhou diversas responsabilidades de gestão na McKinsey, incluindo Managing Partner de Portugal e Espanha, Managing Partner da prática de *global risk management* e membro do Board of Directors global.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, onde concluiu também um Master em Sistemas, e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

Rui Diniz

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente executivo da CUF. É também presidente do Conselho de Administração da Fundação Alfredo de Sousa e presidente do Conselho Fiscal da ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Iniciou a sua atividade profissional na McKinsey, onde esteve durante 14 anos, tendo desempenhado funções como consultor, Senior Partner e Office Manager do escritório da consultora em Portugal.

Foi ainda vice-presidente executivo da Efacec e administrador não executivo da Brisa durante 10 anos, além de ser promotor e fundador do Inclusive Community Forum da Nova SBE, uma iniciativa que tem como missão estruturar e desenvolver iniciativas orientadas para uma melhor inclusão de pessoas com deficiência na comunidade.

É licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

COMISSÃO EXECUTIVA

Constituição	Competências
Presidente Salvador Maria Guimarães José de Mello **Vogais** João Maria Guimarães José de Mello João Pedro Stilwell Rocha e Melo Luís Brito de Goes Rui Alexandre Pires Diniz	A Comissão Executiva exerce a gestão corrente da atividade da Sociedade, no âmbito da delegação de poderes que lhe foi conferida pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe, designadamente, a coordenação e acompanhamento permanente da gestão e dos projetos desenvolvidos pela Sociedade e suas participadas.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Constituição	Competências
Leonor Sampaio Santos **Suplente** Rute Dias Salgueiro	O Secretário da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade da sua atuação com a legislação aplicável, com os estatutos da Sociedade e com os seus regulamentos internos.

FISCAL ÚNICO

Constituição	Competências
RSM e Associados – SROC, Lda. **Suplente** António José Lino do Patrocínio Santos	O Fiscal Único tem como principal competência a fiscalização da atividade da Sociedade.

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Constituição	Competências
Presidente Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins **Vogais** Maria Luísa Guimarães José de Mello do Amaral Cabral Pedro Norton de Matos Pedro Maria Guimarães José de Mello Vasco Maria Guimarães José de Mello	Cabe à Comissão de Remunerações elaborar e propor para aprovação da Assembleia Geral da Sociedade a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como fixar a sua remuneração.

4.1.3 Estratégia, modelo de negócio e sustentabilidade

GRI 2-6, 2-24, 2-25, 201-4

A José de Mello desenvolve e gere os seus negócios com o propósito de assegurar a solidez, a resiliência e a longevidade do Grupo, promovendo uma atuação responsável do ponto de vista económico, ambiental e social. Estes princípios encontram-se incorporados na sua estratégia e no seu modelo de negócio, permitindo reforçar a capacidade de adaptação, proteger a reputação institucional e responder de forma estruturada aos desafios e oportunidades dos setores em que opera.

O Grupo definiu prioridades estratégicas que enquadram a sua abordagem à gestão de riscos e à criação de valor a longo prazo, com enfoque, entre outros, na descarbonização, na valorização do capital humano, na proteção do ambiente e na relação com as comunidades. Estas prioridades foram validadas no mais recente exercício de dupla materialidade, refletindo os temas com maior relevância estratégica e aqueles que podem influenciar de forma mais significativa o desempenho, a posição competitiva e a reputação da José de Mello.

A José de Mello reconhece que da natureza e dimensão das suas atividades resultam impactos e surgem riscos e oportunidades. A gestão de infraestruturas, a utilização de recursos naturais, a complexidade das cadeias de abastecimento e a presença em diferentes geografias exigem mecanismos robustos de controlo interno, prevenção e mitigação de riscos, bem como uma monitorização contínua do enquadramento regulatório e das expectativas das partes interessadas.

Neste contexto, o Grupo orienta a sua atuação para o reforço da resiliência organizacional e para a criação de valor sustentável no longo prazo. Tal concretiza-se através da redução de exposições a riscos ambientais e sociais, da promoção de práticas responsáveis ao longo da cadeia de valor, do investimento em inovação e eficiência operacional e do desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a confiança, a reputação e a perenidade do Grupo nas comunidades onde está presente.

A abordagem aos temas de sustentabilidade no Grupo José de Mello é conduzida de forma independente nas várias empresas do Grupo. Os impactos, riscos e oportunidades associados aos temas materiais são considerados nas estratégias das plataformas de negócio, desde a análise de novas oportunidades de negócio e investimentos até à gestão quotidiana das operações e das suas Pessoas.

Com o objetivo de assegurar a longevidade e a robustez da sua atividade, em coerência com o seu Propósito, a holding do Grupo definiu, em 2022, uma Agenda de Sustentabilidade estruturada a partir dos temas materialmente relevantes para a empresa. Estes temas foram identificados pela sua relevância para a geração de impactos económicos, ambientais e sociais, tanto ao nível da organização como junto dos seus parceiros e da sociedade, considerando igualmente os riscos e oportunidades associados.

Esta Agenda, desenvolvida pela Direção de Inovação e Sustentabilidade (DIS) em articulação com as diferentes direções da empresa e aprovada pelo Conselho de Administração, estruturou-se em três eixos estratégicos — Criação de Valor, Planeta e Pessoas — agregando, nessa altura, nove temas materiais que reforçavam a centralidade das Pessoas na estratégia, a promoção de vantagens competitivas sustentadas e a responsabilidade no contexto da ação climática.

Em 2025, a José de Mello promoveu uma nova consulta às suas partes interessadas e procedeu à revisão dos temas materiais, à luz da evolução do contexto regulatório, das dinâmicas setoriais e das prioridades estratégicas da empresa. Deste processo resultou a atualização da matriz de materialidade da holding e a matriz consolidada do Grupo, que anteriormente não tinha sido mapeada.

A matriz de materialidade da José de Mello sustentou a revisão da Agenda de Sustentabilidade da empresa, alinhada com os desafios atuais e ambicionando a criação de valor duradouro pelo reforço da resiliência, promoção da longevidade, gestão responsável do risco e salvaguarda da reputação.

4.1.4 Materialidade

GRI 2-12, 2-14, 3-1, 3-2

Abordagem

O processo de avaliação de dupla materialidade desenvolvido pela José de Mello teve por objetivo de identificar os impactos, riscos e oportunidades (IRO) mais relevantes na sua atividade e na das suas

participadas, o exercício produziu uma lista consolidada de IRO do Grupo e uma matriz específica da holding. Este processo, que foi norteado pelos requisitos da CSRD, e alinhado com a visão de negócio da José de Mello, sustentou-se numa metodologia consistente e no envolvimento das partes interessadas em todos os negócios.

Análise de Dupla Materialidade (Double Materiality Assessment – DMA) da José de Mello e participadas envolveu a avaliação da materialidade de impacto, através da identificação dos seus efeitos e da sua cadeia de valor sobre as pessoas e o ambiente (perspetiva *inside-out*), e da materialidade financeira, através da avaliação dos riscos e oportunidades que afetam os fluxos de caixa, o desempenho, o desenvolvimento e o posicionamento das empresas do Grupo (perspetiva *outside-in*).

Esta abordagem estruturada assegura que os temas materiais e os riscos associados são considerados na tomada de decisão e na estratégia empresarial. Ao alinhar-se com os processos de gestão de risco da empresa, esta metodologia permite a identificação proativa de potenciais desafios e oportunidades, apoiando uma tomada de decisão informada, a solidez organizacional e a geração de valor sustentável a longo prazo.

ABORDAGEM DE DUPLA MATERIALIDADE

O exercício realizado em 2025 foi implementado em cinco etapas, tal como abaixo descritas.

ETAPAS	HOLDING	PLATAFORMAS
1	Análise de *benchmark* de metodologias de consolidação em holdings Reuniões de auscultação a *stakeholders* internos e externos	Análise de *benchmark* dos subtópicos materiais das diferentes plataformas e potenciais subtópicos materiais para o consolidado
2	Criação de uma lista de IRO Reuniões de auscultação a *stakeholders* internos e externos Classificação de impactos, riscos e oportunidades, de acordo com o seu horizonte temporal, localização na cadeia de valor, se são reais ou potenciais, entre outros	Definição de uma metodologia de consolidação *bottom-up* dos IRO das plataformas Definição dos indicadores de ponderação
3	Realização de 1 workshop de capacitação Avaliação dos impactos, riscos e oportunidades	Aplicação da metodologia de consolidação
4	Pré-calibração dos resultados da holding e das plataformas	
5	Criação de uma lista final de IRO Construção da Matriz de Dupla Materialidade e determinação dos tópicos materiais preliminares Apresentação e calibração dos resultados de avaliação final da análise de dupla materialidade Determinação dos tópicos materiais e conexão com os requisitos obrigatórios de divulgação, de acordo com as ESRS Calibração final dos resultados	

Muito importante para o resultado deste exercício na José de Mello foi a auscultação a *stakeholders* realizada na Etapa 1 e que implicou 17 reuniões com *stakeholders* internos (8) e externos (9). Além das reuniões realizadas com estes *stakeholders*, foram também auscultados os colaboradores da José de Mello. O envolvimento das partes interessadas foi um elemento central do processo de DMA de todas as empresas do Grupo, permitindo rever, validar e classificar a materialidade dos temas e dos IRO. Cada plataforma identificou partes interessadas específicas que poderiam afetar ou ser afetadas pelas suas operações.

A avaliação dos IRO consolidados do Grupo seguiu a metodologia proposta pelo European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG), avaliando-se os impactos através de dois parâmetros, a severidade ou magnitude (conforme impacto negativo ou positivo) e a probabilidade de ocorrência. O parâmetro da severidade foi desagregado em três sub-parâmetros para os aspetos negativos (escala, âmbito e remediabilidade) e dois para os impactos positivos (escala e âmbito). No que respeita à avaliação dos riscos e oportunidades, ambos foram avaliados quanto à magnitude do impacto financeiro e quanto à probabilidade de ocorrência. Na avaliação dos riscos financeiros, foi definido como referência de impacto o EBITDA da José de Mello do ano de 2024.

A abordagem utilizada para a construção da longa lista de impactos, riscos e oportunidades consolidada do Grupo foi *bottom-up*, através da compilação dos IRO materiais das três plataformas com análise de dupla materialidade – Bondalti, CUF e WineStone.

AVALIAÇÃO DA DUPLA MATERIALIDADE

Nas figuras seguintes podem observar-se as etapas de consolidação dos **riscos e oportunidades** das plataformas da José de Mello

Impactos

1 **Análise e recolha de todos os subtópicos materiais** resultantes dos exercícios de DMA da Bondalti, CUF e WineStone, com base nos impactos positivos e negativos.

2 **Desenvolvimento de matriz comparativa**, considerando dois indicadores: as emissões de carbono de Âmbito 1 e 2 e o número de colaboradores para cada uma das plataformas.[1]

3 **Cálculo do valor ponderado**, considerando o peso de cada uma das plataformas relativamente aos dois indicadores selecionados.[2]

4 **Análise dos resultados obtidos**, considerando como material os impactos com um valor igual ou superior a 8.

Riscos e Oportunidades

1 **Identificação e consolidação de subtópicos materiais**

Recolha e análise de todos os subtópicos materiais identificados nos exercícios de DMA da WineStone, CUF e Bondalti, tendo por base os respetivos riscos e oportunidades.

2 **Construção de uma matriz comparativa**

Desenvolvimento de uma matriz comparativa entre as três plataformas.[3]

3 **Cálculo da ponderação dos resultados**

Determinação do valor ponderado dos subtópicos materiais, tendo em conta o peso de cada plataforma no EBITDA consolidado.[4]

4 **Análise e definição de materialidade**

Avaliação dos resultados obtidos, considerando como materiais os riscos e oportunidades que apresentaram uma pontuação igual ou superior a 3.

1 Para efeitos de ponderação para a consolidação, para as temáticas ambientais foi considerado o indicador relativo às emissões de carbono de Âmbito 1 e 2 e, para os temas sociais e de governação, foi utilizado o número de colaboradores como indicador principal.

2 Tendo em consideração os valores relativos obtidos para as emissões de carbono de Âmbito 1 e 2 e o número de colaboradores para cada uma das plataformas, foi identificada uma ponderação da pontuação final obtida correspondente a cada um dos subtópicos das normas temáticas das ESRS.

3 Para assegurar a comparabilidade entre Bondalti, CUF e WineStone, foi considerado o valor do EBITDA de cada uma. Com base neste indicador, foi apurado o peso percentual de cada plataforma no conjunto das três.

4 As percentagens de EBITDA apuradas foram utilizadas para ponderar a pontuação final atribuída a cada subtópico das normas temáticas ESRS.

IRO consolidados do Grupo

O resultado da aplicação da metodologia atrás descrita, a lista consolidada de IRO do Grupo, é o que se apresenta na tabela abaixo.

E1 Alterações climáticas

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
E1.1	Adaptação às alterações climáticas	R O	•	Bondalti, CUF, WineStone
E1.2	Mitigação das alterações climáticas	+ – R O	↖ OP ↘	Bondalti, CUF, WineStone
E1.3	Energia	+ – R O	↖ OP	Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

E2 Poluição

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
E2.2	Poluição da água	–	↖ OP ↘	Bondalti, WineStone
E2.5	Substâncias que suscitam preocupação	–	↖ OP	Bondalti, WineStone

E3 Água e recursos marinhos

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
E3.1	Água	+ –	↖ OP ↘	Bondalti, CUF, WineStone

E4 Biodiversidade e ecossistemas

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
E4.1	Fatores de impacto direto na perda de biodiversidade	+ –	↖ OP ↘	Bondalti, WineStone
E4.2	Impactos no estado das espécies	+ –	↖ OP ↘	Bondalti, WineStone

E5 Utilização de recursos e economia circular

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
E5.1	Entradas de recursos, incluindo a utilização de recursos	+ R	↖ OP	Bondalti, WineStone
E5.2	Saídas de recursos relacionadas com produtos e serviços	+	↖ OP ↘	Bondalti, WineStone
E5.3	Resíduos	+ –	↖ OP ↘	Bondalti, CUF, WineStone

+ Impacto Positivo
– Impacto Negativo

R Risco
O Oportunidade

↖ A montante
OP Operações Próprias
↘ A jusante
• Nenhum IRO foi identificado na cadeia de valor

S1 Mão de obra própria

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
S1.1	Condições de trabalho	+ – R O	↖ OP ↘	Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone
S1.2	Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	+	OP	Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone
S1.3	Outros direitos relacionados com o trabalho	R	•	José de Mello

S3 Comunidades afetadas

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
S3.1	Direitos económicos, sociais e culturais das comunidades	+	↖ OP ↘	Bondalti, CUF, José de Mello
S3.2	Direitos civis e políticos das comunidades	+	↖ OP ↘	Bondalti, CUF

S4 Consumidores e utilizadores finais

	Subtópico da ESRS	Categoria	Cadeia de valor	Plataforma
S4.1	Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	+	OP	CUF, WineStone
S4.2	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	+ O	OP	CUF, WineStone
S4.3	Inclusão social dos consumidores e/ou utilizadores finais	+	OP ↘	CUF, WineStone

+ Impacto Positivo
– Impacto Negativo
R Risco
O Oportunidade

↖ A montante
OP Operações Próprias
↘ A jusante
• Nenhum IRO foi identificado na cadeia de valor

G1 Conduta empresarial

	Subtópico da ESRS	Categoria		Cadeia de valor	Plataforma
G1.1	Cultura empresarial	+	R O	OP ↘	Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone
G1.2	Proteção de denunciantes	+		↖ OP ↘	CUF, WineStone
G1.4	Envolvimento político		R	•	José de Mello
G1.5	Gestão das relações com fornecedores, incluindo práticas de pagamento	+		↖ OP	CUF, WineStone
G1.6	Corrupção e suborno	+	R O	OP	Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

Específicos da entidade

	Subtópico da ESRS	Categoria		Cadeia de valor	Plataforma
X.	Inovação	+	R O	OP	Bondalti, José de Mello

+ Impacto Positivo
− Impacto Negativo

R Risco
O Oportunidade

↖ A montante
OP Operações Próprias
↘ A jusante
• Nenhum IRO foi identificado na cadeia de valor

Matriz de materialidade da José de Mello

A lista consolidada de IRO do Grupo permite à holding acompanhar os temas materiais das suas plataformas, não tendo intervenção direta sobre os mesmos. A atuação direta da José de Mello limita-se aos IRO da sua própria atividade, representados na sua matriz de materialidade.

Deste modo, os IRO identificados para a José de Mello — descritos de seguida — são os apresentados na matriz apresentada no final da presente secção.

Reputação

(G1.1 Cultura empresarial)

RISCO: incoerência entre as ações do Grupo e a sua **comunicação** institucional.

OPORTUNIDADE: implementar uma **comunicação** transversal mais estruturada e alinhada ao nível do Grupo José de Mello.

OPORTUNIDADE: fortalecer a **marca** corporativa do Grupo através de uma narrativa consistente de sustentabilidade e inovação.

Integridade

(G1.1 Cultura empresarial, G1.4 Envolvimento político, G1.6 Corrupção e suborno)

RISCO: incapacidade de influência da holding sobre a gestão participada, com dificuldade de alinhamento com os compromissos públicos assumidos.

RISCO: influência política externa pouco **transparente** e **antiética** que pode prejudicar o desempenho da José de Mello.

RISCO: existência de práticas de **corrupção** ou suborno na contratação.

RISCO: eventual exposição da José de Mello a práticas de **corrupção** ou **suborno**, particularmente por colaboradores em funções sensíveis.

Compras sustentáveis

OPORTUNIDADE: formalização e integração de **critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição**.

Inovação

(X. Específico da entidade)

IMPACTO: impacto positivo com a promoção de um modelo de **inovação** em que as empresas do Grupo realizam parcerias com startups que impulsionam o desenvolvimento e a adoção de soluções com impacto ambiental e social positivo.

RISCO: acompanhamento insuficiente da evolução tecnológica e da **inovação** em setores estratégicos para o Grupo.

OPORTUNIDADE: potenciar a **inovação** em modelos de negócio, parcerias e tecnologias emergentes que permitam antecipar e responder a tendências de sustentabilidade.

Inteligência Artificial

OPORTUNIDADE: adoção de soluções baseadas em **Inteligência Artificial** (IA) e Machine Learning (ML) para automatizar e otimizar processos.

Investimento responsável

(G1.1 Cultura empresarial)

OPORTUNIDADE: desenvolvimento e implementação de uma estratégia transversal de **investimento responsável** no Grupo.

OPORTUNIDADE: adoção de práticas de gestão e transparência alinhadas com critérios de sustentabilidade, facilitando o acesso a **financiamento sustentável**.

Transição energética

(E1.3: Energia)

OPORTUNIDADE: potenciais investimentos no âmbito da eficiência energética, como a instalação de painéis solares e a aquisição de contrato com PPA (contratos de aquisição de energia).

Gestão de Talento

(S1.1: Segurança no emprego, S1.1: Salários adequados, S1.2 Formação e desenvolvimento de competências)

IMPACTO: impacto positivo na satisfação e motivação dos trabalhadores, devido ao crescimento profissional contínuo.

IMPACTO: impacto positivo na situação económica e privada dos trabalhadores, através do pagamento de salários acima do salário mínimo.

Igualdade de tratamento de oportunidades

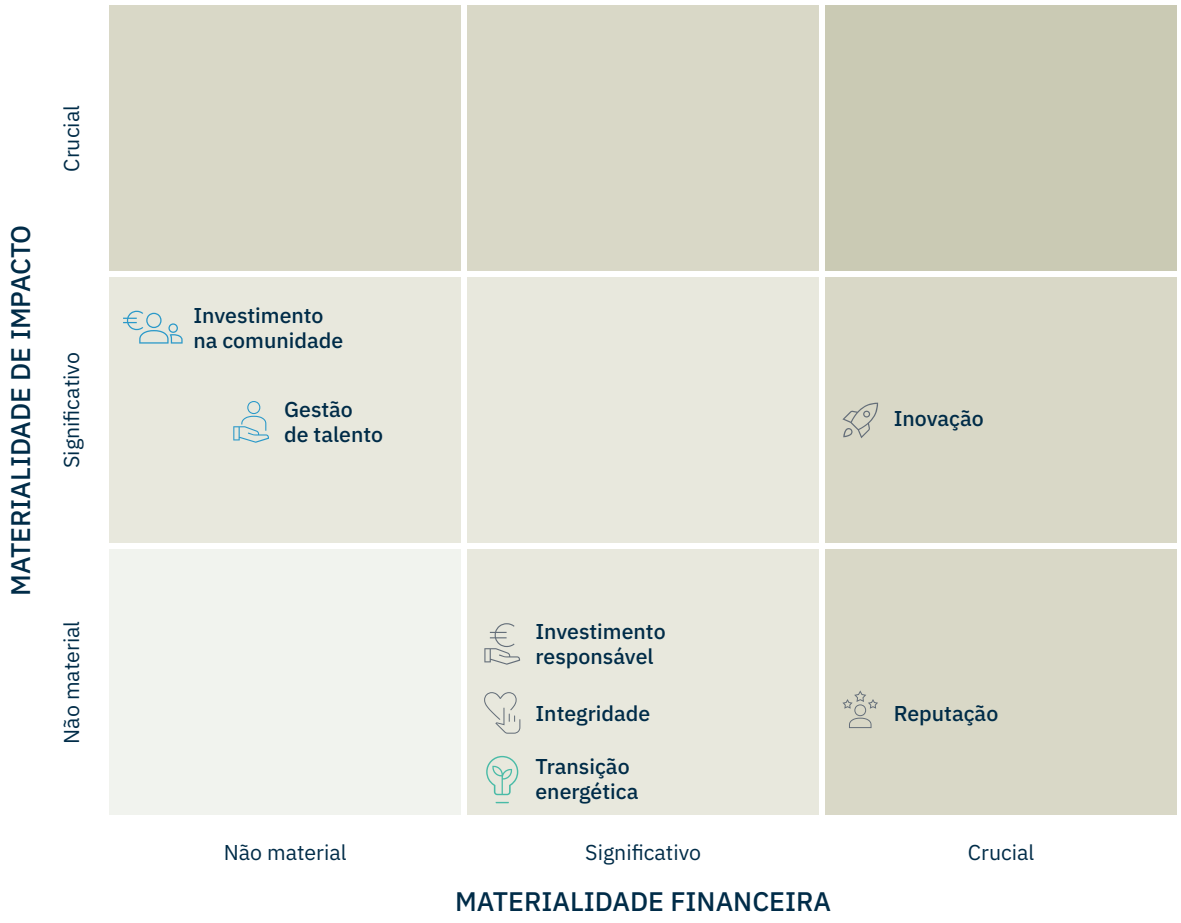
IMPACTO: contribuição para a segurança financeira de longo prazo dos trabalhadores da José de Mello, através da oferta de contratos sem termo, com horários garantidos.

Investimento na comunidade

(S3.1 Investimentos nas comunidades)

IMPACTO: impacto positivo pelo compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde se encontra, promovendo programas e parcerias em áreas como a educação, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário.

Tendo em conta os IRO descritos atrás, foi aprovado pela José de Mello um conjunto de sete de temas materiais, que foram posteriormente integrados na matriz apresentada de seguida.



Agenda e Roteiro de Sustentabilidade da José de Mello

Com base nos temas materiais descritos antes para a José de Mello, a operacionalização da Agenda de Sustentabilidade da empresa foi consolidada num Roteiro de Sustentabilidade, estruturado em torno dos **três eixos** estratégicos. Esta Agenda e Roteiro abrangem 14 compromissos, 82 metas e 126 ações concretas, cada uma com responsáveis, indicadores e prazos associados.

PILARES E TEMAS MATERIAIS

COMPROMISSOS

CRIAÇÃO DE VALOR

1. Reforçar a reputação institucional
2. Garantir uma comunicação institucional coerente
3. Promover a inovação como motor estratégico da criação de valor
4. Explorar a adoção de IA como alavanca de eficiência e crescimento
5. Garantir a resiliência do portefólio
6. Assumir práticas de gestão éticas e íntegras
7. Garantir a conformidade legal

PLANETA

8. Contribuir para a transição energética do Grupo

PESSOAS

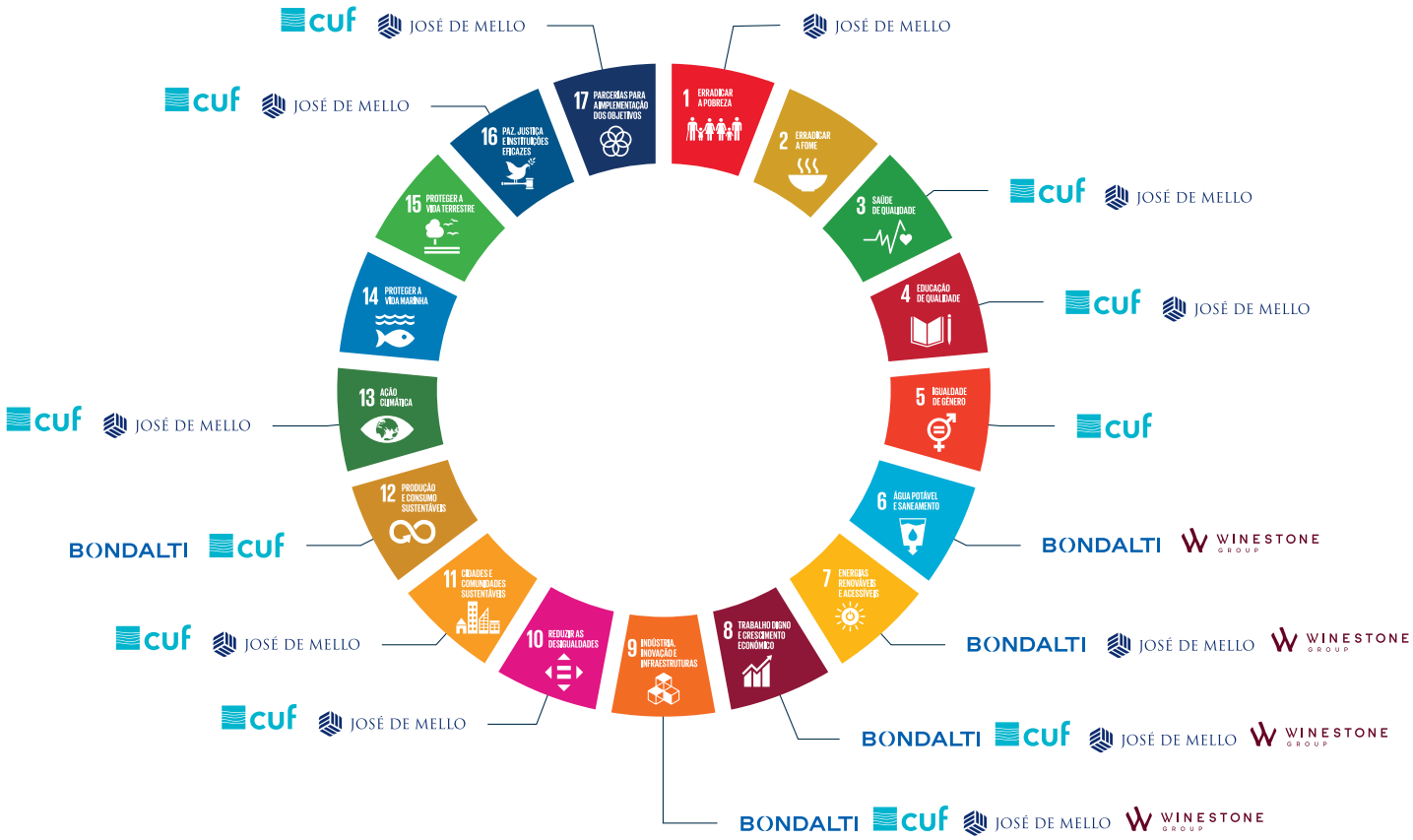
9. Promover o desenvolvimento dos colaboradores
10. Assegurar uma política retributiva competitiva
11. Garantir a igualdade de tratamento e oportunidades
12. Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores
13. Fortalecer a cultura organizacional
14. Gerar impacto nas comunidades

A monitorização do Roteiro de Sustentabilidade, operacionalizado segundo os compromissos identificados, é realizada trimestralmente em reuniões promovidas pela Direção de Inovação e Sustentabilidade (DIS) com as várias direções da empresa.

A ação da José de Mello e das suas plataformas nos IRO do Grupo é descrita nos capítulos seguintes.

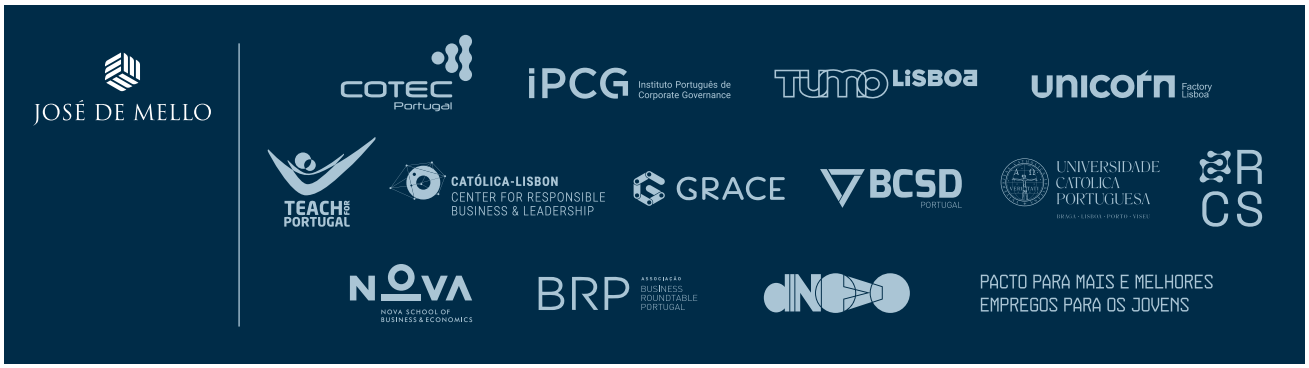
Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Tendo em conta a ação do Grupo, os ODS que são integrados nos compromissos das plataformas e holding estão a seguir representados.



Parcerias

Relativamente ao cumprimento do ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos ODS, as empresas do Grupo José de Mello têm vindo a desenvolver várias parcerias, a assumir diferentes compromissos, a obter certificações e a colaborar com entidades privadas, públicas e do setor social, com o objetivo de reforçar e maximizar o seu contributo para o desenvolvimento sustentável.



Business Roundtable Portugal

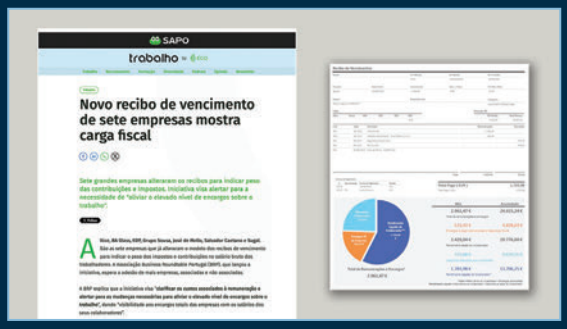
A José de Mello é membro fundador da Associação Business Roundtable Portugal (BRP), com participação ativa nos órgãos associativos, integrando a direção, e nos grupos de trabalho especializados, onde participam diversas pessoas das empresas do Grupo José de Mello.

A BRP tem como propósito acelerar o crescimento económico e social do País e garantir um Portugal mais justo, mais próspero e mais sustentável.

A atuação da BRP desenvolve-se essencialmente em três eixos: valorização e capacitação das Pessoas; apoio ao desenvolvimento, produtividade e escala das empresas; melhorar o desempenho do Estado como facilitador da atividade económica e de criação de riqueza para toda a sociedade.

3º Snapshot "Comparar para Crescer"

Participação no 3.º Snapshot "Comparar para Crescer", focado na competitividade da economia portuguesa à luz do relatório Draghi. Incluiu workshop com 36 jovens de 5 universidades e evento com decisores, com contributo ativo das equipas da José de Mello, CUF e Bondalti.



Transparência e literacia financeira

Bondalti, CUF, José de Mello e WineStone adotaram o novo recibo de vencimento desenvolvido pela BRP, reforçando a transparência e a literacia financeira. O modelo detalha as componentes salariais, incluindo os descontos do trabalhador e as contribuições da empresa para a Segurança Social.

Formação e requalificação no setor da saúde (PRO_MOV)

A CUF lidera o Laboratório da Saúde do PRO_MOV, em parceria com o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. O programa já mobilizou mais de 1 500 candidaturas e permitiu requalificar 361 profissionais. Em 2025, registou 29 turmas ativas e expansão para novas localizações.

Conferência anual BRP

Participação na conferência anual da BRP "Ctrl Alt Portugal: Reiniciar para Crescer" no Porto. A delegação da José de Mello integrou cerca de 40 participantes, incluindo o presidente do Grupo, Salvador de Mello, reforçando o envolvimento em temas estratégicos para o desenvolvimento do País.

4.2 Informação ambiental

4.2.1 Taxonomia

A Taxonomia Ambiental Europeia é um sistema de classificação que visa promover investimentos sustentáveis, ao estabelecer critérios claros para determinar se uma atividade económica é ambientalmente sustentável. Este sistema foi formalizado pelo Regulamento (UE) 2020/852, adotado a 18 de junho de 2020.

O regulamento da Taxonomia da UE define seis objetivos ambientais: 1) mitigação das alterações climáticas; 2) adaptação às alterações climáticas; 3) proteção da água e dos recursos hídricos; 4) transição para uma economia circular; 5) prevenção e controle da poluição; 6) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

Para que uma atividade económica seja considerada sustentável, esta deve cumprir critérios técnicos específicos que avaliam a Contribuição Substancial (CS) das atividades para um ou mais objetivos ambientais e que garantem que Não Prejudicam Significativamente (NPS) nenhum dos restantes objetivos ambientais. Além destes dois critérios técnicos, necessitam igualmente de cumprir com as salvaguardas mínimas sociais, com critérios no âmbito dos Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

Para respeitar os termos da taxonomia em relação às atividades económicas elegíveis, critérios técnicos e requisitos das salvaguardas mínimas sociais, é necessário verificar os seguintes Atos Delegados:

- Mitigação e adaptação às alterações climáticas são reguladas pelos Atos Delegados do Clima:
  - Regulamento Delegado (UE) 2021/2139
  - Ato Delegado Complementar (Regulamento Delegado (UE) 2022/1214), focado em atividades específicas nos setores do gás e nuclear
- Restantes objetivos são abordados no Ato Delegado Ambiental:
  - Regulamento Delegado (UE) 2023/2486

Desde 2022, tem sido realizado no Grupo José de Mello um trabalho contínuo no âmbito da Taxonomia. Em 2025 as empresas do Grupo adotaram as novas normas de simplificação da Taxonomia introduzidas pelo Pacote Omnibus, reportando em conformidade com o Ato Delegado (EU) 2026/73.

Relativamente ao ano fiscal 2025, o Grupo apresenta nesta secção o resultado da sua análise de elegibilidade e alinhamento efetuada e respetivos indicadores (KPI) associados.

WineStone HUB (Vendas Novas, Évora)

Análise de elegibilidade

Após avaliar os termos dos Atos Delegados da Taxonomia do Clima, Complementar e Ambiental, a José de Mello identificou, as seguintes atividades económicas como elegíveis, para as diferentes empresas do Grupo (Bondalti, CUF, José de Mello Capital e WineStone):

Atividades Elegíveis*	Empresa	Descrição da atividade
MAC 3.10 Produção de hidrogénio	Bondalti	A Bondalti produz hidrogénio através do processo produtivo cloro-álcalis nas unidades industriais de Estarreja e Cantábria. Os processos têm na sua base energia obtida a partir de fontes renováveis.
MAC 3.13 Produção de cloro	Bondalti	A Bondalti produz cloro no processo produtivo cloro-álcalis nas unidades industriais de Estarreja e Cantábria.
MAC 3.16 Produção de ácido nítrico	Bondalti	A Bondalti produz ácido nítrico na unidade industrial de Anilina e Derivados, em Estarreja.
MAC 4.1 Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	Bondalti	A Bondalti possui dois parques fotovoltaicos, com 2 MWp de capacidade, na unidade industrial de Estarreja, e contratualizou, em 2025, a implementação do primeiro sistema BESS (Battery Energy Storage Systems) em Portugal, instalando baterias para armazenar energia solar e aumentar a autonomia, eficiência e sustentabilidade energética da unidade industrial.
MAC 5.3 Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	Bondalti WineStone	A Bondalti explora sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais na unidade industrial de Estarreja, e desenha, instala e realiza a operação e/ou manutenção de estações de tratamento de águas residuais, particularmente para clientes industriais, no âmbito da sua unidade de negócio de Tratamento de águas. Para a análise desta atividade, no negócio do Tratamento de águas, foram considerados os projetos de clientes com valor anual superior a 300 000 € e as atividades de Operação e Manutenção com valor anual superior a 200 000 €. A WineStone também explora este tipo de instalações, que em 2025 foram alvo de requalificações e manutenções.
MAC 6.5 Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	José de Mello Bondalti CUF WineStone	A José de Mello alugou viaturas a diesel, elétricas e híbridos plug-in no ano de 2025. A Bondalti possui veículos da sua frota própria e, em 2025, registou despesas relacionadas com o aluguer de viaturas para utilização pelos seus colaboradores, tendo sido considerados apenas veículos Euro 5 ou Euro 6, da categoria M1. A CUF realizou investimentos ao nível da frota própria, que se encontram maioritariamente em regime contratual de leasing. A frota da CUF é composta maioritariamente por veículos ligeiros de passageiros e mercadorias, de tecnologia convencional, híbrida e elétrica. A WineStone alugou viaturas ligeiras a diesel e híbridos plug-in.
MAC 7.1 Construção de edifícios novos	CUF	Durante 2025 a CUF procedeu à realização de obras de construção de edifícios novos.
MAC 7.2 Renovação de edifícios existentes	CUF WineStone	A CUF realizou investimentos para a expansão e renovação de edifícios seus já existentes. A WineStone procedeu à renovação da central logística e de engarrafamento do Grupo WineStone, em Vendas Novas (WineStone Hub), que incluiu a realização de obras no edificado e aquisição de equipamentos industriais para a adega e equipamentos de suporte.

* Siglas: MAC: Objetivo Mitigação das Alterações Climáticas; AAC: Objetivo Adaptação às Alterações Climáticas; BIO: Objetivo Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas

Atividades Elegíveis*	Empresa	Descrição da atividade
MAC 7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	CUF WineStone	A CUF realizou investimentos de manutenção e instalação de equipamentos associados à eficiência energética, nomeadamente ao nível da iluminação e de sistemas de ar condicionado. A WineStone realizou investimentos na renovação da iluminação LED e de sistemas de ar condicionado do WineStone Hub, em Vendas Novas.
MAC 7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	José de Mello Bondalti CUF	A José de Mello instalou dois postos de carregamento elétrico de 22kW na garagem do seu edifício sede. A Bondalti Water investiu em seis postos de carregamento de veículos elétricos na sede e nas instalações de Campo Raso. A CUF realizou investimentos de manutenção em carregadores para veículos elétricos para os seus colaboradores.
MAC 7.5 Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	CUF	Atividades de manutenção de sistemas de monitorização e automação do consumo de energia e instalação de equipamentos para medição do consumo como sensores de movimento e de luz diurna e contadores.
MAC 7.6 Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	CUF WineStone	Atividades de manutenção e beneficiação de coletores solares térmicos, instalados nas unidades CUF. A WineStone realizou a manutenção dos painéis solares instalados no Monte da Ravasqueira.
MAC 7.7 Aquisição e propriedade de edifícios	CUF	Rendas recebidas e associadas ao aluguer de espaços, nos edifícios onde a CUF opera.
MAC 8.1 Tratamento de dados, armazenamento de informações e atividades conexas	CUF WineStone	Atividades de manutenção e realização de investimentos com o data center da CUF. A CUF trabalha com entidades externas para regular e assegurar as condições do espaço para o bom funcionamento da hardware pertencente à CUF. Investimento no aumento de capacidade de armazenamento do datacenter em Lisboa, que serve todo o grupo WineStone.
MAC 9.3 Serviços profissionais relacionados com desempenho energético dos edifícios	CUF	Serviço de gestão e monitorização de energia e água.
AAC 9.3 Consultoria para a gestão de riscos físicos associados ao clima e a adaptação aos mesmos	Bondalti	Em 2025 a Bondalti apresentou investimentos na área de prestação de serviços, contando com uma empresa especializada que apoiou na identificação e análise dos riscos climáticos.
AAC 14.1 Serviços de emergência	CUF	O Hospital CUF Açores prestou serviços de apoio e emergência aos utentes internados do Hospital do Divino Espírito Santo.

* Siglas: MAC: Objetivo Mitigação das Alterações Climáticas; AAC: Objetivo Adaptação às Alterações Climáticas.

Em linha com os resultados da revisão da Taxonomia realizada no Omnibus I, que visa a simplificação do âmbito e complexidade das divulgações de sustentabilidade, a avaliação dos critérios técnicos de alinhamento aqui apresentada, a CUF não considera as atividades que, de forma cumulativa, representem menos de 10% do total das métricas financeiras consideradas (Volume de negócios, CapEX e OpEX), conforme o estabelecido no Regulamento Delegado (EU) 2026/73.

Análise de alinhamento

Para uma atividade económica estar alinhada com a Taxonomia da União Europeia, é necessário avaliar os critérios técnicos de cada uma, sendo estes a Contribuição Substancial (CS) para um ou mais dos objetivos ambientais e Não Prejudicar Significativamente (NPS) nenhum dos outros.

No Grupo José de Mello, foram identificadas 17 atividades económicas como elegíveis, tendo de seguida sido avaliado, segundo os critérios presentes no Ato Delegado Clima e Ambiental, o alinhamento das mesmas, de acordo com a sua melhor interpretação dos critérios. Para a **Bondalti, José de Mello** e **WineStone**, não foi possível demonstrar o alinhamento das suas atividades. No caso da CUF foi possível demonstrar alinhamento com atividades associadas a Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética (MAC 7.3), Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios) (MAC 7.4) e Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios (MAC 7.5). A atividade Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis (MAC 7.6) foi considerada parcialmente alinhada.

Nas secções seguintes, são apresentadas políticas, ações e métricas das empresas do Grupo sempre que os temas em análise tenham sido identificados como materiais, em função da natureza das suas atividades, dos impactes, riscos e oportunidades a estas associados e do respetivo contexto operacional. Esta abordagem procura assegurar que a informação reportada reflete, de forma proporcional e relevante, os aspetos de sustentabilidade que assumem maior significado para cada realidade empresarial no âmbito do Grupo.

Deste modo, o detalhe apresentado poderá variar entre empresas, em linha com o exercício de dupla materialidade realizado e com o grau de exposição de cada empresa aos temas em desenvolvimento. Sempre que aplicável, são assim evidenciados os instrumentos de gestão, as iniciativas implementadas e os indicadores de acompanhamento mais relevantes, permitindo uma leitura mais rigorosa, transparente e ajustada do desempenho e do posicionamento do Grupo.

4.2.2 E1 Alterações climáticas

Mitigação das alterações climáticas

GRI 3-3, 201-2, 302-1, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5, 305-6, 305-7

Políticas

O Grupo José de Mello reconhece as alterações climáticas como um dos principais desafios globais, com impacto direto na resiliência dos seus negócios, na gestão de risco e na criação de valor a longo prazo. Neste contexto, foi assumido o compromisso de integrar a dimensão climática e energética na estratégia do Grupo.

Os seguintes princípios orientadores são transversais às várias empresas:

- Integração do risco climático nos processos de gestão de risco e planeamento estratégico, considerando riscos físicos e de transição;
- Descarbonização progressiva das operações através da melhoria da eficiência energética, da eletrificação de processos e da incorporação crescente de energia proveniente de fontes renováveis;
- Promoção da eficiência energética, incentivando a otimização do consumo nas instalações e nos processos produtivos;
- Monitorização e reporte transparente do desempenho energético e das emissões de gases com efeito de estufa, em alinhamento com os referenciais aplicáveis;
- Envolvimento das partes interessadas, promovendo práticas responsáveis ao longo da cadeia de valor.

Esta abordagem visa reforçar a resiliência do Grupo face à transição climática, contribuir para os objetivos globais de mitigação e assegurar uma gestão responsável e eficiente dos recursos energéticos.

A **José de Mello** monitoriza anualmente a sua pegada de carbono, tendo definido, com base no ano de referência de 2022, um Plano de Redução de Emissões com metas estabelecidas para 2025 e 2050. Em paralelo, procedeu à identificação e avaliação dos principais riscos – físicos e de transição – associados às alterações climáticas, bem como das oportunidades decorrentes deste contexto.

Na **Bondalti**, 2024 marcou a formalização do compromisso com a Science Based Targets initiative (SBTi), traduzindo a intenção de alinhar a trajetória de descarbonização com referenciais científicos reconhecidos. Em 2025, este compromisso foi aprofundado com o desenvolvimento de um estudo focado nos cenários climáticos, orientado para avaliar o impacto das diferentes trajetórias de redução das emissões de GEE à luz dos critérios da SBTi. Este processo encontra-se atualmente em fase de validação.

A **CUF**, por sua vez, renovou, em 2025, a sua Política de Sustentabilidade, passando a incluir um conjunto estruturado de dez compromissos ESG acompanhados de indicadores específicos para monitorização anual. Entre estes compromissos destacam-se os relacionados com as alterações climáticas, como a redução das emissões de CO_2 nos Âmbitos 1, 2 e 3, o aumento da eficiência energética e hídrica e a gestão responsável de recursos e resíduos, promovendo práticas alinhadas com os princípios da economia circular. A política reforça igualmente que a descarbonização será suportada por metodologias de cálculo alinhadas com as melhores práticas internacionais, assegurando um reporte transparente e consistente das emissões. No âmbito da energia, a CUF compromete-se a otimizar consumos e a investir em eficiência energética, nomeadamente através da instalação de novas unidades de produção para autoconsumo e da adoção de soluções tecnológicas que reduzam a dependência de combustíveis fósseis. Estes compromissos incluem ainda medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, visando operações mais resilientes e de menor intensidade carbónica.

A **WineStone** tem vindo a aumentar o âmbito da sua pegada de carbono desde 2022 e, tendo identificado a adaptação e mitigação às alterações climáticas como materiais, integrou estes tópicos na sua Agenda de Sustentabilidade.

No conjunto, estas abordagens evidenciam a crescente integração das variáveis climáticas na gestão e na tomada de decisão das empresas do Grupo José de Mello, consolidando uma atuação alinhada com os objetivos de descarbonização e com as exigências da transição para uma economia de baixo carbono.

Ações

As diversas empresas do Grupo têm adotado medidas concretas para a mitigação das alterações climáticas, com especial enfoque na melhoria da eficiência energética, na promoção da eletrificação e na redução da pegada de carbono.

A **José de Mello** implementou diversas iniciativas para reduzir o consumo de eletricidade no seu edifício-sede, destacando-se a substituição dos sistemas de ar condicionado, iluminação e caixilharias por soluções mais eficientes. No que respeita à sua frota, a organização tem vindo a adotar progressivamente a eletrificação.

No contexto do plano de transição da **Bondalti**, foram identificados impulsionadores de descarbonização e áreas prioritárias de intervenção: eficiência energética, eletrificação, mudança de combustível, utilização de energias renováveis e descarbonização da cadeia de valor, através do envolvimento de clientes e fornecedores. Estes vetores enquadram-se no conjunto de ações específicas previstas pela empresa e representam as principais medidas para a redução progressiva de emissões. Em 2025, foram também registados investimentos e financiamentos que apoiam a execução do plano de transição, nomeadamente através de iniciativas ao abrigo do PRR, reforçando a capacidade de implementação de projetos estruturantes.

A **CUF**, ao longo dos últimos anos e alicerçado no cálculo da pegada de carbono, tem vindo a desenvolver um conjunto abrangente de ações para mitigar as alterações climáticas, estruturadas em três grandes áreas estratégicas: eficiência energética e utilização de energias renováveis, a gestão de resíduos e o trabalho para reduzir e otimizar consumos e a promoção de cuidados de saúde mais sustentáveis.

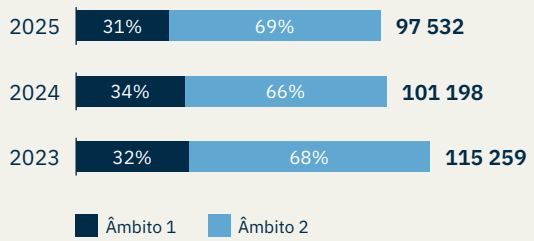
Com foco na eficiência energética, foi iniciado um projeto-piloto de monitorização de consumos no **WineStone** Hub, em Vendas Novas, e no datacenter, em Carnaxide. Novos sensores inteligentes permitem agora acompanhar em tempo real o consumo energético de diferentes áreas operacionais, estando prevista a expansão do sistema a outras infraestruturas. Em paralelo, estão a ser analisadas melhorias nos fluxos logísticos do armazém, com o objetivo de otimizar operações e reduzir consumos energéticos.

Métricas

Emissões

Entre 2024 e 2025, as emissões de Âmbito 1 e 2 do Grupo José de Mello registaram uma redução de 4%, evidenciando o impacto das várias iniciativas implementadas. Este decréscimo foi impulsionado, sobretudo, pela diminuição das emissões de Âmbito 2, resultado do investimento em unidades de produção para o autoconsumo (UPAC) nas diferentes empresas do Grupo, assim como dos esforços realizados no sentido da eficiência energética.

EMISSÕES DE ÂMBITO 1 + 2 (tCO_2e)



Emissões calculadas segundo a metodologia *market-based*

Energia

GRI 3-3, 302-1, 302-3, 302-4

Políticas

A energia é um fator estruturante para o desenvolvimento das atividades do Grupo José de Mello, com impacto transversal na eficiência operacional, na competitividade e na trajetória de descarbonização das suas plataformas, ainda que com diferentes níveis de intensidade consoante a natureza de cada negócio.

Neste contexto, as várias empresas do Grupo desenvolvem abordagens de gestão energética ajustadas à sua realidade operacional, convergindo, ainda assim, num conjunto de princípios comuns:

- Promoção da eficiência energética, através da otimização contínua de processos, modernização tecnológica e adoção de soluções mais eficientes;
- Redução da intensidade energética, acompanhando de forma sistemática os consumos e identificando oportunidades de melhoria;
- Integração de fontes de energia renovável, sempre que técnica e economicamente viável, contribuindo para a redução da pegada carbónica;
- Monitorização regular do desempenho energético, com recurso a indicadores específicos e metas definidas.

A gestão deste tema é acompanhada pelas áreas operacionais e de sustentabilidade. As abordagens adotadas permitem reforçar a eficiência, reduzir custos operacionais, mitigar riscos associados à volatilidade energética e contribuir para uma transição energética progressiva e estruturada.

Ações

A eletrificação progressiva da frota automóvel é uma medida transversal a várias participadas do Grupo. Em 2024, os veículos com motorizações exclusivamente a combustão foram eliminados das opções de frota, sendo disponibilizadas aos colaboradores apenas viaturas híbridas e elétricas. Destaca-se, ainda, a implementação de uma plataforma de gestão do consumo dos veículos elétricos e a realização de ações de formação em condução ecoeficiente, reforçando, desta forma, o compromisso com a mobilidade sustentável.

A **Bondalti** desenvolveu um roteiro de descarbonização orientado para a transformação do seu modelo energético, um passo tanto mais relevante quanto se trata de uma operação eletrointensiva. Este roteiro prevê assegurar que, até 2030, 100% da eletricidade consumida tem origem em fontes renováveis, reforçando, em paralelo, a eficiência operacional e a resiliência energética. A concretização desta trajetória deverá permitir uma redução de cerca de 30% das emissões totais de Âmbito 1 e 2, face a 2019.

Neste quadro, a empresa iniciou a implementação, no Complexo Químico de Estarreja, de uma central de produção fotovoltaica de 30MWp, para reforço da produção em autoconsumo. Destaque ainda para o desenvolvimento de um sistema de armazenamento de energia em baterias (BESS - Battery Energy Storage Systems), destinado a reforçar a utilização de energia elétrica proveniente de fontes renováveis em autoconsumo e a aumentar a flexibilidade do consumo energético das unidades industriais. Ambos os projetos deverão entrar em operação em 2026.

A **CUF** prosseguiu, em 2025, com a expansão das suas unidades de produção para autoconsumo (UPAC)

fotovoltaicas. Durante o ano, foram instaladas duas novas UPAC no Hospital CUF Porto e na Clínica CUF Montijo, encontrando-se a terceira, no Hospital CUF Sintra, em fase final de execução, com conclusão prevista para o início de 2026. Paralelamente, foi celebrado um contrato de Autoconsumo Coletivo, permitindo que a maioria das unidades passe a consumir energia renovável sempre que exista produção disponível, reforçando assim a eficiência do sistema e a utilização de energia limpa.

Atualmente, a CUF dispõe de cinco UPAC instaladas, totalizando uma potência de 510 kWp. Com as instalações já programadas, prevê-se que esta capacidade aumente para 1711,56 kWp até ao final de 2026. Adicionalmente, encontra-se em curso um concurso para a instalação de UPAC em seis unidades adicionais, cuja adjudicação deverá ocorrer no início de 2026, possibilitando o seu desenvolvimento nos anos seguintes.

Além disso, prossegue a implementação da plataforma de gestão de energia e água (SGE), inicialmente prevista em 2024, para monitorização e redução do consumo de eletricidade e gás. Complementarmente, mantém-se igualmente o plano de otimização do sistema de automatização e controlo dos edifícios (SACE), a decorrer entre 2025 e 2026, permitindo reduzir de forma significativa o consumo energético em várias unidades.

Também no domínio do autoconsumo, mas no caso da **WineStone**, foi instalada, em 2022, uma unidade fotovoltaica no Monte da Ravasqueira, com uma potência de 130,64 kWp, tendo permitido evitar a emissão de 236,51 t CO_2e desde o seu arranque. Em 2025, esta central gerou, em média, 26% da energia consumida pela adega da Ravasqueira. Em 2026, a WineStone vai reforçar o investimento em energias renováveis com a implementação de um modelo de comunidade energética no WineStone Hub.

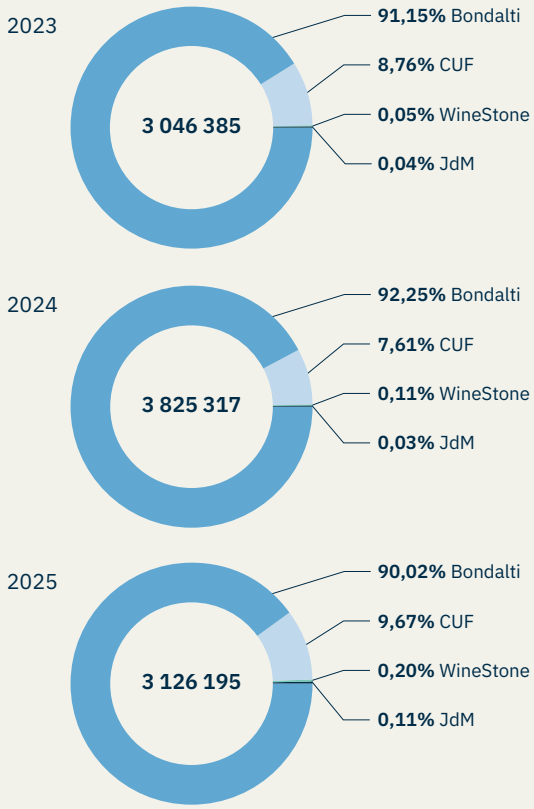
Métricas

Consumo de energia

Entre 2024 e 2025 o consumo absoluto de energia reduziu-se em 18%, sendo que, em 2025, a componente de fontes renováveis no consumo de eletricidade atingiu os 31%.

Pelo setor onde atua, a participada que apresenta maior representatividade no consumo de energia do Grupo é a Bondalti.

CONSUMO DE ENERGIA (GJ)



4.2.3 E2 Poluição

Poluição da água e substâncias que suscitam preocupação

GRI 3-3, 303-1, 303-2, 303-4

No Grupo, os temas da poluição da água e das substâncias que suscitam preocupação são geridos com uma abordagem estruturada de prevenção, controlo e mitigação dos impactos ambientais associados às atividades da responsabilidade da holding e participadas. As empresas do Grupo integram, nos seus modelos de gestão e processos operacionais, um conjunto de medidas orientadas para a monitorização e controlo de efluentes, para a utilização responsável dos recursos hídricos e para a redução do risco de contaminação dos meios recetores. Esta atuação é suportada por práticas de melhoria contínua, por mecanismos de

acompanhamento operacional e pelo cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, contribuindo para uma gestão mais eficiente e responsável dos impactos associados à água.

Relativamente às substâncias que suscitam preocupação, têm vindo a ser consolidadas práticas de identificação, avaliação e controlo de substâncias com potencial relevância ambiental e para a saúde humana, promovendo uma abordagem prudente e preventiva na sua utilização e gestão.

A **Bondalti** tem vindo a reforçar a sua abordagem à redução dos poluentes atmosféricos e ao controlo das águas residuais através da implementação de medidas técnicas e operacionais destinadas a minimizar emissões e a assegurar o cumprimento dos limites legais. Esta evolução reflete um trabalho contínuo na melhoria do desempenho ambiental, fortemente sustentado na monitorização regular e na otimização dos processos industriais.

A medição das emissões e descargas é realizada através de análises periódicas e contínuas, em conformidade com o definido no Título Único Ambiental, garantindo a fiabilidade e a consistência da informação recolhida. Estes mecanismos permitem acompanhar a evolução dos níveis de poluição e identificar eventuais desvios face aos parâmetros estabelecidos.

A Bondalti gere as matérias químicas tecnicamente classificadas como substâncias que suscitam preocupação através de processos de conformidade regulamentar integrados no seu Sistema de Gestão Integrado e formalizados no procedimento interno de Conformidade de Produtos Fabricados e Utilizados. Enquanto fabricante e utilizadora, a empresa assegura o registo, atualização e cumprimento das obrigações regulamentares aplicáveis às substâncias químicas, incluindo a elaboração e gestão das Fichas de Dados de Segurança (FDS), a manutenção de um Inventário Químico atualizado e a verificação contínua da conformidade legal das substâncias produzidas, adquiridas e utilizadas. Mantém também uma monitorização regular da lista candidata publicada pela ECHA, desta forma, sempre que é identificada a utilização de substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação, são desencadeadas ações de acompanhamento.

4.2.4 E3 Água e recursos marinhos

Água

GRI 3-3, 303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5

Políticas

A gestão responsável da água constitui uma dimensão relevante da atuação do Grupo José de Mello, atendendo à diversidade das atividades desenvolvidas pelas suas participadas e à importância deste recurso para a continuidade das suas operações. O Grupo assume uma abordagem assente na eficiência hídrica, na prevenção de desperdícios, na monitorização dos consumos e no cumprimento dos requisitos legais e ambientais aplicáveis, promovendo práticas adaptadas à realidade operacional de cada negócio.

Embora a exposição direta do Grupo aos recursos marinhos seja limitada, a proteção dos recursos hídricos é enquadrada numa lógica mais ampla de preservação ambiental e de melhoria contínua.

Com base na sua Política do Sistema de Gestão Integrado, a **Bondalti** assume o compromisso de promover a utilização eficiente da água e de reduzir o consumo de recursos hídricos, através da otimização dos processos operacionais, da monitorização dos consumos e da melhoria contínua do desempenho ambiental. A política integra, igualmente, uma abordagem preventiva à proteção do ambiente, incluindo a gestão adequada de efluentes, contribuindo para a preservação da qualidade da água e a minimização de impactos negativos sobre os ecossistemas aquáticos.

Relativamente à exposição a zonas de stress hídrico, a Bondalti não opera instalações localizadas em áreas classificadas como de elevado risco.

No que respeita a oceanos e mares, a Bondalti não adotou políticas ou práticas específicas relacionadas com oceanos e mares sustentáveis, uma vez que a empresa não exerce influência direta sobre estes ecossistemas no âmbito das suas operações ou da sua cadeia de valor. Ainda assim, os princípios gerais de proteção ambiental e prevenção da poluição consagrados na Política do SGI contribuem indiretamente para a salvaguarda dos recursos hídricos e marinhos.

A gestão responsável da água constitui uma prioridade para a **CUF**, considerando o seu amplo uso nos processos clínicos e operacionais, comprometendo-se a empresa

a investir de forma contínua na otimização do consumo e no reforço da eficiência hídrica nas suas operações, promovendo práticas de utilização sustentável. A CUF opera atualmente em diversas regiões classificadas como áreas de elevado stress hídrico, encontrando-se todas estas operações abrangidas pela Política de Sustentabilidade.

A qualidade da água reveste-se igualmente de carácter crítico, uma vez que a sua utilização segura e sustentável tem impacto direto na segurança dos clientes. A CUF procura mitigar riscos associados à saúde pública e ao meio ambiente através da adoção de políticas que promovem a redução do consumo, o adequado tratamento de efluentes e o cumprimento das obrigações legais e ambientais. Adicionalmente, a CUF implementa Planos de Segurança da Água adaptados às especificidades de cada unidade, com o objetivo de garantir a qualidade da água utilizada.

No âmbito da Autorização de Descarga de Águas Residuais (ADAR) aplicável a várias unidades CUF, classificadas como entidades com descarga de efluentes não domésticos, são realizadas colheitas e análises trimestrais com vista a assegurar o controlo da qualidade ecológica e química das águas residuais.

A **WineStone** mantém um compromisso contínuo com a gestão sustentável dos recursos hídricos, reconhecendo a água como um recurso essencial para o desenvolvimento da sua atividade e para a continuidade do negócio a longo prazo. Esta abordagem assenta na promoção de uma utilização eficiente e responsável da água ao longo das operações, procurando minimizar consumos, prevenir desperdícios e reforçar a capacidade de resposta a contextos de maior pressão sobre a disponibilidade hídrica.

Ações

No que respeita à gestão dos recursos hídricos, a **Bondalti** desenvolveu e manteve em execução, em 2025, no negócio dos Químicos Industriais, um plano de gestão da água, enquadrado no SGI e alinhado com os compromissos ambientais da empresa e com as melhores práticas do setor. A empresa prosseguiu os seus esforços para reduzir o consumo de água, reconhecendo a sustentabilidade deste recurso no desenvolvimento da sua atividade industrial. As ações implementadas centram-se na otimização dos processos produtivos, na monitorização dos consumos e na identificação de oportunidades de melhoria que permitam reduzir a intensidade hídrica das operações, assegurando simultaneamente a qualidade e a segurança dos processos.

A **CUF** utiliza maioritariamente água adquirida às entidades gestoras de abastecimento e saneamento das regiões onde opera, recorrendo ainda, em algumas unidades, à captação de águas pluviais. A CUF manteve em 2025 o compromisso de reforçar a eficiência da sua gestão, continuou a expansão da Plataforma de Gestão de Energia e Água (SGE) iniciada em 2024 e plenamente operacional em cinco unidades da CUF. A expansão para as restantes unidades encontra-se em preparação.

Complementarmente, a CUF encontra-se a avaliar de forma sistemática as redes internas de água das diferentes unidades, com o objetivo de eliminar pontos de Água Quente Sanitária (AQS) considerados desnecessários, contribuindo simultaneamente para a redução do consumo e para uma maior eficiência energética. Este trabalho deverá traduzir-se numa redução estimada de cerca de 2% no consumo de água. Para reforçar este esforço, está igualmente prevista para 2026 a realização de auditorias externas ao consumo de água, com o propósito de identificar oportunidades adicionais de melhoria e uniformizar boas práticas de gestão hídrica de forma transversal às operações da CUF.

Na **WineStone** foram realizados vários investimentos em 2025 e orçamentadas melhorias no sistema de rega da Ravasqueira, com o objetivo de reforçar a eficiência no uso da água. Nas restantes quintas, as vinhas são de sequeiro, não sendo regadas. Foi também promovido, na Ravasqueira, um projeto-piloto, o I-ReWater, que pretende analisar o estado atual dos recursos hídricos na área abrangida pelo programa do sudoeste europeu (Interreg SUDOE). Os resultados preliminares obtidos em 2025 indicam que não existem diferenças significativas na produtividade ou composição das uvas entre os dois métodos de rega, mas terão de ser feitas mais análises de futuro para os resultados serem conclusivos.

No âmbito da monitorização mensal do consumo de água na adega, que tem como meta um consumo médio anual ≤ 1 litro de água por litro de vinho engarrafado, verificou-se que a média anual registada foi de 1,05 L/L, mantendo-se próxima do objetivo definido.

Métricas

Consumo de água

Aproximadamente 90% da água captada e, consequentemente, consumida pelo Grupo está associada à atividade da **Bondalti**, cuja operação se insere no setor industrial. A empresa tem vindo a priorizar a diminuição do consumo específico de água (consumo por tonelada de produto), adotando uma estratégia centrada na eficiência e no reaproveitamento

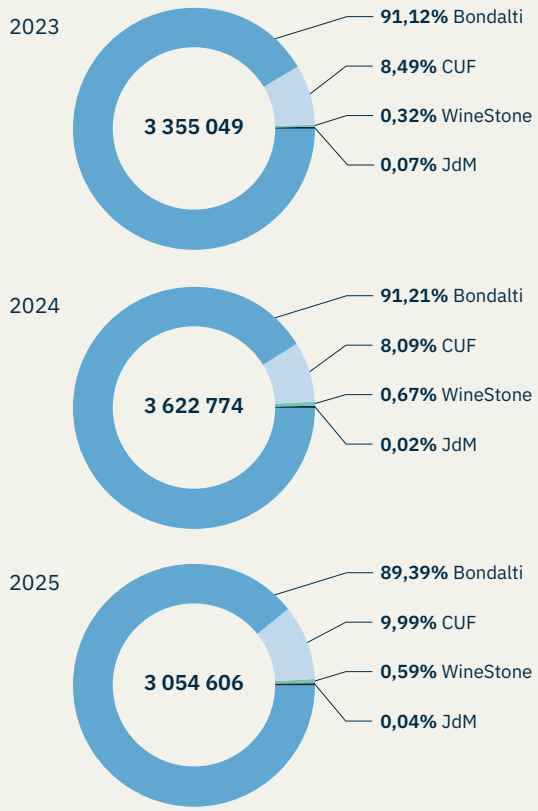
deste recurso. No negócio dos Químicos Industriais, os efluentes gerados nas torres de arrefecimento são reincorporados noutros processos produtivos, promovendo a circularidade. Em alguns desses processos, a água surge como subproduto que, após purificação, é reutilizado, por exemplo, na geração de vapor.

No Grupo, em 2025, verificou-se uma diminuição do consumo de água em termos absolutos, evidenciando uma diminuição de 16% face a 2024.

A evolução positiva registada pelo Grupo reflete o reforço das práticas de eficiência hídrica nas diferentes áreas de negócio. Esta melhoria é particularmente relevante na **WineStone**, cuja atividade se insere num setor especialmente exposto à escassez de água, tornando a gestão eficiente deste recurso um fator crítico para a sustentabilidade da operação.

Neste contexto, destaca-se o desempenho do indicador de captação específica de água, que se situou em 2,1 m^3/M€, que teve uma redução de 11% relativamente a 2024.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA (m³)



4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular

Entradas e saídas de recursos e produção de resíduos

GRI 3-3, 301-1, 301-2, 301-3, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5

No Grupo, os temas da utilização de recursos e da economia circular são enquadrados por uma abordagem orientada para a eficiência operacional, a otimização do uso de matérias-primas e a integração progressiva de princípios de circularidade nos processos, produtos e serviços. As empresas do Grupo procuram promover uma gestão mais sustentável dos recursos, privilegiando práticas que contribuam para a redução da intensidade material, para o prolongamento do ciclo de vida dos materiais e equipamentos e para a minimização da dependência de recursos virgens, sempre que tal se revele aplicável à natureza das respetivas atividades.

Neste contexto, o Grupo procura consolidar uma abordagem progressivamente mais estruturada à gestão de resíduos e de fluxos materiais, suportada por mecanismos de controlo operacional, cumprimento das obrigações legais e regulamentares aplicáveis e promoção da melhoria contínua. Sempre que relevante para as atividades desenvolvidas, são igualmente consideradas ações que permitam reduzir a eliminação de resíduos e aumentar soluções de reutilização, reciclagem ou outras formas de valorização.

A **Bondalti** integra princípios de economia circular na conceção e operação dos seus processos, privilegiando soluções que permitem o aproveitamento interno de subprodutos, a recuperação de energia e calor, a valorização de resíduos com conteúdo energético e a reintegração de correntes secundárias nos processos produtivos. Esta lógica contribui simultaneamente para a redução do consumo de recursos primários, a diminuição de efluentes e a melhoria da eficiência ambiental e económica das operações.

Embora a empresa não disponha de um plano autónomo dedicado exclusivamente à economia circular, os seus princípios encontram-se incorporados de forma transversal nos sistemas de gestão ambiental, na otimização de processos industriais e na gestão integrada de recursos.

A Bondalti promove continuamente a identificação de oportunidades de circularidade, incluindo o aproveitamento de resíduos e subprodutos gerados no contexto industrial, bem como a integração de soluções que reforçam a simbiose entre processos e a eficiência global das operações.

Neste contexto, a Bondalti definiu metas ambientais específicas relacionadas com a utilização dos recursos e com a minimização de impactos associados às saídas do processo produtivo.

Sempre que possível, a Bondalti promove a redução da quantidade de resíduos gerados e a sua valorização, minimizando a deposição final e contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos ao longo do ciclo produtivo.

A **CUF** identifica e avalia as atividades que geram, ou possam vir a gerar, impactos significativos na produção de resíduos, com especial enfoque nos resíduos hospitalares perigosos (Grupos III e IV) resultantes das atividades clínicas. Estes resíduos são monitorizados de forma contínua para evitar qualquer risco de contaminação, dentro ou fora das unidades. Para garantir a minimização dos riscos, mantém um fluxo operacional estruturado que abrange todas as etapas da gestão de resíduos, desde a sua produção até à valorização ou eliminação, assegurando segurança e conformidade ambiental ao longo da cadeia de valor.

Neste contexto, a CUF mantém o seu Programa de Gestão de Resíduos, aplicável às operações internas e aos prestadores de serviços envolvidos na gestão de resíduos, alinhado com a legislação em vigor, com as normas e recomendações aplicáveis e com os pareceres emitidos pelo Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA). Procurando reforçar continuamente a sua atuação responsável na gestão de resíduos perigosos e não perigosos. Com o objetivo de reduzir a produção de resíduos e assegurar o seu correto tratamento, tem vindo a desenvolver e implementar projetos alinhados com os princípios da economia circular, contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais associados à sua atividade.

Todas estas ações enquadram-se na adoção de práticas empresariais alinhadas com os princípios da economia circular e contribuem para os compromissos assumidos pela CUF na sua Política de Sustentabilidade e no Programa de Gestão de Resíduos. Em particular, reforçam o objetivo de estabelecer uma estratégia orientada para a minimização do impacto ambiental dos resíduos produzidos nas unidades CUF, através da gestão eficaz dos resíduos e da monitorização da sua valorização. A implementação destas iniciativas envolve uma articulação contínua com parceiros externos de diferentes áreas geográficas e setores de atividade, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada na gestão sustentável dos resíduos.

Na **WineStone**, a Ravasqueira faz parte de um conjunto restrito de produtores em Portugal que consegue encaminhar os resíduos de suporte de etiquetas para serem transformados. Em 2025, através de uma parceria com o operador de gestão de resíduos foi dinamizada uma sessão de esclarecimento sobre boas práticas em adega. Em resultado desta sessão, foram feitas melhorias a nível de separação de resíduos e criados contentores para resíduos de sacos de alumínio (ex: produtos enológicos), papel de etiquetas, cintas de plástico e bobines de suporte de etiquetas.

Relativamente às embalagens de vidro, e em todo o grupo WineStone, 73% das compras de garrafas de 750 ml para vinhos tranquilos corresponderam a modelos de vidro leve (peso inferior a 420 g), representando um aumento de 3% face ao período homólogo.

4.3 Informação social

4.3.1 S1 Mão de obra própria

Condições de trabalho

GRI 2-7, 2-8, 3-3, 401-1, 401-2, 401-3, 402-1, 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9, 403-10, 407-1, 410-1

O Grupo José de Mello assume um compromisso com a melhoria das condições de trabalho, assente na promoção da segurança, saúde, bem-estar e equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos colaboradores. Partilhando valores e objetivos comuns, cada empresa implementa iniciativas ajustadas à sua realidade operacional.

Bem-estar e saúde ocupacional

O bem-estar dos colaboradores é uma prioridade para todas as empresas do Grupo, refletido em diversas iniciativas:

- Seguro de saúde: Disponibilizado por todas as empresas do Grupo
- Acompanhamento médico e psicossocial: Todas as empresas do Grupo oferecem programas de apoio psicológico e social. A José de Mello e a CUF têm também programas estruturados de acompanhamento médico
- Monitorização de riscos e segurança ocupacional: A CUF dispõe de um Serviço de Saúde Ocupacional que previne doenças profissionais e mitiga riscos psicossociais, garantindo condições de trabalho seguras e favoráveis ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores. A WineStone realiza auditorias semestrais de SST e revisita periodicamente as análises de risco
- Prevenção e bem-estar: programas como fisioterapia laboral, nutrição e podologia são oferecidos pela Bondalti e CUF, reforçando a preocupação com a saúde física e mental. A CUF também realiza webinars sobre prevenção e bem-estar, como por exemplo gestão de conflitos e de stress ou burnout

Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

No domínio da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, as empresas do Grupo têm vindo a consolidar práticas orientadas para a flexibilidade, o bem-estar e o apoio aos colaboradores. A José de Mello, a Bondalti e a CUF são reconhecidas como Entidades Familiarmente Responsáveis (efr) pela Fundação Másfamilia, uma certificação internacional que valida estas políticas e o seu alinhamento com as melhores práticas.

A ação da José de Mello tem impacto segundo cinco pilares estratégicos:

- Qualidade no emprego
- Flexibilidade temporal e espacial
- Apoio à família dos colaboradores
- Desenvolvimento pessoal e profissional
- Igualdade de oportunidades

Atualmente, a **José de Mello** implementa 38 medidas para garantir o bem-estar físico, emocional, social, profissional e financeiro dos colaboradores. Destacam-se as consultas de Medicina Geral e Nutrição, a dispensa para acompanhamento de pais ou ascendentes diretos e o Programa de Voluntariado do Grupo José de Mello.

O ano de 2025 foi dedicado ao fortalecimento da cultura organizacional, entendida como base da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar. Neste âmbito, foi desenvolvido um novo ciclo de quatro sessões do Programa "4.ª há conversa!", sob o tema Perten(ser), centrado em Propósito e Valores. Em paralelo, foram promovidos ciclos temáticos sobre inteligência artificial e sustentabilidade, em articulação com a área de Inovação e Sustentabilidade.

Foram igualmente implementadas e valorizadas iniciativas de bem-estar no quotidiano, como a disponibilização de pequeno-almoço diário e a celebração do dia de aniversário. Ao nível da dinamização interna, destacam-se a comemoração do Dia da Família, com uma dinâmica de partilha de receitas elaboradas com ingredientes disponibilizados pela organização, e a retoma do "Arraial JM" como um momento de encontro entre colaboradores.

A comunicação das medidas foi intensificada através de diferentes canais internos, incluindo projeção nos ecrãs das salas de reuniões, conteúdos na intranet e materiais de divulgação.

Na sequência da auditoria de recertificação, a José de Mello evoluiu para o nível B da certificação efr, atribuída pela Fundación Másfamilia, refletindo a maturidade e consistência das práticas de conciliação implementadas. Esta evolução representa o reconhecimento externo do trabalho desenvolvido pela organização e evidencia a integração destes princípios na gestão da organização.

Através da certificação efr, a **José de Mello**, a **Bondalti** e a **CUF** reforçam o seu compromisso em criar ambientes de trabalho equilibrados e adaptados às necessidades pessoais e familiares dos colaboradores, promovendo uma cultura organizacional que valoriza o bem-estar e a conciliação como pilares estratégicos para o sucesso e a sustentabilidade a longo prazo.

Embora não certificada nesta matéria, ao longo de 2025 a **WineStone** desenvolveu um conjunto de iniciativas de atribuição de benefícios com o objetivo de promover o bem-estar e a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar de todos os seus colaboradores, assinalando momentos como o Dia da Família, participação no Arraial de Santos Populares em Carnaxide, a comemoração do verão com oferta de gelados, oferta de cartões escolares a colaboradores com filhos em idade escolar, cabazes de Natal, assim como um presente de Natal simbólico às crianças do universo WineStone.

Igualdade de tratamento e de oportunidades

GRI 2-7, 2-8, 3-3, 202-1, 401-1, 401-2, 401-3, 403-9, 404-1, 404-2, 404-3, 405-1, 405-2, 406-1

Defendendo uma cultura inclusiva, integradora e diversa, as empresas do Grupo são espaços onde todas as Pessoas são bem-vindas e onde é promovido um ambiente de trabalho permanentemente atento ao bem-estar, saúde e segurança, proporcionando condições que contribuem ativamente para a motivação e produtividade.

Esta abordagem é consolidada no compromisso formal de promoção da diversidade e inclusão assumido pelo Grupo José de Mello. A operacionalização das medidas associadas a este compromisso é da responsabilidade da equipa de trabalho de Diversidade e Inclusão, apoiada, sempre que necessário, por áreas ou direções específicas da José de Mello. A aprovação e monitorização, por sua vez, é da responsabilidade do Comité de Diversidade, Inclusão, Equidade e Conciliação, recentemente nomeado. Ao longo do ano de 2024, o Comité desenvolveu a política de Diversidade, Inclusão, Equidade e Conciliação da José de Mello, que foi aprovada em 2025.

No âmbito do pilar geracional, em particular na valorização dos profissionais seniores qualificados, assente em valores de cooperação, em objetivos comuns, e no compromisso de transformar contextos, mentalidades e atitudes, a **José de Mello** é parceiro promotor da Associação dNovo. No decorrer de 2025, integrou o grupo AgEnergy, impulsionado pela Católica Lisbon School of Business and Economics e a Universidade Católica Portuguesa. Este grupo reúne nove empresas líderes em Portugal (Brisa, **CUF**, Fidelidade, Galp, Grupo José de Mello, Santander, Servier, Trivalor e VdA) comprometidas em explorar como a diversidade etária pode impulsionar a inovação, a sustentabilidade e o bem-estar organizacional, e tem por objetivo partilhar desafios, experiências e boas práticas, bem como discutir exemplos provenientes de diferentes setores de atividade.

No que diz respeito à atração de talento jovem, a José de Mello é uma das empresas signatárias do Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens, uma iniciativa da Fundação José Neves (FJN), com o Alto Patrocínio do Presidente da República, que promove a contratação, retenção e melhoria das condições do emprego jovem, garantindo-lhes emprego de qualidade e com salários adequados. Por outro lado, a **Bondalti** desenvolveu um Plano de Rejuvenescimento, que visa atrair e reter talentos das gerações mais jovens, com especial foco na integração dos Millennials e na atração da Geração Z.

A inclusão de pessoas com deficiência é uma prioridade partilhada por várias empresas do Grupo. Para melhor assegurar um ambiente de trabalho saudável e cómodo, promotor do trabalho em equipa, do sentimento de pertença e do bem-estar dos colaboradores, foi implementado o projeto de *workplace strategy*, na remodelação do edifício-sede do Grupo José de Mello na Avenida 24 de Julho (Lisboa). Deste modo, foram potenciadas novas formas de organização do trabalho, tendo em conta as exigências e necessidades atuais das Pessoas da empresa, bem como assegurando as alterações de acessibilidade necessárias ao devido acolhimento e integração de pessoas com deficiência motora. No caso da **Bondalti**, a empresa adota práticas de recrutamento e gestão de forma a assegurar um ambiente de trabalho inclusivo e acessível e, sempre que necessário, são avaliadas e implementadas medidas de adaptação adequada aos postos de trabalho, para permitir o desempenho adequado das funções

e integração plena dos colaboradores. Para reforçar a igualdade de oportunidades, a **CUF** implementa medidas concretas que promovem a inclusão, apoiam colaboradores com necessidades específicas e equilibram as exigências profissionais com a vida pessoal e familiar como Adaptação de Postos de Trabalho, Bolsas para a Inclusão e Medidas para a Promoção da Conciliação entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional.

Formação de desenvolvimento

O Grupo continua a investir no desenvolvimento e retenção dos seus talentos. Os diagnósticos aplicados em 2022 a todos os colaboradores C-Level e primeiras linhas permitiram apurar o *gap* de competências face ao perfil de liderança do Grupo. Estes resultados têm vindo a ser acompanhados e, com o propósito de reforçar as capacidades de liderança do Grupo, nos anos de 2023 e 2024 as primeiras linhas receberam formação com o programa de liderança Advanced Leadership Program, em parceria com a Universidade Católica e a Kellogg School of Management.

Em 2025, foi também dado seguimento à formação Leader as a Coach, em parceria com a Nova SBE, bem como ao programa interno de mentoria, capacitando as lideranças com competências que estimulem o desenvolvimento das suas Pessoas. A mobilidade interna promovida entre quadros do Grupo é também uma forma reconhecida de desenvolvimento, bem como uma garantia a sustentabilidade do talento interno.

Ainda no decorrer de 2025, a **José de Mello** desenvolveu a iniciativa Escutar-te, na qual a Direção de Pessoas e Gestão de Talento promoveu uma conversa individual e estruturada com cada colaborador, recolhendo informação sobre o seu percurso, expetativas e ambições. Nestas conversas, uma larga maioria sugeriu a importância de haver uma maior aposta em *team building* com todos os colaboradores, sugestão que se materializou, em setembro, com o primeiro Encontro José de Mello. Este foi um dia composto pela partilha de resultados do Grupo, pela atribuição de um relógio, como reconhecimento aos colaboradores com mais de 25 anos, e por atividades que promoveram a proximidade e coesão entre as várias equipas.

A aposta na formação foi também reforçada em 2025, bem como o orçamento nesta rubrica. As ações desenvolvidas estão enquadradas nas vertentes técnicas e comportamentais (por exemplo, Excel, Comunicação, Finanças Pessoais, Gestão de Conflitos, Primeiros Socorros, etc.) e decorreram em diferentes metodologias e formatos (tais como *live training*, presencial), em horário laboral.

O plano anual de formação foi desenhado tendo em consideração as necessidades identificadas no processo de avaliação de desempenho, nas reuniões de potencial promovidas pela Direção de Pessoas e Gestão de Talento junto das primeiras linhas, num inquérito enviado aos colaboradores e, ainda, nas reuniões individuais que a organização dedicou a escutar as Pessoas. Este planeamento permitiu à José de Mello, e em conjugação com os respetivos líderes, construir programas de desenvolvimento customizados, de acordo com as prioridades identificadas.

À semelhança dos anos anteriores, foi promovida mais uma edição do Programa Avançado de Gestão para Executivos (PAGE) para os quadros do Grupo.

As empresas participadas do Grupo José de Mello operam em diferentes setores e, nesse contexto, identificam as suas necessidades de formação de acordo com as especificidades de cada atividade.

4.3.2 S3 Comunidades afetadas

Direitos das comunidades

GRI 3-3, 203-1, 203-2, 413-1, 413-2

O Grupo José de Mello atribui, desde a sua fundação, elevada importância ao envolvimento com a sociedade, gerando um impacto que reflete a cultura e os valores da organização. Ao integrarem esta abordagem nas suas estratégias de sustentabilidade, as empresas do Grupo reforçam o seu posicionamento enquanto agentes de mudança positiva, procurando soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais das comunidades onde desenvolvem a sua atividade.

Ao longo de 2025, o impacto na comunidade materializou-se através de um conjunto alargado de iniciativas promovidas pelas empresas do Grupo José de Mello, no quadro das respetivas estratégias e áreas de atuação. Ao longo do ano não houve registo de impactos negativos significativos decorrentes das operacões das empresas do Grupo.

Apesar da diversidade de projetos e contextos, as iniciativas do Grupo convergem num propósito comum: contribuir de forma sólida para o desenvolvimento social das comunidades onde o Grupo está presente. Esta convergência evidencia o alinhamento das diferentes empresas com a cultura do Grupo, assegurando

coerência e unidade na forma como este gera valor para a sociedade. Em 2025 o valor de investimento na comunidade do Grupo foi de cerca de 3 milhões de euros.

Em 2025, o compromisso da **José de Mello** foi novamente consolidado na revisão da sua Agenda de Sustentabilidade, tendo o envolvimento com a comunidade sido identificado como tema material no processo de auscultação aos *stakeholders* e integrado no respetivo Roteiro de Sustentabilidade.

Em 2023, a José de Mello aprofundou a reflexão sobre o seu contributo para a comunidade, culminando na aprovação da sua Estratégia de Investimento de Impacto. Através desta estratégia, assumiu o compromisso de contribuir de forma estruturada e significativa para a transformação de Portugal, com foco prioritário nas áreas da Educação e do Empreendedorismo.

A estratégia assenta em quatro pilares e dez temas de atuação, desdobrados em 13 objetivos e mais de 50 ações concretas, que orientam a intervenção da holding do Grupo e asseguram uma atuação consistente, mensurável e alinhada com os compromissos de sustentabilidade.

Educação

A José de Mello continuou a trabalhar com os parceiros Teach For Portugal e TUMO, aumentando o impacto das duas iniciativas.

A Teach For Portugal é uma associação portuguesa sem fins lucrativos que pretende diminuir a desigualdade educativa, proporcionando a crianças de meios mais desfavorecidos a oportunidade de atingirem o seu máximo potencial.

O TUMO Lisboa é um programa educativo que combina tecnologia com criatividade e que, através de modelos pedagógicos inovadores, promove o desenvolvimento educativo, criativo, cultural e tecnológico das camadas mais jovens da população.

Teach for Portugal	
Mentores	121
Alunos	13 mil
Agrupamentos de escolas	98
Municípios	55
TUMO Lisboa	
Estudantes	1000
% Escolas públicas	73%
% Escolas TEIP	11%
% Alunos ASE	19%

Empreendedorismo

Com o objetivo de fomentar o empreendedorismo jovem, a José de Mello passou a colaborar com a Unicorn Factory Lisboa, no âmbito de um programa estruturado de capacitação dirigido a novos talentos. A informação detalhada sobre os resultados e indicadores desta iniciativa está disponível no capítulo 4.4.5 – Inovação.

Responsabilidade social interna e emergência social

Durante o ano, a José de Mello e as empresas do Grupo deram continuidade às suas iniciativas de responsabilidade social interna, nomeadamente o Programa de Voluntariado, a Árvore do Apadrinhamento e o Programa Ser Solidário, reforçando o envolvimento dos colaboradores em causas sociais.

Adicionalmente, foi proporcionada aos colaboradores da **José de Mello** a possibilidade de apoiar organizações sociais por eles selecionadas, através da aplicação Passo-a-Passo. Esta aplicação converte a atividade física diária em donativos, transformando os passos dados pelos colaboradores em contributos financeiros para as entidades apoiadas.

Programa de Voluntariado
Grupo José de Mello

Programa de voluntariado

O Programa de Voluntariado tem como propósito fortalecer os laços comunitários, promovendo a ação voluntária e crescimento pessoal e profissional dos participantes. Todos os anos, é realizada uma avaliação do programa por meio de um inquérito aos colaboradores e instituições.

A José de Mello conta ainda com uma bolsa de voluntariado disponível para a realização de ações pontuais.

9
ações no Grupo

3298
horas de voluntariado

Associação Vale de Acór

Ser Solidário
Campanha interna do Grupo José de Mello

Programa ser solidário

Programa que prevê o apoio, por parte dos colaboradores, a instituições de solidariedade social. Cada colaborador tem a opção de contribuir voluntariamente com um valor mínimo de 1 euro, descontado mensalmente do seu salário. No final do ano, cada empresa do Grupo contribui com uma quantia complementar. As instituições que serão beneficiadas com as doações são escolhidas pelos colaboradores, através de votação.

3
instituições apoiadas

17 622€
doados

Aldeias de Crianças SOS

Árvore do Apadrinhamento

Árvore do apadrinhamento

Iniciativa criada para apoiar crianças em situação de vulnerabilidade na época de Natal. Os colaboradores do Grupo são convidados a oferecer um presente a uma criança que se encontra institucionalizada. Esta é uma iniciativa de grande relevância para as crianças e instituições envolvidas, que tem vindo a ganhar uma dimensão crescente no Grupo ao longo dos últimos anos.

49
instituições

2354
crianças e jovens

Associação Coração Amarelo

caminhar para ajudar
PASSO A PASSO

Iniciativa passo a passo

Projeto inovador de duplo impacto: promover a saúde e o bem-estar dos colaboradores e contribuir para a concretização de projetos e iniciativas com impacto social em diferentes áreas de atuação. Andar, correr, subir e descer escadas ou pedalar, o movimento dos colaboradores da José de Mello conta como donativo a organizações sociais.

6
instituições apoiadas

12 000€
de donativos

Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger

Durante o ano de 2025, a **Bondalti** deu continuidade à sua estratégia Together Matters, de responsabilidade social e investimento de impacto. Este programa evoluiu para uma abordagem mais estruturada e consistente, tendo sido desenvolvidos cerca de 15 projetos, distribuídos pelos cinco pilares estratégicos do programa. Um dos cinco pilares de atuação definidos é a Educação e Cidadania, âmbito no qual a Bondalti investiu em programas desde o ensino pré-escolar até ao universitário, passando pelo secundário e profissional. Estas ações focam-se na inclusão de minorias e incluem a formação de crianças e jovens em temas ESG.

No âmbito do segundo pilar da iniciativa Together Matters (pilar +Vida), a Bondalti apoiou, em 2025, populações em situação de maior vulnerabilidade, incluindo famílias com crianças portadoras de doença grave, crianças e jovens com necessidades especiais e pessoas com incapacidade física ou mental, contribuindo para a melhoria das condições de vida e a inclusão social.

A Bondalti investiu em projetos de inovação sustentável através do financiamento de bolsas e estágios para jovens universitários, bem como do apoio de projetos que premeiem jovens empreendedores. Foram ainda

implementados os programas STEAM, focados em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática. Estes investimentos enquadram-se na estratégia de responsabilidade social da Bondalti – Together Matters, no pilar do Empreendedorismo e Trabalho Digno.

Em 2025, a **CUF** desenvolveu um conjunto de ações concretas para promover impactos positivos nas comunidades em que está inserida, entre as quais se destacam:

- Participação em redes e estruturas locais;
- Doação de bens (mais de 20 mil);
- Formação e literacia em saúde: programas gratuitos em áreas como prevenção, primeiros socorros, saúde mental, hábitos de vida saudável e educação em saúde, dirigidos à população local e a grupos específicos em situação de maior vulnerabilidade (mais de 4 mil).
- ZELA – Aprender para Cuidar: em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, constitui uma formação gratuita para cuidadores profissionais destinada a colaboradores de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sobretudo a entidades que prestam apoio a idosos e a pessoas com incapacidade, este ano com foco nas IPSS dos territórios da Margem Sul do Tejo e de Santarém.
- Voluntariado Corporativo (2474 horas);
- Plano + CUF Solidário: Parcerias com entidades da economia social que garantem acesso à saúde a beneficiários de IPSS.
- ÍMPARES: em parceria com a Fundação Ageas, programa focado em soluções de impacto, escalabilidade e preparação para investimento que tem a missão de contribuir para a resolução de problemas sociais, tendo já abrangido 16 projetos em duas edições.

Estas ações fortalecem a proximidade e a cooperação com as comunidades, promovendo desenvolvimento local sustentável, potenciando impactos positivos e fomentando estratégias conjuntas para a resolução de desafios sociais. No enquadramento destes programas e dos respetivos mecanismos de acompanhamento, não foram identificados nem comunicados problemas graves de direitos humanos ou incidentes relacionados com as comunidades onde a CUF desenvolve a sua atividade.

No âmbito de uma parceria entre a **WineStone**, a Fundação Amélia de Mello e o Agrupamento de Escolas de Arraiolos – orientada para o desenvolvimento de iniciativas na área da educação e para a valorização do ensino vitivinícola – a Ravasqueira acolheu dois estagiários em 2025.

No mesmo período, a WineStone estabeleceu uma parceria com a Associação Bagos d'Ouro, assegurando um apoio anual destinado à educação e ao acompanhamento social de crianças e jovens da região do Douro.

4.3.3 S4 Consumidores e utilizadores finais

Impactos, segurança e inclusão social dos consumidores e/ou utilizadores finais

GRI 3-3, 416-1, 416-2, 417-1, 417-2, 417-3, 418-1

A atuação do Grupo José de Mello no domínio dos consumidores e utilizadores finais reflete a diversidade dos seus negócios, sendo orientada por princípios comuns de segurança, transparência e responsabilidade ao longo da cadeia de valor.

Enquanto empresa predominantemente B2B, a **Bondalti** garante que os seus clientes dispõem de informação adequada para a utilização segura dos produtos, promovendo uma relação comercial assente na responsabilidade partilhada, na conformidade regulamentar e na prevenção de riscos. Mantém, igualmente, um diálogo próximo e transparente com os clientes, procurando compreender as suas necessidades e antecipar exigências futuras. Neste contexto, a certificação ISCC PLUS (International Sustainability and Carbon Certification PLUS), da Bondalti Chemicals assume particular relevância, ao garantir a rastreabilidade e credibilidade de matérias-primas com menor pegada carbónica.

Para a **CUF** este tema é crucial ao seu sucesso, os direitos e interesses legítimos dos clientes estão no centro da sua atuação sendo promovida a proteção dos Direitos Humanos dos colaboradores, parceiros e clientes ao longo de toda a sua cadeia de prestação de cuidados. Com este enquadramento, desenvolveu e implementou

um conjunto de políticas estruturantes que orientam a conduta de todos os profissionais e asseguram a consistência dos cuidados prestados. No domínio da privacidade e da proteção dos dados pessoais, foram também implementadas diversas ações destinadas a fortalecer a segurança da informação, facilitar o exercício dos direitos dos clientes e assegurar o cumprimento rigoroso das obrigações legais em matéria de tratamento de dados sensíveis.

A CUF assegura o acompanhamento contínuo da eficácia das suas ações através de mecanismos de monitorização estruturados. No domínio da proteção de dados, a plataforma de gestão de privacidade disponibiliza *dashboards e reports* que permitem analisar a evolução dos pedidos e potenciais violações, possibilitando a implementação antecipada de medidas preventivas. No âmbito da segurança clínica, as formações obrigatórias sobre as Metas Internacionais de Segurança do Doente, a cultura de segurança e a notificação de eventos adversos têm contribuído para uma maior maturidade organizacional. Estes mecanismos reforçam a capacidade da CUF de avaliar os resultados das ações adotadas, ajustá-las sempre que necessário e promover uma cultura de melhoria contínua orientada para a proteção dos clientes.

No caso da **WineStone**, a atuação centra-se diretamente no consumidor, sendo adotada uma abordagem sistemática à avaliação dos impactos dos produtos na saúde e segurança. Esta avaliação abrange a totalidade das categorias de produto e todas as fases do processo, desde a produção ao consumo. A empresa assegura a implementação de um Sistema de Gestão da Segurança Alimentar baseado nos princípios HACCP, complementado por controlos analíticos regulares, mecanismos de rastreabilidade e procedimentos de gestão de reclamações e recolha de produto. A WineStone cumpre os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à informação e rotulagem dos seus produtos, assegurando que os consumidores recebem informação clara, correta e transparente sobre os produtos e o seu uso. Nomeadamente a legislação europeia e nacional aplicável à rotulagem alimentar.

4.4 Informação de governação

4.4.1 G1 Conduta empresarial

GRI 2-15, 2-16, 2-23, 2-25, 2-26, 2-29, 3-3

Cultura empresarial

A forma como a **José de Mello** exerce a função acionista reflete diretamente os valores de transparência, ética e responsabilidade que guiam a sua atuação. Estes princípios orientam a relação com as empresas participadas e enquadram o modelo de governação promovido pelo Grupo.

A robustez e coerência da governação societária é encarada como mais do que um requisito regulatório, sendo assumida como um fator determinante para a competitividade, a resiliência empresarial e a sustentabilidade do crescimento. Neste enquadramento, o Grupo José de Mello desenvolve um acompanhamento de proximidade com as participadas para assegurar que os seus valores fundacionais são aplicados de forma transversal em todas as empresas do portefólio e se estendem, por influência, às respetivas cadeias de valor.

Todas as empresas do Grupo implementam mecanismos rigorosos de *compliance* que abrangem o cumprimento da legislação aplicável e a promoção da ética empresarial, reforçando uma cultura organizacional assente na integridade e na equidade, em linha com os valores que marcam a sua história. Trata-se de uma atuação continuada assente num modelo de governação que observa o alinhamento de interesses entre acionistas, colaboradores e restantes *stakeholders*, assegurando uma gestão prudente, empreendedora e com visão de longo prazo.

A defesa de um ambiente concorrencial saudável constitui igualmente um princípio estruturante. Neste sentido, as empresas participadas atuam em conformidade com a legislação da concorrência, adotando práticas empresariais justas e alinhadas com os princípios de lealdade e equidade nos mercados onde operam.

A proteção de dados pessoais e a cibersegurança são também prioridades estratégicas para o Grupo José de Mello e para as suas participadas, particularmente em setores como o da saúde, onde os riscos associados são mais elevados. O Grupo assegura a preservação da confidencialidade e da integridade da informação em todas as operações e promove a utilização responsável de tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial, em conformidade com a legislação aplicável e em alinhamento com elevados padrões éticos, de responsabilidade digital e de proteção dos direitos humanos.

Para o Grupo José de Mello, uma governação societária robusta não se limita a mitigar riscos. É, acima de tudo, um fator que contribui para reforçar a confiança dos investidores, fortalecer a relação com os *stakeholders* e criar condições para uma atuação empresarial responsável e, nessa medida, sustentável e duradoura.

No Grupo José de Mello, o diálogo e a construção de relações de proximidade com stakeholders internos e externos constituem pilares essenciais da estratégia empresarial. A holding promove uma escuta ativa e contínua das opiniões, experiências, necessidades e expectativas dos seus interlocutores, assegurando uma relação estruturada com as participadas e os diferentes grupos de stakeholders.

Este modelo de relacionamento contribui para a criação de valor sustentável no longo prazo, permitindo antecipar riscos e oportunidades, alinhar interesses com a estratégia de negócio e de sustentabilidade, fomentar a inovação e a melhoria contínua e gerar impacto económico, social e ambiental relevante, reforçando, simultaneamente, a reputação da marca **José de Mello**.

Para consolidar esta proximidade, a José de Mello recorre a diversos canais de comunicação e envolvimento, adaptados às especificidades de cada grupo de stakeholders. Entre estes incluem-se o website corporativo, as redes sociais, os eventos institucionais, as relações com os media e o canal digital de comunicação de irregularidades, assegurando transparência e alinhamento com os princípios de governação.

A organização dispõe de mecanismos estruturados de gestão dos principais impactos, riscos e oportunidades associados à marca e reputação, integrando monitorização contínua, análise estratégica de informação e articulação permanente com as empresas participadas.

Participação regular da Direção de Relações Institucionais e Comunicação na identificação, avaliação e mitigação de riscos reputacionais.

Monitorização diária de notícias e temas estratégicos relevantes para a José de Mello e empresas.

Desenvolvimento regular de estudos de marca e de reputação.

Diálogo contínuo com as áreas de comunicação das participadas e realização regular de Comités de Comunicação.

Elaboração de reports diários e periódicos de monitorização estratégica, com recurso a intelligence, para avaliação de tendências, identificação antecipada de temas críticos e suporte à tomada de decisão.

No que concerne à análise da perceção dos diferentes stakeholders, a **José de Mello** recorre, entre outros instrumentos, a estudos de marca e reputação e participa em iniciativas que permitem avaliar a visão de investidores, entidades de avaliação de risco e da sociedade em geral quanto ao seu posicionamento reputacional no mercado.

A **Bondalti** assenta a sua cultura empresarial em princípios de ética, responsabilidade, respeito pelas pessoas e atuação responsável, encontrando-se estes princípios formalizados no seu código de ética e conduta. Adicionalmente a Bondalti dispõe de uma política de Conciliação, Diversidade, Equidade e Inclusão que consolida uma cultura organizacional baseada no respeito mútuo, transparência e valorização das pessoas.

A **CUF** desenvolve a sua atividade com base em princípios de conduta empresarial responsável, assegurando uma atuação ética, transparente e íntegra em todas as decisões e relações com colaboradores, parceiros e demais *stakeholders*. Neste enquadramento, a organização adotou um conjunto estruturado de códigos, políticas e mecanismos internos que reforçam a confiança na CUF e a robustez do seu modelo de governo que integra: Código de Conduta, Política de Anticorrupção, Política de Gestão de Conflitos de Interesses, Política de Ofertas, Patrocínios e Donativos.

A cultura empresarial da CUF é estabelecida, promovida e continuamente reforçada através de múltiplos mecanismos que asseguram a adesão aos princípios da ética, integridade e transparência: Código de Conduta, Sessões de Acolhimento e Integração, Programa de Formação Obrigatória, Comissão de Acompanhamento do Código de Conduta.

Dentro do seu Plano Integrado de Compliance, a **WineStone** desenvolveu em 2025 o seu código de ética e conduta. Tem como objetivo, ao longo de 2026 a realização de formação interna a colaboradores e a elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção.

Proteção de denunciantes

GRI 2-15, 2-16, 2-23, 2-25, 2-26, 2-29, 3-3

A **José de Mello** dispõe de um canal de denúncias como instrumento de promoção de um ambiente organizacional seguro e transparente. A sua implementação está alinhada com a Lei nº. 93/2021, de 20 de dezembro, que transpôs para a legislação nacional a Diretiva (UE) 2019/1937.

Neste contexto, é responsabilidade da José de Mello assegurar que não existem situações de retaliação de qualquer espécie, resultantes da comunicação de irregularidades por violação do disposto em documentos estratégicos, sendo este um motivo de justa causa de despedimento. Igualmente, qualquer pessoa que apresente um relatório de uma violação que se saiba ser falso ficará sujeito a medidas disciplinares, incluindo despedimento, quando apropriado.

Em conformidade com este compromisso, todas as empresas do Grupo José de Mello implementaram este canal de denúncias, assegurando a uniformização das boas práticas no tratamento de denúncias e na proteção dos comunicadores.

Os direitos e garantias dos denunciantes encontram-se legalmente estabelecidos na legislação aplicável, bem como no Código de Conduta, e contemplam a confidencialidade e o anonimato, o tratamento adequado dos dados pessoais ou a adoção de "medidas de proteção" eficazes. Entre as salvaguardas mais relevantes, inclui-se a proibição expressa de qualquer prática ou omissão retaliatória que, no contexto profissional e motivada pela denúncia, possa causar danos diretos ou indiretos a quem a participou.

A **Bondalti** implementou um Programa de Cumprimento Normativo, que inclui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, ações de formação e

sensibilização, bem como canais de denúncia acessíveis a colaboradores e a terceiros. Estes mecanismos visam garantir a deteção atempada de situações de risco, a investigação adequada das denúncias e a proteção dos denunciantes contra qualquer forma de retaliação.

A **CUF** possui um Procedimento de Tratamento de Denúncias que estabelece o processo de receção, gestão, análise e acompanhamento das denúncias submetidas através do Canal de Denúncias e promove ações de comunicação e iniciativas de capacitação dirigidas aos seus colaboradores sobre o Código de Conduta, com o objetivo de reforçar a consciencialização interna relativamente aos princípios éticos, às políticas internas e ao funcionamento do Canal de Denúncias.

Na **WineStone** as preocupações críticas podem ser comunicadas através de Canal de denúncias, reporte periódico ou comunicação direta com a chefia. Durante o período de relato, não foram comunicadas ao Conselho de Administração quaisquer preocupações classificadas como críticas pela sua gravidade ou com impacto reputacional, legal ou financeiro.

Envolvimento político

Na **José de Mello**, as matérias relacionadas com influência política e atividades de *lobbying* são enquadradas no âmbito mais amplo da governação, da ética e da transparência institucional, refletindo o compromisso com uma atuação responsável e alinhada com os princípios de integridade empresarial. A holding procura assegurar que qualquer interação com entidades públicas, associações setoriais ou outros *stakeholders* institucionais ocorre de forma transparente, devidamente enquadrada e em conformidade com os normativos internos e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Este enquadramento contribui para reforçar a confiança nas práticas de representação institucional e para assegurar a adequada supervisão de matérias relacionadas com posicionamento institucional, participação em fóruns de representação e eventuais contributos para processos de decisão pública.

Gestão das relações com fornecedores

GRI 3-3, 204-1, 308-1, 308-2, 414-1, 414-2

O Grupo José de Mello promove uma relação estruturada e responsável com os seus fornecedores, baseada em princípios de ética, transparência e *compliance*. A gestão da cadeia de abastecimento valoriza parceiros que partilham os mesmos padrões de integridade e responsabilidade. Nesse contexto, e consciente que esta é uma responsabilidade de ambas as partes, o Grupo José de Mello incentiva todos os seus fornecedores e parceiros a alinharem a sua atuação com os Valores e Propósito do Grupo, assumindo como sua esta missão estratégica, designadamente ao nível da adoção de práticas sustentáveis, da salvaguarda das melhores condições de trabalho e de uma gestão responsável dos temas ESG.

O Código de Conduta de Fornecedores da **José de Mello** estabelece os requisitos mínimos para o estabelecimento de relações comerciais com o Grupo. Este documento clarifica as expectativas da empresa em matéria de sustentabilidade, nos domínios social, ambiental e de governação.

O Grupo José de Mello conta ainda com uma central de negociação de produtos e serviços, a MDados, que apoia de forma transversal o negócio das empresas do Grupo, promovendo, assim a centralização e eficiência deste processo. Neste sentido, a sua abordagem ao mercado visa a criação de valor substancial, sustentável e duradouro, tendo por base cinco pilares fundamentais.

1 Economias de escala, obtidas através de uma abordagem conjunta ao mercado.

2 Acumulação de know-how, foco e experiência nas áreas de atuação, beneficiando de múltiplos processos negociais nos últimos 20 anos para as diversas empresas do Grupo José de Mello, para além de outros clientes.

3 Trabalho em conjunto com os clientes, coordenando as suas diversas necessidades e promovendo a partilha de informação e das melhores práticas.

4 Parcerias sustentáveis e duradouras com os fornecedores numa lógica *win-win*, privilegiando uma relação transparente e colaborativa.

5 Conciliação de múltiplos objetivos, incluindo a obtenção das melhores condições financeiras, a garantia de standards de qualidade exigentes e uma preocupação com a sustentabilidade em toda a cadeia de valor.

O conhecimento profundo dos mercados de produtos e serviços negociados pela MDados permite antecipar tendências e acompanhar as dinâmicas de transformação dos clientes e fornecedores.

Processo de consulta ao mercado

A MDados implementou um processo de consulta e avaliação de propostas, garantindo assim que todas as normas e critérios são cumpridos, e que todos os fornecedores e parceiros se encontram alinhados com os seus objetivos estratégicos.

1 KICKOFF

Reunião entre a MDados e o cliente, para identificação das necessidades, objetivos, fornecedores a consultar, calendário e outros critérios a aplicar na aquisição, da qual resulta a validação do caderno de encargos.

2 CONSULTA

Consulta aos fornecedores, visitas às instalações (caso se verifique relevante), reuniões de esclarecimento, entrega de propostas e negociação.

3 ANÁLISE/RECOMENDAÇÃO

Análise das propostas e apresentação de relatório de avaliação preliminar – que contempla o enquadramento de mercado; análise de fornecedores; análise de propostas; e avaliação – e, recomendação de adjudicação.

4 ADJUDICAÇÃO

Feedback do cliente relativo ao fornecedor a adjudicar e respetiva adjudicação, incluindo a transmissão detalhada dos elementos negociados.

A este propósito, são solicitadas evidências das boas práticas ESG implementadas, sendo realizado um *deep dive* ao setor, quando aplicável. Para tal, são integrados nos cadernos de encargos critérios de qualificação que refletem o compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas e o contributo dos fornecedores e parceiros para os ODS.

No que concerne ao desempenho social, os contratos incluem cláusulas relativas a temas do âmbito do direitos humanos e trabalho infantil, e da gestão do capital humano, designadamente através da análise dos Códigos de Conduta ou de certificações de referência. Complementarmente, são realizadas visitas aos locais e instalações, reuniões com os responsáveis e conversas com os *stakeholders* de referência. Dependendo das categorias em negociação, podem, ainda, ser aplicados critérios de sustentabilidade no processo de avaliação.

Em 2024, a **Bondalti** iniciou o processo de implementação de uma plataforma de envolvimento com fornecedores, com o objetivo de estruturar e uniformizar a avaliação, monitorização e qualificação dos fornecedores, integrando critérios ESG de forma sistemática, tendo concluído a sua implementação em 2025. Esta ferramenta permite identificar e acompanhar os riscos associados à cadeia de fornecimento, incluindo riscos ESG, financeiros, operacionais, de cibersegurança e geopolíticos, proporcionando uma visão mais integrada do desempenho e da conformidade dos parceiros comerciais. Os resultados obtidos através desta plataforma constituem a base para o desenvolvimento de planos de ação focados na mitigação de riscos e impactos, bem como para a eventual realização de auditorias externas e outros mecanismos de envolvimento, promovendo uma relação de cooperação com os fornecedores e o alinhamento progressivo com os objetivos de sustentabilidade e conduta empresarial responsável da Bondalti.

Em 2025, a **CUF** atualizou e divulgou o seu Código para Prestadores de Serviços, Fornecedores e Parceiros, um instrumento central da estratégia de gestão da cadeia de valor. Este inclui compromissos claros em matéria de diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades, promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, bem como regras específicas sobre prevenção da corrupção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, proteção de dados e gestão de conflitos de interesse. Paralelamente integra critérios de sustentabilidade nos seus cadernos de encargos e nos processos de seleção e gestão de fornecedores, exigindo o cumprimento de normas, orientações e boas práticas reconhecidas a nível nacional e internacional. Complementarmente, foi implementada uma plataforma estruturada de gestão e avaliação de fornecedores que possibilita avaliar o grau de alinhamento dos

fornecedores com os valores e princípios da CUF e apoiar o desenvolvimento de planos de melhoria contínua. Atualmente, o score ESG não é utilizado como critério de exclusão, assumindo antes um caráter orientador e colaborativo na promoção da adoção progressiva de melhores práticas ao longo da cadeia de abastecimento.

Em linha com o apoio prestado aos seus fornecedores no cumprimento de critérios ESG, a **WineStone** realizou, em 2025, uma avaliação e controlo anual de fornecedores e prestadores de serviço. Foram efetuadas um total de 5 auditorias a fornecedores de vinho, com o objetivo de compreender melhor as suas limitações e desafios. No final do ano, foi identificada a necessidade de uma melhor estruturação deste processo, culminando na elaboração de uma análise de risco orientada para avaliar o impacto de cada fornecedor de uva e vinho no produto final.

Corrupção e suborno

GRI 3-3, 205-1, 205-2, 205-3

Num contexto empresarial cada vez mais global e regulamentado, o Grupo José de Mello adota um modelo de governação alinhado com as melhores práticas internacionais, assegurando transparência, ética e responsabilidade na sua atuação.

Uma governação societária robusta não é apenas um requisito regulatório, mas um fator crítico para a competitividade e resiliência empresarial. A ausência de mecanismos eficazes de governação pode expor as organizações a riscos reputacionais, financeiros e operacionais significativos, comprometendo a confiança dos investidores, a relação com os *stakeholders* e, por consequência, a própria sustentabilidade do negócio. Neste sentido, a José de Mello assume a sua função acionista e de influência estratégica junto das suas participadas, com o objetivo de garantir que os princípios de integridade, *compliance* e responsabilidade social são transversais a todas as empresas participadas e que, por influência, essa forma de atuação se prolongue ao longo da cadeia de valor.

A implementação de rigorosos mecanismos de *compliance*, que abrangem não apenas o cumprimento da legislação vigente, como a ética empresarial, reforça o compromisso do Grupo com uma cultura organizacional baseada na integridade e na equidade, tal como a sua história o comprova.

Assim, a organização pauta a sua atuação num modelo de governação que assegura o alinhamento de interesses entre os acionistas, os colaboradores e os restantes *stakeholders*, garantindo uma gestão prudente, empreendedora e resiliente.

A defesa de um ambiente concorrencial saudável constitui outro pilar essencial da atuação no Grupo José de Mello. Neste sentido, as empresas participadas comprometem-se a agir em conformidade com a legislação da concorrência, garantindo práticas empresariais justas e alinhadas com os princípios de lealdade e da equidade no mercado onde operam.

Atualmente, a proteção de dados pessoais e a cibersegurança também são consideradas prioridades estratégicas para o Grupo José de Mello, como para as suas participadas.

Neste ponto, procura-se assegurar e acautelar que a confidencialidade e a integridade da informação são preservadas em todas as operações e que a utilização responsável de tecnologias emergentes, nomeadamente da inteligência artificial, é incentivada, sempre em conformidade com a legislação relativa a esta matéria e em sintonia com os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade digital.

O respeito pelos direitos humanos e nomeadamente laborais, bem como a implementação de medidas eficazes de combate à corrupção são também princípios fundamentais do modelo de gestão do Grupo José de Mello e encontram-se formalizados em códigos, políticas e regulamentos internos. Estes instrumentos visam assegurar a coerência e constituir uma abrangência de forma a influenciar positivamente a atividade das empresas participadas, contribuindo para a consolidação de uma cultura empresarial assente na ética e na responsabilidade.

A **José de Mello** dispõe de um Programa de Compliance Integrado que orienta a aplicação dos princípios de ética, integridade e rigor em todas as suas atividades.

Implementado em 2020 e atualizado em 2025, em conformidade com as mais recentes normas e enquadramentos legais, este programa estabelece o conjunto de mecanismos através dos quais promove uma cultura de responsabilidade, transparência e conformidade nas suas operações. O Programa de Compliance Integrado foi desenvolvido tendo em conta as especificidades das atividades e áreas críticas da José de Mello, sendo revisto sempre que necessário.

A sua implementação assenta nas seguintes ferramentas estratégicas:

Código de Conduta

Estabelece os princípios que orientam a atividade da José de Mello, bem como as regras fundamentais de natureza ética e deontológica que devem nortear a conduta diária dos seus colaboradores e demais *stakeholders*.

Código de Conduta de Fornecedores

Visa assegurar que todos os Fornecedores da José de Mello Capital reconhecem os valores da organização, garantindo que observam o cumprimento dos seus valores e princípios ao longo da relação contratual.

Política de Diversidade, Inclusão, Equidade e Conciliação

Reforça a necessidade de cumprimento das normas e legislação aplicáveis em matéria de combate à discriminação em contexto profissional e reitera a aplicação de valores éticos e práticas humanísticas na forma de estar e de trabalhar no seio da Organização.

Regulamento Anticorrupção

Determina as regras e procedimentos para prevenção e combate à corrupção e crimes conexos, nomeadamente os comportamentos proibidos, prevenção de situações que possam suscitar conflitos de interesses e modo de regulação destas situações.

Programa de Compliance

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

Identifica, analisa e classifica as situações e os riscos de corrupção e infrações conexas a que a organização poderá estar sujeita. Desenvolve as medidas preventivas e corretivas de controlo e mitigação dos riscos identificados, que permitam diminuir, quer a probabilidade da sua ocorrência, quer o impacto dos seus efeitos nos termos da lei aplicável.

Regulamento sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Definição das regras e procedimentos internos para cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis à José de Mello em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Canal de Comunicação de Irregularidades

Disponibilização de um canal de denúncia e comunicação de irregularidades, dirigido a todos os *stakeholders*, para que possa ser notificada qualquer violação efetiva, ou potencial, às regras do Código de Conduta, das políticas ou procedimentos com ele relacionados, ou de qualquer preceito legal.

Regulamento sobre Tratamento de Comunicações de Irregularidades

Regulamento de Tratamento de Comunicação de Irregularidades que estabelece os mecanismos e procedimentos de comunicação e reporte de irregularidades.

Os documentos atrás indicados são aplicáveis a todos os *stakeholders*, sendo assegurada a sua comunicação, via e-mail ou intranet, e atualização sempre que necessário. No final de 2025, foram realizadas três sessões de formação prática e sensibilização a todos os colaboradores da Sociedade sobre o Programa de Compliance e suas atualizações.

A **Bondalti** adota uma tolerância zero relativamente a práticas de corrupção, suborno, tráfico de influências ou quaisquer infrações conexas. Estes princípios estão consagrados no Código de Ética e Conduta, que dá cumprimento ao Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) e estabelece regras claras de atuação, para prevenir, detetar e sancionar comportamentos ilícitos.

A empresa implementou um Programa de Cumprimento Normativo, que inclui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, ações de formação e sensibilização, bem como canais de denúncia acessíveis a colaboradores e a terceiros. Estes mecanismos visam garantir a deteção atempada de situações de risco, a investigação adequada das denúncias e a proteção dos denunciantes contra qualquer forma de retaliação.

A **CUF** dispõe de um conjunto robusto e estruturado de procedimentos destinados a prevenir, identificar e responder de forma eficaz a situações de corrupção e suborno, em estrito alinhamento com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção e com a norma ISO 37001 (Sistemas de Gestão Anticorrupção). Estes mecanismos constituem pilares essenciais do seu sistema de governação e integridade. A CUF dispõe de um processo formal e estruturado para a comunicação dos resultados das investigações relacionadas com comportamentos ilegais, incluindo situações de corrupção e suborno, aos órgãos de administração, direção e supervisão, assegurando transparência, acompanhamento adequado e tomada de decisão informada.

Este conjunto de mecanismos permite à CUF assegurar um acompanhamento eficaz das denúncias e investigações relacionadas com corrupção e suborno, garantindo o cumprimento das políticas internas, da legislação aplicável e dos mais elevados padrões de integridade e transparência.

Sempre que seja identificada uma violação, ou uma suspeita fundada de violação, dos procedimentos e normas de prevenção da corrupção e do suborno, os colaboradores devem proceder à sua comunicação imediata através dos mecanismos disponibilizados para o efeito, designadamente o Canal de Denúncias da CUF, acessível a todos os colaboradores. A CUF assegura que qualquer denúncia beneficia de proteção contra qualquer forma de retaliação, discriminação ou tratamento desfavorável, garantindo um ambiente seguro para a comunicação de irregularidades.

Até à data, a **WineStone** não possui políticas e procedimentos dedicados especificamente aos riscos de corrupção nas suas atividades.

Investimento responsável

GRI 3-3

A visão do Grupo José de Mello para a década 2021–2030 identifica o investimento em novos setores e novas geografias como motor de crescimento sustentável e da criação de valor a longo prazo.

Para enquadrar essa ambição estratégica, o Grupo dispõe de uma Política de Investimentos que orienta a identificação, avaliação e integração de novas oportunidades, tanto ao nível da José de Mello como das suas empresas participadas.

Qualquer oportunidade de investimento é submetida a um processo estruturado de análise, alinhado com os objetivos dos acionistas e com a ambição estratégica do Grupo. Este processo estabelece critérios, metodologias de avaliação e fases de aprovação pré-definidas, comuns a todos os investimentos, assegurando coerência na tomada de decisão, maior agilidade na execução e o reforço de um modelo de governo robusto e responsável.

O processo de análise de investimentos desenvolve-se em três etapas fundamentais: **preparação**, **execução** e **integração**.

1 PREPARAÇÃO

Fase de identificação de oportunidades de investimento alinhadas com a estratégia de portefólio definida pelo Grupo. Para o efeito, são considerados critérios de seleção referentes ao tipo de ativos, setor de atuação e equipa de gestão.

- **Ativos** – com um posicionamento sólido no mercado e exposição internacional
- **Setores** – com perspetivas de crescimento no longo-prazo, alinhados com macro tendências estruturais
- **Gestão** – com experiência comprovada, reputação sólida, alinhada com os valores da José de Mello

2 EXECUÇÃO

Esta fase do processo compreende a análise detalhada e a negociação da oportunidade de investimento. Para tal, são analisados um conjunto de critérios face aos objetivos definidos em sede de Comité de Investimentos, o qual inclui um representante das diferentes áreas relevantes (Estratégia, Novos Negócios, Financeira, Sustentabilidade, entre outras). O parecer final resulta de uma análise integrada das diversas dimensões.

Reconhecendo os **temas ESG** como fator de competitividade, o Grupo integra estes critérios de forma faseada no processo de avaliação.

Fase inicial:
- Identificação dos temas ESG materiais para o setor
- Análise dos riscos e oportunidades associados ao ativo

Fase análise aprofundada:
- Avaliação qualitativa das práticas de ESG
- Análise de desempenho, se disponíveis dados quantitativos (por exemplo: emissões de GEE, investimento na comunidade, ou indicadores de diversidade)

3 INTEGRAÇÃO

Após a concretização do investimento é definido, na última etapa do processo, um plano estruturado de criação de valor que visa explorar potenciais sinergias com as restantes entidades do Grupo e assegurar uma integração eficaz no portefólio.

Este plano deve incluir:
- Modelos de governo estruturados
- Medidas de planeamento e controlo de gestão
- Projetos de inovação
- Iniciativas de sustentabilidade
- Mecanismos de monitorização e acompanhamento, entre outros

Ano de expansão

Em 2025, o Grupo reforçou a sua atuação no ecossistema empreendedor, consolidando a estratégia de internacionalização e diversificação através do aumento do compromisso com fundos de capital de risco.

Para além do reforço dos investimentos nos fundos portugueses onde já detínhamos participação (Shilling e Faber), foram estabelecidas novas parcerias estratégicas com equipas de referência em mercados internacionais, designadamente em Espanha — Portobello e Kibo Ventures — e no Reino Unido — DN Capital.

Este alargamento permitiu expandir a cobertura geográfica e setorial, abrangendo oportunidades que se estendem desde investimentos em fase *early stage* até operações de *private equity*, em diversos setores, aumentando a exposição a diferentes fases do ciclo de desenvolvimento empresarial, com particular enfoque no mercado europeu.

Adicionalmente, esta iniciativa permite ao Grupo acompanhar de forma próxima as tendências emergentes e os novos modelos de negócio, quer nos setores onde já atua, quer em áreas adjacentes ou complementares, reforçando a capacidade de antecipação estratégica e inovação.

Ainda em 2025, e com o objetivo de concentrar e estruturar os investimentos em fundos num veículo corporativo dedicado, foi constituída a José de Mello Ventures, S.A., sociedade integralmente detida pela José de Mello.

A criação desta entidade visa assegurar uma abordagem mais focada, eficiente e especializada na gestão deste tipo de investimentos, reforçando a disciplina estratégica e a coerência na alocação de capital.

Esta estratégia de investimentos permite posicionar o Grupo ao lado de investidores institucionais e *family offices* que partilham uma visão de longo prazo, alinhada com a forma como, historicamente, tem sido gerido, valorizado e preservado o seu capital.

4.5 Outros temas materiais de sustentabilidade

4.5.2 Inovação

GRI 3-3

O aprofundamento da antecipação estratégica e o reforço da ligação ao ecossistema de inovação marcaram a atuação do Grupo José de Mello nesta área, ao longo de 2025.

O projeto Odisseia materializou a importância do foresight estratégico, explorando as principais forças que transformarão a próxima década e mapeando as oportunidades emergentes para o Grupo. Esta iniciativa contribuiu para o desenvolvimento de competências e o pensamento estratégico necessários à análise do impacto das principais tendências de mudança.

As parcerias com o ecossistema de inovação continuaram a desempenhar um papel central nesta abordagem. Em 2025, a José de Mello reforçou a sua visibilidade junto da comunidade de venture capital, participando em diversos eventos de *networking* com gestores de fundos e investidores. Estas relações contribuem para a identificação de startups relevantes no âmbito do programa de inovação aberta GROW e para o acompanhamento das principais tendências tecnológicas.

O GROW mantém-se como um dos principais instrumentos de transformação do Grupo, promovendo parcerias com startups que permitem testar e validar novas soluções em ambiente real, através da infraestrutura e do talento das diferentes empresas

JOSÉ DE MELLO Innovation Summer School –Bootcamp José de Mello (ISEG)

do Grupo. O número de colaborações no âmbito deste programa continua a crescer e, em 2025, foi ultrapassada a marca de 100 pilotos realizados entre startups e empresas do Grupo. Durante o ano, foram lançados 21 novos pilotos, apoiados por uma ampla rede de parcerias com o ecossistema de empreendedorismo.

No âmbito das iniciativas de inovação de impacto, a José de Mello reforçou a sua parceria com a Unicorn Factory Lisboa, que tem como objetivo promover o empreendedorismo jovem, através de diversas iniciativas educativas e de sensibilização para a inovação:

- My First Startup, um jogo educativo dirigido a crianças dos 8 aos 10 anos, focado no desenvolvimento de ideias de negócio;
- Innovation Summer School, campos de férias dedicados ao tema da inovação para jovens entre os 15 e os 18 anos;
- Future Innovators, programa dirigido a estudantes universitários que integra formação em empreendedorismo, *hackathons* e um programa de aceleração.

No conjunto, estas iniciativas envolveram 1359 estudantes de 105 escolas, contribuindo para o desenvolvimento de 82 ideias de negócio.

A **CUF** destacou-se, em 2025, pelo reforço da sua estratégia de inovação em saúde, através do aprofundamento de parcerias estratégicas, da participação em iniciativas internacionais e do maior envolvimento com startups do ecossistema *healthtech*. A renovação da plataforma interna de ideação inove+ contribuiu para aumentar o envolvimento dos colaboradores, enquanto a participação em eventos de referência, como a HLTH Europe e o Healthcare Innovation Summit, reforçou a ligação às tendências emergentes do setor. Paralelamente, colaborações com entidades como a Unicorn Factory Lisboa e a Startup Braga abriram caminho ao desenvolvimento de pilotos nas áreas da saúde digital, biotecnologia e *medtech*. A CUF foi ainda reconhecida nos Portugal Digital Awards 2025 pelo projeto de Inteligência Artificial aplicada à Imagiologia Clínica.

Encontro do Comité de Inovação do Grupo José de Mello na Nova SBE (Carcavelos)

Em 2025, a **Bondalti** destacou-se pelo reforço da sua estratégia de inovação, assente na transformação do negócio core e no desenvolvimento do negócio da descarbonização. Ao longo do ano, foram desenvolvidos novos pilotos e projetos e estabelecidas parcerias com o ecossistema de inovação, com foco em reforçar a competitividade, a otimização de processos e nas operações, além da exploração de soluções de baixo carbono, energias renováveis e armazenamento energético. A adesão ao Innov.Club veio também reforçar o compromisso da empresa com a inovação colaborativa e com a identificação de novas oportunidades de parceria entre setores.

Em 2025, a **WineStone** reforçou a sua agenda de inovação e transformação digital através de iniciativas focadas na eficiência operacional, na colaboração e na utilização de dados para suporte à decisão. A implementação da plataforma integrada de gestão de produto permitiu acelerar o desenvolvimento colaborativo de novos produtos, enquanto o desenvolvimento do cockpit de operações e logística passou a proporcionar uma visão integrada e em tempo real do negócio. Em paralelo, foram implementadas soluções avançadas no Centro Logístico e de Engarrafamento da WineStone, incluindo um novo algoritmo de gestão de armazém e um modelo de previsão comercial baseado em inteligência artificial, contribuindo para melhorar a eficiência operacional e os níveis de serviço aos clientes.

A excelência clínica começa na forma como se cuida de cada pessoa
cuf

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31 dez 2025	31 dez 2024
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	5	3 019 088	2 914 012
Reversões de perdas por imparidade	6	1 875 000	1 375 000
Reversões de provisões	7	10 866 651	-
Outros rendimentos operacionais	8	2 560 884	157 505
Total de rendimentos operacionais		**18 321 623**	**4 446 517**
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	9	(4 456 079)	(2 967 518)
Gastos com o pessoal	10	(12 888 469)	(13 245 572)
Amortizações e depreciações	11	(1 072 200)	(870 543)
Perdas por imparidade	6	(662 519)	(683 187)
Outros gastos operacionais	12	(1 094 298)	(979 221)
Total de gastos operacionais		**(20 173 565)**	**(18 746 041)**
Resultados operacionais		**(1 851 942)**	**(14 299 524)**
Gastos financeiros	13	(10 242 568)	(7 453 537)
Rendimentos financeiros	13	2 207 017	3 642 362
Resultados relativos a empresas subsidiárias	13, 22	48 692 718	93 403 168
Resultados relativos a atividades de investimento	13, 23	437 537	(342 777)
Resultados financeiros		**41 094 703**	**89 249 216**
Resultados antes de impostos		**39 242 761**	**74 949 692**
Impostos sobre o rendimento	14	3 246 339	7 565 604
Resultado líquido do exercício		**42 489 101**	**82 515 296**
Resultado por ação:			
Básico	15	8,50	16,50
Diluído	15	8,50	16,50

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos não correntes:			
Goodwill	17	551 156 640	551 156 640
Ativos intangíveis	18	249 552	256 341
Direito de uso	19	587 825	546 680
Ativos fixos tangíveis	20	14 190 622	14 657 724
Propriedades de investimento	21	332 851	341 817
Investimentos em empresas subsidiárias	22	751 656 236	665 403 137
Outros investimentos	23	23 009 965	22 083 589
Outros devedores	24	75 533	-
Total de Ativos não correntes		**1 341 259 224**	**1 254 445 928**
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	25	216 341	551 169
Outros devedores	24	225 964	1 695 100
Estado e outros entes públicos	26	2 059 338	4 857 592
Outros ativos correntes	27	2 229 915	1 832 972
Instrumentos financeiros	28	5 806 730	-
Caixa e equivalentes a caixa	29	82 290 388	78 140 172
Total de Ativos correntes		**92 828 678**	**87 077 004**
Ativos não correntes detidos para venda	30	-	491 476
Total do Ativo		**1 434 087 902**	**1 342 014 408**
Capital próprio:			
Capital	31	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	32	5 000 000	5 000 000
Ajustamentos em ativos financeiros	32	416 684 773	381 533 797
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	32	723 882	-
Resultados transitados	32	619 807 105	622 972 712
Resultado líquido do exercício		42 489 101	82 515 296
Total do Capital próprio		**1 109 704 860**	**1 117 021 805**
Passivos não correntes:			
Empréstimos obtidos	33	265 631 396	195 346 819
Credores por locações financeiras	34	343 123	321 664
Provisões	7	-	10 866 651
Outros credores	35	1 331 674	2 191 464
Passivos por impostos diferidos	36	169 799	-
Total de Passivos não correntes		**267 475 993**	**208 726 599**
Passivos correntes:			
Empréstimos obtidos	33	49 866 115	9 290 738
Credores por locações financeiras	34	248 559	231 190
Fornecedores e adiantamentos de clientes	37	481 563	634 517
Estado e outros entes públicos	26	466 961	498 084
Outros credores	35	1 300 633	390 873
Outros passivos correntes	38	4 543 217	5 220 604
Total de Passivos correntes		**56 907 049**	**16 266 004**
Total do Passivo		**324 383 042**	**224 992 603**
Total do Capital próprio e do Passivo		**1 434 087 902**	**1 342 014 408**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Reserva legal	Ajustamentos em ativos financeiros	Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**25 000 000**	**5 000 000**	**305 422 541**	**-**	**612 746 370**	**95 936 226**	**1 044 105 138**
Aplicação do resultado de 2023							
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	95 936 226	(95 936 226)	-
Dividendos recebidos	-	-	(38 217 250)	-	38 217 250	-	-
Lucros não atribuídos	-	-	102 228 516	-	(102 228 516)	-	-
Variações decorrentes de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	12 099 990	-	-	-	12 099 990
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(21 698 618)	-	(21 698 618)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	82 515 296	82 515 296
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**25 000 000**	**5 000 000**	**381 533 797**	**-**	**622 972 712**	**82 515 296**	**1 117 021 805**
Aplicação do resultado de 2024							
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	82 515 296	(82 515 296)	-
Dividendos recebidos	-	-	(46 867 250)	-	46 867 250	-	-
Lucros não atribuídos	-	-	104 304 324	-	(104 304 324)	-	-
Variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	-	-	-	723 882	-	-	723 882
Variações decorrentes de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	(22 286 098)	-	-	-	(22 286 098)
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(28 243 830)	-	(28 243 830)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	42 489 101	42 489 101
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**25 000 000**	**5 000 000**	**416 684 773**	**723 882**	**619 807 105**	**42 489 101**	**1 109 704 860**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31 dez 2025	31 dez 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3 847 839	3 254 159
Pagamentos a fornecedores		(12 201 144)	(5 793 702)
Pagamentos ao pessoal		(12 362 220)	(11 959 858)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		9 520 192	2 245 642
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		1 163 504	2 355 378
Fluxos das atividades operacionais (1)		**(10 031 829)**	**(9 898 381)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	39	55 832	13 703
Propriedades de investimento		2 500 000	-
Juros e rendimentos similares		377 761	-
Dividendos	39	47 437 250	38 225 276
Empréstimos a subsidiárias		60 887 532	21 732 361
Outros		1 375 000	1 375 000
		112 633 375	**61 346 340**
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	39	(13 417 679)	(3 083 618)
Ativos tangíveis		(408 299)	(4 253 878)
Ativos intangíveis		(158 620)	(275 411)
Empréstimos a subsidiárias		(161 488 071)	(27 314 400)
Outros		-	(120 000)
		(175 472 669)	**(35 047 307)**
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(62 839 294)**	**26 299 033**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		140 250 000	2 415 759
		140 250 000	**2 415 759**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(27 726 768)	(11 447 662)
Juros e gastos similares		(7 271 908)	(4 306 356)
Dividendos pagos e resultados distribuídos		(28 229 985)	(20 687 675)
		(63 228 660)	**(36 441 694)**
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**77 021 340**	**(34 025 935)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		**4 150 217**	**(17 625 283)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		**78 140 172**	**95 765 454**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**29**	**82 290 388**	**78 140 172**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Notas às demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A José de Mello Capital, S.A. ("Sociedade" ou "JM Capital") foi constituída em 22 de outubro de 2001 e tem sede na Avenida 24 de Julho, 24, 1200-480 Lisboa. Tem como objeto social as atividades de prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade, assessoria em recursos humanos, marketing, comunicação e imagem, a gestão de ativos próprios, bem como a realização de todas as atividades e operações conexas.

A Sociedade, de base maioritariamente familiar, consubstancia-se como um dos maiores grupos empresariais portugueses.

2. Bases de preparação

2.1 Autorização para emissão das demonstrações financeiras separadas

As presentes demonstrações financeiras separadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 7 de maio de 2026 estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Nos termos do artigo 68.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2.2 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras separadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), tal como adotados pela União Europeia (UE). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

2.3 Moeda de apresentação e transações em moeda diferente

As presentes demonstrações financeiras separadas encontram-se apresentadas em euros (EUR), sendo esta a moeda funcional e de relato da Sociedade. Os montantes estão arredondados às unidades, pelo que os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais.

As transações em moedas diferentes do euro são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, foram registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

2.4 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com o regime do acréscimo, assegurando a consistência de apresentação entre períodos, bem como o respeito pelos princípios da materialidade e agregação e da não compensação.

As demonstrações financeiras separadas foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos outros investimentos e dos instrumentos financeiros, que são mensurados ao justo valor, e dos empréstimos obtidos, que são mensurados ao custo amortizado, através da utilização do método do juro efetivo.

2.5 Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras separadas são comparáveis em todos os seus aspetos materialmente relevantes com as do ano anterior.

Quando a Sociedade efetua uma alteração de política contabilística, uma correção de um erro ou a reclassificação de um item, é apresentada uma demonstração da posição financeira adicional em referência ao início do exercício comparativo mais antigo apresentado.

3. Novas normas IFRS adotadas e a adotar

3.1 Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis ao exercício de 2025

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas, foram aprovadas (*endorsed*) pela UE as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Norma / Interpretação		Data de eficácia
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade - A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõe os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. A IAS 21 inclui orientações sobre a taxa de câmbio a utilizar quando a falta de permutabilidade entre duas moedas é temporária, mas é omissa quando se verifica a falta de permutabilidade por um longo período.	Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo. Esta alteração não é de aplicação retrospetiva, devendo o impacto da transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação) na data da primeira aplicação.	1 de janeiro de 2025
Exemplos ilustrativos das normas IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37: Divulgações de incertezas nas demonstrações Financeiras - Para promover maior consistência e transparência, o IASB desenvolveu exemplos ilustrativos que clarificam a aplicação dos requisitos de divulgação relativos à existência de incertezas, subjacentes à aplicação de diversas normas. Os exemplos foram desenvolvidos para divulgar o impacto de incertezas associadas a riscos climáticos, mas são também	aplicáveis a outras situações. Os exemplos referem-se a divulgações relacionadas com: i) julgamentos efetuados sobre materialidade; ii) desagregação da informação financeira; iii) risco de crédito; iv) pressupostos utilizados; v) pressupostos utilizados na determinação do valor recuperável; e vi) Incertezas relativas a provisões para desmantelamento e restauro.	Não tem. Recomendada para o exercício de 2025

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras separadas da Sociedade.

3.2 Novas normas, alterações ou interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas emitidas pela UE:

a) Já endossadas pela União Europeia

Em 31 de dezembro de 2025, as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, já se encontravam aprovadas (*endorsed*) pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2026:

Norma / Interpretação		Data de eficácia
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - As alterações efetuadas referem-se a: (a) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; (b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: i)	ativos financeiros cuja componente de juro corresponde à de um empréstimo básico (cash flows contingentes ou associados a metas ESG); ii) ativos com características "sem recurso"; e iii) instrumentos contratualmente associados; (c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e (d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2026
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza - As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Pela sua geração de estar dependente de condições naturais não controláveis, estes	contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida. As alterações incluem: (a) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio"; (b) permissão de classificação como instrumento de cobertura; (c) novos requisitos de divulgação da IFRS 7.	1 de janeiro de 2026
Melhorias Anuais – Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas e têm impacto nas seguintes normas: IAS 1 – Esta melhoria clarifica relativamente à contabilidade de cobertura, que as coberturas já existentes no GAAP anterior têm de ser elegíveis e de cumprir com os critérios de qualificação da IFRS 9 para serem mantidas. Caso contrário tem de ser registada a descontinuação da contabilidade de cobertura. IAS 7 – Esta melhoria refere-se ao alinhamento de designação dos métodos de mensuração dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, com a IAS 27, com a substituição da referência ao "método do custo" (ainda presente na IAS 7), por "custo". IFRS 7 – Estas melhorias pretendem: (a) alinhamento de conceitos entre a IFRS 7 e a IFRS 13, relativamente à designação dos "inputs não observáveis" utilizados na determinação do justo valor; (b) clarificação de que o guia	de implementação não contempla todos os requisitos de divulgação da IFRS 7, entre eles a divulgação do risco de crédito para ativos adquiridos ou originados com perda de imparidade. IFRS 9 – Estas melhorias referem-se: (a) clarificação sobre a aplicação dos princípios do desreconhecimento de um passivo financeiro aos passivos de locação, ou seja, quando os fluxos de caixa contratuais são extintos, com o apuramento da mais ou menos valia em resultados; (b) eliminação da inconsistência com a IFRS 15 relativa ao reconhecimento inicial de uma conta a receber que não tenha uma componente de financiamento significativa, a qual deve ser registada pelo valor estimado do preço, conforme a IFRS 15 e não ao justo valor. IFRS 10 – Esta melhoria refere-se à simplificação da definição de agente "de facto" e a exemplificação de uma situação em que essa relação é estabelecida com um investidor.	1 de janeiro de 2026

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas (*"endorsed"*) pela UE, não foram adotadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras separadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as presentes demonstrações financeiras separadas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela UE:

Norma / Interpretação		Data de eficácia
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária - Esta norma especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a sua moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária e estiver a converter os seus resultados e posição financeira para a moeda de apresentação de uma economia	hiperinflacionária; estiver a converter para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação estrangeira cuja moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária. Assim, os resultados e a posição financeira da entidade devem ser convertidos para a moeda de apresentação através da conversão de todos os montantes (ou seja, ativos, passivos, itens de capital próprio, rendimentos e gastos) à taxa de câmbio à vista da data de relato.	1 de janeiro de 2027
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras - A IFRS 18 substitui a IAS 1, e tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável. A Demonstração dos resultados passa a ser apresentada em três categorias: operacional, investimento e financiamento, existindo ainda a categoria do imposto sobre o rendimento e das unidades operacionais descontinuadas. Esta estrutura de apresentação por categorias, é assegurada pela obrigação de incluir subtotais como "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos". Em	complemento a estas alterações, a IFRS 18 estabelece ainda requisitos de agregação e desagregação de informação nas demonstrações financeiras principais e nas respetivas notas do anexo. A IFRS 18 introduz, ainda, melhorias aos requisitos de divulgação das medidas de desempenho da gestão, exigindo a divulgação das bases de cálculo dos indicadores incluídos no relatório de gestão e nos comunicados públicos efetuados, bem como a sua reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras ou definidos na IFRS 18 como não sendo medidas de desempenho da gestão.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações - A IFRS 19 tem como objetivo permitir, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas várias IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar, em geral, todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das IAS/ IFRS, à exceção da IFRS 8 – Segmentos operacionais, da	IFRS 17 – Contratos de seguro e da IAS 33 – Resultados por ação. São consideradas elegíveis as entidades que: i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Alteração aos requisitos de divulgação - Na prossecução do objetivo de simplificar os requisitos de divulgação aplicáveis às subsidiárias que não estão sujeitas à prestação pública, a IFRS 19 foi alterada para incluir a	redução de requisitos de divulgação relativamente a novas normas e alterações às normas decorrentes de projetos que se encontravam em curso ou em fase de conclusão, à data da sua publicação.	1 de janeiro de 2027

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, a Sociedade não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, pelo que optou pela sua não adoção antecipada, ainda que não se espere que tais impactos sejam significativos.

4. Julgamentos contabilísticos significativos, estimativas e pressupostos

Na preparação das demonstrações financeiras separadas de acordo com as IFRS, a Administração da Sociedade utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os pressupostos e as estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras separadas são como segue:

a) Imparidade de ativos, exceto *goodwill*

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser desencadeada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Sociedade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à mesma.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

b) Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis à data da aquisição. O *goodwill* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para realização dos testes de imparidade.

O *goodwill* não é amortizado, sendo abatidas ao seu valor as respetivas perdas por imparidade, determinadas anualmente, na data de reporte, ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda de valor (imparidade) é registada no resultado do exercício, e não pode ser revertida subsequentemente.

Os testes de imparidade são efetuados através do cálculo do valor de negócio (EV), utilizando o método dos Fluxos de Caixa Descontados (DFC). A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada UGC e a aplicação de uma taxa de desconto adequada, que reflita o risco associado ao negócio; para este efeito são preparadas projeções aprovadas pelo Conselho de Administração, com base nos orçamentos e planos de negócio.

Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma UGC são calculados com inclusão do respetivo *goodwill*.

c) Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Continuidade das operações

O relatório e contas da Sociedade do exercício de 2025 foi preparado com base num cenário de continuidade das operações.

e) Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo de locação.

A Sociedade não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que a Sociedade teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer que seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições de financiamento. Com efeito, a Sociedade estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expetativa da gestão, em permanecer no contrato de locação. A Sociedade avalia o prazo

das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:
- Equipamento de transporte – Este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

5. Rédito

Políticas contabilísticas

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Sociedade. O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:
- a quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada; e
- é provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o rédito das prestações de serviços tem a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Prestações de serviços:		
Mercado nacional	1 084 459	976 666
Mercado intracomunitário	1 934 629	1 937 346
	3 019 088	**2 914 012**

6. Perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade

Políticas contabilísticas

A Sociedade avalia se existe qualquer indício de que um ativo possa estar com imparidade à data de reporte e, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	Clientes (Nota 25)	Outros devedores (Nota 24)	Outros ativos (Nota 27)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**158 683**	**72 148 531**	**1 171 968**	**73 479 182**
Reforço	-	-	683 187	683 187
Reversão	-	(658 069)	(716 931)	(1 375 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**158 683**	**71 490 462**	**1 138 224**	**72 787 368**
Reforço	-	-	662 519	662 519
Reversão	-	(1 375 000)	(500 000)	(1 875 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**158 683**	**70 115 462**	**1 300 742**	**71 574 887**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na sequência do recebimento de parte de um crédito concedido e respetivos juros (Nota 27), no montante global de 1 875 000 euros, (1 375 000 euros em 2024), foi parcialmente revertida a respetiva perda por imparidade, no mesmo valor. Por outro lado, numa ótica de prudência, foi reconhecida perda por imparidade pelo valor dos juros a receber vencidos, no montante de 662 519 euros (683 187 euros em 2024).

7. Provisões e reversões de provisões

Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando:

I. existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado;
II. seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
III. o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Sociedade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade de saída de recursos para pagamento dos mesmos seja considerada remota.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação.

As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisão. Considera-se existir um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não são possíveis evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Investimentos em empresas subsidiárias (Nota 22)
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**-**
Reforço	10 866 651
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10 866 651**
Reversão	(10 866 651)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi constituída uma provisão no montante de 10 866 651 euros, para fazer face a futuras perdas em investimento na subsidiária Lifthium Energy Capital, S.à r. l., que apresentava capitais próprios negativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade concedeu prestações acessórias à referida subsidiária, no montante de 28 800 000 euros. Com o reforço dos capitais próprios da participada, a provisão foi revertida na totalidade (Nota 22), dando origem a um impacto global em resultado líquido de 13,2 milhões de euros, montante que difere do impacto de 9,8 milhões de euros reconhecido no resultado líquido consolidado, refletindo diferenças decorrentes dos critérios de reconhecimento aplicáveis.

8. Rendimentos operacionais

Política contabilística

Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados na rubrica Rendimentos operacionais, devido à sua natureza operacional.

São reconhecidas em rendimentos operacionais as locações em que a Sociedade é locadora, relativas ao arrendamento de um imóvel destinado ao comércio, classificado como propriedade de investimento, bem como o rédito relativo a contratos de prestação de serviços com cedência de espaço em imóveis classificados como ativos fixos tangíveis.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Outros rendimentos operacionais tem o seguinte detalhe:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Alienação de ativos não correntes detidos para venda (Nota 30)	2 008 524	-
Regularização de saldos e estimativas	380 000	-
Cedência e aluguer de espaço	124 420	95 490
Rendimentos suplementares	42 176	13 240
Reembolso de IVA	-	10 994
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	3
Outros rendimentos operacionais	5 764	37 778
	2 560 884	**157 505**

9. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Fornecimentos e serviços externos tem a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Trabalhos especializados	2 940 171	1 481 800
Rendas e alugueres	432 898	266 674
Vigilância e segurança	164 593	213 685
Deslocações e estadas	158 025	243 372
Conservação e reparação	107 141	101 776
Outros fornecimentos	99 045	68 927
Combustíveis	90 722	102 756
Honorários	80 064	48 637
Eletricidade	72 865	58 325
Limpeza, higiene e conforto	72 416	81 593
Seguros	58 879	78 493
Artigos para oferta	47 172	38 336
Comunicação	44 056	62 949
Contencioso e notariado	20 066	909
Publicidade e propaganda	19 988	12 778
Material de escritório	8 555	8 762
Água	7 486	6 518
Despesas de representação	3 778	26 080
Ferramentas e utensílios	3 580	8 177
Comissões	976	1 021
Outros serviços	23 602	55 953
	4 456 079	**2 967 518**

10. Gastos com o pessoal

Política contabilística

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social, férias anuais, baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos colaboradores. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo de férias, subsídio de férias e prémio de desempenho, do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra refletido na rubrica Outros passivos correntes (Nota 38).

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos gastos relativos a valores a imputar a este período.

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Remunerações dos colaboradores	5 260 051	5 528 001
Remunerações dos órgãos sociais	4 776 073	5 528 214
Encargos sobre remunerações	1 305 559	1 415 356
Indemnizações	767 375	30 000
Formação	106 587	106 547
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	44 970	35 809
Outros gastos com colaboradores	627 855	601 644
	12 888 469	**13 245 572**

O número de colaboradores ao serviço da Sociedade, no final do exercício de 2025, foi de 86 (86, em 2024).

11. Amortizações e depreciações

A rubrica Amortizações e depreciações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 decompõe-se como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos intangíveis (Nota 18)	138 223	122 312
Direito de uso (Nota 19)	256 316	259 875
Ativos fixos tangíveis (Nota 20)	668 695	464 429
Propriedades de investimento (Nota 21)	8 966	23 928
	1 072 200	**870 543**

12. Outros gastos operacionais

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decompõe-se como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Donativos	653 600	641 920
Impostos indiretos	316 210	233 224
Quotizações	97 751	77 982
Impostos diretos	11 350	12 968
Dívidas incobráveis	3 460	-
Multas e penalidades	2 811	780
Taxas	132	-
Outros gastos	8 984	12 347
	1 094 298	**979 221**

13. Resultados financeiros

Política contabilística

Os encargos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários, papel comercial e locações. Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro na demonstração dos resultados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os restantes encargos financeiros, relativos a comissões e gastos com a emissão de obrigações, são imputados à rubrica Gastos financeiros, de acordo com o plano de amortização dos respetivos financiamentos.

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, têm a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Gastos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos obrigacionistas	6 212 424	4 539 377
Empréstimos bancários	2 500 340	2 779 044
Papel comercial	365 240	-
Locações	12 875	13 223
Outros juros	273	6
Comissões e serviços bancários	1 133 411	98 963
Encargos com emissão de empréstimos obrigacionistas	14 135	22 924
Outros gastos financeiros	3 869	-
	10 242 568	**7 453 537**
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos		
Depósitos a prazo	1 473 116	2 808 481
Suprimentos	58 344	150 694
Outros ativos	662 519	683 187
Instrumentos financeiros (Nota 28)	13 039	-
	2 207 017	**3 642 362**
Resultados relativos a empresas subsidiárias (Nota 22):		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	73 152 948	104 261 824
Ganhos/(Perdas) na alienação de subsidiárias	-	42 500
Imparidades em subsidiárias	(24 460 230)	(34 505)
Provisões em subsidiárias	-	(10 866 651)
	48 692 718	**93 403 168**
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Dividendos	570 000	-
Ganhos/(Perdas) em outros investimentos (Nota 23)	(132 463)	(342 777)
	437 537	**(342 777)**

14. Impostos sobre o rendimento

Políticas contabilísticas

O imposto corrente é determinado com base no resultado tributável da Sociedade, apurado de acordo com a legislação fiscal em vigor à data da posição financeira.

A Sociedade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo este constituído pela sociedade dominante e por empresas com uma participação igual ou superior a 75%, desde que cumpram as condições previstas no artigo 69.º e seguintes do CIRC.

As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante do grupo fiscal, atualmente a José de Mello Capital, S.A., à qual compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados como um rendimento na sociedade dominante. Os montantes que a Sociedade tem a receber ou a pagar a empresas do grupo fiscal são apresentados nas rubricas Outros devedores ou Outros credores.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades tributárias durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2025, tendo já sido revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2021, inclusive.

Regras Modelo do Pilar Dois - OCDE

Em 8 de novembro de 2024, foi publicada em Portugal a Lei n.º 41/2024, mediante a qual se procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva (UE) 2022/2523, de 15 de dezembro de 2022. Esta Diretiva implementa as regras GloBE (Global anti-Base Erosion) da OCDE, designadas como "Pilar Dois", e visa prevenir a evasão fiscal, limitando a transferência de lucros para jurisdições de baixa tributação. O referido regime estabelece uma taxa efetiva de imposto mínimo global de 15%, aplicável aos grandes grupos de empresas multinacionais que apresentem rendimentos anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros, nas demonstrações financeiras consolidadas em, pelo menos, dois dos quatro períodos fiscais anteriores. Atendendo a que o Grupo José de Mello (do qual a JM Capital é sociedade-mãe) cumpre o limiar de rendimentos definido, as regras do Pilar Dois são aplicáveis ao Grupo a partir do período fiscal de 2024. As regras são aplicáveis ao nível do Grupo e requerem a determinação da taxa efetiva de imposto por jurisdição, bem como, quando aplicável, o reconhecimento do Imposto Complementar em conformidade com a Regra de Inclusão de Rendimentos (IIR) e a Regra dos Lucros Insuficientemente Tributados (UTPR).

No contexto do Pilar Dois, existe uma disposição de salvaguarda com base na declaração de informação financeira e fiscal por país (TCSH) aplicável aos períodos fiscais de 2024 a 2027. Esta disposição permite a exclusão, de determinadas jurisdições, dos cálculos detalhados da GloBE, sempre que, com base nessa mesma declaração (CbCR) e na informação financeira qualificada, se verifique o cumprimento de, pelo menos, um dos testes simplificados (teste *de minimis*, teste de taxa efetiva de imposto simplificada ou teste dos lucros de rotina). Complementarmente, uma exclusão temporária aplica-se a grupos que se encontrem numa fase inicial de desenvolvimento da sua atividade internacional, desde que preencham determinadas condições, nomeadamente, quanto ao número de jurisdições em que o grupo opera e ao montante de ativos tangíveis detidos fora da jurisdição de referência.

O Grupo tem vindo a acompanhar de forma contínua a implementação do Pilar Dois, com o apoio de consultores especializados, desenvolvendo análises, com base na informação financeira e fiscal mais recente de que dispõe. Estas análises incidiram sobre a determinação da elegibilidade do Grupo face às disposições de salvaguarda aplicáveis e na avaliação da potencial exposição do Grupo ao Imposto Complementar, em conformidade com a Regra de Inclusão de Rendimentos (IIR) e a Regra dos Lucros Insuficientemente Tributados (UTPR). Com base nas análises efetuadas até à data, e considerando a informação atualmente disponível, não foram identificados impactos materiais pela aplicação desta nova legislação. O Grupo continuará a monitorizar a evolução do enquadramento legal e a reavaliar a sua posição numa base contínua.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício corrente	(79 049)	(161 339)
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	3 325 389	7 726 943
Encargo do exercício	**3 246 339**	**7 565 604**

Segundo a legislação fiscal, a Sociedade aplica as seguintes taxas de impostos:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	20%	21%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	21,5%	**22,5%**
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 1 500 000 euros e 7 500 000 euros	3%	3%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros	5%	5%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis acima de 35 000 000 euros	9%	9%

A reconciliação numérica entre a taxa efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é indicada no quadro seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Resultados antes de impostos	39 242 761	74 949 692
Taxa de imposto sobre o rendimento	20%	21%
Imposto sobre o lucro à taxa normal	**7 848 552**	**15 739 435**
Rendimentos não tributáveis	(89 456 402)	(151 760 354)
Gastos não dedutíveis	35 902 351	54 324 896
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	**(14 311 290)**	**(22 485 766)**
Reporte fiscal utilizado	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento	20%	21%
Imposto calculado	**-**	**-**
Tributações autónomas	(79 049)	(161 339)
Excesso / (Insuficiência) de estimativa	3 325 389	7 726 943
Imposto corrente	**3 246 339**	**7 565 604**
Taxa efetiva de imposto	**(8,27)%**	**(10,09)%**

Em 31 de dezembro de 2025, existem diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis, no âmbito do RETGS, no montante global de 124 641 232 euros (122 092 940 euros em 2024), que se decompõem do seguinte modo:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Gerados em 2014	9 780 144	10 013 574
Gerados em 2015	62 815 515	64 382 057
Gerados em 2021	47 438 706	47 697 309
Gerados em 2024	4 606 867	-
	124 641 232	**122 092 940**

Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor (Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro), as diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais podem resultar em ativos por impostos diferidos no montante de 23 681 834 euros (24 418 588 euros em 2024). A redução da taxa de IRC de 20% para 19% resultaria numa diminuição de 1 246 412 euros no montante dos impostos a reconhecer.

Não existe limitação temporal de dedução dos prejuízos fiscais em exercícios futuros; contudo, o limite anual é de 65% do lucro tributável. Este limite pode ser majorado em 10 pontos percentuais quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

15. Resultado por ação

Políticas contabilísticas

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Sociedade, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Sociedade (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras, e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, convertíveis em ações da Sociedade.

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Resultado líquido do exercício	42 489 101	82 515 296
Número médio ponderado de ações	5 000 000	5 000 000
Resultado básico por ação	8,50	16,50
Resultado diluído por ação	8,50	16,50

Pelo facto de, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

16. Dividendos

De acordo com a deliberação em Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2025, a Sociedade procedeu à distribuição de Resultados transitados aos acionistas, no montante de 4 673 830 euros, tendo por base a demonstração da posição financeira a 31 de outubro de 2024.

Na sequência de deliberação em Assembleia Geral de 29 de maio de 2025, a Sociedade procedeu à distribuição de Resultados transitados aos acionistas, no montante de 23 570 000 euros, tendo por base a demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2024.

A respeito do resultado do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. No entanto, será proposta a distribuição de resultados acumulados em exercícios anteriores, no montante de 25 600 000 euros. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar em maio de 2026.

17. *Goodwill*

Política contabilística

O *goodwill* gerado na aquisição de uma participada corresponde ao excedente do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos, conforme estabelecido na IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

No contexto de reorganizações societárias, incluindo fusões, a política contabilística dita que se mantenha reconhecido pelo seu valor histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A manutenção do valor do *goodwill* depende obrigatoriamente da realização de testes de imparidade anuais (ou sempre que existam indícios de perda de valor), conforme a IAS 36 – Imparidade de Ativos. Qualquer perda por imparidade reconhecida sobre estes ativos não é passível de reversão em exercícios futuros, independentemente das estimativas de recuperação de valor virem a revelar-se favoráveis no futuro.

Os valores registados no *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante global de 551 156 640 euros em ambos os exercícios, respeitam às operações de fusão por incorporação das subsidiárias Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. e José de Mello - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na José de Mello Capital, S.A.

No presente exercício de 2025, não existem indícios de imparidade em relação ao montante de *goodwill* que se encontra reconhecido.

18. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam por ela controlados e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas por duodécimos, a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para os ativos. Os ativos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros, são designados ativos intangíveis de vida útil indefinida. Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

A Sociedade determina a vida útil e o método de amortização dos seus ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados a este ativo.

As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis são conforme se segue:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**767 644**	**28 832**	**796 476**
Aquisições	208 637	26 127	234 764
Transferências	43 888	(43 888)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1 020 169**	**11 071**	**1 031 240**
Aquisições	131 434	-	131 434
Transferências	11 071	(11 071)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1 162 674**	**-**	**1 162 674**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(652 587)**	**-**	**(652 587)**
Amortizações do exercício (Nota 11)	(122 312)	-	(122 312)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(774 899)**	**-**	**(774 899)**
Amortizações do exercício (Nota 11)	(138 223)	-	(138 223)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(913 122)**	**-**	**(913 122)**
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2024	**245 270**	**11 071**	**256 341**
Em 31 de dezembro de 2025	**249 552**	**-**	**249 552**

19. Direito de uso

Políticas contabilísticas

A Sociedade reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Sociedade.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear, numa base duodecimal, a partir da data de início da locação até ao menor entre o termo da locação e a vida útil estimada do ativo, conforme segue:

	Anos de vida útil
Equipamento de transporte	4

A Sociedade adotou as exceções do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil euros). Para os contratos de curta duração e de baixo valor, a Sociedade reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício, durante o período de vida dos contratos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento de transporte
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**1 006 418**
Adições	355 339
Alienações, abates e regularizações	(211 679)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1 150 078**
Adições	314 528
Alienações, abates e regularizações	(381 339)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1 083 267**
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(525 151)**
Depreciação do exercício (Nota 11)	(259 875)
Alienações, abates e regularizações	181 628
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(603 398)**
Depreciação do exercício (Nota 11)	(256 316)
Alienações, abates e regularizações	364 271
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(495 442)**
Valor líquido:	
Em 31 de dezembro de 2024	**546 680**
Em 31 de dezembro de 2025	**587 825**

20. Ativos fixos tangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição ou produção, que inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que, comprovadamente, aumentem a vida útil dos ativos ou a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo método do custo, correspondendo o valor escriturado ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos terrenos e das obras de arte, que não são depreciáveis, os ativos fixos tangíveis são depreciados durante o período de vida esperada, pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	8

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui o valor residual estimado, exceto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

O método de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras separadas, e sempre que algum evento ou mudança de circunstâncias indiquem que o valor contabilístico dos ativos não seja recuperável, ou que as imparidades registadas em anos anteriores tenham de ser revertidas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda menos custos da venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/

abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais (Notas 8 e 12).

Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**2 344 473**	**10 973 843**	**17 810**	**80 219**	**2 293 340**	**3 110 843**	**533 913**	**19 354 440**
Aquisições	-	3 523 667	1 593	-	420 497	35 745	127 930	4 109 432
Transferências e abates	-	428 449	-	-	160 309	(58 620)	(588 758)	(58 620)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 30)	-	-	-	-	(1 470)	-	-	(1 470)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2 344 473**	**14 925 958**	**19 403**	**80 219**	**2 872 676**	**3 087 967**	**73 085**	**23 403 782**
Aquisições	-	3 339	3 930	74 979	119 345	-	-	201 593
Transferências e abates	-	(913)	-	-	(211 484)	-	-	(212 398)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2 344 473**	**14 928 384**	**23 333**	**155 198**	**2 780 537**	**3 087 967**	**73 085**	**23 392 977**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**-**	**(5 939 906)**	**(6 781)**	**(80 219)**	**(2 173 277)**	**(141 537)**	**-**	**(8 341 719)**
Depreciação do exercício (Nota 11)	-	(350 536)	(3 414)	-	(108 154)	(2 325)	-	(464 429)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	58 620	-	58 620
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 30)	-	-	-	-	1 470	-	-	1 470
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(6 290 441)**	**(10 196)**	**(80 219)**	**(2 279 961)**	**(85 241)**	**-**	**(8 746 058)**
Depreciação do exercício (Nota 11)	-	(450 245)	(4 530)	(21 869)	(188 042)	(4 009)	-	(668 695)
Alienações e abates	-	913	-	-	211 484	-	-	212 398
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**(6 739 772)**	**(14 726)**	**(102 088)**	**(2 256 518)**	**(89 250)**	**-**	**(9 202 355)**
Valor líquido:								
Em 31 de dezembro de 2024	2 344 473	8 635 517	9 207	**-**	592 716	3 002 726	73 085	14 657 724
Em 31 de dezembro de 2025	**2 344 473**	**8 188 611**	**8 607**	**53 110**	**524 019**	**2 998 717**	**73 085**	**14 190 622**

21. Propriedades de investimento

Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente imputáveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo, correspondendo o valor escriturado ao custo deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas nesta rubrica.

As vidas úteis estimadas para as propriedades de investimento são conforme se segue:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 40

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**285 793**	**920 589**	**1 206 382**
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 30)	(167 182)	(563 702)	(730 884)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**118 611**	**356 887**	**475 497**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**118 611**	**356 887**	**475 497**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**-**	**(349 161)**	**(349 161)**
Depreciação do exercício (Nota 11)	-	(23 928)	(23 928)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda (Nota 30)	-	239 408	239 408
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(133 680)**	**(133 680)**
Depreciação do exercício (Nota 11)	-	(8 966)	(8 966)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**(142 646)**	**(142 646)**
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2024	**118 611**	**223 207**	**341 817**
Em 31 de dezembro de 2025	**118 611**	**214 240**	**332 851**

22. Investimentos em empresas subsidiárias

Política contabilística

Os investimentos em empresas subsidiárias são reconhecidos inicialmente ao custo, que corresponde ao justo valor da contraprestação transferida para a sua aquisição, incluindo os custos diretamente atribuíveis à transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (MEP). De acordo com o MEP, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado subsequentemente pelo valor correspondente à participação da Sociedade nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas, por contrapartida de resultados do exercício, ou de capitais próprios, consoante aplicável, e pelos dividendos recebidos.

O *goodwill* relacionado com a participada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

Anualmente, ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Subsidiárias – método da equivalência patrimonial	625 027 130	614 914 340
Subsidiárias – prestações acessórias	40 725 010	27 185 240
Subsidiárias – suprimentos	85 904 095	23 303 556
	751 656 236	**665 403 137**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade detinha as seguintes participações registadas pelo método da equivalência patrimonial:

	31 dez 2025				
	Sede	Percentagem de participação	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
José de Mello - Investimentos, S.A. (a.)	Lisboa	100,00%	224 983 427	24 410 735	215 783 427
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	186 416 109	16 010 388	203 303 430
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	285 137 610	51 213 052	189 318 258
JMCWSG, S.A.	Lisboa	100,00%	39 671 414	(461 964)	15 571 414
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS, S.A. (b.)	Lisboa	100,00%	3 127 231	2 085 523	558 173
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	445 761	6 587	445 761
José de Mello Ventures, S.A.	Lisboa	100,00%	46 666	(3 334)	46 666
José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	2 714 554	36 014	-
Lifthium Energy Capital, S.à r.l.	Luxemburgo	85,00%	4 710 457	(9 796 365)	-
					625 027 130

	31 dez 2024				
	Sede	Percentagem de participação	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) (a.)	Funchal	100,00%	216 302 757	34 037 444	216 302 757
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	197 239 245	41 101 363	214 915 732
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	247 770 614	43 362 717	165 135 842
JMCWSG, S.A.	Lisboa	100,00%	40 300 788	644 698	16 106 148
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS, S.A.	Lisboa	62,99%	4 379 365	32 960	2 014 687
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	439 174	13 714	439 174
José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	5 462 567	(27 966)	-
Lifthium Energy Capital, S.à r.l.	Luxemburgo	85,00%	18 287 840	(12 160)	-
					614 914 340

(a.) Em março de 2025, esta entidade mudou a sua denominação e alterou a sede social.

(b.) Em dezembro de 2025, a Sociedade adquiriu aos acionistas minoritários as participações por eles detidas, correspondentes a 37% do capital social da participada, passando a deter a totalidade do capital social da José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.. Na mesma operação, foi adquirido um crédito, concedido sob a forma de suprimentos por anterior acionista, à sociedade adquirida.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as subsidiárias José de Mello Imobiliária, SGPS S.A. e Lifthium Energy Capital, S.à r.l. apresentam capitais próprios negativos, se expurgados das prestações acessórias concedidas, situação que justifica a quantia escriturada nula.

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados relativos a participações em subsidiárias (Nota 13), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	31 dez 2025				
	Método da equivalência patrimonial	Ganhos/ (Perdas) na alienação	Imparidade	Provisões	Total
José de Mello - Investimentos, S.A.	24 410 735	-	-	-	24 410 735
Bondalti Capital, S.A.	16 010 388	-	-	-	16 010 388
CUF, S.A.	33 288 629	-	-	-	33 288 629
JMCWSG, S.A.	(461 964)	-	-	-	(461 964)
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS, S.A.	(98 094)	-	-	-	(98 094)
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	6 587	-	-	-	6 587
José de Mello Ventures, S.A.	(3 334)	-	-	-	(3 334)
José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A.	-	-	(370 687)	-	(370 687)
Lifthium Energy Capital, S.à r.l.	-	-	(24 089 544)	-	(24 089 544)
	73 152 948	**-**	**(24 460 230)**	**-**	**48 692 718**

	31 dez 2024				
	Método da equivalência patrimonial	Ganhos/ (Perdas) na alienação	Imparidade	Provisões	Total
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	34 037 444	-	-	-	34 037 444
Bondalti Capital, S.A.	41 101 363	-	-	-	41 101 363
CUF, S.A.	28 554 349	-	-	-	28 554 349
JMCWSG, S.A.	576 688	-	-	-	576 688
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS, S.A.	20 765	-	-	-	20 765
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	13 714	-	-	-	13 714
José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A.	-	-	(34 505)	-	(34 505)
Lifthium Energy Capital, S.à r.l.	(42 500)	-	-	(10 866 651)	(10 909 151)
Lifthium Energy, S.A.	-	42 500	-	-	42 500
	104 261 824	**42 500**	**(34 505)**	**(10 866 651)**	**93 403 168**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as partes de capital detidas em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 de janeiro	**614 914 340**	**534 387 277**
Aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Efeito em resultados	73 152 948	104 261 824
Efeito em capital próprio	(22 286 098)	12 099 990
Dividendos recebidos	(46 867 250)	(38 217 250)
Aquisições e aumentos	6 113 190	2 382 500
Saldo em 31 de dezembro	**625 027 131**	**614 914 340**

As prestações acessórias e suprimentos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Prestações acessórias	Suprimentos	Prestações acessórias	Suprimentos
Saldo em 1 de janeiro	**27 185 240**	**23 303 556**	**21 119 745**	**23 821 517**
Reforços	41 700 000	66 988 071	6 100 000	10 214 400
Reduções	(3 700 000)	(4 387 532)	-	(10 732 361)
Perdas por imparidade acumuladas	(24 460 230)	-	(34 505)	-
Saldo em 31 de dezembro	**40 725 010**	**85 904 095**	**27 185 240**	**23 303 556**

23. Outros investimentos

Políticas contabilísticas

Os outros investimentos dizem respeito a instrumentos de capital próprio, os quais são mensurados ao justo valor, em conformidade com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, sendo o justo valor determinado em mercados ativos, sempre que disponíveis.

Os outros investimentos, relativamente aos quais não existe valor de mercado disponível (por não existirem preços de mercado, nem transações comparáveis), encontram-se, por essa razão, registados ao respetivo valor de custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

O detalhe destes investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Investimentos noutras empresas	5 947 095	5 057 228
Investimentos noutras empresas – prestações acessórias	17 062 870	17 026 360
	23 009 965	**22 083 589**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade detinha os seguintes investimentos em entidades conjuntamente controladas, empresas associadas e outras empresas:

		31 dez 2025		31 dez 2024	
	Sede	Percentagem de participação	Quantia escriturada	Percentagem de participação	Quantia escriturada
Entidades conjuntamente controladas:					
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%	-	50,00%	-
Empresas associadas:					
Bem Comum, Sociedade Capital de Risco, S.A.	Lisboa	32,00%	80 000	32,00%	80 000
Outras empresas:					
Fundo Shilling Founders Fund (a.)	Lisboa	5,07%	2 983 721	4,11%	2 962 624
DN Capital - Global Venture Capital VI SCSp (b.)	Londres	1,64%	1 044 325	-	-
Fundo Faber Science II (c.)	Lisboa	2,88%	915 762	2,88%	1 000 000
Fundo Faber Science I (d.)	Lisboa	0,83%	387 680	0,83%	381 774
Faber Partners, SA (associação em participação) (e.)	Lisboa	n/a	224 065	n/a	224 065
Portobello Capital Fondo V, FCR (f.)	Madrid	1,86%	213 752	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	Lisboa	10,00%	97 500	10,00%	97 500
ColorADD Social Associação (g.)	Porto	2,28%	291	-	-
Fundo Bem Comum FCR (g.)	Lisboa	n/a	-	n/a	272 375
Fundo de Compensação do Trabalho	n/a	n/a	-	n/a	38 891
			5 947 095		**5 057 228**

(a.) No exercício de 2021, a Sociedade contratou um investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund, no montante de 3 090 000 euros, com entradas no capital diferidas no prazo máximo de 6 anos. Em 31 de dezembro de 2025, o capital por realizar ascende a 695 250 euros (Nota 35), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, calculado com base em informação reportada pelo Fundo, com referência a 30 de setembro de 2025.

(b.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade celebrou um acordo de subscrição de unidades de participação no fundo de capital de risco DN Capital - Global Venture Capital VI, SCSp, no montante máximo de 5 milhões de euros. À data da demonstração da posição financeira, a quantia escriturada corresponde ao valor realizado na primeira chamada de capital, no dia 30 de outubro, por se considerar que corresponde ao seu justo valor.

(c.) No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade subscreveu 1 milhão de unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Science II (anteriormente designado Faber Tech III), no montante de 1 000 000 euros. Em 31 de dezembro de 2025, o capital por realizar ascende a 613 292 euros (Nota 35), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, calculado com base em informação reportada pelo Fundo, com referência a 30 de setembro de 2025.

(d.) No exercício 2022, a Sociedade subscreveu 250 mil unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Science I (anteriormente designado Faber Tech II), no montante de 250 000 euros. Em 31 de dezembro de 2025, o capital por realizar ascende a 17 522 euros (Nota 35), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, calculado com base em informação reportada pelo Fundo, com referência a 30 de setembro de 2025.

(e.) No exercício de 2021, a Sociedade celebrou um contrato de associação em participação, contribuindo com 250 000 euros para uma *capital pool* cujo montante global ascende a 1 500 000 euros, com o objetivo de participar na atividade da Faber Partners, S.A.. A quantia escriturada corresponde ao valor do investimento, deduzido dos reembolsos efetuados pela sociedade de capital de risco, em *pro rata*, aos investidores.

(f.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade celebrou um acordo de subscrição de unidades de participação no fundo de capital de risco Portobello Capital Fondo V, FCR, no montante máximo de 5 milhões de euros. À data da demonstração da posição financeira, a quantia escriturada corresponde ao valor realizado na primeira chamada de capital, por se considerar equivalente ao seu justo valor.

(g.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A. liquidou o Fundo Bem Comum FCR. Na sequência do término do período de liquidação, o Fundo procedeu ao reembolso das unidades de participação e ao pagamento do respetivo produto de liquidação aos últimos participantes, entre os quais a José de Mello Capital. Em resultado da partilha dos ativos do Fundo, a Sociedade recebeu, entre outros ativos, uma quota de 291 euros, representativa de 2,28% do capital social da ColorADD (Miguel Neiva & Associados Design Gráfico, Lda.) e suprimentos reembolsáveis, no montante de 36 509 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade celebrou um acordo de subscrição de unidades de participação no fundo de capital de risco Kibo Ventures Fund IV Innvierte, F.C.R.E., no montante máximo de 2 milhões de euros. No entanto, a primeira chamada de capital, no montante de 220 mil euros, apenas se concretizou em janeiro de 2026, razão pela qual, à data da demonstração da posição financeira, a quantia escriturada relativa a este investimento é nula.

A rubrica Outros investimentos teve os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 janeiro	**5 057 228**	**4 420 842**
Aquisições	1 258 077	1 000 000
Alienações e abates	(236 467)	(20 837)
Variações de justo valor	(93 143)	(342 777)
Reclassificação (a.)	(38 891)	-
Cedência de quotas	291	-
Saldo em 31 de dezembro	**5 947 095**	**5 057 228**

(a.) Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro, foram introduzidas alterações ao regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Em resultado dessas alterações, cessou definitivamente a obrigação de efetuar entregas para o Fundo, tendo

igualmente sido alteradas as finalidades para as quais os montantes detidos podem ser utilizados. Face ao novo enquadramento legal e à expetativa de recuperação até 31 de dezembro de 2026, os montantes relativos ao FCT foram reclassificados para a rubrica Outros devedores no ativo corrente (Nota 24).

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados relativos a participações em associadas, entidades conjuntamente controladas e outras empresas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Fundo Bem Comum FCR	(41 295)	(227 625)
Fundo Shilling Founders Fund	21 097	(166 247)
Fundo Faber Science II	(85 580)	-
Fundo Faber Science I	11 294	51 872
DN Capital - Global Venture Capital VI SCSp	(37 979)	-
Fundo de Compensação do Trabalho	-	(777)
Ganhos/(Perdas) em outros investimentos (Nota 13)	**(132 463)**	**(342 777)**

As prestações acessórias tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 janeiro	**17 026 360**	**16 906 360**
Cedência	36 509	-
Reforços	-	120 000
Saldo em 31 de dezembro	**17 062 870**	**17 026 360**

24. Outros devedores correntes e não correntes

Política contabilística

As respetivas políticas contabilísticas podem ser consultadas na Nota 25.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Outros devedores	6 859 285	63 513 517	6 116 492	65 532 657
Fundo de Compensação do Trabalho	38 891	-	-	-
Entidades relacionadas (Nota 40)	-	-	1 529 467	-
Pessoal	5 266	-	6 945	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 6)	(6 677 478)	(63 437 984)	(5 957 805)	(65 532 657)
	225 964	**75 533**	**1 695 100**	**-**

No exercício de 2021, foram exercidas pelas instituições de crédito as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis, emitidos pela MGI Capital, S.A. (atualmente detida em 100% pela MGICapital – Sistemas de Gestão, S.A.); em consequência, a JM Capital passou a deter um crédito sobre a sociedade Têxtil Manuel Gonçalves, S.A., no montante de 76 milhões de euros. Este crédito tem associado um plano de pagamento cujos prazos, devido a circunstâncias extraordinárias, nem sempre têm sido cumpridos, pelo que a Sociedade, por prudência, entendeu registar a imparidade sobre a totalidade do crédito, acrescido dos juros aplicáveis (Nota 27). À medida que os pagamentos têm vindo a ocorrer, a Sociedade tem procedido à respetiva reversão da imparidade registada (Nota 6).

25. Clientes e adiantamentos a fornecedores

Política contabilística

Os clientes e outras contas a receber correspondem a ativos financeiros resultantes de contratos com clientes e de outras operações que originam direitos a receber em numerário ou outro ativo financeiro.

O reconhecimento inicial ocorre quando a Sociedade se torna parte contratual do instrumento, sendo os saldos reconhecidos inicialmente pelo justo valor, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os saldos de clientes e outras contas a receber são registados pelo respetivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade de clientes e outras contas a receber são reconhecidas com base no modelo de perdas de crédito esperadas, refletindo a melhor estimativa das perdas associadas aos saldos à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica Perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Valor líquido
Clientes – conta corrente	189 093	-	189 093	534 149	-	534 149
Clientes de cobrança duvidosa	158 683	(158 683)	-	158 683	(158 683)	-
Adiantamentos a fornecedores	27 249	-	27 249	17 020	-	17 020
Total	**375 024**	**(158 683)**	**216 341**	**709 851**	**(158 683)**	**551 169**

26. Estado e outros entes públicos

Política contabilística

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos, não foi reconhecida qualquer imparidade, por se considerar que tal não é aplicável, dada a natureza específica do relacionamento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos com estas entidades eram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldos devedores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 568 806	4 667 436
Imposto sobre o Valor Acrescentado	490 533	190 155
	2 059 338	**4 857 592**
Saldos credores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	323 850	342 515
Contribuições para a Segurança Social	143 111	155 568
	466 961	**498 084**

27. Outros ativos correntes

Política contabilística

A Sociedade prepara as suas demonstrações financeiras separadas de acordo com o princípio do acréscimo, reconhecendo os rendimentos e os gastos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os gastos pagos antecipadamente são reconhecidos como ativos (gastos diferidos) e imputados a resultados de forma sistemática ao longo do período a que respeitam. Os montantes recebidos antecipadamente são reconhecidos como passivos (rendimentos diferidos) até ao momento em que sejam imputados a resultados.

Os gastos incorridos mas ainda não faturados ou pagos são reconhecidos como acréscimos de gastos, e os rendimentos ainda não faturados ou recebidos são reconhecidos como acréscimos de rendimentos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	1 809 068	1 262 182
Outros acréscimos de rendimentos	1 304 649	1 304 050
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 6)	(1 300 742)	(1 138 224)
	1 812 975	**1 428 008**
Gastos diferidos		
Seguros	305 933	258 950
Hardware e *software*	54 137	71 914
Fornecimentos e serviços externos	52 979	70 210
Rendas	3 891	3 891
	416 940	**404 964**
	2 229 915	**1 832 972**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Juros a receber inclui os montantes de 1 300 742 euros e 1 138 224 euros, respetivamente, relativos a juros associados à dívida reconhecida na rubrica Outros devedores (Nota 24).

28. Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

A Sociedade recorre a instrumentos financeiros que obedecem às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Derivados de negociação

Os instrumentos financeiros de negociação, nos quais se enquadram as carteiras discricionárias geridas com o objetivo de gerar lucros a curto prazo, seguem as políticas contabilísticas da IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Na data da transação, são reconhecidos pelo justo valor. Ao contrário de outras categorias, os custos de transação são reconhecidos imediatamente como

gastos no período e não são somados ao valor do ativo. Em cada data de relato, o valor destes ativos é atualizado para o justo valor de mercado e as variações, ganhos ou perdas, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício.

Derivados de cobertura

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura são registadas no capital próprio, na rubrica Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura, na sua componente eficaz, e em resultados financeiros, na sua componente não eficaz.

A Sociedade tem instrumentos financeiros derivados de cobertura, que se destinam a minimizar os riscos de exposição a variações das taxas de juro.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IFRS 9 – Instrumentos financeiros, sendo mensurados pelo seu justo valor, considerando, para tal, avaliações efetuadas por instituições financeiras suportados em modelos matemáticos que se baseiam, essencialmente, em informação de mercado.

Existe uma relação direta entre o item coberto e o instrumento de cobertura, na medida em que as condições (período e taxa de referência) dos financiamentos e dos instrumentos de cobertura são as mesmas.

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros, a Sociedade contratou dois *swaps* de taxa de juro para cobrir a exposição a variações na taxa de juro associada a empréstimo obrigacionista e papel comercial, no montante de 110,1 milhões de euros. Os instrumentos de cobertura foram estruturados de forma a replicar as características financeiras do item coberto, permitindo a sua qualificação como relação de cobertura.

Os efeitos fiscais decorrentes das variações no justo valor dos instrumentos de cobertura reconhecidas em capital próprio são registados em impostos diferidos, em conformidade com a IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, refletindo o impacto fiscal futuro das diferenças temporárias geradas.

As características dos instrumentos financeiros derivados de negociação em 31 de dezembro de 2025 eram as seguintes:

	Classificação	31 dez 2025
HSBC Global Liquidity Funds PLC	Fundo de investimento de capital variável	650 574
JP Morgan Liquidity Funds SICAV	Fundo de investimento de capital variável	650 557
New Capital UCITS Fund PLC Euro Value	Fundo de obrigações	600 826
New Capital UCITS Fund PLC Global High	Fundo de obrigações	200 743
European Specialist Investment Funds SICAV	Fundo de obrigações	701 181
MFS Meridian Funds SICAV Emerging	Fundo de obrigações	200 694
Nordea 1 SICAV - Flexible Fixed Income	Fundo de obrigações	500 814
PIMCO Funds: Global Investors Series	Fundo de obrigações	200 469
Vontobel Fund SICAV - Euro Corporate	Fundo de obrigações	501 033
AQR UCITS Fund SICAV - AQR APEX UCITS	Fundo de cobertura	150 923
AQR UCITS Funds SICAV - AQR Alternative	Fundo de cobertura	152 354
Eleva UCITS Fund SICAV - Eleva Absolute	Fundo de cobertura	202 118
Jupiter Asset Management Series PLC	Fundo de cobertura	200 764
		4 913 049

As características dos instrumentos financeiros derivados de cobertura em 31 de dezembro de 2025 eram as seguintes:

			31 dez 2025	
	Maturidade	**Contraparte**	**Montante subjacente**	**Justo valor**
Swap de taxa de juro variável/ fixa de 2,375%	jun/32	CaixaBI	100 537 500	808 636
Swap de taxa de juro variável/ fixa de 2,375%	jun/32	Haitong	9 575 000	85 046
			110 112 500	**893 681**

Os movimentos ocorridos nos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 foram os seguintes:

	31 dez 2025		
	De negociação	**De cobertura**	**Total**
Saldo em 1 janeiro	**-**	**-**	**-**
Aquisições	4 900 010	-	4 900 010
Variação do justo valor em resultados (Nota 13)	13 039	-	13 039
Constituição	-	335 628	335 628
Variação do justo valor em capital próprio	-	558 053	558 053
Saldo em 31 de dezembro	**4 913 049**	**893 681**	**5 806 730**

29. Caixa e equivalentes a caixa

Política contabilística

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, a partir da data de aquisição, e que possam ser imediatamente mobilizáveis, com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira no passivo corrente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2025	**31 dez 2024**
Caixa	1 809	1 858
Depósitos à ordem (a.)	11 788 579	10 138 313
Depósitos a prazo (b.)	70 500 000	68 000 000
	82 290 388	**78 140 172**

(a.) Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de Depósitos à ordem inclui depósitos, no montante de 1 705 300 euros (3 367 443 euros em 2024), dados como penhor para garantia das obrigações decorrentes de financiamentos contraídos junto de instituições financeiras (Nota 41).

(b.) Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos a prazo incluem depósitos fiduciários no montante de 5 milhões de euros.

30. Ativos não correntes detidos para venda

Políticas contabilísticas

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor contabilístico for essencialmente recuperado através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre o valor contabilístico antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender. Os ativos com vida útil definida deixam de ser amortizados/depreciados desde a data da classificação como detidos para venda.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos não correntes detidos para venda foram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 de janeiro	**491 476**	**-**
Transferência de propriedades de investimento (Nota 21)	-	491 476
Alienações	(491 476)	-
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**491 476**

Em 30 de junho de 2025, foi celebrada a escritura de venda de um imóvel, pelo valor de 2,5 milhões de euros, detido pela Sociedade, concretamente, o 4.º piso do número 19 da Rua D. Luís I, na freguesia da Misericórdia, em Lisboa, cuja negociação para a venda se encontrava em estado bastante avançado no final do exercício de 2024, razão pela qual o mesmo se encontrava classificada na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, pelo seu valor líquido contabilístico de 491 476 euros, tendo sido apurada uma mais-valia contabilística de 2 008 524 euros (Nota 8).

31. Capital

Política contabilística

Em cumprimento do disposto no artigo 272.º do CSC, o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5.000.000 de ações nominativas, com o valor nominal de cinco euros por ação.

À data da demonstração da posição financeira não existem títulos emitidos que confiram aos seus detentores direitos especiais para além daqueles que se encontram consignados nos estatutos da Sociedade (caso das ações) e nas condições gerais de emissão dos empréstimos obrigacionistas (caso das obrigações).

32. Reservas e outros instrumentos do capital próprio

Reserva legal

De acordo com o artigo 295.º do CSC, a Sociedade é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% dos lucros obtidos no exercício, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, a não ser em caso de dissolução da Sociedade, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva legal ascendia a 5 000 000 euros, encontrando-se constituída pelo seu limite máximo.

Ajustamentos em ativos financeiros

No decorrer dos exercícios de 2025 e 2024, as alterações ocorridas nesta rubrica resultam de ajustamentos nas participações por via do método da equivalência patrimonial (Nota 22), cujas variações são reconhecidas em capital próprio e não em resultados.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura

Esta rubrica corresponde à variação acumulada do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

classificados como de cobertura (Nota 28), líquida de impostos diferidos.

Resultados transitados
Esta rubrica inclui os resultados realizados em exercícios anteriores e que estão disponíveis para distribuição.

33. Empréstimos obtidos

Política contabilística
Os empréstimos são inicialmente registados pelo seu valor nominal, líquido de gastos incorridos na sua emissão. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, através da utilização do método do juro efetivo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	168 087 533	102 551 925
Empréstimos bancários	84 464 206	92 794 894
Papel comercial	13 079 658	-
	265 631 396	**195 346 819**
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	40 432 335	1 344 111
Empréstimos bancários	8 242 281	7 946 627
Papel comercial	1 191 499	-
	49 866 115	**9 290 738**

33.1 Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos por obrigações (não convertíveis) eram compostos pelas seguintes emissões:

	31 dez 2025				
	Taxa de juro	Maturidade	Valor nominal	Dívida corrente	Dívida não corrente
José de Mello Capital/2025 - Tranche A (a.)	Euribor a 6M + 2,6%	jun/32	101 150 000	8 495 015	85 217 635
José de Mello Capital/2025 - Tranche B (a.)	Euribor a 6M + 2,6%	jun/32	10 550 000	18 073	10 550 000
José de Mello 2008 1ª (b.)	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	53 180 000	18 574 990	38 785 923
José de Mello 2023 1ª (c.)	Taxa fixa 4,5%	jun/28	32 300 000	33 105	31 943 739
José de Mello 2007 1ª (b.)	Euribor a 6M + 0,75%	jun/27	35 000 000	12 521 242	-
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (d.)	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	4 000 000	789 910	1 590 236
			236 180 000	**40 432 335**	**168 087 533**

	31 dez 2024				
	Taxa de juro	Maturidade	Valor nominal	Dívida corrente	Dívida não corrente
José de Mello 2008 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	53 180 000	14 325	51 130 000
José de Mello 2023 1ª	Taxa fixa 4,5%	jun/28	32 300 000	29 965	32 205 066
José de Mello 2007 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/27	35 000 000	3 222	16 837 394
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	4 000 000	786 403	2 379 465
GMP 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	130 000 000	310 119	-
José de Mello 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	43 980 000	200 077	-
			298 460 000	**1 344 111**	**102 551 925**

(a.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade emitiu 11 170 milhões de obrigações, com valor nominal unitário de 0,01 euros, num montante global de 111 700 000 euros, composto pelas Tranches A e B. Este empréstimo obrigacionista tem uma taxa de juro variável, indexada à taxa Euribor a 6 meses. Adicionalmente, para a Tranche A foi negociada cobertura através de *swap* de taxa fixa (Nota 28).

(b.) Não obstante a data de maturidade contratada das emissões obrigacionistas "José de Mello 2007 1ª" e "José de Mello 2008 1ª" ser junho de 2028, em março de 2026, um investidor solicitou o reembolso da totalidade da emissão de 2007 e parte da emissão de 2008, ao abrigo das "Opções de reembolso antecipado", previstas nos termos e condições dos contratos. Uma vez reembolsados, os montantes em questão foram classificados no passivo corrente, com referência à data da demonstração da posição financeira.

(c.) A emissão obrigacionista "José de Mello 2023 1ª" corresponde a obrigações escriturais e nominativas, com data de reembolso no dia 15 de junho de 2028 e taxa de juro fixa bruta de 4,5%. Esta emissão tem como finalidade o refinanciamento de novos projetos e a gestão da tesouraria.

(d.) A emissão obrigacionista "Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028" visa financiar o projeto de investimento realizado pela José de Mello Capital na remodelação do seu edifício de escritórios na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o qual incorporou diversas medidas de eficiência energética e utilização de materiais mais sustentáveis e sem substâncias nocivas, mas também de valorização do capital humano (incluindo a criação de espaços mais confortáveis, modernizados e seguros para os colaboradores, assim como a criação de acesso a utentes de mobilidade reduzida na entrada do edifício) tendo, assim, impactos ambientais e sociais positivos.

33.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Até 1 ano	8 242 281	7 946 627
	8 242 281	**7 946 627**
Até 2 anos	8 683 453	7 080 688
Até 3 anos	8 686 487	8 683 453
Até 4 anos	15 725 460	8 686 487
Até 5 anos	15 729 457	9 725 460
Mais de 5 anos	35 639 348	58 618 806
	84 464 206	**92 794 894**
	92 706 487	**100 741 521**

33.3 Papel comercial

A Sociedade tem contratado um programa de papel comercial para financiamento de tesouraria com um limite de 35 milhões de euros, dos quais 14,7 milhões de euros se encontravam utilizados à data da demonstração da posição financeira. O papel comercial tem uma taxa de juro variável, indexada à taxa Euribor a 6 meses. A tranche A, com montante inicial utilizado de 13,85 milhões de euros, tem cobertura através de *swap* de taxa fixa (Nota 28).

	Montante nominal contratado	31 dez 2025		Contrato	
		Corrente	Não corrente	Maturidade	Periodicidade
Tranche A	35 000 000	1 182 898	11 629 658	jun/32	Semestral
Tranche B		8 600	1 450 000	jun/32	Semestral
		1 191 499	**13 079 658**		

Por existir uma tomada firme por parte do banco, o programa de papel comercial contratado não é classificado como corrente, com exceção das duas amortizações semestrais de 600 mil euros, previstas ocorrer em maio e novembro de 2026.

34. Credores por locações financeiras

Política contabilística

Na data do início da locação, a Sociedade reconhece um passivo de locações mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros da locação. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como gasto do exercício.

Subsequentemente, o valor do passivo de locação é mensurado: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo de locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa.

Tendo em conta que os contratos de locação não apresentam uma taxa implícita, considerou-se, para o desconto das rendas, uma taxa de juro incremental que varia de acordo com a maturidade do contrato de locação da categoria identificada pela Sociedade – equipamento de transporte.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor atual das responsabilidades futuras tem a seguinte maturidade:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Até 1 ano	343 123	321 664
	343 123	**321 664**
Entre 2 a 4 anos	248 559	231 190
	248 559	**231 190**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram reconhecidos os seguintes montantes em gasto:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Depreciação do direito de uso (Nota 11)	256 316	259 875
Juros dos contratos de locação (Nota 13)	12 875	13 223
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor	24 457	5 421
	293 647	**278 518**

35. Outros credores correntes e não correntes

Política contabilística

As respetivas políticas contabilísticas podem ser consultadas na Nota 37.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas (Nota 40)	1 156 752	-	-	-
Credores por subscrições não liberadas:				
Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund	-	695 250	-	1 390 500
Fundo de Capital de Risco Faber Science I	-	17 522	-	42 645
Fundo de Capital de Risco Faber Science II	-	613 292	247 291	752 709
Garantias e cauções	-	5 610	-	5 610
Pessoal	1 051	-	1 608	-
Outros credores	142 830	-	141 974	-
	1 300 633	**1 331 674**	**390 873**	**2 191 464**

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes respeitantes a entidades relacionadas resultam principalmente de pagamentos antecipados por conta de IRC, no âmbito do RETGS (Nota 14).

Os montantes respeitantes a Credores por subscrições não liberadas respeitam a outros investimentos referidos na Nota 23.

36. Impostos diferidos

Políticas contabilísticas

Os impostos diferidos ativos e passivos resultam de diferenças temporárias entre a base contabilística e fiscal dos ativos e passivos da Sociedade, sendo reconhecidos de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, de forma a refletir adequadamente os efeitos fiscais das operações.

Os ativos por impostos diferidos correspondem a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são mensurados com base nas taxas fiscais aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de reporte, não sendo descontados, e refletem a forma como a Sociedade espera recuperar ou liquidar os respetivos ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são revistos à data de cada demonstração da posição financeira e reduzidos na medida em que deixe de ser provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua utilização. Os ativos e passivos por impostos diferidos apenas são compensados quando existe um direito legalmente exequível de compensação e quando respeitam a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal.

Os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, exceto quando resultem de transações ou acontecimentos reconhecidos diretamente em capital próprio ou em outros rendimentos integrais, casos em que os respetivos efeitos fiscais são igualmente reconhecidos nessas rubricas.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, considera-se a taxa de IRC de 19% (Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro) e nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram impostos diferidos ativos.

A quantia, por natureza, e os movimentos ocorridos nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram os seguintes:

	Instrumentos financeiros derivados
Saldo em 1 de janeiro de 2025	**-**
Constituição	
Capitais próprios (Nota 28)	169 799
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**169 799**

37. Fornecedores e adiantamentos de clientes

Política contabilística

Os fornecedores e outros credores correspondem a passivos financeiros resultantes da aquisição de bens ou serviços e de outras obrigações que conferem a terceiros o direito de receber numerário ou outro ativo financeiro.

O reconhecimento inicial ocorre quando a entidade se torna parte contratual da obrigação, sendo os saldos reconhecidos inicialmente pelo justo valor, deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Subsequentemente, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja conhecido e significativo).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Fornecedores, conta corrente	468 931	628 959
Adiantamentos de clientes	12 632	5 558
	481 563	**634 517**

38. Outros passivos correntes

Políticas contabilísticas

As respetivas políticas contabilísticas podem ser consultadas na Nota 27.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	4 400 292	5 082 392
Estudos e consultas	80 052	78 731
Despesas com viaturas	19 249	6 974
Imposto Municipal sobre Imóveis	11 350	12 968
Seguros a liquidar	265	265
Outros acréscimos de gastos	23 161	30 239
	4 534 369	**5 211 569**
Rendimentos diferidos:		
Rendas e alugueres	5 610	5 610
Outros rendimentos diferidos	3 238	3 425
	8 848	**9 035**
	4 543 217	**5 220 604**

39. Notas às demonstrações dos fluxos de caixa

39.1 Recebimentos relativos a investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os recebimentos relacionados com investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Fundo Bem Comum FCR	50 445	-
Fundo Faber Science I	5 387	-
Faber Partners, S.A. (associação em participação)	-	13 703
	55 832	**13 703**

39.2 Dividendos recebidos

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Bondalti Capital, S.A.	28 100 000	13 050 000
CUF, S.A.	18 767 250	18 767 250
Guimarães de Mello, S.A.	570 000	-
José de Mello - Investimentos, S.A.	-	6 400 000
Fundo Faber Science I	-	8 026
	47 437 250	**38 225 276**

39.3 Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os pagamentos relativos a investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2025	31 dez 2024
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	6 063 190	-
Instrumentos financeiros	4 900 010	-
DN Capital Global Venture Capital VI SCSp	1 082 304	-
Fundo Shilling Founders Fund	695 250	695 250
Fundo Faber Science I	272 414	48 368
Portobello Capital Fondo V, FCR	213 752	-
Fundo Faber Science II	140 759	-
José de Mello Ventures, S.A.	50 000	-
JMCWSG, S.A.	-	2 340 000
	13 417 679	**3 083 618**

40. Partes relacionadas

Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade que esteja relacionada com a entidade relatora nos termos da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas, designadamente em situações de controlo, controlo conjunto ou influência significativa, incluindo entidades do mesmo grupo e o pessoal-chave da gestão.

Os termos ou condições praticadas entre as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No âmbito da identificação das partes relacionadas, para efeitos de relato financeiro, foram considerados como partes relacionadas os membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a natureza dos saldos com empresas subsidiárias, associadas e outras partes relacionadas estão descritas abaixo:

Partes relacionadas	Atividade	Localização	Serviços prestados	Serviços recebidos
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.	Saúde	Lisboa		Higiene e segurança no trabalho
S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A.	Residências assistidas	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Burkina - Sociedade Imobiliária, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
S.P.S.R - Sociedade Portuguesa de Serviços Residenciais, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello Ventures, S.A.	Consultoria	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Bondalti Capital, S.A.	Indústria química	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Bondalti Chemicals, S.A.	Indústria química	Estarreja	Serviços de apoio à gestão	Empréstimos obrigacionistas
Lifthium Energy Capital, S.A.	Indústria de refinação	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Lifthium Energy Capital, S.à r.l.	Consultoria	Luxemburgo	Empréstimos	
Comitur Imobiliária, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A.	Imobiliário	Sesimbra	Serviços de apoio à gestão	
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
MGI Capital, S.A.	Consultoria	Lisboa	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	
MGICapital - International Financing, SGPS, S.A.	Consultoria	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
MGIGP - Gestão de Ativos, S.A.	Consultoria	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Guimarães de Mello, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Mellosocfam, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello - Investimentos, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	SGPS	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	Exploração agrícola	Arraiolos	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	
JMCWSG, S.A.	Vitivinícola	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
M Dados, Sistemas de Informação, S.A.	Negociação	Lisboa	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	Negociação de contratos

Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com as partes relacionadas apresentam o seguinte detalhe:

	31 dez 2025								
	Clientes	Outros devedores	Outros ativos correntes	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Empréstimos obrigacionistas obtidos	Empréstimos concedidos	Prestações suplementares
Subsidiárias	22 918	2 905	307 678	2 142	1 156 752	7 260 975	68 424 009	85 904 095	40 725 010
Outras partes relacionadas	85 475	6 012	254	24 033	-	900	-	17 026 360	-
	108 392	**8 917**	**307 932**	**26 175**	**1 156 752**	**7 261 875**	**68 424 009**	**102 930 456**	**40 725 010**

	31 dez 2024								
	Clientes	Outros devedores	Outros ativos correntes	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Empréstimos obrigacionistas obtidos	Empréstimos concedidos	Prestações suplementares
Subsidiárias	37 252	1 527 367	942	-	-	8 288	66 517 394	23 303 556	27 185 240
Outras partes relacionadas	305 534	2 100	351	27 387	-	900	-	17 026 360	-
	342 786	**1 529 467**	**1 293**	**27 387**	**-**	**9 188**	**66 517 394**	**40 329 917**	**27 185 240**

As transações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com as partes relacionadas apresentam o seguinte detalhe:

	31 dez 2025				
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Subsidiárias	32 920	397 781	34 984	58 344	1 897 274
Outras partes relacionadas	52 945	550 390	20 539	570 000	-
	85 865	**948 170**	**55 523**	**628 344**	**1 897 274**

	31 dez 2024				
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Subsidiárias	43 562	309 611	22 031	150 694	2 812 088
Outras partes relacionadas	51 197	518 571	11 914	-	-
	94 760	**828 182**	**33 944**	**150 694**	**2 812 088**

Benefícios atribuídos aos membros dos órgãos sociais

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos sociais da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram os seguintes:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Remunerações	4 776 073	5 528 214

41. Compromissos e contingências

Políticas contabilísticas

Um ativo contingente é um possível ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controlo da Sociedade. Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente surge quando existe uma possível obrigação resultante de acontecimentos passados, que se confirmará pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados. Estes passivos não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Contudo, são divulgados nas notas anexas, a menos que a probabilidade de saída de fundos seja remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade tinha prestado garantias a terceiros conforme segue:

- Penhor financeiro de 5.301.060 ações da CUF, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamentos;
- Promessa de penhor financeiro sobre as "Novas ações" da CUF, S.A., para garantia de um financiamento;
- Hipoteca sobre as frações A, B, D e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n.os 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, n.os 24, 24-A e 24-B, ambos em Lisboa, para garantia de um financiamento;
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 1 705 300 euros em contas bancárias junto de instituições crédito (Nota 29);
- Promessa de penhor financeiro sobre as "Novas ações" da Bondalti Capital, S.A., para garantia de um financiamento;
- Penhor financeiro de 4.084.400 ações Bondalti Capital, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de um financiamento;
- Penhor mercantil sobre 513.800 ações da CUF, S.A., a favor dos titulares das obrigações emitidas no âmbito da emissão de obrigações com oferta particular;
- Livrança em branco subscrita pela Sociedade, para garantir as responsabilidades assumidas no âmbito da emissão de obrigações "Sustainability Bonds José de Mello 2023-2028";
- Livrança em branco subscrita pela Sociedade como garantia das obrigações associadas à emissão de papel comercial;
- Aval prestado sob livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A., para garantia de um contrato de abertura de crédito;
- Garantia bancária, no montante de 1 500 euros, a favor da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para garantia de pagamento dos valores referentes à faturação pelo fornecimento de água e encargos acessórios, respeitantes ao prédio sito na Avenida 24 de Julho, n.os 24, 24-A e 24-B.

42. Gestão de riscos financeiros

42.1 Princípios gerais

A Sociedade, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo José de Mello, o qual a Sociedade integra, tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos, a Sociedade identificou um conjunto de riscos associados ao seu desempenho financeiro considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito e de liquidez.

A Sociedade tem um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposta. Todas as operações de gestão de risco financeiro são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada, os principais riscos financeiros a que a Sociedade se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

42.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira.

A Sociedade encontra-se, essencialmente, exposta aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras separadas.

a. Risco de exposição às variações de taxa de juro
A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras separadas.

Através da política de controlo adotada, é monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados da Sociedade.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Sociedade procura contratar financiamentos com taxa de juro fixa.

42.3 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais da Sociedade, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a. Clientes e Outros devedores
O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e monitorização regular dos valores em dívida.

A Sociedade não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 6.

Em 31 de dezembro de 2025, é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras separadas.

42.4 Riscos de liquidez

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:
- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pela Sociedade.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, a Sociedade procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

43. Justo valor de ativos e passivos financeiros

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos da Sociedade mensurados ao justo valor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- **Nível 1** – cotações de mercados líquidos de ativo e aos quais a Sociedade tem acesso à data de referência da posição financeira;
- **Nível 2** – modelos de avaliação geralmente aceite, baseados em inputs observáveis no mercado alternativos aos referidos no nível 1; e
- **Nível 3** – modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31 dez 2025		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos valorizados ao justo valor			
Outros investimentos (Nota 23)	-	-	5 545 239
Instrumentos financeiros (Nota 28)	-	5 806 730	-

	31 dez 2024		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos valorizados ao justo valor			
Outros investimentos (Nota 23)	-	38 891	4 616 773

44. Acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira

Política contabilística

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data (acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos), são refletidos nas demonstrações financeiras separadas, caso originem um impacto material.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data (acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos), são divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras separadas.

Em março de 2026, verificou-se uma escalada do conflito entre EUA, Israel e Irão, com impactos diretos no transporte de petróleo através do Estreito de Ormuz, responsável por cerca de 20% a 27% do fluxo marítimo global da *commodity*. Esta instabilidade provocou aumentos imediatos nos preços do petróleo e gás, agravando a volatilidade dos mercados energéticos. Segundo a Agência Internacional de Energia, o conflito representa uma das maiores disrupções de oferta já registadas, com reduções estimadas 8 milhões de barris de petróleo por dia e colapso superior a 90% no tráfego de petroleiros na região.

É convicção do Conselho de Administração que os eventos acima divulgados não terão qualquer impacto nas presentes demonstrações financeiras separadas, nem a esta data o conflito teve um impacto material na posição financeira e performance da JM Capital.

Não existem quaisquer outros acontecimentos com impactos materiais entre a data da demonstração da posição financeira e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras separadas.

45. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, o Revisor Oficial de Contas da José de Mello Capital, S.A. é a RSM & Associados - SROC, Lda., a qual faturou à Sociedade, no exercício de 2025, honorários no montante de 43 200 euros (acrescidos de IVA à taxa legal), relativos à revisão legal das contas individuais e consolidadas.

46. Outras informações

A atividade global da Sociedade José de Mello Capital, S.A. encontra-se descrita no Relatório do Conselho de Administração, considerado parte integrante do presente conjunto de Relatório e Contas, referente a 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

RSM

RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de José de Mello Capital, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1.434.087.902 euros e um total de capital próprio de 1.109.704.860 euros, incluindo um resultado líquido de 42.489.101 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

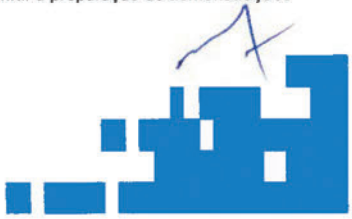
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€



RSM

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RSM

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 08 de maio de 2026

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

3

RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15-1 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132 - 3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2025-

Senhores Accionistas,

1. Em conformidade com as disposições legais e com contrato da Sociedade o Fiscal Único da «José de Mello Capital, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise da Demonstração da posição financeira, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2025, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.

2. Com a periodicidade que julgou conveniente manteve o acompanhamento da atividade da «José de Mello Capital, S.A.», através dos contactos que manteve com os Serviços e com a Administração e da análise da documentação contabilística e dos seus elementos de suporte.

3. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

4. No seu Relatório de Gestão o Conselho de Administração refere a forma como se processou a atividade da empresa no decorrer do exercício e os principais fatores condicionantes que estiveram na origem dos resultados alcançados.

5. O Fiscal Único, tendo presente o impacto que a diminuição dos Resultados relativos a empresas subsidiárias tem no resultado líquido da Sociedade, tendo passado de 93.403.168 euros em 2024 para 48.692.718 euros em 2025, é de

PARECER

a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2025 apresentadas pelo Conselho de Administração;
b) que a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 42.489.101 euros apresentada pelo Conselho de Administração, seja aprovada;
c) que se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 08 de maio de 2026

O FISCAL ÚNICO

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€

Quinta de Pancas (Alenquer, Lisboa)
WINESTONE
GROUP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31 dez 2025	31 dez 2024
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 , 8	1 377 739 040	1 453 972 072
Reversões de perdas por imparidade	9	3 273 999	7 612 316
Reversões de provisões	10	968 949	245 000
Outros rendimentos operacionais	11	45 926 253	32 877 250
Total de rendimentos operacionais		**1 427 908 242**	**1 494 706 638**
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	12	(334 494 549)	(450 255 124)
Variação da produção	13	1 622 928	5 559 758
Fornecimentos e serviços externos	14	(551 664 620)	(527 894 429)
Gastos com o pessoal	15	(314 203 367)	(294 923 833)
Amortizações e depreciações	7 , 16	(99 277 832)	(85 885 774)
Perdas por imparidade	7 , 9	(2 952 581)	(3 609 358)
Provisões	7 , 10	(2 830 774)	(5 265 317)
Outros gastos operacionais	17	(26 332 372)	(23 716 484)
Total de gastos operacionais	**7**	**(1 330 133 168)**	**(1 385 990 560)**
Resultados operacionais	**7**	**97 775 074**	**108 716 077**
Gastos financeiros	7 , 18	(50 988 397)	(54 848 137)
Rendimentos financeiros	7 , 18	3 820 922	7 044 599
Resultados relativos a empresas associadas	7 , 18	29 349 527	43 088 128
Resultados relativos a atividades de investimento	7 , 18	488 986	(343 653)
Resultados financeiros	**7**	**(17 328 963)**	**(5 059 063)**
Resultados antes de impostos	**7**	**80 446 111**	**103 657 015**
Impostos sobre o rendimento	7 , 19	(16 433 855)	(6 951 482)
Resultado líquido do exercício das operações em continuação		**64 012 256**	**96 705 533**
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	7 , 20	(78 182)	(169 935)
Resultado líquido consolidado		**63 934 074**	**96 535 598**
Atribuível a:			
Detentores de capital	**7 , 21**	**46 412 456**	**81 482 795**
Interesses que não controlam	7 , 22	17 521 618	15 052 803
Resultado por ação:			
Básico	21	9,28	16,30
Diluído	21	9,28	16,30

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada da posição financeira dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos não correntes:			
Goodwill	7 , 24	703 688 323	703 415 323
Ativos intangíveis	7 , 25	70 764 879	57 784 674
Direito de uso	26	118 427 257	123 893 341
Ativos fixos tangíveis	7 , 27	876 960 383	837 645 828
Propriedades de investimento	28	16 972 582	17 565 472
Investimentos em associadas	29	290 406 328	316 214 319
Ativos financeiros disponíveis para venda	30	6 359 450	5 343 257
Ativos biológicos	31	226 286	300 488
Ativos por impostos diferidos	32	18 388 946	15 515 814
Outros devedores	33	1 632 698	3 286 699
Total de ativos não correntes		**2 103 827 133**	**2 080 965 215**
Ativos correntes:			
Inventários	34	64 279 872	64 095 538
Clientes e adiantamentos a fornecedores	7 , 35	148 204 468	158 357 074
Outros devedores	33	28 608 609	28 874 669
Ativo por imposto corrente	36	2 136 249	5 228 347
Estado e outros entes públicos	36	11 553 745	10 322 992
Outros ativos correntes	37	38 979 452	37 604 418
Instrumentos financeiros	38	5 806 730	-
Caixa e equivalentes a caixa	7 , 39	237 299 448	245 153 578
Total de Ativos correntes		**536 868 572**	**549 636 616**
Ativos não correntes detidos para venda	40	-	491 476
TOTAL DO ATIVO	**6**	**2 640 695 705**	**2 631 093 307**
Capital próprio:			
Capital	41	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	42	5 000 000	5 000 000
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	42	586 095	(585 895)
Revalorização de ativos fixos tangíveis	42	69 834 476	60 542 240
Resultados transitados	42	965 033 135	944 696 207
Resultado líquido consolidado	21	46 412 456	81 482 795
Capital próprio atribuível a acionistas		**1 111 866 163**	**1 116 135 347**
Interesses que não controlam	22	97 762 223	88 399 602
Total do capital próprio		**1 209 628 385**	**1 204 534 949**
Passivos não correntes:			
Empréstimos	7 , 43	631 854 357	707 827 249
Credores por locações	7 , 44	95 699 789	100 311 630
Benefícios aos empregados	45	2 526 764	2 823 446
Provisões	10	26 307 260	24 204 055
Outros credores	46	7 937 191	11 984 658
Passivo por impostos diferidos	32	34 853 381	30 691 374
Instrumentos financeiros derivados	38	273 879	1 171 329
Total de passivos não correntes		**799 452 621**	**879 013 741**
Passivos correntes:			
Empréstimos	7 , 43	250 730 379	169 684 166
Credores por locações	7 , 44	27 862 176	26 193 542
Fornecedores e adiantamentos de clientes	7 , 47	163 460 868	173 128 673
Passivos por imposto corrente	36	7 778 722	8 399 775
Estado e outros entes públicos	36	10 653 161	12 238 283
Outros credores	46	40 869 015	37 467 578
Outros passivos correntes	48	130 260 378	120 432 601
Total de Passivos correntes		**631 614 699**	**547 544 617**
TOTAL DO PASSIVO	**6**	**1 431 067 320**	**1 426 558 358**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**2 640 695 705**	**2 631 093 307**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada do outro rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	31 dez 2025	31 dez 2024
Resultado líquido consolidado	**63 934 074**	**96 535 598**
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que poderão vir a ser reclassificados para resultados:		
Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados	1 404 380	(219 361)
Subsídios	(79 309)	(33 168)
	1 325 071	**(252 529)**
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que não serão reclassificados para resultados:		
Revalorização de ativos fixos tangíveis	14 383 844	23 080 193
Plano de Pensões	(10 243)	(38 254)
Outros	-	63 931
Alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	2 365 232	(3 200 408)
	16 738 833	**19 905 461**
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio	**18 063 904**	**19 652 932**
Rendimentos integrais consolidados	**81 997 978**	**116 188 530**
Atribuível a:		
Detentores do capital	**59 402 050**	**93 319 984**
Interesses que não controlam	22 595 928	22 868 546

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Reserva legal	Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	Revalorização de ativos fixos tangíveis"	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**25 000 000**	**5 000 000**	**(440 674)**	**45 301 062**	**874 622 279**	**95 145 076**	**75 964 712**	**1 120 592 456**
Aplicação do resultado consolidado de 2023:								
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	38 217 250	(38 217 250)	(9 869 680)	(9 869 680)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	56 927 826	(56 927 826)	-	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	15 198 307	-	-	7 881 886	23 080 193
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	-	42 870	(3 200 408)	-	(60 795)	(3 218 334)
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	-	-	(114 386)	-	(478 003)	(592 389)
Planos de pensões - ganhos/ (perdas) atuariais	-	-	-	-	(25 191)	-	(13 064)	(38 254)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(33 168)	-	(3 269)	(36 437)
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(21 698 618)	-	-	(21 698 618)
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	81 482 795	15 052 803	96 535 598
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**25 000 000**	**5 000 000**	**(585 895)**	**60 542 240**	**944 696 207**	**81 482 795**	**88 399 602**	**1 204 534 949**
Aplicação do resultado consolidado de 2024:								
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(26 817 986)	(380 294)	(27 198 281)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	54 664 808	(54 664 808)	-	-
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	1 171 990	-	-	-	232 390	1 404 380
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	9 335 106	-	-	4 848 687	14 183 794
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	-	(42 870)	1 238 316	-	(14 991)	1 180 456
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	-	-	(4 290 648)	-	(1 822 402)	(6 113 050)
Planos de pensões - ganhos/ (perdas) atuariais	-	-	-	-	(6 745)	-	(3 498)	(10 243)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(79 309)	-	(3 269)	(82 578)
Interesses sem controlo atribuídos de/a acionistas	-	-	-	-	(88 209)	-	46 279	(41 930)
Outros	-	-	-	-	(2 857 455)	-	(1 329 150)	(4 186 606)
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(28 243 830)	-	(9 732 750)	(37 976 580)
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	46 412 456	17 521 618	63 934 074
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**25 000 000**	**5 000 000**	**586 095**	**69 834 476**	**965 033 135**	**46 412 456**	**97 762 223**	**1 209 628 385**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2025	31 dez 2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1 455 881 618	1 540 936 098
Pagamentos a fornecedores		(975 891 040)	(1 027 194 422)
Pagamentos ao pessoal		(306 370 617)	(278 210 344)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10 932 643)	(19 182 084)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		4 593 612	(51 985 842)
Fluxos das atividades operacionais (1)		**167 280 930**	**164 363 405**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	49	45 944 187	30 356 876
Ativos tangíveis		1 038 039	579 368
Propriedades de investimento		3 112 458	752 176
Subsídios de investimento		10 351 954	10 742 127
Juros e rendimentos similares		2 444 942	5 838 867
Dividendos	49	1 043 179	546 160
Outros		1 375 000	1 375 000
		65 341 791	**50 190 574**
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	49	(33 552 644)	(32 624 311)
Ativos tangíveis		(92 550 327)	(75 946 758)
Ativos intangíveis		(7 981 955)	(11 077 974)
Propriedades de investimento		-	(9 328)
Outros		-	(120 969)
		(134 084 926)	**(119 779 339)**
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(68 743 134)**	**(69 588 765)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		772 043 662	574 228 495
Subsídios e doações		142 872	5 300
		772 186 534	**574 233 795**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(783 793 672)	(556 948 149)
Amortização de contratos de locação financeira		(25 161 692)	(21 274 244)
Juros e gastos similares		(49 323 234)	(54 203 734)
Dividendos pagos e resultados distribuídos	49	(38 343 029)	(30 557 356)
Outros		(500 000)	(500 000)
		(897 121 627)	**(663 483 482)**
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(124 935 094)**	**(89 249 687)**
Efeito cambial (4)		**(7 962)**	**230 091**
Variação de caixa e seus equivalentes (5)=(1)+(2)+(3)+(4)		**(26 405 260)**	**5 755 044**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	**39**	**238 151 683**	**232 396 639**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**39**	**211 746 423**	**238 151 683**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A José de Mello Capital, S.A. ("Empresa" ou "JM Capital"), é uma sociedade anónima, constituída em Portugal em 22 de outubro de 2001, com o NIPC 505 765 640, inicialmente com a denominação SOGEFI II – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A. Tem como atividade principal a prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade e assessoria em recursos humanos, marketing e comunicação e imagem. A sua sede social situa-se em Lisboa, na Av. 24 de Julho, 24, 1200-480 Lisboa.

O Grupo José de Mello ("Grupo") é um dos principais grupos empresariais portugueses, de reconstrução recente, assente numa estrutura acionista estável e de base nacional.

Com uma presença relevante e diversificada na economia, o Grupo desenvolve a sua atividade através de um portefólio de participações em empresas que operam em diferentes setores estratégicos:

Indústria química, energia e tratamento de águas
A Bondalti é o maior operador português na área da indústria química, tendo alargado recentemente a sua atividade aos setores da energia e do tratamento de águas.

Saúde
A CUF é o maior operador privado de cuidados de saúde em Portugal, gerindo uma rede de 44 unidades de saúde – hospitais, clínicas e centros de saúde – presentes em 31 municípios.

Infraestruturas e mobilidade
A Brisa é uma referência nacional e internacional na gestão e exploração de autoestradas em Portugal, assumindo um posicionamento corporativo que liga a era das infraestruturas à era da mobilidade, tendo o cliente no centro da sua atividade.

Vinho
A WineStone é a mais recente plataforma de negócios do Grupo José de Mello, que reforça assim a sua atuação empresarial no setor do vinho.

2. Resumo das principais políticas contabilísticas

2.1 Autorização para emissão das demonstrações financeiras consolidadas

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de maio de 2026 estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Nos termos do artigo 68.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros do Conselho de Administração relativa à aprovação das contas, desde que delibere, de forma fundamentada, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2.2 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram elaboradas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), tal como adotados pela União Europeia (UE). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

2.3 Princípios de consolidação

Empresas controladas
As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo i) detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), ii) se

encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas, é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam (Nota 22). Esta rubrica corresponde à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não direta, ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da perda do respetivo controlo.

As transações, os saldos significativos e os dividendos distribuídos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Quando aplicável, as demonstrações financeiras das empresas controladas podem ser ajustadas extracontabilisticamente, de forma a refletir as políticas contabilísticas do Grupo, antes de poderem ser integradas.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas.

Interesses que não controlam

Os interesses que não controlam são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo correspondente justo valor dos ativos e passivos das entidades controladas que não são direta ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo na data de aquisição de controlo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Alterações nos interesses detidos pelo Grupo em entidades controladas que não resultem na perda do controlo sobre as mesmas são contabilizadas como transações de capital próprio. Os valores contabilísticos dos interesses detidos pelo Grupo e por interesses que não controlam são ajustados para refletir alterações dos seus interesses relativos (percentagem detida no controlo) detidos nas mesmas. Qualquer diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlem e o justo valor recebido ou pago é reconhecido diretamente em resultados transitados e atribuído aos detentores do Grupo.

Quando o Grupo perde o controlo de uma entidade, um ganho ou uma perda são reconhecidos em resultados, calculados pela diferença entre i) a soma do justo valor recebido e o justo valor de qualquer interesse retido na entidade e ii) o valor líquido contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e passivos daquela entidade e quaisquer interesses que não controlam. Todos os montantes previamente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados em relação àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse desreconhecido os correspondentes ativos ou passivos da subsidiária (*i.e.*, reclassificando-os para resultados).

Empresas associadas

Empresas associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou variações de capital, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas no valor do investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício em que são apuradas na rubrica Resultados relativos a empresas associadas.

Os gastos diretamente atribuíveis à transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é feita uma avaliação dos investimentos em associadas, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na associada, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas associadas na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Concentração de atividades empresariais e *goodwill*

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, enquadrados no âmbito da IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais, são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica *Goodwill* ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas, conforme aplicável.

O *goodwill* de empresas subsidiárias sediadas no estrangeiro, bem como os ajustamentos de justo valor dos ativos e passivos na data de aquisição da subsidiária, encontram-se registados na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Ajustamentos de conversão cambial.

O valor do *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de *goodwill* constatadas no exercício são registadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício na rubrica Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas, excetuando no caso do *goodwill* implícito nos investimentos em associadas.

Nas situações em que as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, sejam negativas, as mesmas são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

Decorrente da exceção prevista na IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, o Grupo adotou as disposições da IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2006. O *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para as IFRS foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e objeto de análise de imparidade anualmente.

Outros investimentos

Os Outros investimentos relativos a instrumentos de capital não cotado, cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, encontram-se reconhecidos pelo respetivo custo de aquisição.

2.4 Moeda de apresentação e transações em moeda diferente

As presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se apresentadas em euros (EUR), sendo esta a moeda funcional e de relato do Grupo. Os montantes estão arredondados às unidades, pelo que os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais.

As transações em moedas diferentes do euro são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração consolidada da posição financeira,

foram registadas como rendimentos (se positivas) ou gastos (se negativas) na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo histórico são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor à data da transação. Os ativos e passivos não monetários mensurados ao justo valor são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor à data em que o justo valor é determinado.

Na conversão das demonstrações financeiras consolidadas de entidades com moeda funcional diferente da moeda de apresentação do Grupo, são aplicados os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data das demonstrações financeiras consolidadas;
- Os rendimentos e gastos são convertidos à taxa de câmbio média do período, exceto quando esta não seja uma aproximação razoável das taxas em vigor nas datas das transações, caso em que são utilizadas as taxas dessas datas;
- Os fluxos de caixa são convertidos à taxa de câmbio média do período, exceto quando esta não seja uma aproximação razoável das taxas em vigor nas datas das transações;
- As diferenças de conversão resultantes são reconhecidas em outro rendimento integral e acumuladas numa componente separada do capital próprio.

No caso de entidades localizadas em economias hiperinflacionárias, as demonstrações financeiras consolidadas são previamente reexpressas de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, sendo posteriormente convertidas utilizando a taxa de câmbio em vigor à data das demonstrações financeiras consolidadas, conforme previsto na IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos e passivos expressos em Kwanza angolano (AOA), foram convertidos para EUR utilizando as taxas de câmbio de fecho de 1 EUR = 1 069,52 AOA e 1 EUR = 1 072,80 AOA, respetivamente.

2.5 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos outros investimentos e dos instrumentos financeiros, que são mensurados ao justo valor, e dos empréstimos obtidos, que são mensurados ao custo amortizado, através da utilização do método do juro efetivo.

2.6 Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis em todos os seus aspetos materialmente relevantes com as do exercício anterior; para tal foi efetuada uma correção ao *goodwill* (resultante da aquisição do Grupo Aguas Alfaro, SL) e a reclassificação de um ativo.

Quando o Grupo efetua uma alteração de política contabilística, uma correção de um erro ou a reclassificação de um item, é apresentada uma demonstração consolidada da posição financeira adicional em referência ao início do exercício comparativo mais antigo apresentado.

Em maio de 2021, a Bondalti Capital adquiriu a Grupo Aguas Alfaro, SL e o preço de aquisição foi fixado em 10 milhões de euros, dos quais 2 milhões de euros seriam pagos de forma diferida. Ao preço de aquisição seria adicionada uma quantia até 1,591 milhões de euros, a pagar até 31 de dezembro de 2023, a qual estaria contingente do desfecho de certas situações. Entretanto, no exercício de 2022 a Bondalti Capital cedeu, na sua totalidade, toda a sua posição no contrato de aquisição da Grupo Aguas Alfaro, SL à Bondalti Water Solutions, S.A. Na data de aquisição da Grupo Aguas Alfaro, SL, o preço contingente não foi tido em conta na determinação do *goodwill*. Em 2025, o Grupo reconheceu o respetivo preço contingente, reexpressando o *goodwill*, por contrapartida da rubrica Outros credores. O saldo final do *goodwill* da Grupo Águas Alfaro, SL é 5,751 milhões de euros. O saldo a pagar aos ex-acionistas ascende, em 31 de dezembro de 2025, 1,023 milhões de euros, sendo a diferença face ao valor inicial explicada por uma provisão de 567 milhares de euros que motivou a redução do preço contingente.

A Innovano – Materiais Avançados, S.A. apresentava na rubrica Ativos fixos tangíveis o valor de um ativo (pelo montante de 2,2 milhões de euros) constituído por um terreno, um edifício e diversos equipamentos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não se encontrava afeto à sua atividade produtiva e, portanto, deveria ser enquadrado na rubrica Propriedades de investimento; decorrente dessa interpretação foi efetuada a reclassificação desses itens.

Os impactos das situações acima descritas, na demonstração consolidada da posição financeira de 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro de 2024 foram os seguintes:

	31 dez 2024 Reexpresso	Reexpressão	31 dez 2024	1 jan 2024 Reexpresso
Ativos não correntes:				
Goodwill	703 415 323	1 591 000	701 824 323	680 119 237
Ativos intangíveis	57 784 674	-	57 784 674	46 618 184
Direito de uso	123 893 341	-	123 893 341	115 365 246
Ativos fixos tangíveis	837 645 828	(2 234 520)	839 880 348	758 997 942
Propriedades de investimento	17 565 472	2 234 520	15 330 952	15 728 069
Investimentos em associadas	316 214 319	-	316 214 319	300 243 426
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 343 257	-	5 343 257	6 727 204
Ativos biológicos	300 488	-	300 488	-
Ativos por impostos diferidos	15 515 814	-	15 515 814	18 709 192
Outros devedores	3 286 699	-	3 286 699	104 451
Total de ativos não correntes	**2 080 965 215**	**1 591 000**	**2 079 374 215**	**1 942 612 952**
Ativos correntes:				
Inventários	64 095 538	-	64 095 538	65 275 044
Clientes e adiantamentos a fornecedores	158 357 074	-	158 357 074	154 258 002
Outros devedores	28 874 669	-	28 874 669	28 419 184
Ativo por imposto corrente	5 228 347	-	5 228 347	5 868 603
Estado e outros entes públicos	10 322 992	-	10 322 992	8 089 390
Outros ativos correntes	37 604 418	-	37 604 418	32 884 003
Caixa e equivalentes a caixa	245 153 578	-	245 153 578	235 404 919
Total de ativos correntes	**549 636 616**	**-**	**549 636 616**	**530 199 145**
Ativos não correntes detidos para venda	491 476	-	491 476	-
TOTAL DO ATIVO	**2 631 093 307**	**1 591 000**	**2 629 502 307**	**2 472 812 097**
Capital próprio:				
Capital	25 000 000	-	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	5 000 000	-	5 000 000	5 000 000
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	(585 895)	-	(585 895)	(440 674)
Revalorização de ativos fixos tangíveis	60 542 240	-	60 542 240	45 301 062
Resultados transitados	944 696 207	-	944 696 207	874 622 279
Resultado líquido consolidado	81 482 795	-	81 482 795	95 145 076
Capital próprio atribuível a acionistas	**1 116 135 347**	**-**	**1 116 135 347**	**1 044 627 744**
Interesses que não controlam	88 399 602	-	88 399 602	75 964 712
Total do capital próprio	**1 204 534 949**	**-**	**1 204 534 949**	**1 120 592 456**
Passivos não correntes:				
Empréstimos	707 827 249	-	707 827 249	693 617 085
Credores por locações	100 311 630	-	100 311 630	92 392 921
Benefícios aos empregados	2 823 446	-	2 823 446	2 695 248
Provisões	24 204 055	-	24 204 055	19 397 825
Outros credores	11 984 658	-	11 984 658	9 434 522
Passivo por impostos diferidos	30 691 374	-	30 691 374	25 266 482
Instrumentos financeiros derivados	1 171 329	-	1 171 329	862 383
Total de passivos não correntes	**879 013 741**	**-**	**879 013 741**	**843 666 466**
Passivos correntes:				
Empréstimos	169 684 166	-	169 684 166	147 733 042
Credores por locações	26 193 542	-	26 193 542	22 246 387
Fornecedores e adiantamentos de clientes	173 128 673	-	173 128 673	167 644 817
Passivos por imposto corrente	8 399 775	-	8 399 775	23 413 306
Estado e outros entes públicos	12 238 283	-	12 238 283	11 602 420
Outros credores	37 467 578	1 591 000	35 876 578	30 289 396
Outros passivos correntes	120 432 601	-	120 432 601	105 623 806
Total de passivos correntes	**547 544 617**	**1 591 000**	**545 953 617**	**508 553 175**
TOTAL DO PASSIVO	**1 426 558 358**	**1 591 000**	**1 424 967 358**	**1 352 219 641**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**2 631 093 307**	**1 591 000**	**2 629 502 307**	**2 472 812 097**

3. Novas normas IFRS adotadas e a adotar

3.1 Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis ao exercício de 2025

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Norma / Interpretação		Data de eficácia
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade - A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. A IAS 21 inclui orientações sobre a taxa de câmbio a utilizar quando a falta de permutabilidade entre duas moedas é temporária, mas é omissa quando se verifica a falta de permutabilidade por um longo período.	Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo. Esta alteração não é de aplicação retrospetiva, devendo o impacto da transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação) na data da primeira aplicação.	1 de janeiro de 2025
Exemplos ilustrativos das normas IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37: Divulgações de incertezas nas demonstrações Financeiras - Para promover maior consistência e transparência, o IASB desenvolveu exemplos ilustrativos que clarificam a aplicação dos requisitos de divulgação relativos à existência de incertezas, subjacentes à aplicação de diversas normas. Os exemplos foram desenvolvidos para divulgar o impacto de incertezas associadas a riscos climáticos, mas são também	aplicáveis a outras situações. Os exemplos referem-se a divulgações relacionadas com: i) julgamentos efetuados sobre materialidade; ii) desagregação da informação financeira; iii) risco de crédito; iv) pressupostos utilizados; v) pressupostos utilizados na determinação do valor recuperável; e vi) Incertezas relativas a provisões para desmantelamento e restauro.	Não tem. Recomendada para o exercício de 2025

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2. Novas normas, alterações ou interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

a) Já endossadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação		Data de eficácia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - As alterações efetuadas referem-se a: (a) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; (b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os *cash flows* contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: i)	ativos financeiros cuja componente de juro corresponde à de um empréstimo básico (*cash flows* contingentes ou associados a metas ESG); ii) ativos com características "sem recurso"; e iii) instrumentos contratualmente associados; (c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e (d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2026
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza - As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Pela sua geração de estar dependente de condições naturais não controláveis, estes	contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida. As alterações incluem: (a) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio"; (b) permissão de classificação como instrumento de cobertura; (c) novos requisitos de divulgação da IFRS 7.	1 de janeiro de 2026
Melhorias Anuais – Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas e têm impacto nas seguintes normas: IAS 1 - Esta melhoria clarifica relativamente à contabilidade de cobertura, que as coberturas já existentes no GAAP anterior têm de ser elegíveis e de cumprir com os critérios de qualificação da IFRS 9 para serem mantidas. Caso contrário tem de ser registada a descontinuação da contabilidade de cobertura. IAS 7 - Esta melhoria refere-se ao alinhamento de designação dos métodos de mensuração dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, com a IAS 27, com a substituição da referência ao "método do custo" (ainda presente na IAS 7), por "custo". IFRS 7 - Estas melhorias pretendem: (a) alinhamento de conceitos entre a IFRS 7 e a IFRS 13, relativamente à designação dos "inputs não observáveis" utilizados na determinação do justo valor; (b) clarificação de que o guia	de implementação não contempla todos os requisitos de divulgação da IFRS 7, entre eles a divulgação do risco de crédito para ativos adquiridos ou originados com perda de imparidade. IFRS 9 - Estas melhorias referem-se: (a) clarificação sobre a aplicação dos princípios do desreconhecimento de um passivo financeiro aos passivos de locação, ou seja, quando os fluxos de caixa contratuais são extintos, com o apuramento da mais ou menos valia em resultados; (b) eliminação da inconsistência com a IFRS 15 relativa ao reconhecimento inicial de uma conta a receber que não tenha uma componente de financiamento significativa, a qual deve ser registada pelo valor estimado do preço, conforme a IFRS 15 e não ao justo valor. IFRS 10 - Esta melhoria refere-se à simplificação da definição de "de facto *agent*" e a exemplificação de uma situação em que essa relação é estabelecida com um investidor.	1 de janeiro de 2026

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação		Data de eficácia
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária - Esta norma especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a sua moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária e estiver a converter os seus resultados e posição financeira para a moeda de apresentação de uma economia	hiperinflacionária; estiver a converter para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação estrangeira cuja moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária. Assim, os resultados e a posição financeira da entidade devem ser convertidos para a moeda de apresentação através da conversão de todos os montantes (ou seja, ativos, passivos, itens de capital próprio, rendimentos e gastos) à taxa de câmbio à vista da data de relato.	1 de janeiro de 2027
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras - A IFRS 18 substitui a IAS 1, e tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável. A demonstração dos resultados passa a ser apresentada em três categorias: operacional, investimento e financiamento, existindo ainda a categoria do imposto sobre o rendimento e das unidades operacionais descontinuadas. Esta estrutura de apresentação por categorias, é assegurada pela obrigação de incluir subtotais como "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos". Em	complemento a estas alterações, a IFRS 18 estabelece ainda requisitos de agregação e desagregação de informação nas demonstrações financeiras principais e nas respetivas notas do anexo. A IFRS 18 introduz, ainda, melhorias aos requisitos de divulgação das medidas de desempenho da gestão, exigindo a divulgação das bases de cálculo dos indicadores incluídos no relatório de gestão e nos comunicados públicos efetuados, bem como a sua reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras ou definidos na IFRS 18 como não sendo medidas de desempenho da gestão.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações - A IFRS 19 tem como objetivo permitir, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas várias IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar, em geral, todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. A redução de divulgações definida pela IFRS 19 abrange a generalidade das IAS/ IFRS, à exceção da IFRS 8 - Segmentos operacionais, da	IFRS 17 - Contratos de seguro e da IAS 33 - Resultados por ação. São consideradas elegíveis as entidades que: i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Alteração aos requisitos de divulgação – Na prossecução do objetivo de simplificar os requisitos de divulgação aplicáveis às subsidiárias que não estão sujeitas à prestação pública, a IFRS 19 foi alterada para incluir a	redução de requisitos de divulgação relativamente a novas normas e alterações às normas decorrentes de projetos que se encontravam em curso ou em fase de conclusão, à data da sua publicação.	1 de janeiro de 2027

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo ainda não concluiu o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela não adoção antecipada. Contudo, não se espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

3.3. Alterações de políticas, estimativas e erros

Exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretações ou das suas alterações que entraram em vigor para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2024, com impactos na posição financeira consolidada ou no resultado consolidado das operações, nem foram detetados erros ou omissões materiais, relativos a exercícios anteriores.

4. Julgamentos contabilísticos significativos, estimativas e pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, bem como os seus rendimentos e gastos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento, na experiência de eventos passados e/ou recorrentes e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

Análise de imparidade do *goodwill*

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis à data da aquisição. O *goodwill* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para realização dos testes de imparidade.

O *goodwill* não é amortizado, sendo abatidas ao seu valor as respetivas perdas por imparidade, determinadas anualmente, na data de reporte, ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda de valor (imparidade) é registada no resultado do exercício, e não pode ser revertida subsequentemente.

Os testes de imparidade são efetuados através do cálculo do valor de negócio (EV), utilizando o método dos Fluxos de Caixa Descontados (DFC). A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada UGC e a aplicação de uma taxa de desconto adequada, que reflita o risco associado ao negócio; para este efeito são preparadas projeções aprovadas pelo Conselho de Administração, com base nos orçamentos e planos de negócio.

Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma UGC são calculados com inclusão do respetivo *goodwill*.

Vida útil de ativos tangíveis, intangíveis, direito de uso e propriedades de investimento

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e é revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

Custos de desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento são capitalizados quando satisfazem os critérios de reconhecimento estabelecidos na IAS 38 – Ativos Intangíveis, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 25.

Na determinação das quantias a capitalizar, são efetuados julgamentos significativos e estimativas, nomeadamente no que respeita aos fluxos de caixa futuros esperados a gerar pelo projeto, às taxas de desconto aplicáveis e ao período durante o qual se espera que o ativo produza benefícios económicos. Estas estimativas são revistas periodicamente e os ativos de desenvolvimento são sujeitos a testes de imparidade sempre que existam indícios de perda de valor.

Revalorização de ativos

A categoria de Imóveis Afetos a Serviços de Saúde de unidades hospitalares (IASS) e os Terrenos do segmento da Atividade Imobiliária (TAI), incluídos em Ativos fixos tangíveis são, à data da demonstração consolidada da posição financeira, valorizados pela sua quantia escriturada, revalorizada com base em avaliações efetuadas por entidades externas independentes, através do método do rendimento e do custo de reposição. Quando, à data da demonstração consolidada da posição financeira, o justo valor dos IASS e dos TAI não seja

fiavelmente mensurável, os mesmos são valorizados ao custo até que o seu justo valor possa ser fiavelmente mensurável.

Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo da locação.

O Grupo não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer que seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições do financiamento. Com efeito, o Grupo estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado a que tem acesso.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expectativa da gestão em permanecer no contrato de locação. O Grupo avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Hospitais e clínicas – o Grupo avalia a possibilidade de exercer com "uma certeza razoável a opção de prorrogação" da locação deste tipo de ativos, quando a mesma exista. Nesse sentido, e tendo em consideração o crescimento do Grupo e a crescente necessidade de expandir, o Grupo nem sempre possui uma certeza razoável de que estes contratos de locação serão renovados no final do prazo inicial;
- Outros imóveis – para esta categoria, o Grupo analisa contrato a contrato e, em caso de existência de uma cláusula de opção de renovação, é aferida a razoabilidade e a expectativa de renovar o contrato;
- Equipamentos e viaturas – este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

Imparidade de contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos ao longo de um período de cinco anos, ajustada por fatores prospetivos específicos identificados pelo Grupo como os mais adequados a cada grupo de clientes, com características e histórico de incumprimentos semelhantes. Adicionalmente, o Grupo tem em consideração os seguintes aspetos:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em insolvência.

Imparidade de ativos não correntes

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor de uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a pressupostos julgamentais, nomeadamente:

- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além do período explícito de projeção;
- Taxa de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

Impostos sobre o rendimento e impostos diferidos

A determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento e impostos diferidos requer o exercício de julgamento e está sujeito a interpretações. Diferentes interpretações poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

Somente são reconhecidos impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual possam ser utilizados.

Reconhecimento e mensuração de provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade, para a qual o Grupo recorre, sempre que necessário, a peritos especialistas nas matérias em apreço.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por alterações dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Provisões contratuais

As provisões contratuais respeitam a provisões reconhecidas para fazer face a responsabilidades relativas ao término dos contratos de gestão do Hospital de Vila Franca de Xira e do Hospital de Braga.

Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. ("Escala Vila Franca")

Decorrem nesta data processos de conferência com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2020 do Estabelecimento Hospital de Vila Franca.

Relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2020, encontrava-se em curso, à data de fecho, o processo de encerramento de apuramento da produção real, sendo que o mesmo já deveria ter sido concluído em junho de cada ano seguinte, respetivamente.

O Conselho de Administração do Grupo CUF entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, no âmbito daquelas provisões e perdas por imparidade, sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.

Provisões para desmantelamento e restauro

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauração do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos; e
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Benefícios pós-emprego

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos a alguns dos antigos e atuais colaboradores do Grupo Bondalti é efetuada anualmente, com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios a empregados são atribuídos e incluem, entre outros:

- Taxa de Crescimento Salarial, Taxa de Rendimento do Fundo e Taxa Técnica de Juro;
- Tábuas de mortalidade disponíveis para o público de Portugal; e
- Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas de Portugal.

Alterações nos pressupostos podem ter um impacto relevante nas responsabilidades.

Continuidade das operações

O Grupo teve em atenção os resultados atingidos e entende que as medidas em vigor e as que estão a ser tomadas ao nível da libertação de meios operacionais (por redução de consumos e aumento de produtividade) são suficientes para garantir o normal funcionamento da atividade em 2026, bem como o cumprimento dos prazos de reembolso de dívida contratualmente estabelecidos, não estando, por conseguinte, posta em causa a continuidade das operações.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras, incluindo a informação dos eventos subsequentes (Nota 55). No entanto, dado o número de fatores qualitativos envolvidos, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas são registadas em resultados de forma prospetiva, em conformidade com o disposto no IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

5. Perímetro de consolidação

5.1. Empresas consolidadas

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

Empresa	Sede	31 dez 2025		31 dez 2024
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
Serviços comuns e outros:				
JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A. ("JM Capital")	Lisboa		Empresa-mãe	
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
José de Mello Ventures, S.A. (a.)	Lisboa	100,00%	100,00%	-
Infra-estruturas:				
José de Mello - Investimentos, S.A. ("JM Investimentos") (b.)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Saúde:				
CUF, S.A. ("CUF") e subsidiárias ("Grupo CUF")	Carnaxide	65,85%	65,85%	65,85%
CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("CUF SGPS")	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
CUF - Serviços de Saúde, Administrativos e Operacionais, ACE	Carnaxide	65,85%	100,00%	99,98%
CUF - Gestão de Clientes e de Serviços de Saúde, S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Academia CUF, Sociedade Unipessoal Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Açores, S.A.	S.Miguel	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Cascais, S.A. (c.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Coimbra, S.A. (d.)	Coimbra	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Descobertas, S.A. (e.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Santarém, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Porto S.A. (f.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Tejo, S.A. (g.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Torres Vedras, S.A. (h.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Viseu, S.A. (i.)	Viseu	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica CUF Alvalade S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica CUF Belém S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica Dr. Luís Álvares S.A. (g.)	Lisboa	-	-	100,00%
HD Medicina Nuclear, S.A.	Lisboa	46,09%	70,00%	70,00%
CENES - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Centro Logístico CUF, Unipessoal Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda. (i.)	Viseu	-	-	100,00%
Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, S.A. (j.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
SIMPLYGREEN - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospimob - Imobiliária, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
CUF – Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Digihealth, S.A.	Carnaxide	57,95%	88,00%	88,00%
IMO SAG Investimentos Imobiliários, S.A. (k.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A. (l.)	Porto	52,68%	80,00%	80,00%
Cliave – Clínica do Vale do Ave, Lda.	Porto	65,85%	100,00%	54,00%
Clínicas Expresso, Lda. (l.)	Porto	-	-	70,00%
Expresso à Noite – Serviços Médicos de Urgência Lda. (l.)	Porto	-	-	76,56%
Clínica Médico – Cirúrgica Nossa Senhora da Guia Lda. (l.)	Porto	-	-	80,00%
Medentine – Medicina Dentária, Lda.	Porto	65,85%	100,00%	85,00%
CUF Arrifana de Sousa, S.A. (m.)	Penafiel	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica Nossa Senhora do Bom Despacho S.A. (m.)	Penafiel	-	-	100,00%
Centro Cardiológico Pedro Bernardo Almeida Lda. (m.)	Penafiel	-	-	100,00%
Clínica Médico - Cirúrgica do Marco de Canaveses, S.A. (m.)	Penafiel	-	-	100,00%
MultiCMAS, Lda.	Penafiel	39,51%	100,00%	100,00%
Centros de Saúde CUF, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A. (n.)	Lisboa	65,85%	100,00%	70,00%

Empresa	Sede	31 dez 2025 % efetiva	31 dez 2025 % de controlo	31 dez 2024 % de controlo
Imobiliário:				
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A. ("JMRS") e subsidiárias ("Grupo JM Residências") (o.)	Lisboa	100,00%	100,00%	69,58%
S.P.S.R. - Sociedade Portuguesa de Serviços Residenciais, SGPS, S.A. ("SPSR") (p.)	Lisboa	100,00%	100,00%	-
Burkina - Sociedade Imobiliária, S.A. ("Burkina") (p.)	Lisboa	100,00%	100,00%	70,00%
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A. (JM Imobiliária) e subsidiárias ("Grupo JM Imobiliária")	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Comitur Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.	Sesimbra	66,67%	66,67%	66,67%
Indústria química:				
Bondalti Capital, S.A. ("Bondalti") e subsidiárias ("Grupo Bondalti")	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Chemicals, S.A. ("B. Chemicals")	Estarreja	100,00%	100,00%	100,00%
Elnosa - Eletroquímica del Noroeste, S.A.	Pontevedra	100,00%	100,00%	100,00%
Nutriquim - Produtos Químicos S.A.	Barreiro	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Cantábria, S.A.	Torrelavega	100,00%	100,00%	100,00%
Miralcalis - Activos de Produção de Cloro, S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Innovnano - Materiais Avançados, S.A.	Coimbra	100,00%	100,00%	100,00%
Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Water Solutions, S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti H2, S.A. ("Bondalti H2")	Estarreja	100,00%	100,00%	100,00%
Enkrott, Gestão e Tratamento de Águas S.A.	Sintra	100,00%	100,00%	100,00%
Enkrott Madeira - Gestão e Tratamento de Águas, Unipessoal, Lda.	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%
Enkrott África - Gestão e Tratamento de Águas, Lda.	Luanda	80,00%	80,00%	80,00%
Enkrott España, S.L.U. (q.)	Barcelona	-	-	100,00%
Grupo Aguas Alfaro, S.L.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Agua, Energia y Medioambiente, Servicios Integrales, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Laboratorios Alfaro, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Aguas Rioja Medioambiente, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Agua, Gestion y Tratamientos, Servicios Integrales, S.L. ("AEMA")	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Ibérica, S.L.U.	Barcelona	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Cloro, S.A.	Estarreja	100,00%	100,00%	100,00%
Indústria de refinação:				
Lifthium Energy Capital, S.à r.l.	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%
Lifthium Energy, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Lifthium Energy Cantabria, S.A.	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%
Lift One Capital, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Lift One, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Vinho:				
JMCWSG, S.A. e subsidiárias ("WineStone Group")	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta do Retiro Novo, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Arraiolos	100,00%	100,00%	100,00%
Ravasqueira Bio, Unipessoal Lda.	Arraiolos	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda.	Alenquer	100,00%	100,00%	100,00%

(a.) Em 15 de outubro de 2025, a JM Capital constituiu a José de Mello Ventures, S.A., com o objetivo de, no futuro, concentrar nesta entidade os investimentos em instrumentos de capital e outros ativos financeiros não derivados.

(b.) Em março de 2025, a José de Mello Investimentos, SGPS, S.A. (Zona Franca da Madeira) alterou a sua denominação social para José de Mello - Investimentos, S.A.

(c.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Cascais, S.A., da Clínica CUF São Domingos de Rana, da Clínica CUF Nova SBE e do Hospital CUF Sintra.

(d.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Coimbra, S.A. e da Clínica CUF Leiria.

(e.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Descobertas, S.A. e da Clínica CUF Montijo.

(f.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Porto, S.A., do Hospital CUF Trindade, Instituto CUF e da Clínica CUF São João da Madeira.

(g.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Tejo, S.A., da Clínica CUF Miraflores, da Clínica CUF Almada e da Clínica CUF Barreiro. Inclui ainda a atividade de serviços domiciliários desenvolvida pelo Grupo CUF. Adicionalmente, e com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2025, a empresa Hospital CUF Tejo, S.A. incorporou por fusão a subsidiária Clínica Dr. Luís Álvares, S.A., tendo incorporado por essa via a atividade médica anteriormente desenvolvida por aquela entidade.

(h.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Torres Vedras, S.A. e da Clínica CUF Mafra. No decorrer de 2025, a Clínica CUF Mafra iniciou a sua atividade numa nova localização, representando um alargamento e diversificação da oferta de cuidados de saúde na região Oeste.

(i.) Com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2025, a empresa Hospital CUF Viseu, S.A. incorporou por fusão a subsidiária SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda., tendo incorporado por essa via a atividade médica anteriormente desenvolvida por aquela entidade.

(j.) Em 31 de dezembro de 2025, a sociedade por quotas Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, Lda. passou a ser uma sociedade anónima, com a designação Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, S.A.

(k.) No decurso de 2025, a IMO SAG Investimentos Imobiliários, S.A. (“IMO SAG”) alterou o seu objeto social para compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, permuta e arrendamento de imóveis, remodelação e promoção imobiliária; prestação de serviços relacionados com a atividade; prestação de serviços de gestão, consultoria, operacionais, administrativos na área da saúde e gestão de parques de estacionamento.

(l.) A Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A. (“Preveris“) é acionista de cinco empresas que formam o Grupo Preveris e dedica-se à prestação de cuidados de saúde ocupacional. No decurso de 2025, a Preveris celebrou contratos de compra e venda de ações para a aquisição dos interesses que não controlam remanescentes das ações do capital social das sociedades Clínicas Expresso, Lda., Expresso à Noite - Serviços Médicos de Urgência, Lda. e Clínica Médico-Cirúrgica Nossa Senhora da Guia, Lda. pelo montante de, aproximadamente, 42 mil euros. Com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2025, a Preveris incorporou por fusão as subsidiárias Clínicas Expresso, Lda., Expresso à Noite - Serviços Médicos de Urgência, Lda. e Clínica Médico-Cirúrgica Nossa Senhora da Guia, Lda., tendo incorporado por essa via a atividade médica anteriormente desenvolvida por aquelas entidades.

(m.) A 5 de janeiro de 2024, o Grupo CUF concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa (“Arrifana de Sousa”), detentor de várias unidades de saúde nos concelhos do Tâmega e Sousa já integradas na rede CUF. Ainda em 2024, a Clínica Médica Arrifana de Sousa, S.A. alterou a sua designação social para CUF Arrifana de Sousa, S.A. Com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2025, esta entidade incorporou por fusão as subsidiárias Clínica da Nossa Senhora do Bom Despacho, S.A., Centro Cardiológico Pedro Bernardo Almeida, Lda. e Clínica Médico-Cirúrgica Marco de Canaveses, S.A., tendo incorporado por essa via a atividade médica anteriormente desenvolvida por aquelas entidades.

(n.) Em 30 de abril de 2025, a CUF adquiriu à JMRS e ao Grupo Ageas Portugal, 70% e 30%, respetivamente, do capital social da SPSI, entidade que disponibiliza serviços e soluções à população sénior.

(o.) Em dezembro de 2025, a JM Capital adquiriu, à Farminveste – Investimentos Participações e Gestão, S.A., 30% do capital da JMRS; na mesma data, adquiriu à CUF, 10% dessa entidade passando, assim, a deter a totalidade da JMRS.

(p.) A SPSR foi constituída em 2 de abril de 2025, na sequência de um processo de cisão, tendo-lhe sido afetada a parte do património correspondente à atividade de gestão da participação acionista na Burkina. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, a JMRS adquiriu, à Ageas Portugal Holding, SGPS, S.A., 30% do capital da SPSR, passando a deter 100% do capital desta entidade e, indiretamente, 100% da Burkina.

(q.) A AEMA procedeu à aquisição da Enkrott España, S.L.U., tendo, subsequentemente, operado a sua integração mediante um processo de fusão.

5.2. Empresas associadas

As empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

		31 dez 2025		31 dez 2024
Empresa	**Sede**	**% efetiva**	**% de controlo**	**% de controlo**
MGICAPITAL - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%
Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A. (a.)	Lisboa	16,73%	16,73%	-
Rubicone Bidco, S.A. (a.)	Lisboa	-	-	16,73%
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	22,39%	34,00%	34,00%
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Carnaxide	32,93%	50,00%	50,00%
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	Estarreja	49,90%	49,90%	49,90%
Enkrott Química Cabo Verde (b.)	Cidade da Praia	50,00%	50,00%	50,00%

(a.) Em 19 de dezembro de 2024, a Rubicone MidCo B.V. (“MidCo”) e a JM Investimentos aprovaram um Projeto de Fusão entre a Rubicone BidCo, S.A. (“BidCo”) e a Brisa - Auto Estradas de Portugal S.A. (“Brisa”), no qual a BidCo seria incorporada na Brisa, mediante a transferência global do património da BidCo, incluindo todos os bens, direitos, obrigações e posições contratuais para a Brisa à data de produção de efeitos da fusão, ocorrida em 16 de junho de 2025, que manteve a sua existência jurídica, extinguindo-se a BidCo.
Esta operação de fusão inseriu-se no âmbito de um processo de reorganização do grupo societário e económico, de que faziam parte a Brisa e a BidCo, tendo em vista a racionalização, a simplificação e a transparência da sua estrutura societária. Adicionalmente, produziu efeitos positivos na capacidade de financiamento da Brisa, cujo aumento dos capitais próprios permitiu a implementação do plano estratégico definido, incluindo a expansão internacional, através de concursos para novas concessões e desenvolvimento de outras áreas de negócio.
De acordo com o Projeto de Fusão, as ações representativas do capital da Brisa detidas pela BidCo foram atribuídas aos seus acionistas – MidCo e JM Investimentos – passando estas duas sociedades a ser as acionistas da Brisa, na mesma proporção das participações anteriormente detidas no capital social da BidCo.

(b.) A sociedade Enkrott Química Cabo Verde encontra-se praticamente sem atividade nos últimos anos.

6. Alterações no perímetro de consolidação e concentrações empresariais

6.1. Operações em 2025

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, respeitaram essencialmente a:

S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A.
No final do exercício de 2024, foi desencadeada, no seio do Grupo JM Residências, um processo de reestruturação cuja concretização ocorreu em 2 de abril de 2025. Este projeto consistiu na realização de uma operação de cisão simples, que separou em duas áreas distintas as atividades desenvolvidas pela S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A. ("SPSI"): a atividade de apoio e assistência a idosos manteve-se na SPSI; a atividade de gestão da participação acionista na Burkina – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Burkina") foi destacada do património, constituindo-se uma nova sociedade, a S.P.S.R. - Sociedade Portuguesa de Serviços Residenciais, SGPS, S.A. ("SPSR"), que é atualmente a sociedade-mãe da Burkina e cujo exclusivo objeto social consiste na gestão de participações sociais.

Em 30 de abril de 2025, a JMRS e o Grupo Ageas alienaram à CUF, 70% e 30%, respetivamente, do capital social da SPSI, que desta forma, passou a integrar o perímetro de consolidação do subgrupo CUF. Contudo, esta operação não teve impacto na demonstração consolidada da posição financeira, uma vez que a SPSI se manteve no perímetro de consolidação. De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, a diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlam e o justo valor da retribuição paga (1 016 640 euros) pela referida aquisição de 30% da SPSI a uma entidade fora do Grupo, foi reconhecida diretamente nos capitais próprios consolidados.

S.P.S.R. - Sociedade Portuguesa de Serviços Residenciais, SGPS, S.A.
Conforme referido no ponto anterior, em resultado da operação de cisão, foi constituída em 2 de abril de 2025 a S.P.S.R. - Sociedade Portuguesa de Serviços Residenciais, SGPS, S.A. ("SPSR"), que é atualmente a sociedade-mãe da Burkina e cujo exclusivo objeto consiste na gestão de participações sociais. Dado que o património global das duas sociedades se manteve intacto, desta operação de cisão não decorreu qualquer impacto para a demonstração consolidada da posição financeira.

Posteriormente, em 30 de abril de 2025, o Grupo Ageas alienou à JMRS 30% do capital social da SPSR. De acordo com a IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, foi reconhecido em resultados transitados no capital próprio consolidado o valor resultante da diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlam e o justo valor pago (5 983 360 euros) pela referida aquisição de 30% da SPSR.

José de Mello - Residências e Serviços, SGPS, S.A.
Em 19 de dezembro de 2025, a JM Capital, que detinha 63% do capital social JMRS, adquiriu à CUF, S.A. e à Farminveste – Investimentos Participações e Gestão, S.A. as participações por estas detidas (10% e 27%, respetivamente), passando a deter a totalidade do respetivo capital social da JMRS.
Cumprindo com as normas e procedimentos de consolidação, a mais-valia apurada pela CUF (661 milhares de euros) na alienação da participação de 10% foi eliminada no processo de consolidação; a diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlam e o justo valor pago (4 424 490 euros) pela aquisição de 27% da JMRS foi reconhecida em resultados transitados no capital próprio consolidado.

6.2. Entradas em 2024

Subsidiária	Sede social	Data de aquisição	Percentagem do capital detido	
			Efetiva	Controlo
CUF Arrifana de Sousa, S.A. (a.)	Penafiel	jan/2024	65,85%	100,00%
Clínica Nossa Senhora do Bom Despacho, S.A. (a.)	Penafiel	jan/2024	-	100,00%
Centro Cardiológico Pedro Bernardo de Almeida, Lda. (a.)	Penafiel	jan/2024	-	100,00%
Clínica Médico - Cirúrgica do Marco de Canaveses, S.A. (a.)	Penafiel	jan/2024	-	100,00%
MultiCMAS, Lda. (a.)	Penafiel	jan/2024	39,51%	100,00%
Centros de Saúde CUF, S.A. (b.)	Lisboa	out/2024	65,85%	100,00%
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. (c.)	Lisboa	jan/2024	100,00%	100,00%

(a.) A 5 de janeiro de 2024, a CUF concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa ("Arrifana de Sousa"), detentor de várias unidades de saúde nos concelhos do Tâmega e Sousa. Estas novas unidades incluem um hospital em Penafiel e seis clínicas, que dispõem de mais de 30 especialidades médicas e cirúrgicas e de uma oferta alargada de serviços clínicos. No final de 2024, e empresa alterou a designação social para CUF Arrifana de Sousa, S.A..

(b.) Em outubro de 2024, a CUF adquiriu a miMed – Cuidados de Saúde, S.A. ("miMed"), uma rede de 13 clínicas especializada em consultas de Medicina Geral e Familiar, Medicina Ocupacional, Medicina Dentária, Psicologia, Nutrição e cuidados de Enfermagem. No final de 2024, a empresa alterou a designação social para Centros de Saúde CUF, S.A.

(c.) Em janeiro de 2024, no âmbito da implementação de um plano estratégico de desenvolvimento das suas atividades no setor vitivinícola, a JMCWSG, S.A. adquiriu a totalidade do capital social da Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. ("Quinta de Pancas"). A operação abrangeu a compra da sociedade e de todos os seus ativos e passivos.

Nas respetivas datas de aquisição, o justo valor dos ativos e passivos adquiridos era como se segue:

	Arrifana de Sousa	miMed	Quinta de Pancas	Total
Ativos líquidos adquiridos:				
Ativos intangíveis	45 334	-	258 580	303 914
Direito de uso	1 703 670	2 474 008		4 177 678
Ativos fixos tangíveis	14 438 375	2 297 804	790 343	17 526 521
Investimentos financeiros	9 810	-	4 238	14 048
Ativos financeiros disponíveis para venda	56 530	-	125	56 655
Ativos por impostos diferidos	962 807	30 032	-	992 840
Ativos biológicos	-	-	399 125	399 125
Inventários	119 758	55 836	544 331	719 925
Clientes e adiantamentos a fornecedores	3 165 038	50 604	35 040	3 250 683
Outros devedores	27 512	388 310	-	415 822
Ativo por imposto corrente	220 117	-	-	220 117
Estado e outros entes públicos	4 871	3 372	-	8 243
Outros ativos	557 900	172 426	-	730 327
Caixa e equivalentes a caixa	1 966 549	462 598	26 979	2 456 125
Empréstimos	(10 089 431)	-	(1 714 655)	(11 804 086)
Credores por locações	(1 707 055)	(2 615 938)	-	(4 322 993)
Provisões	-	(46 000)	-	(46 000)
Passivo por impostos diferidos	(411 997)	-	-	(411 997)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	(574 738)	(262 497)	(127 101)	(964 336)
Passivo por imposto corrente	-	(13 206)	-	(13 206)
Estado e outros entes públicos	(163 385)	(148 363)	(25 977)	(337 725)
Outros credores	(158 854)	(74 348)	-	(233 202)
Outros passivos	(1 773 688)	(965 837)	(234 381)	(2 973 907)
Capital Próprio adquirido	**8 399 124**	**1 808 800**	**(43 353)**	**10 164 571**
Percentagem de participação	100,00%	100,00%	100,00%	
Goodwill (Nota 18)	15 086 209	3 824 541	997 973	
Interesses que não controlam	262 090	-	-	
Valor de aquisição	**23 223 242**	**5 633 341**	**954 620**	

O Grupo adquiriu o controlo do Grupo Arrifana de Sousa e da Quinta de Pancas em janeiro de 2024 e da miMed em outubro de 2024. Assim, os resultados incluídos na consolidação, compreendem o período de doze e dois meses, respetivamente, ocorrido após as datas das referidas transações.

6.3. Saídas em 2024

Nos primeiros dias de janeiro de 2024, foi concretizada a alienação da participada Renoeste – Valorização de Recursos Naturais, S.A., num negócio que englobou a venda da totalidade dos imóveis e ativos, bem como a contratação dos trabalhadores e a cessão da posição contratual no contrato de concessão que a empresa mantinha com o Estado Português.

A saída desta entidade do perímetro de consolidação teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Renoeste – Valorização de Recursos Naturais, S.A.
Ativos fixos tangíveis	715 993
Ativos por impostos diferidos	410 817
Clientes e adiantamentos a fornecedores	13
Estado e outros entes públicos	109 679
Outros devedores	168
Outros ativos	1 736
Caixa e equivalentes a caixa	75 343
Provisões	(55 964)
Passivo por imposto corrente	(1 010)
Fornecedores	(13 115)
Estado e outros entes públicos	(1 678)
Outros passivos	(7 725)
Capital Próprio alienado	**1 234 255**
Percentagem de participação	100,00%
Mais-valia (Nota 11)	1 823 745
Valor de venda	**3 058 000**
Liquidação por meios monetários (Nota 43.3)	1 558 000
Valor a receber (Nota 33)	1 500 000

6.4. Outras operações

Digihealth e Haspac

No dia 6 de novembro de 2007, o Ministério da Saúde denunciou o contrato de concessão com a sociedade Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. ("HAS"), atualmente denominada Digihealth, S.A. ("Digihealth"), que geria o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, razão pela qual esta atividade foi descontinuada. Consequentemente, a atividade de uma outra empresa do Grupo (participada diretamente pela Digihealth), a HASPAC - Patologia Clínica, S.A. ("Haspac"), que explorava em regime exclusivo o Serviço de Patologia Clínica da Digihealth, foi, igualmente, descontinuada.

Na impossibilidade de chegar a acordo com a ARSLVT sobre o fecho de contas de 2004 a 2008 e sobre a compensação devida pela transmissão dos bens que integravam o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E., o Grupo promoveu uma arbitragem *ad hoc* (processo arbitral n.º 25/2009/AHC/AVS), que decorreu entre janeiro de 2010 e janeiro de 2013.

No âmbito da mesma, o Tribunal Arbitral proferiu, em 12 de dezembro de 2012, um Acórdão condenando a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT) a pagar à Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. a importância de 18 123 526 euros, acrescida de juros. Apesar de condenada e de interpelada para o efeito, a ARSLVT nunca pagou qualquer montante, tendo a ARSLVT instaurado uma ação de anulação do Acórdão Arbitral, que correu termos no Tribunal Central Administrativo Sul.

Nesse sentido, no final do primeiro semestre de 2014, a Digihealth concluiu que os diversos esforços de cobrança junto da ARSLVT não estavam a produzir os resultados desejados. Por esse motivo, e com o objetivo de satisfazer, ainda que parcialmente, as responsabilidades contraídas junto dos seus credores, a Digihealth sondou o mercado e logrou encontrar uma entidade – a Finanfarma - Sociedade de Factoring, S.A., sociedade controlada por uma entidade relacionada – disposta a celebrar um contrato de *factoring* e a pagar uma verba (15 milhões de euros) pela aquisição do crédito da Digihealth sobre a ARSLVT, e que implicou o recurso a um Processo Especial de Revitalização (PER). A estratégia preconizada pela Digihealth mereceu a concordância de uma larga maioria de credores (74,46%) representativos do seu passivo. Em 1 de agosto de 2014, a Digihealth iniciou um PER tendo sido aprovado por 84% dos credores e, posteriormente, homologado pelo Tribunal de Comércio de Lisboa, em 5 de março de 2015.

Após a celebração do Acordo com a Finanfarma - Sociedade de Factoring, S.A, e após o recebimento das

verbas, a Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. deu início ao rateio pelos credores, ao que se seguiram mais dois rateios decorrentes de reembolsos recebidos da Autoridade Tributária referentes a processos de impugnação judicial.

No dia 4 de novembro de 2025, decorridos longos anos de diversas questões processuais interpostas pela ARSLVT no Processo n.º 1799/14.2TYLSB, que correu termos no Tribunal de Comércio de Lisboa, Juiz 4, foi celebrada uma transação judicial resultante do acordo entre a ARSLVT e a Associação Nacional de Farmácias (ANF), traduzido no efetivo pagamento da contrapartida variável no valor de 4 milhões de euros.

No dia 2 de dezembro de 2025, a Associação Nacional de Farmácias procedeu ao pagamento do remanescente de 4 milhões de euros à Digihealth, nos termos do acordo de cessão de créditos celebrado e previamente aprovado pelos credores, tendo a Digihealth dado início ao processo do 4.º rateio a Credores.

Pese embora se tenha obtido o apoio de diversos credores (47,98%) representativos do passivo da Haspac, a verdade é que não foi possível alcançar a maioria qualificada de 67% que permitisse efetuar um acordo de credores. Neste contexto, a Administração da Haspac viu-se forçada a avançar com um pedido de apresentação voluntária à insolvência junto do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, tendo sido decretada insolvente no dia 19 de fevereiro de 2015 e nomeado o Administrador de Insolvência, ainda em funções.

À semelhança de exercícios anteriores, foi considerado pelo Grupo CUF que não se verifica um controlo efetivo da subsidiária Haspac, pelo que a mesma foi excluída do perímetro de consolidação.

No que respeita à subsidiária Digihealth, o Conselho de Administração desenvolveu a sua atividade de acordo com o enquadramento e os compromissos assumidos com os credores, nomeadamente o Processo Especial de Revitalização (PER). Este processo limita a atuação da Administração à realização de ativos com o único propósito de liquidar os passivos relativos aos credores reconhecidos no âmbito do PER.

Não obstante, após o trânsito em julgado da sentença homologatória do PER, a Digihealth manteve-se em atividade e com um novo objeto social, alteração essa concretizada em Assembleia Geral de Acionistas, a qual também teve a concordância da comissão de credores da mesma.

Exceto quanto à utilização dos eventuais ativos recuperáveis, cujo destino será a liquidação das responsabilidades que se materializem na parte vendida dos ativos financeiros efetivamente recuperados, o Grupo CUF entende que detém o controlo efetivo sobre a referida entidade, assim como o poder e capacidade de usar esse mesmo poder para afetar o valor dos resultados da nova atividade.

7. Segmentos de negócio

Políticas contabilísticas

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

i. que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
ii. cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade, para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
iii. relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado aos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo. Estes são responsáveis pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

Tal como preconizado na IFRS 8 - Segmentos Operacionais, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados no modelo interno de informação de gestão. A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração aloca recursos ao segmento, avalia o seu desempenho, toma decisões estratégicas e gere e controla os negócios.

Assim, o Grupo apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

- Saúde;
- Indústria química;
- Indústria de refinação de lítio;
- Vinho;
- Outros (inclui Serviços comuns, Imobiliária e Outros serviços).

O segmento Saúde é composto pelo Grupo CUF, que tem como atividade principal a prestação de cuidados de saúde nas seguintes áreas: i) Prestação de cuidados de saúde privados, através da exploração de treze hospitais, quinze clínicas de ambulatório, cinco unidades de imagiologia clínica e treze Centros de Saúde CUF; ii) Setor imobiliário e infraestruturas, que inclui seis

entidades, através da exploração de dezasseis imóveis (gestão e arrendamento de infraestruturas de saúde) e de catorze parques de estacionamento; iii) Medicina no trabalho, que inclui quer unidades que prestam serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, quer unidades que prestam cuidados personalizados de saúde no domicílio; iv) Prestação de serviços a idosos, que inclui a promoção, desenvolvimento, exploração e gestão de estabelecimentos de apoio social a idosos, residências assistidas, condomínios residenciais e residências medicalizadas, a gestão de condomínios e a prestação de serviços vários de apoio ao domicilio, incluindo refeições, limpeza e manutenção; e v) Prestação, além da gestão de participações sociais, de serviços informáticos, de gestão, formação, contabilidade, marketing, consultoria, limpeza e manutenção, aluguer de equipamento médico, de negociação e aprovisionamento. A área de Prestação Pública, anteriormente desenvolvida pelo Grupo CUF, foi considerada uma unidade operacional descontinuada.

O segmento Indústria química é composto pelo Grupo Bondalti, produtor industrial químico que atua em três áreas: i) Área dos Químicos, com produção e comercialização de produtos químicos industriais nos segmentos orgânicos (anilina e derivados) e inorgânicos (cloro-álcalis); ii) Área Imobiliária, atuando na compra e venda de bens imóveis; e, iii) Área de tratamento e reciclagem de águas para consumo humano e industrial, com produção e comercialização de produtos e tecnologias para o tratamento de águas residuais.

O segmento Indústria de refinação de lítio é composto pelo Grupo Lifthium, que tem como objetivo o desenvolvimento de um processo produtivo que visa revolucionar a indústria de refinação de lítio através da implementação de tecnologias sustentáveis e inovadoras, assentes na criação da primeira fábrica de lítio em Portugal e uma das primeiras na Europa.

O segmento Vinho é composto, para além da sociedade holding, por cinco entidades que se dedicam à exploração vitícola de propriedades, à atividade vitivinícola, ao engarrafamento e comercialização de vinhos e, ainda, ao aproveitamento turístico dessas atividades (enoturismo).

O segmento Outros inclui entidades cujas atividades vão desde a prestação de serviços de consultadoria e contabilidade, serviços de negociação centralizada de bens e serviços, e, ainda, atividade imobiliária (promoção e administração de bens imóveis e gestão de investimentos imobiliários e turísticos).

Os resultados de cada segmento (após a eliminação de transações intrasegmento), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram os seguintes (em milhares de euros):

	31 dez 2025						
	Saúde	**Indústria química**	**Indústria de refinação**	**Vinho**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Vendas e prestações serviços	**962 231**	**385 372**	**-**	**24 989**	**8 223**	**(3 076)**	**1 377 739**
Outros rendimentos operacionais	9 758	19 182	8 398	1 112	4 646	7 073	50 169
Outros gastos operacionais	(873 006)	(383 200)	(18 132)	(25 815)	(25 983)	(3 997)	(1 330 133)
Resultado operacional do segmento	**98 983**	**21 353**	**(9 734)**	**286**	**(13 113)**	**0**	**97 775**
Gastos financeiros	(30 119)	(7 532)	(32)	(576)	(14 919)	2 189	(50 988)
Rendimentos financeiros	1 377	2 228	24	6	2 376	(2 189)	3 821
Resultados relativos a associadas	140	188	-	-	29 022	-	29 350
Resultados de atividades de investimento	-	12	-	-	477	-	489
Resultados financeiros	**(28 602)**	**(5 104)**	**(8)**	**(570)**	**16 955**	**0**	**(17 329)**
Resultados antes de impostos	**70 381**	**16 250**	**(9 742)**	**(284)**	**3 842**	**0**	**80 446**
Impostos sobre o rendimento	(19 293)	(255)	(54)	(178)	3 346	-	(16 434)
Resultado das operações descontinuadas	(78)	-	-	-	-	-	(78)
Interesses sem controlo	(17 621)	16	-	-	84	-	(17 522)
Resultado líquido consolidado	**33 389**	**16 010**	**(9 796)**	**(462)**	**7 271**	**0**	**46 412**

	31 dez 2024						
	Saúde	**Indústria química**	**Indústria de refinação**	**Vinho**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Vendas e prestações serviços	**893 269**	**534 733**	**-**	**23 523**	**3 981**	**(1 534)**	**1 453 972**
Outros rendimentos operacionais	13 077	19 640	6 280	637	1 460	(360)	40 735
Outros gastos operacionais	(813 718)	(513 325)	(17 637)	(22 614)	(20 607)	1 909	(1 385 991)
Resultado operacional do segmento	**92 628**	**41 049**	**(11 356)**	**1 547**	**(15 166)**	**15**	**108 716**
Gastos financeiros	(35 521)	(6 027)	(34)	(709)	(15 653)	3 096	(54 848)
Rendimentos financeiros	1 901	4 258	4	8	3 983	(3 111)	7 045
Resultados relativos a associadas	46	361	-	-	42 681	-	43 088
Resultados de atividades de investimento	(1)	-	-	-	(343)	0	(344)
Resultados financeiros	**(33 575)**	**(1 408)**	**(29)**	**(700)**	**30 668**	**(15)**	**(5 059)**
Resultados antes de impostos	**59 054**	**39 641**	**(11 386)**	**846**	**15 502**	**0**	**103 657**
Impostos sobre o rendimento	(15 242)	941	(25)	(270)	7 645	-	(6 951)
Resultado das operações descontinuadas	(170)	-	-	-	-	-	(170)
Interesses sem controlo	(15 065)	23	-	-	(11)	-	(15 053)
Resultado líquido consolidado	**28 577**	**40 604**	**(11 411)**	**577**	**23 135**	**0**	**81 483**

As transações intrasegmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Os ativos e passivos dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, eram como segue (em milhares de euros):

	31 dez 2025						
	Saúde	**Indústria química**	**Indústria de refinação**	**Vinho**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Goodwill	94 630	24 815	-	9 435	574 809	-	703 688
Ativos intangíveis	54 310	13 277	-	2 929	250	-	70 765
Direito de uso	98 624	15 918	448	2 796	642	-	118 427
Ativos fixos tangíveis	653 388	166 650	949	14 994	40 979	-	876 960
Clientes e adiantamentos a fornecedores	82 689	60 648	3	4 782	449	(368)	148 204
Caixa e equivalentes a caixa	105 125	37 619	760	3 257	90 539	-	237 299
Outros ativos	88 404	110 564	5 409	21 322	625 096	(365 444)	485 351
Ativos relativos aos segmentos	**1 177 170**	**429 490**	**7 569**	**59 515**	**1 332 762**	**(365 812)**	**2 640 696**
Empréstimos e credores por locação	628 121	109 700	466	12 838	323 454	(68 432)	1 006 147
Fornecedores e adiantamentos de clientes	106 189	52 347	1 040	3 697	508	(319)	163 461
Outros passivos	442 861	267 444	6 063	42 980	1 008 801	(1 506 689)	261 460
Passivos relativos aos segmentos	**1 177 170**	**429 490**	**7 569**	**59 515**	**1 332 762**	**(1 575 440)**	**1 431 067**

	31 dez 2024						
	Saúde	**Indústria química**	**Indústria de refinação**	**Vinho**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Goodwill	94 357	23 224	-	9 435	574 809	-	701 824
Ativos intangíveis	44 291	10 220	-	3 017	256	-	57 785
Direito de uso	103 382	18 260	297	1 338	617	-	123 893
Ativos fixos tangíveis	642 779	155 184	931	13 746	27 240	-	839 880
Clientes e adiantamentos a fornecedores	79 844	72 356	160	5 860	970	(834)	158 357
Caixa e equivalentes a caixa	122 201	24 311	137	3 753	94 751	-	245 154
Outros ativos	83 822	142 590	26 352	19 934	551 336	(321 424)	502 609
Ativos relativos aos segmentos	**1 170 675**	**446 146**	**27 876**	**57 083**	**1 249 980**	**(322 258)**	**2 629 502**
Empréstimos e credores por locação	652 800	91 068	318	9 672	316 694	(66 535)	1 004 017
Fornecedores e adiantamentos de clientes	105 439	60 111	3 559	4 143	659	(782)	173 129
Outros passivos	158 453	78 866	587	3 363	37 338	(30 786)	247 822
Passivos relativos aos segmentos	**916 692**	**230 044**	**4 465**	**17 178**	**354 691**	**(98 102)**	**1 424 967**

A informação adicional relevante em termos de relato por segmentos, é conforme segue (em milhares de euros):

	31 dez 2025						
	Saúde	**Indústria química**	**Indústria de refinação**	**Vinho**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Dispêndios de capital	75 098	50 419	9 297	4 628	768	-	140 210
Amortizações em resultados	(60 296)	(34 486)	(371)	(2 083)	(2 042)	-	(99 278)
Provisões e perdas por imparidade	(3 995)	(559)	-	(451)	(778)	-	(5 783)

	31 dez 2024						
	Saúde	**Indústria química**	**Indústria de refinação**	**Vinho**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Dispêndios de capital	73 777	45 658	9 217	4 948	4 784	-	138 384
Amortizações em resultados	(55 149)	(28 124)	(165)	(1 527)	(920)	-	(85 886)
Provisões e perdas por imparidade	(7 419)	(653)	-	-	(803)	-	(8 875)

8. Rédito

Políticas contabilísticas

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- a quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada; e
- é provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo.

Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser atribuída. Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a eventual existência de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes, o Grupo não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expetativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou serviço é menor do que um ano, o que ocorre na generalidade dos serviços que o Grupo presta. O mesmo acontece quando o Grupo recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as vendas e prestações de serviços têm a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Vendas:		
Produtos acabados e intermédios	365 869 151	571 167 078
Mercadorias	45 085 987	49 738 847
Subprodutos, resíduos e refugos	286 825	177 504
Devoluções de vendas	(10 306 930)	(8 998 383)
Descontos e abatimentos em vendas	(6 266 708)	(70 489 800)
	394 668 325	**541 595 246**
Prestações de serviços:		
Atividade hospitalar e clínica	926 022 415	866 430 272
Higiene, segurança e medicina no trabalho	22 185 865	11 553 848
Gestão e tratamento de águas	15 030 135	14 678 869
Estacionamento	6 612 281	6 268 749
Serviços de apoio e assistência	6 016 928	8 436 850
Performance Fee	1 934 629	1 937 346
Serviços de contabilidade e apoio à gestão	1 839 249	2 783 374
Formação	285 892	7 111
Rendas	32 100	298 762
Outros	3 524 689	337 557
Descontos e abatimentos	(413 468)	(355 912)
	983 070 715	**912 376 827**
	1 377 739 040	**1 453 972 072**

Vendas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as vendas do Grupo diminuíram 27%; este decréscimo, com origem no Grupo Bondalti, deveu-se à Paragem Geral de Manutenção do site de Estarreja.

Prestações de serviços
Em sentido contrário, as prestações de serviços, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, evidenciam um crescimento da atividade médica face ao exercício anterior, originado em termos cumulativos, pelo cumprimento de desafios de faturação do Grupo, tendo-se verificado a realização de mais cirurgias, assim como o forte crescimento nalgumas áreas como Ortopedia, Urologia, entre outras. Por outro lado, a expansão da atividade através da aquisição de novos hospitais e clínicas justifica também o aumento desta rubrica.

9. Perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade

Políticas contabilísticas

O Grupo avalia se existe qualquer indício de que um ativo possa estar com imparidade à data de reporte e, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos não correntes, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Ativos intangíveis (Nota 25)	Ativos fixos tangíveis (Nota 27)	Propriedades de investimento (Nota 28)	Investimentos em associadas (Nota 29)	Ativos disponíveis para venda (Nota 30)	Outros devedores (Nota 33)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**-**	**9 942 950**	**173 434**	**11 440 112**	**500 504**	**67 606 591**	**92 792 696**
Alterações no perímetro (Nota 6)	30 142	(3 726 675)	-	-	-	-	(3 696 533)
Reforço	-	686 225	-	-	23 011	-	709 235
Regularizações	-	(584 082)	-	-	-	-	(584 082)
Transferência para ativos correntes	-	-	-	-	(369 658)	(1 705 277)	(2 074 935)
Reversão	(30 142)	(5 489 058)	-	-	-	-	(5 519 200)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**829 359**	**173 434**	**11 440 112**	**153 857**	**65 901 314**	**81 627 181**
Reforço	-	562 714	-	-	41 682	-	604 396
Transferência para ativos correntes	-	-	-	-	-	(2 463 330)	(2 463 330)
Reversão	-	(608 795)	-	-	-	-	(608 795)
Utilização	-	-	(173 434)	-	-	-	(173 434)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**783 278**	**-**	**11 440 112**	**195 539**	**63 437 984**	**78 986 018**

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos correntes, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Outros devedores (Nota 33) (a.)	Outros ativos (Nota 37) (a.)	Inventários (Nota 34)	Clientes (Nota 30)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**5 641 092**	**12 476 119**	**4 257 432**	**17 026 641**	**39 401 284**
Reforço	87 614	683 187	962 977	1 166 346	2 900 123
Utilização	-	-	(525 639)	(793 470)	(1 319 109)
Reversão	(658 069)	(716 931)	-	(718 116)	(2 093 116)
Regularizações	(8 649)	-	243 401	144 681	379 432
Transferência de ativos correntes	2 074 935	-	-	-	2 074 935
Alterações no perímetro (Nota 6)	-	-	(616 597)	-	(616 597)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**7 136 923**	**12 442 375**	**4 321 573**	**16 826 082**	**40 726 953**
Reforço	6 636	662 519	240 409	1 438 622	2 348 185
Utilização	(184 518)	-	(887 837)	(543 195)	(1 615 550)
Reversão	(1 375 000)	(500 000)	(91 271)	(698 934)	(2 665 205)
Regularizações	-	-	(30 043)	633 354	603 311
Atividades descontinuadas (Nota 20)	-	-	-	(42 365)	(42 365)
Transferência de ativos correntes	2 456 695	-	-	6 635	2 463 330
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**8 040 735**	**12 604 893**	**3 552 831**	**17 620 200**	**41 818 660**

(a.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na sequência do recebimento de parte de um crédito concedido e respetivos juros (Nota 46), no montante global de 1 875 000 euros, (1 375 000 euros em 2024), foi parcialmente revertida a respetiva perda por imparidade, no mesmo valor. Por outro lado, numa ótica de prudência, foi reconhecida perda por imparidade pelo valor dos juros a receber vencidos, no montante de 662 519 euros (683 187 euros em 2024).

10. Provisões e reversões de provisões

Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas quando:

i. existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado;
ii. seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
iii. o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade de saída de recursos para pagamento dos mesmos seja considerada remota.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação.

As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisão. Considera-se existir um contrato oneroso quando o Grupo é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não são possíveis evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Em particular, são constituídas provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando

os bens são adquiridos ou em consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Contingências fiscais e judiciais (a.)	Responsabilidades futuras (b.)	Outras responsabilidades (c.)	Riscos contatuais (d.)	Outros (e.)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**4 276 334**	**5 775 000**	**472 184**	**2 270 639**	**6 603 667**	**19 397 825**
Reforço	154 803	138 600	-	-	4 971 914	5 265 317
Utilização	(140 040)	-	-	-	(104 046)	(244 086)
Reversão	(94 478)	-	-	-	(150 522)	(245 000)
Custos financeiros (Nota 18)	-	-	-	-	9 763	9 763
Transferências	7 496	-	(1 000)	-	(6 496)	-
Atividades descontinuadas (Nota 20)	30 200	-	-	-	-	30 200
Alterações no perímetro (Nota 5)	46 000	-	-	-	(55 964)	(9 964)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4 280 316**	**5 913 600**	**471 184**	**2 270 639**	**11 268 316**	**24 204 055**
Reforço	211 415	136 000	-	-	2 483 359	2 830 774
Utilização	(42 500)	-	-	-	(278 289)	(320 789)
Reversão	(392 152)	-	-	-	(576 797)	(968 949)
Custos financeiros (Nota 18)	-	-	-	-	2 526	2 526
Transferências	(46 000)	-	-	1 260	44 740	-
Reclassificação (Outros credores)	567 644	-	-	-	-	567 644
Atividades descontinuadas (Nota 20)	(8 000)	-	-	-	-	(8 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**4 570 722**	**6 049 600**	**471 184**	**2 271 899**	**12 943 855**	**26 307 260**

(a.) Esta rubrica inclui as seguintes provisões:

i) **Processos judiciais**: provisões que decorrem de processos judiciais interpostos pelos clientes das várias unidades ao Grupo CUF, no montante de 1,4 milhões de euros, no âmbito da atividade de prestação de serviços hospitalares; estas provisões são constituídas com base na avaliação e graduação do risco dos processos. Em 31 de dezembro de 2025, existiam processos interpostos contra o Grupo, sendo a responsabilidade estimada pelo Grupo aquela que não se encontra coberta pelos seguros contratados, no montante de, aproximadamente, 21,4 milhões de euros (25 milhões de euros em 2024).
Em 2025, no âmbito de um processo judicial relacionado com uma infração de direitos de propriedade industrial (marcas), o Grupo Bondalti reconheceu como provisão parte (567 644 euros) do saldo a pagar aos anteriores acionistas da Grupo Aguas Alfaro, S.L. (Nota 2.6). À data de referência, a provisão registada ascende a 658 mil euros, refletindo a melhor estimativa do risco associado ao referido processo.
Em 2022, a SPSI foi alvo de uma burla, processo

esse que está em tribunal e para a qual foi constituída uma provisão no montante de 282 962 euros; atualmente o processo aguarda os ulteriores termos.

ii) **Contingências fiscais**: em março de 2022, o Tribunal Constitucional concedeu provimento a um recurso do Ministério Público e ordenou a reforma da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, relativamente a uma ação de oposição à execução tributária instaurada pela JM Imobiliária. Esta refere-se a uma dívida de Sisa imputada pela Autoridade Tributária e Aduaneira àquela entidade, na sua qualidade de acionista da Expocomitur - Promoção e Gestão Imobiliária, S.A., sociedade entretanto liquidada. Apesar de o processo não estar ainda concluído, mas tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores legais, a JM Imobiliária constituiu uma provisão pela totalidade do valor em causa, de 2 264 314 euros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor foi reforçado em 115 908 euros e 120 009 euros, respetivamente, na sequência da atualização dos valores relativos a juros compensatórios, juros de mora e custas.

(b.) Em fevereiro de 2009, o Grupo Bondalti decidiu descontinuar em definitivo as atividades produtivas de ureia e amoníaco. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dessa decisão de descontinuação, o Grupo tinha, inicialmente, constituída uma provisão no montante de 57 milhões de euros; nos últimos exercícios a provisão foi reduzida no montante de 51,2 milhões de euros por se terem já liquidado as responsabilidades inerentes a indemnizações a trabalhadores, rescisões contratuais com fornecedores, operações de desmantelamento das instalações desativadas e limpeza de terrenos. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a presente provisão foi reforçada em 136 mil euros e 138,6 mil euros, respetivamente, por se considerar que, apesar da inexistência de acontecimentos, decorrente do aumento dos preços verificado nos últimos anos, já não estaria adequada ao valor de mercado. O montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2025 ascende a 6 049 600 euros, a qual, no entender do Conselho de Administração do Grupo, será suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades que ainda possam advir do processo de descontinuação dessa atividade produtiva.

(c.) No âmbito da Nutriquim – Produtos Químicos, S.A., e por forma a contemplar o plano de desmantelamento da empresa, foi constituída em 2013 uma provisão, no montante global de 1,15 milhões de euros; no decorrer dos últimos exercícios, esta provisão foi sendo utilizada, para fazer face a custos nesse âmbito, sendo que o montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2025 ascende a 471 mil euros.

(d.) As provisões para riscos contratuais foram constituídas para fazer face a um conjunto de riscos decorrentes do término dos Contratos de Gestão em Regime de Parceria Público-Privada com as sociedades Escala Braga – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. e Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (ambas fundidas na CUF, S.A.). No exercício de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral (TA), para analisar prova não analisada no julgamento do processo de subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade da entidade Escala Braga, e cujo desfecho depende dos seus ulteriores termos. Como resultado, e ao abrigo da decisão do Tribunal Arbitral, o Grupo devolveu o montante de 1,6 milhões de euros anteriormente liquidados pela ARSN. Face ao descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber (Nota 46) e uma provisão no mesmo montante.

(e.) As outras provisões correspondem a provisões constituídas para fazer face a responsabilidades para com terceiros associados à sua atividade operacional, nomeadamente riscos de quebra de inventários e riscos gerais de crédito.

11. Outros rendimentos operacionais

Política contabilística

Os subsídios ao investimento só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os outros rendimentos operacionais têm a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Subsídios (a.)	16 975 304	9 197 024
Apoio à prestação do serviço de banda de reserva de regulação (b.)	7 114 502	8 394 383
Licenças de CO_2 (c.)	3 320 400	-
Ganhos obtidos na alienação de ativos (d.)	2 410 852	659 443
Cedência de exploração (e.)	2 098 560	1 490 395
Ensaios, exames, análises clínicas e consumíveis	1 189 694	1 080 350
Benefícios de penalidades contratuais (f.)	1 182 116	-
Diferenças de câmbio operacionais (g.)	1 172 774	821 366
Cedência de espaço e materiais (h.)	1 104 436	1 957 701
Coima (desalfandegamento de matérias-primas) (i.)	1 027 515	-
Utilização de direitos de emissão CO_2 (j.)	964 551	1 830 532
Rappel	892 495	211 711
Regularização de saldos e estimativas	701 795	629 927
Eventos clínicos (jornadas e congressos)	521 067	528 627
Aluguer de equipamentos	446 578	437 136
Reembolsos de custos	375 338	245 077
Ganhos em inventários	335 060	388 166
Descontos contratuais e de pronto pagamento	301 363	295 684
Recuperação de dívidas	300 603	46 749
Trabalhos para a própria empresa	177 038	411 542
Indemnizações e compensações recebidas	10 099	234 906
Mais-valia na alienação de partes de capital (k.)	-	1 823 745
Outros rendimentos operacionais e suplementares	3 304 111	2 192 787
	45 926 253	**32 877 250**

(a.) Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica inclui, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o montante de 8,4 milhões de euros concedido à Lifthium Energy, S.A., destinado ao desenvolvimento de um projeto de investigação e desenvolvimento do processo tecnológico de refinação do lítio – foi concedido a este projeto o estatuto de Projeto de Interesse Nacional (PIN) – e o montante de 2,3 milhões de euros concedido à Bondalti, exclusivamente para a parcela de investimentos em equipamentos que já se encontram em funcionamento e sujeitos a amortização. Inclui,

ainda, o reconhecimento de Subsídios à exploração, no montante global de 5,2 milhões de euros, concedidos a iniciativas alinhadas com a estratégia de transição energética da União Europeia até 2040, nomeadamente os projetos "Créditos de Emissores Indiretos de CO_2" e "Pacto de Inovação New Generation Storage (NGS)".

(b.) A Banda de Reserva de Regulação é um mecanismo de mercado em Portugal, que remunera grandes consumidores (em particular as empresas eletrointensivas, como é o caso da Bondalti) para ajustarem o seu consumo, garantindo a estabilidade da rede elétrica nacional.

(c.) No final do exercício de 2025, foi concretizada a venda de 40 000 toneladas de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, a preços de mercado, a qual originou o reconhecimento de um proveito no montante de 3,3 milhões de euros.

(d.) Nesta rubrica estão incluídas as mais-valias contabilísticas obtidas na alienação de ativos fixos tangíveis (Nota 27), de propriedades de investimento (Nota 28) e de ativos não correntes detidos para venda (Nota 40).

(e.) A rubrica cedência de exploração inclui, essencialmente, os valores relativos a contratos de cedência de exploração entre os hospitais e entidades que desenvolvem atividades na área de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

(f.) Os benefícios de penalidades contratuais correspondem ao ajustamento apurado, relativamente a um cliente que não cumpriu a compra das quantidades previstas no contrato, originando a emissão da respetiva penalização.

(g.) As diferenças de câmbio operacionais registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro e decorrem da aquisição de matérias-primas.

(h.) A rubrica Cedência de espaço e materiais inclui, essencialmente, os valores relativos à exploração das áreas de cafetaria das unidades hospitalares do Grupo.

(i.) Este rendimento refere-se ao reembolso de uma coima paga no exercício de 2024, relacionada com um incumprimento num processo de desalfandegamento de matéria-prima, o qual foi entretanto contestado e decidido a favor da B. Chemicals.

(j.) Os rendimentos com a utilização de direitos de emissão, respeitam à imputação do subsídio atribuído pelo Fundo Português de Carbono, pela redução de emissões de CO_2 (Nota 52).

(k.) Em janeiro de 2024, registou-se um ganho na alienação da subsidiária Renoeste - Valorização Recursos Naturais, S.A., sociedade detida pelo Grupo desde 1989 (Nota 6.3).

12. Custo das vendas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o custo das vendas foi apurado como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Inventários em 1 de janeiro (Nota 34)	46 301 638	50 534 593
Alteração no perímetro		
- entradas (Nota 6)	127 131	221 745
Regularização de inventários	4 620 737	1 100 286
Atividades descontinuadas	(11 684)	(8 630)
Compras	328 480 015	444 708 767
Inventários em 31 de dezembro (Nota 34)	45 023 288	46 301 638
	(334 494 549)	**(450 255 124)**

13. Variação da produção

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a variação da produção foi apurada como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Inventários em 1 de janeiro (Nota 34)	22 115 473	18 530 221
Regularização de inventários	928 986	1 476 327
Alteração no perímetro		
- entradas (Nota 6)	-	498 180
Inventários em 31 de dezembro (Nota 34)	22 809 415	22 115 473
	1 622 928	**5 559 758**

14. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Honorários (a.)	311 704 504	283 282 779
Trabalhos especializados (b.)	60 299 756	55 479 325
Conservação e reparação (c.)	36 760 033	32 521 829
Subcontratos (d.)	35 611 854	37 061 112
Transportes de pessoal e de mercadorias (e.)	25 874 640	32 741 042
Eletricidade	31 483 387	36 773 564
Combustíveis e outros fluidos	11 788 285	11 527 893
Publicidade e propaganda	6 483 208	6 075 706
Rendas e alugueres	5 584 768	5 024 276
Seguros	5 290 463	5 165 474
Comunicação	3 673 174	3 967 978
Deslocações e estadas	3 583 186	4 247 711
Água	2 819 393	3 243 409
Material de escritório	1 654 570	1 731 186
Recolha de resíduos	1 447 152	1 315 082
Limpeza, higiene e conforto	1 301 162	1 315 283
Ferramentas e utensílios	1 109 752	1 105 288
Vigilância e segurança	1 046 739	1 012 379
Contencioso e notariado	406 132	669 292
Serviços e materiais de consumo operacional	383 260	548 339
Comissões	221 187	237 501
Outros fornecimentos e serviços	3 138 013	2 847 982
	551 664 620	**527 894 429**

A rubrica Fornecimentos e serviços externos registou um crescimento de 5% face ao exercício anterior, apesar da diminuição do volume de negócios em 5%, conforme detalhado na Nota 8.

(a.) A rubrica Honorários, que em 31 de dezembro de 2025 representa 57% do total dos fornecimentos e serviços externos, engloba, essencialmente, os montantes pagos a profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e auxiliares) das diversas unidades clínicas e hospitalares do Grupo CUF.

(b.) A rubrica Trabalhos especializados engloba trabalhos clínicos, trabalhos de consultoria (apoio a projetos), serviços jurídicos, outsourcing de sistemas de informação e assistência técnica administrativa.

(c.) A rubrica Conservação e reparação registou um acréscimo em 31 de dezembro de 2025 no Grupo Bondalti, associado essencialmente às intervenções realizadas no âmbito da paragem geral do Complexo Químico de Estarreja, ocorrida entre os meses de março e abril de 2025.

(d.) A rubrica Subcontratos inclui, essencialmente, a contratação de serviços específicos como i) catering, ii) limpeza, iii) transporte de doentes, iv) engarrafamento externo, v) subcontratação de pessoal e vi) meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT).

(e.) Na sequência da paragem técnica ocorrida durante o exercício de 2025, o Grupo Bondalti registou uma redução dos gastos com transporte de mercadorias.

As rubricas Honorários, Trabalhos especializados e Subcontratos são das mais relevantes e estão diretamente ligadas ao Volume de negócios. O grau em que o Grupo recorre à subcontratação e trabalhos especializados reflete o *mix* dos negócios do Grupo e dos segmentos em que eles se desenvolvem.

15. Gastos com o pessoal

Políticas contabilísticas

O Grupo reconhece e mensura os benefícios aos empregados em conformidade com a IAS 19 – Benefícios dos Empregados, incluindo benefícios de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios por cessação de funções.

Benefícios de curto prazo

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social, férias anuais, baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos colaboradores.

De acordo com a lei laboral, os colaboradores têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento e são refletidas na rubrica Outros passivos correntes, por contrapartida de resultados.

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos gastos relativos a valores a imputar a este exercício.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego incluem, nomeadamente, planos de pensões de reforma e benefícios de assistência médica pós-emprego, sendo classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido, consoante a natureza das obrigações assumidas. Neste âmbito, o Grupo mantém responsabilidades relativas a:

a) Benefícios com pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Os gastos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais, elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período de acordo com o método das "unidades de crédito projetadas". As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica Benefícios dos empregados.

Os gastos com Pensões são registados na rubrica Gastos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no exercício, e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas.

A remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, inclui os ganhos/(perdas) atuariais, sendo essas quantias reconhecidas em Outro rendimento integral dentro do âmbito do capital próprio.

Os gastos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

b) Benefícios de saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com alguns dos antigos e atuais colaboradores um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica Gastos com o pessoal.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

Outros benefícios de longo prazo

Os outros benefícios de longo prazo incluem benefícios atribuídos aos empregados cuja liquidação não ocorre integralmente no prazo de 12 meses após a prestação do serviço, sendo mensurados de acordo com metodologia atuarial adequada, quando aplicável.

Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um colaborador aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se demonstre estar comprometido com a cessação de funções de colaboradores atuais, de acordo com um plano formal detalhado, e não exista possibilidade realista de retirada, ou quando estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira, eles são descontados para o seu valor atual.

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Remunerações dos colaboradores	202 946 376	187 142 191
Encargos sobre remunerações	50 200 554	46 736 145
Gastos de ação social	18 855 261	15 715 695
Remunerações dos órgãos sociais	14 654 231	15 541 064
Seguros	9 272 317	8 528 363
Indemnizações	3 441 543	1 827 115
Formação	807 762	950 388
Benefícios	122 764	676 559
Pessoal deslocado	-	178 510
Outros gastos com o pessoal (a.)	13 902 559	17 627 804
	314 203 367	**294 923 833**

(a.) A rubrica Outros gastos com o pessoal inclui, entre outros, prémios de desempenho e assistência médica.

O aumento dos gastos com o pessoal deve-se, essencialmente, ao incremento do número de colaboradores.

O número de colaboradores ao serviço das empresas incluídas no perímetro de consolidação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, por segmento de negócio, foi o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saúde	8 236	8 084
Indústria química	822	784
Vinho	107	105
Indústria de refinação	27	36
Outros	76	93
	9 268	**9 102**

16. Amortizações e depreciações

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a rubrica Amortizações, depreciações e perdas por imparidade teve as seguintes contrapartidas na demonstração consolidada dos resultados:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos intangíveis (Nota 25)		
Amortização	7 099 287	6 462 352
Direito de uso (Nota 26)		
Amortização	25 537 685	23 219 009
Ativos fixos tangíveis (Nota 27)		
Depreciação	66 417 603	55 992 833
Perdas por imparidade	562 714	686 225
Propriedades de investimento (Nota 28)		
Depreciação	149 055	111 732
Ativos biológicos (Nota 31)		
Depreciação	74 202	99 847
Total de Amortizações e depreciações	**99 277 832**	**85 885 774**
Total de Perdas por imparidade (Nota 9)	**562 714**	**686 225**

17. Outros gastos operacionais

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decompõe-se como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Demo Plant (a.)	7 524 159	7 527 961
Impostos diretos e indiretos (b.)	6 093 728	6 137 831
Perdas obtidas na alienação e abate de ativos (c.)	3 796 229	110 187
Donativos (d.)	2 975 499	2 557 323
Taxas	1 095 710	1 193 879
Quotizações	966 600	1 097 320
Dívidas incobráveis	902 581	526 356
Perdas em inventários (e.)	662 703	704 907
Diferenças de câmbio operacionais (f.)	604 339	1 722 591
Ofertas e amostras de inventários (g.)	182 345	69 586
Multas e penalidades contratuais	140 707	1 047 443
Outros	1 387 772	1 021 100
	26 332 372	**23 716 484**

(a.) O montante de 7,5 milhões de euros corresponde a gastos associados a equipamentos, engenharia e trabalhos de adaptação, necessários para o funcionamento do Centro Tecnológico de Coimbra, a unidade de investigação e desenvolvimento do processo tecnológico de refinação de lítio.

(b.) A rubrica Impostos diretos e indiretos reflete, essencialmente, os montantes relativos a IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), AIMI (Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis) e Imposto do Selo.

(c.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no âmbito do processo de reconversão tecnológica iniciado na Bondalti em 2024, procedeu-se à substituição dos eletrolisadores por equipamentos tecnologicamente mais eficientes, com maior capacidade produtiva e menor consumo energético. Esta atualização implicou a alienação dos equipamentos anteriormente em utilização e dos respetivos componentes, da qual resultaram perdas na alienação.

(d.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na rubrica Donativos destacam-se, para além de diversos montantes entregues a instituições de solidariedade social, a quantia de um milhão de euros destinada à Universidade Católica Portuguesa (no âmbito de um protocolo celebrado entre o Grupo e esta instituição de ensino), 250 mil euros destinados à Associação Topsail, 140 mil euros concedidos à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e 100 mil euros entregues à organização Teach for Portugal.

(e.) A rubrica Perdas em inventários é relativa a quebras registadas para regularização/acertos de inventários.

(f.) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as diferenças de câmbio operacionais, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro, decorrente da aquisição de matérias-primas.

(g.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica Ofertas e amostras de inventários inclui o montante de 138 mil euros relativo à cedência gratuita de carvão ativado, anteriormente utilizado no processo produtivo e que deixou de ser necessário.

18. Resultados financeiros

Políticas contabilísticas

Os encargos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários, papel comercial e locações. Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro na demonstração dos resultados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os restantes encargos financeiros, relativos a comissões e gastos com a emissão de obrigações, são imputados à rubrica Gastos financeiros, de acordo com o plano de amortização dos respetivos financiamentos.

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, têm a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Gastos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	28 017 907	38 494 756
Locações	6 156 695	6 313 490
Empréstimos obrigacionistas	4 315 151	1 727 289
Outros juros	208 514	264 470
Comissões e serviços bancários	8 638 761	4 182 451
Encargos financeiros com factoring	1 323 261	2 021 044
Encargo com garantia bancária – OPA	2 106 754	1 780 587
Encargos com emissão de empréstimos obrigacionistas	14 135	22 924
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12 416	20 598
Outros gastos financeiros	52 298	20 528
	50 988 397	**54 848 137**
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	3 788 400	6 124 956
Rendimentos de imóveis	-	84 497
Ganhos na valorização de instrumentos financeiros derivados	13 039	-
Outros rendimentos financeiros	19 484	835 147
	3 820 922	**7 044 599**
Resultados relativos a empresas associadas:		
Aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 29)	29 349 527	43 088 128
	29 349 527	**43 088 128**
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Dividendos (a.)	570 000	-
Ganhos/(Perdas) em instrumentos financeiros ao justo valor (b.)	(81 014)	(343 729)
Outros resultados de atividades de investimento	-	76
	488 986	**(343 653)**

(a.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de 570 000 euros refere-se a dividendos recebidos da Guimarães de Mello, S.A.

(b.) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos Ganhos/(Perdas) em instrumentos financeiros registados ao justo valor é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Ynvisible Interactive Inc.	12 129	-
Fundo Bem Comum FCR	(41 295)	(227 625)
Fundo Faber Science II	(84 238)	-
Fundo Faber Science I	11 294	51 872
Fundo Shilling Founders Fund	21 097	(166 247)
Fundo de Compensação do Trabalho	-	(1 729)
	(81 014)	**(343 729)**

19. Impostos sobre o rendimento

Políticas contabilísticas

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados tributáveis das sociedades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com a legislação fiscal em vigor à data da posição financeira.

Em Portugal, o Grupo encontra-se organizado em dois grupos fiscais, sujeitos ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), os quais integram as sociedades em que exista uma participação direta ou indireta de, pelo menos, 75% e que cumpram os requisitos previstos no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC. Adicionalmente, o Grupo integra um grupo fiscal em Espanha, correspondente ao Grupo Aguas Alfaro, sujeito à legislação fiscal aplicável nesse país.

As sociedades incluídas no RETGS em Portugal, apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. As responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas às sociedades dominantes dos respetivos grupos fiscais – a José de Mello, S.A. e a CUF, S.A. –, às quais compete o apuramento do resultado fiscal de cada grupo e a respetiva autoliquidação do imposto.

Para as sociedades não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é determinado com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto vigente, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada sociedade.

O imposto sobre o rendimento das empresas subsidiárias é calculado com base nas taxas de imposto em vigor nos países da respetiva sede:

	Taxa
Portugal	20%
Espanha	25%
Luxemburgo	17%
Angola	25%

Segundo a legislação fiscal, o Grupo aplica as seguintes taxas de impostos:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	20%	21%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	21,5%	**22,5%**
Derrama estadual – sobre as partes dos lucros tributáveis entre 1 500 000 euros e 7 500 000 euros	3%	3%
Derrama estadual – sobre as partes dos lucros tributáveis entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros	5%	5%
Derrama estadual – sobre as partes dos lucros tributáveis acima de 35 000 000 euros	9%	9%

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Grupo encontra-se adicionalmente sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

Não existe limitação temporal de dedução dos prejuízos fiscais em exercícios futuros; contudo, o limite anual é de 65% do lucro tributável. Este limite pode ser majorado em 10 pontos percentuais quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais do Grupo estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais

durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Este prazo pode ser alargado ou suspenso, nomeadamente nos casos de existência de prejuízos fiscais, concessão de benefícios fiscais, ou quando se encontrem em curso inspeções, reclamações ou impugnações, dependendo das circunstâncias aplicáveis.

Regras Modelo do Pilar Dois - OCDE

Em 8 de novembro de 2024, foi publicada em Portugal a Lei n.º 41/2024, mediante a qual se procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva (UE) 2022/2523, de 15 de dezembro de 2022. Esta Diretiva implementa as regras GloBE (Global anti-Base Erosion) da OCDE, designadas como "Pilar Dois", e visa prevenir a evasão fiscal, limitando a transferência de lucros para jurisdições de baixa tributação. O referido regime estabelece uma taxa efetiva de imposto mínimo global de 15%, aplicável aos grandes grupos de empresas multinacionais que apresentem rendimentos anuais iguais ou superiores a 750 milhões de euros, nas demonstrações financeiras consolidadas em, pelo menos, dois dos quatro períodos fiscais anteriores. Atendendo a que o Grupo José de Mello (do qual a JM Capital é sociedade-mãe) cumpre o limiar de rendimentos definido, as regras do Pilar Dois são aplicáveis ao Grupo a partir do período fiscal de 2024. As regras são aplicáveis ao nível do Grupo e requerem a determinação da taxa efetiva de imposto por jurisdição, bem como, quando aplicável, o reconhecimento do Imposto Complementar em conformidade com a Regra de Inclusão de Rendimentos (IIR) e a Regra dos Lucros Insuficientemente Tributados (UTPR).

No contexto do Pilar Dois, existe uma disposição de salvaguarda com base na declaração de informação financeira e fiscal por país (TCSH) aplicável aos períodos fiscais de 2024 a 2027. Esta disposição permite a exclusão, de determinadas jurisdições, dos cálculos detalhados da GloBE, sempre que, com base nessa mesma declaração (CbCR) e na informação financeira qualificada, se verifique o cumprimento de, pelo menos, um dos testes simplificados (teste *de minimis*, teste de taxa efetiva de imposto simplificada ou teste dos lucros de rotina). Complementarmente, uma exclusão temporária aplica-se a grupos que se encontrem numa fase inicial de desenvolvimento da sua atividade internacional, desde que preencham determinadas condições, nomeadamente, quanto ao número de jurisdições em que o grupo opera e ao montante de ativos tangíveis detidos fora da jurisdição de referência.

O Grupo tem vindo a acompanhar de forma contínua a implementação do Pilar Dois, com o apoio de consultores especializados, desenvolvendo análises com base na informação financeira e fiscal mais recente de que dispõe. Estas análises incidiram sobre a determinação da elegibilidade do Grupo face às disposições de salvaguarda aplicáveis e na avaliação da potencial exposição do Grupo ao Imposto Complementar, em conformidade com a Regra de Inclusão de Rendimentos (IIR) e a Regra dos Lucros Insuficientemente Tributados (UTPR). Com base nas análises efetuadas até à data, e considerando a informação atualmente disponível, o Grupo não identificou impactos materiais pela aplicação desta nova legislação. O Grupo continuará a monitorizar a evolução do enquadramento legal e a reavaliar a sua posição numa base contínua.

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício corrente	24 575 832	20 776 349
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	(4 020 256)	(8 586 229)
	20 555 576	**12 190 119**
Imposto diferido (Nota 32)	(4 121 721)	(5 238 637)
Encargo do exercício	**16 433 855**	**6 951 482**

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento (Nota 32).

20. Operações descontinuadas

Política contabilística

Uma operação descontinuada é uma componente da entidade, ou uma unidade de negócio, que foi alienada ou está classificada como detida para venda e que representa uma linha de negócio ou área geográfica significativa, que foi alienada ou se encontra disponível para venda, sendo expectável que tal alienação ocorra no prazo de um ano, nos termos da IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Os resultados das operações descontinuadas são apresentados separadamente na demonstração dos resultados, incluindo o resultado após impostos da operação descontinuada e o ganho ou perda após impostos decorrente da sua alienação ou mensuração subsequente ao justo valor menos custos de venda.

Os ativos e passivos associados a operações descontinuadas classificados como detidos para venda são mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda, deixando de ser depreciados ou amortizados a partir da data de classificação.

Os contratos de gestão e exploração dos estabelecimentos hospitalares de Braga e Vila Franca de Xira terminaram em 31 de agosto de 2019 e 31 de maio de 2021, respetivamente.

Durante os exercícios de 2025 e 2024, as operações económicas associadas a estes contratos relacionaram-se, fundamentalmente, com a gestão de clientes e fornecedores e das respetivas contas a receber e a pagar. Foi ainda objeto de atividade o acompanhamento de processos litigiosos com o Estado em resultado do desenvolvimento daquelas atividades.

Conforme previsto pela IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, as demonstrações consolidadas dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 refletem numa única rubrica (Resultado consolidado líquido do exercício das operações descontinuadas), na face da demonstração consolidada dos resultados, os resultados líquidos, após impostos, da unidade operacional descontinuada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os resultados das operações descontinuadas foram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Rendimentos operacionais:		
Outros rendimentos operacionais	9 205	10 430
Total de rendimentos operacionais	**9 205**	**10 430**
Gastos operacionais:		
Custo das vendas	(11 684)	(8 630)
Fornecimentos e serviços externos	(122 747)	(113 520)
Gastos com o pessoal	(3 321)	(957)
Provisões e perdas por imparidade	50 365	(30 258)
Outros gastos operacionais	-	(27 000)
Total de gastos operacionais	**(87 387)**	**(180 365)**
Resultados operacionais	**(78 182)**	**(169 935)**
Resultados antes de impostos	**(78 182)**	**(169 935)**
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	**(78 182)**	**(169 935)**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiram impactos na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

21. Resultado por ação

Políticas contabilísticas

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da empresa-mãe (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras. As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da empresa-mãe.

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Resultado por ação básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	46 412 456	81 482 795
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	5 000 000	5 000 000
Resultado líquido por ação básico	**9,28**	**16,30**

Pelo facto de, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

22. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quota-parte dos interesses que não controlam no resultado líquido e capitais próprios consolidados, tem a seguinte composição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio
Saúde:				
CUF, S.A.	17 621 329	96 368 620	15 033 360	84 989 040
Indústria química:				
Bondalti Capital, S.A.	(15 616)	(819 772)	(22 803)	(789 165)
Outros:				
José de Mello – Residências e Serviços, SGPS S.A.	(123 463)	-	31 224	1 822 401
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	39 369	2 213 375	11 022	2 377 326
	17 521 618	**97 762 223**	**15 052 803**	**88 399 602**

23. Dividendos

Política contabilística

Esta rubrica reflete os eventuais adiantamentos sobre lucros efetuados no decurso do exercício ao abrigo do disposto no artigo 297.º do CSC, desde que cumpra os seguintes termos: i) sejam efetuados no segundo semestre de cada ano; e, ii) não exceda metade das importâncias que seriam distribuíveis à data a que se reporta a demonstração da posição financeira intercalar.

Na sequência de deliberações em Assembleia Geral ocorridas em 14 de janeiro de 2025 e de 29 de maio de 2025, a Empresa procedeu à distribuição de resultados transitados no montante global de 28 243 830 euros.

A respeito do resultado do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. No entanto, será proposta a distribuição de resultados acumulados em exercícios anteriores, no montante de 25 600 000 euros. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar em maio de 2026.

24. *Goodwill*

Política contabilística

O *goodwill* resulta de concentrações de atividades empresariais e corresponde ao excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, à data de aquisição, conforme estabelecido na IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais.

O *goodwill* é inicialmente reconhecido como um ativo ao custo e subsequentemente mensurado ao custo menos perdas por imparidade acumuladas.

Subsequentemente, o *goodwill* não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, o *goodwill* é sujeito a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto do exercício e não é suscetível de ser revertida.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

Os valores do *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2025	31 dez 2024 Reexpresso
José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (a.)	342 701 952	342 701 952
Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. (a.)	208 451 745	208 451 745
José de Mello – Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) (b.)	23 293 281	23 293 281
Hospital CUF Porto S.A.	22 499 909	22 499 909
Bondalti Capital, S.A.	19 001 638	19 001 638
CUF Arrifana de Sousa, S.A.	15 086 209	15 086 209
Hospital CUF Tejo, S.A.	13 937 569	13 937 569
Preveris – Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.	10 056 701	10 056 701
Hospital CUF Açores, S.A.	9 742 109	9 742 109
Ravasqueira Vinhos, S.A.	8 436 842	8 436 842
Hospital CUF Coimbra, S.A.	7 703 735	7 703 735
Hospital CUF Santarém, S.A.	7 035 102	7 035 102
Grupo Aguas Alfaro (c.)	5 751 878	5 751 878
Centros de Saúde CUF, S.A.	4 097 541	3 824 541
CUF, S.A.	2 627 945	2 627 945
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda.	997 973	997 973
Hospital CUF Viseu, S.A.	624 000	624 000
CENES – Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	616 412	616 412
Hospital CUF Cascais, S.A.	491 285	491 285
Comitur Imobiliária, S.A.	361 547	361 547
Hospital CUF Descobertas, S.A.	97 265	97 265
Enkrott Madeira – Gestão e Tratamento de Águas, Unipessoal, Lda.	61 025	61 025
CUF – Investimentos Imobiliários, S.A.	13 261	13 261
Clínica CUF Belém, S.A.	837	837
Dolopand – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.	561	561
	703 688 323	**703 415 323**

(a.) No exercício de 2017, as sociedades José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. foram incorporadas por fusão na anteriormente designada SOGEFI – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A. (atualmente José de Mello Capital,

S.A.). Destas operações de fusão não decorreram quaisquer impactos nas contas consolidadas, pelo que o valor de *goodwill* se mantém, face ao registado em 31 de dezembro de 2016.

(b.) Nos exercícios de 2010 e 2011, por forma a concentrar num único veículo as entidades acionistas da Brisa, ocorreram no Grupo operações de fusão por incorporação das subsidiárias Window Blue, SGPS, S.A. e Egadi, SGPS, S.A. na JM Investimentos, da Impegest, SGPS, S.A. na Orla, SGPS, S.A. e, posteriormente, da Orla, SGPS, S.A. na JM Investimentos.

(c.) Em maio de 2021, a Bondalti adquiriu o Grupo Aguas Alfaro, S.L. e o preço de aquisição foi fixado em 10 milhões de euros, dos quais 2 milhões de euros seriam pagos de forma diferida. Ao preço de aquisição seria adicionada uma quantia até 1,591 milhões de euros, a pagar até 31 de dezembro de 2023, a qual estaria contingente do desfecho de certas situações. Entretanto, no exercício de 2022, a Bondalti Capital cedeu na totalidade a sua posição no contrato de aquisição da Grupo Aguas Alfaro à Bondalti Water Solutions, S.A. Na data de aquisição da Grupo Aguas Alfaro, o preço contingente não foi tido em conta na determinação do *goodwill*. Em 2025, o Grupo reconheceu o respetivo preço contingente, reexpressando o *goodwill*, por contrapartida de uma rubrica de Outros credores (anteriores acionistas). O saldo final do *goodwill* da Grupo Aguas Alfaro é 5,751 milhões de euros. O saldo a pagar aos anteriores acionistas ascende, em 31 de dezembro de 2025, 1,023 milhões de euros, sendo a diferença face ao valor inicial explicada por uma provisão de 567 mil euros, que motivou a redução do preço contingente.

Estes valores não incluem o *goodwill* reconhecido em empresas que consolidam pelo método da equivalência patrimonial, sendo, para esses, apresentado na rubrica Investimentos em associadas (Nota 29).

Na sequência dos testes de imparidade realizados ao Grupo, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*.

25. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que estes sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As amortizações são calculadas por duodécimos, a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para os ativos.

Para um ativo com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Software

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Projetos de desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento são capitalizados quando satisfazem os critérios de reconhecimento estabelecidos no IAS 38 – Ativos Intangíveis. A capitalização inicia-se quando o Conselho de Administração conclui que a exequibilidade técnica e a viabilidade económica do projeto estão demonstradas, o que ocorre, em regra, quando o projeto de desenvolvimento de um produto atinge um marco relevante definido no modelo de gestão de projetos aprovado pelo Conselho de Administração. Apenas os custos de desenvolvimento que cumpram integralmente os critérios de reconhecimento previstos no IAS 38 – Ativos Intangíveis são capitalizados como ativos intangíveis. Os custos que não cumpram esses critérios são reconhecidos como gasto do exercício.

Direito de exploração

De acordo com o estabelecido na IFRS 9 – Instrumentos financeiros, no reconhecimento inicial, o direito de exploração é mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros contratualizados, sendo

reconhecido, em contrapartida, um passivo financeiro correspondente à obrigação de pagamento das referidas retribuições.

Direito de emissão de gases

As licenças de emissão de CO_2 atribuídas gratuitamente ao Grupo no âmbito do PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO_2), foram reconhecidas, de acordo com a IAS 38 – Ativos intangíveis, na rubrica Ativos intangíveis por contrapartida de diferimentos, pelo valor de mercado na data da atribuição. As licenças adquiridas são reconhecidas como ativos intangíveis pelo respetivo custo de aquisição.

Pelas emissões de CO_2 efetuadas pelo Grupo, e de acordo com o critério do FIFO (*First-In, First-Out* ou Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), é reconhecido um gasto na rubrica Depreciações e amortização, por contrapartida de amortizações acumuladas de ativos intangíveis correspondente ao consumo das licenças de emissão. Simultaneamente, é reconhecido na rubrica Outros rendimentos operacionais um montante equivalente, por contrapartida da redução de subsídios registados em rendimentos diferidos, refletindo o reconhecimento do rendimento associado às licenças de emissão atribuídas.

Sempre que o Grupo realiza emissões de CO_2 sem deter licenças suficientes, é reconhecida uma provisão, nos termos da IAS 37 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, pelo montante correspondente à melhor estimativa do custo de aquisição das licenças em falta, acrescido da estimativa das penalizações aplicáveis.

As vendas de direitos de emissão dão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respetivo custo de aquisição, o qual é registado em Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais, respetivamente.

Uma vez que existe um mercado ativo para direitos de emissão, estes são mensurados ao justo valor à data de relato. Em cada período, procede-se à respetiva revalorização com contrapartida em resultados. Em simultâneo, a rubrica Diferimentos é ajustada em função da origem das licenças, consoante se trate de licenças atribuídas ou de licenças adquiridas.

Direito de utilização e Marcas

Os direitos de utilização e as marcas são reconhecidos como ativos intangíveis quando cumprem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38 - Ativos Intangíveis, nomeadamente: identificabilidade, controlo pela entidade, existência de benefícios económicos futuros prováveis e mensuração fiável do custo. Quando adquiridos separadamente, são inicialmente mensurados ao custo, o qual inclui o preço de aquisição e quaisquer custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo na condição necessária para o seu uso pretendido. Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, são reconhecidos ao justo valor à data de aquisição.

Os direitos de utilização e as marcas são considerados ativos de vida útil indefinida sempre que não exista um limite previsível para o período durante o qual se espera que gerem benefícios económicos, não sendo, nesse caso, amortizados. Estes ativos encontram-se sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de perda de valor, nos termos da IAS 36 – Imparidade de Ativos.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada. As vidas úteis definidas para cada categoria de ativo são as seguintes:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3 - 5
Software	3 - 4
Propriedade industrial e direitos	3 - 20
Outros ativos intangíveis	3 - 5

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Projetos de desenvolvimento	*Software*	Propriedade industrial e Direitos (a.)	Outros intangíveis	Intangíveis em curso (b.)	Total
Ativo bruto:						
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**2 368 701**	**34 989 068**	**17 466 893**	**683 397**	**18 075 443**	**73 583 502**
Alterações no perímetro (Nota 6)	-	485 756	258 580	42 500	-	786 836
Adições	-	5 615 990	-	-	8 884 543	14 500 532
Variação de justo valor (Nota 52)	-	-	(599 918)	-	-	(599 918)
Direitos de emissão atribuídos	-	-	3 303 993	-	-	3 303 993
Utilização de direitos de emissão	-	-	(2 126 306)	-	-	(2 126 306)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	5 451 583	-	-	(5 451 583)	-
Abates e regularizações	(42 633)	(30 889)	(675)	-	-	(74 198)
Reclassificações (internas)	68 561	-	-	-	-	68 561
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2 394 628**	**46 511 508**	**18 302 566**	**725 897**	**21 508 402**	**89 443 001**
Adições	-	7 386 702	33 990	-	10 378 166	17 798 859
Variação de justo valor (Nota 52)	-	-	1 605 086	-	-	1 605 086
Direitos de emissão atribuídos	-	-	4 326 758	-	-	4 326 758
Utilização de direitos de emissão	-	-	(2 147 331)	-	-	(2 147 331)
Alienações	-	-	(3 320 400)	-	-	(3 320 400)
Transferências	-	5 620 363	-	-	(5 620 363)	-
Abates e regularizações	(152)	(10 890)	(43 273)	-	-	(54 314)
Transferência de ativos fixos tangíveis	-	26 703	-	-	-	26 703
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2 394 477**	**59 534 387**	**18 757 396**	**725 897**	**26 266 205**	**107 678 362**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(2 324 015)**	**(21 103 887)**	**(2 866 323)**	**(671 094)**	**-**	**(26 965 318)**
Alterações no perímetro (Nota 6)	-	(482 922)	-	-	-	(482 922)
Abates e regularizações	42 634	54 752	2 124 737	-	-	2 222 123
Reversão de imparidades	-	30 142	-	-	-	30 142
Amortização	(15 320)	(4 328 862)	(2 118 170)	-	-	(6 462 352)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2 296 700)**	**(25 830 777)**	**(2 859 756)**	**(671 094)**	**-**	**(31 658 327)**
Abates e regularizações	152	115	1 843 866	-	-	1 844 132
Amortização	(15 321)	(5 816 416)	(1 267 550)	-	-	(7 099 287)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(2 311 870)**	**(31 647 078)**	**(2 283 440)**	**(671 094)**	**-**	**(36 913 482)**
Valor líquido:						
Em 31 de dezembro de 2024	**97 928**	**20 680 731**	**15 442 810**	**54 803**	**21 508 402**	**57 784 674**
Em 31 de dezembro de 2025	**82 607**	**27 887 309**	**16 473 956**	**54 803**	**26 266 205**	**70 764 879**

(a.) Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica inclui:

i) Direito de exploração (Parque de estacionamento): o montante de 2,4 milhões de euros, correspondente a um direito de exploração de um parque de estacionamento. Inicialmente foi celebrada uma parceria entre o Hospital CUF Tejo, S.A., a ESLI – Parques de Estacionamento, S.A. e a Câmara Municipal de Lisboa, a qual atribuiu o direito de exploração do parque de estacionamento pelo período de 50 anos (cujo início decorreu em 2015). No ano de 2016, o Hospital CUF Tejo, S.A. cedeu a posição contratual à Infrahealth – Gestão de Infraestruturas Unipessoal, Lda.;

ii) Direito de exploração (Marcas): corresponde a um direito de exploração de Marcas (que inclui Marcas, Arquivos fotográficos e Materiais gráficos), de Vinhas (fruto, planta e terreno), de Adegas, Equipamentos e Armazéns, no montante de 1,286 milhões de euros. O contrato, assinado em agosto de 2023, prevê o pagamento de uma retribuição anual de 80 000 euros, durante um período de 20 anos, atualizada anualmente de acordo com o Índice de Preços do Consumidor (IPC);
A rubrica inclui, adicionalmente, os montantes de 100 000 euros e 258 580 euros referentes ao registo das marcas "Guarda Rios" e "Quinta de Pancas", respetivamente;

iii) Trespasses: a rubrica inclui o montante de 990 mil euros referentes ao trespasse da Clínica CUF Montijo (adquirido durante o exercício de 2022), o trespasse da Clínica CUF São Domingos de Rana pelo montante de 150 mil euros, o trespasse da Clínica de Saúde do Barreiro (aquisição em outubro de 2023) pelo montante de 206 mil euros e o montante de 350 mil euros respeitante a uma convenção celebrada para a prestação de serviços de radiologia pelo Hospital CUF Sintra;

iv) Direitos de emissão de gases: inclui o montante de 10,6 milhões de euros, correspondente às licenças de emissão de CO_2 atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças (Nota 52); e

v) Direitos de utilização: correspondem à aquisição de um conjunto de marcas e logótipos (com registo nacional e internacional) e dos respetivos direitos de utilização exclusivos, no montante de 1,3 milhões de euros. É esperado que da exploração destes direitos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sendo os mesmos controladas pelo Grupo e correspondendo a quantia escriturada ao seu custo de aquisição.

(b.) O valor registado na rubrica Intangíveis em curso inclui, essencialmente, os gastos incorridos, desde 2020, com o desenvolvimento e implementação do projeto Go Forward, o qual consiste na reformulação dos sistemas operacionais das unidades de prestação de serviços de saúde do Grupo CUF. Uma parte do referido projeto foi concluída no exercício de 2022, tendo iniciado a sua amortização nesse exercício. Os restantes componentes do projeto encontravam-se ainda em fase de desenvolvimento e implementação em 31 de dezembro de 2025, pelo que se encontravam classificados como ativos intangíveis em curso, sendo expectável a sua conclusão no decorrer do exercício de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025 não existem indícios de imparidade sobre os ativos intangíveis.

26. Direito de uso

Políticas contabilísticas

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos na, ou antes da, data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear, numa base duodecimal, a partir da data de início da locação até ao menor entre o termo da locação e a vida útil estimada do ativo, conforme segue:

	Anos de vida útil
Imóveis, Edifícios e outras construções	3 - 50
Equipamento básico	3 - 7
Equipamento administrativo	4 - 8
Equipamento de transporte	4
Direito de superfície	40
Outros ativos	4 - 8

Sempre que o Grupo espere vir a incorrer em custos de desmantelamento do ativo por direito de uso, ou em gastos com a reparação do local onde o mesmo se encontra instalado ou do ativo subjacente à locação por via de condição exigida pelos termos e condições do contrato de locação, é reconhecida uma provisão e mensurada de acordo com a IAS 37. Os referidos gastos são incluídos no correspondente ativo por direito de uso, na medida em que os gastos estejam relacionados com o mesmo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e Edifícios (a.)	Equipamento básico (b.)	Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Direito de superfície (c.)	Outros ativos	Total
Ativo bruto:							
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**87 151 426**	**105 626 334**	**847 955**	**8 306 239**	**2 574 007**	**200 695**	**204 706 655**
Alterações no perímetro (Nota 6)	5 183 812	48 247	219 885	457 452	-	-	5 909 395
Adições	9 889 002	12 593 840	-	5 471 913	-	-	27 954 755
Alienações, abates e regularizações (d.)	(353 433)	(2 110 755)	-	(1 010 007)	-	-	(3 474 195)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**102 075 864**	**116 157 665**	**1 067 839**	**13 225 596**	**2 574 007**	**200 695**	**235 301 666**
Adições	5 117 174	12 656 035	-	2 921 448	-	-	20 694 658
Alienações, abates e regularizações (d.)	(1 155 234)	(1 147 503)	40 650	(2 901 923)	-	-	(5 164 010)
Transferências	(349 924)	354 509	-	-	-	-	4 585
Regularizações	(339 779)	-	-	496	-	-	(339 283)
Transferências de ativos fixos tangíveis	-	154 508	-	-	-	-	154 508
Reavaliações	520 962	-	-	38 049	-	-	559 011
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**105 869 063**	**128 175 215**	**1 108 489**	**13 283 666**	**2 574 007**	**200 695**	**251 211 135**
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(21 384 519)**	**(62 493 513)**	**(847 619)**	**(4 032 931)**	**(382 131)**	**(200 695)**	**(89 341 409)**
Alterações no perímetro (Nota 6)	(1 543 850)	(32 726)	(43 977)	(111 165)	-	-	(1 731 717)
Depreciação	(7 932 741)	(12 906 182)	(36 898)	(2 343 188)	-	-	(23 219 009)
Alienações, abates e regularizações (d.)	112 709	1 861 171	-	909 930	-	-	2 883 810
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(30 748 401)**	**(73 571 249)**	**(928 495)**	**(5 577 354)**	**(382 131)**	**(200 695)**	**(111 408 325)**
Depreciação	(9 217 828)	(13 038 986)	(46 053)	(3 169 582)	(65 237)	-	(25 537 685)
Alienações, abates e regularizações (d.)	206 420	1 097 323	(40 650)	2 640 919	-	-	3 904 012
Regularizações	266 903	-	-	484	-	-	267 387
Transferências de ativos fixos tangíveis	-	(9 265)	-	-	-	-	(9 265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(39 492 907)**	**(85 522 177)**	**(1 015 197)**	**(6 105 533)**	**(447 368)**	**(200 695)**	**(132 783 877)**
Valor líquido:							
Em 31 de dezembro de 2024	**71 327 462**	**42 586 416**	**139 344**	**7 648 242**	**2 191 876**	**-**	**123 893 341**
Em 31 de dezembro de 2025	**66 376 156**	**42 653 038**	**93 292**	**7 178 133**	**2 126 639**	**-**	**118 427 258**

(a.) Os valores registados na rubrica Terrenos e edifícios respeitam essencialmente a contratos de arrendamento de instalações de saúde detidos por terceiros, nas quais o Grupo opera a sua atividade de prestação de saúde privada. A rubrica engloba também contratos de arrendamento de outras instalações, nas quais o Grupo desenvolve serviços de cariz administrativo e de apoio essencial à atividade (escritórios onde operam os serviços partilhados e o *call center*).

(b.) A rubrica Equipamento básico engloba, essencialmente, direitos de uso relativos a contratos de locação de equipamentos médicos. As adições ocorridas nesta rubrica, respeitam essencialmente à aquisição de diversos equipamentos médicos.

(c.) O valor registado na rubrica Direito de superfície respeita a um contrato de cedência em regime de direito de superfície, da Câmara Municipal de Cascais ao Hospital CUF Cascais, S.A. Este contrato respeita à cedência do direito de superfície do antigo Hospital Ortopédico José de Almeida, composto por dois imóveis situados no município de Cascais, e foi constituído pelo período de 40 anos.

(d.) Os abates e regularizações evidenciados estão relacionados com o término antecipado de contratos.

27. Ativos fixos tangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo e encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição e instalação, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo considera que os Imóveis afetos a serviços de saúde de unidades hospitalares (IASS) — que englobam as rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções — e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (TAI) constituem uma classe de ativos separada, baseada na natureza, características, utilização e riscos a ela associados, encontrando-se esta escriturada pela quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização. Quando a quantia escriturada dessa classe é aumentada ou diminuída como resultado de uma revalorização, a variação é reconhecida no capital próprio; no caso das diminuições, a redução é reconhecida até ao ponto de qualquer saldo remanescente existente no capital próprio com respeito a esse bem.

Os custos de manutenção e reparação correntes, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Com exceção dos terrenos e das obras de arte, que não são depreciáveis, os ativos fixos tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada, pelo método das quotas constantes, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
IASS, TAI e Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	2 - 20
Equipamento administrativo	2 - 17
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 20

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo de vender e o valor contabilístico) é reconhecido nos resultados do ano como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais (Notas 11 e 17), no ano em que o ativo é desreconhecido.

Para os ativos existentes, considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os Ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção, de instalação ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	IASS e TAI (a.) (b.)	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Outros ativos fixos tangíveis	Adiantamentos e tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**600 115 434**	**15 425 648**	**122 102 661**	**543 213 726**	**60 593 513**	**37 318 421**	**1 378 769 402**
Alterações no perímetro (Nota 6)	6 924 199	(219 649)	(1 664 030)	(3 131 427)	2 588 443	605 415	5 102 950
Adições	5 871 182	347 252	8 536 345	15 555 309	4 761 616	60 848 005	95 919 709
Alienações e abates	-	(805 004)	(398 855)	(332 137)	(707 279)	-	(2 243 275)
Transferências	-	-	4 254 995	37 358 636	1 013 045	(42 842 942)	(216 266)
Reclassificação para ativo não corrente detido para venda (d.)	-	(167 182)	(563 702)	-	(1 470)	-	(732 354)
Reclassificação para propriedades de investimento	-	(118 611)	(436 836)	-	-	-	(555 447)
Regularizações	55 692	715 993	71 713	362 032	2 463	(390 862)	817 030
Transferência para gastos operacionais	-	-	-	-	-	(8 976 683)	(8 976 683)
Reclassificação para propriedades de investimento (reexpressão)		(1 130 519)	(1 583 420)	(350 415)	(13 280)		(3 077 634)
Excedente de revalorização	29 098 768	-	(22 616)	326 874	(117 901)	-	29 285 125
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**642 065 276**	**14 047 928**	**130 296 254**	**593 002 597**	**68 119 149**	**46 561 354**	**1 494 092 557**
Adições	4 817 268	19 707	2 512 042	13 292 035	3 864 084	77 210 510	101 715 646
Alienações e abates	(689 000)	(6 831)	(69 017)	(26 045 647)	(945 845)	(263 565)	(28 019 905)
Transferências	18 159 111	-	5 696 112	56 742 791	1 036 216	(82 463 499)	(829 269)
Reclassificação para ativo intangíveis	-	-	-	-	-	(26 703)	(26 703)
Reclassificação para direito de uso	-	-	-	(154 508)	-	-	(154 508)
Regularizações	-	49 088	(2 979 464)	3 073 755	(2 801)	(569 173)	(428 594)
Transferência para gastos operacionais	-	-	-	-	-	(8 757 569)	(8 757 569)
Excedente de revalorização	18 357 782	-	-	-	-	-	18 357 782
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**682 710 437**	**14 109 892**	**135 455 928**	**639 911 023**	**72 070 803**	**31 691 355**	**1 575 949 438**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**(74 799 604)**	**(215 799)**	**(70 711 805)**	**(426 751 465)**	**(47 292 787)**	**-**	**(619 771 460)**
Alterações no perímetro (Nota 6)	-	215 799	2 984 980	9 172 774	(665 974)	-	11 707 579
Depreciação	(15 237 587)	-	(5 532 736)	(31 309 963)	(3 912 547)	-	(55 992 833)
Constituição de imparidades	(686 225)	-	-	-	-	-	(686 225)
Reversão de imparidades	5 414 442	-	-	74 617	-	-	5 489 058
Regularizações	-	-	95 295	88 006	2 629	-	185 931
Efeito da variação cambial	-	-	10 646	1 871	43 997	-	56 514
Alienações e abates	-	-	374 214	258 738	732 461	-	1 365 413
Transferências	-	-	3 179	62 550	(65 729)	-	-
Reclassificação para ativo não corrente detido para venda (d.)	-	-	215 480	-	1 470	-	216 950
Reclassificação para propriedades de investimento (reexpressão)	-	-	497 883	334 034	11 197	-	843 114
Reclassificação para propriedades de investimento	-	-	139 230	-	-	-	139 230
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(85 308 974)**	**-**	**(71 923 634)**	**(448 068 838)**	**(51 145 283)**	**-**	**(656 446 729)**
Depreciação	(16 340 218)	-	(5 883 624)	(39 676 815)	(4 516 947)	-	(66 417 603)
Constituição de imparidades	(637 331)	-	-	74 617	-	-	(562 714)
Regularizações	-	-	(5 088)	(4 812)	-	-	(9 900)
Alienações e abates	37 371	-	200 519	22 393 395	871 901	-	23 503 186
Transferências	-	-	2 441	(2 210)	2 086	(2 317)	-
Reclassificação para direito de uso	-	-	-	9 265	-	-	9 265
Outras Regularizações	608 795	-	42 898	283 646	100	-	935 439
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(101 640 356)**	**-**	**(77 566 488)**	**(464 991 751)**	**(54 788 143)**	**(2 317)**	**(698 989 055)**
Valor líquido:							
Em 31 de dezembro de 2024	**556 756 302**	**14 047 928**	**58 372 620**	**144 933 759**	**16 973 865**	**46 561 354**	**837 645 828**
Em 31 de dezembro de 2025	**581 070 080**	**14 109 892**	**57 889 440**	**174 919 272**	**17 282 660**	**31 689 038**	**876 960 383**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor de imparidade acumulada para os IASS era de 427 mil euros e 473 mil euros, respetivamente.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram alienados os imóveis da clínica de Alpendurada e um imóvel situado em Marco de Canaveses, resultando numa mais-valia consolidada de, aproximadamente, 139 mil euros. Adicionalmente, foi encerrada a Clínica de Vila Meã.

(a.) As avaliações dos imóveis são efetuadas anualmente por decisão da gestão e elaboradas por uma entidade externa registada na CMVM. Com referência a 31 de dezembro de 2025, a entidade especializada independente que realizou as avaliações foi a Ktesios Appraisal – Consultoria e Avaliações Imobiliárias, Lda. ("Ktesios"). As avaliações seguem métodos distintos, de acordo com as características de cada imóvel:

i) **Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Descobertas 1 e 2, Clínica CUF Almada, Clínica CUF S. João da Madeira, Clínica CUF Belém, Hospital CUF Cascais, Instituto CUF, Hospital CUF Torres Vedras, Hospital CUF Porto, Clínica CUF Marco de Canaveses, Clínica CUF Paredes e Clínica CUF Penafiel**
Para a avaliação destes imóveis foi utilizado o Método do Rendimento. O método do rendimento visa determinar o valor de um imóvel em função da sua capacidade de produzir rendimentos. Relaciona o rendimento futuro (num pressuposto de otimização e em atenção ao tempo de vida económica), com o seu valor presente e de forma a obter-se o valor de mercado (numa ótica de continuidade da utilização). Este método vocaciona-se para a determinação do valor presente de rendimentos futuros, segundo a valorização de mercado e o estado de conservação atuais.

Neste método, as taxas de capitalização utilizadas refletem o comportamento do mercado de habitação em Portugal, quando analisada a rentabilidade de projetos de investimento de médio/longo prazo. Pela análise das taxas de capitalização médias do mercado imobiliário de Portugal, concluiu-se que a taxa de 6,0% (6,5% em 2024) reflete o valor do rendimento esperado por um investidor no mercado de espaços destinados a serviços, para imóveis devolutos (imóveis que se encontram no mercado para arrendar).

ii) **Hospital CUF Santarém, Hospital CUF Açores e Clínica de Lousada**
Estes imóveis são os únicos imóveis afetos a serviços de saúde que não possuem contrato de arrendamento, uma vez que são detidos pela sociedade prestadora de cuidados de saúde (Hospital CUF Santarém, S.A, Hospital CUF Açores, S.A. e CUF Arrifana de Sousa, S.A.). Para a avaliação destes imóveis, a Ktesios utilizou o Método do Custo.

O método do custo tem por base a "obra nova" (construída recorrendo a tecnologia e materiais modernos) idêntica à do bem patrimonial em avaliação, acrescido de todos os encargos indiretos tidos com o desenvolvimento do projeto de investimento e de uma margem normal para o mercado e o risco do investimento considerado.

O custo da construção será afetado com um fator (fator ou coeficiente de conservação patrimonial), de modo a traduzir o estado de conservação patrimonial do bem à data da avaliação. A aplicação do método do custo obriga à estimativa dos valores do terreno edificado e do logradouro (infraestruturado ou livre). O valor do terreno é estimado com base no princípio da máxima utilidade (ou aptidão) e uso otimizado, tal como se estivesse livre.

As avaliações dos imóveis acima identificados foram ainda efetuadas tendo em conta o estado de uso atual dos imóveis. Para efeitos de cálculo foi utilizado o valor de transação de propriedades similares, obtido a partir da prospeção realizada, tendo sido ajustada às características dos imóveis em avaliação.

Os imóveis, considerados estratégicos para a operação privada da saúde, conforme indicado na Nota 51.4, foram dados como garantia real de empréstimos detidos pelo Grupo.

(b.) O saldo da classe IASS e TAI inclui, ainda, um terreno (com uma área total de 3 685 000 m2), situado em Sesimbra, para fins de promoção imobiliária (pertencente à filial Herdade do Vale da Fonte - Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.). No exercício de 2000, o Grupo procedeu a uma reavaliação do terreno, no valor de 8,3 milhões de euros; no exercício de 2008, reforçou a reavaliação em 8,4 milhões de euros, com base numa avaliação da CB Richard Ellis, que atribuía ao terreno um valor de 18 milhões euros. Durante o exercício de 2021, a CBRE Consultoria e Avaliação de Imóveis, Unipessoal, Lda. efetuou uma nova avaliação, determinando que o valor de mercado do terreno era de 12,5 milhões de euros; em consequência, nessa data, foi efetuado um ajuste negativo na revalorização do tereno no montante de 5,5 milhões

euros. No exercício de 2025, o Grupo solicitou uma nova avaliação do terreno, efetuada pela Right Value, Lda., que atribuiu o valor de 12 milhões euros, o qual originou um ajuste negativo de 0,6 milhões de euros na revalorização do terreno.

28. Propriedades de investimento

Política contabilística

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente imputáveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo, correspondendo o valor escriturado ao custo deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas nesta rubrica.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor da rubrica propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**12 491 683**	**4 887 235**	**17 378 918**
Adições	-	9 328	9 328
Alienações (a.)	(545 306)	(567 437)	(1 112 743)
Reclassificação de ativos fixos tangíveis	118 611	436 836	555 447
Reclassificação de ativos fixos tangíveis (reexpressão)	1 130 519	1 583 420	3 077 634
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**13 195 506**	**6 349 383**	**19 908 584**
Adições	-	1 060	1 060
Alienações e abates	(479)	(701 088)	(701 568)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**13 195 027**	**5 649 355**	**19 208 077**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**-**	**(1 650 849)**	**(1 650 849)**
Depreciação	-	(111 732)	(111 732)
Alienações (a.)	-	377 885	377 885
Reclassificação de ativos fixos tangíveis	-	(139 230)	(139 230)
Reclassificação de ativos fixos tangíveis (reexpressão)	-	(497 883)	(843 114)
Reclassificação para ativo não corrente detido para venda (Nota 40)	-	23 928	23 928
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(1 997 881)**	**(2 343 112)**
Depreciação	-	(149 055)	(149 055)
Alienações	-	259 718	259 718
Ajustamento	-	(3 045)	(3 045)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**(1 890 263)**	**(2 235 494)**
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2024	**13 195 506**	**4 351 502**	**17 565 472**
Em 31 de dezembro de 2025	**13 195 027**	**3 759 091**	**16 972 582**

(a.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Bondalti alienou um imóvel localizado em Estarreja, tendo apurado uma mais-valia de 447 mil euros (Nota 11).

29. Investimentos em associadas

Política contabilística

Os investimentos em associadas são reconhecidos inicialmente ao custo, que corresponde ao justo valor da contraprestação transferida para a sua aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (MEP). De acordo com o MEP, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado subsequentemente pelo valor correspondente à participação do grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas, por contrapartida de resultados do exercício ou de capitais próprios, conforme aplicável, e deduzidos dos dividendos recebidos.

O *goodwill* relacionado com a participada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

O detalhe dos investimentos em associadas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Partes de capital (a.)	Prestações acessórias	Partes de capital (a.)	Prestações acessórias
Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A. (b.)	108 938 091	160 586 824	-	-
MGICAPITAL – Sistemas de Gestão, S.A.	2 398 900	9 041 212	2 398 900	9 041 212
Greenimolis – Investimentos, S.A.	454 280	19 182 240	477 393	7 001 240
A.Q.P. – Aliada Química de Portugal, Lda.	804 764	-	977 651	-
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	430 973	-	376 979	-
Enkrott Química Cabo Verde	9 155	-	9 155	-
Rubicone Bidco, S.A. (b.)	-	-	104 846 245	202 521 405
Outros	-	-	4 250	-
	113 036 163	**188 810 276**	**109 090 574**	**218 563 857**
Perdas por imparidade (Nota 9)	**(2 398 900)**	**(9 041 212)**	**(2 398 900)**	**(9 041 212)**
	110 637 263	**179 769 065**	**106 691 674**	**209 522 645**

(a.) Esta rubrica inclui participações de capital e *goodwill*.

(b.) Em 19 de dezembro de 2024, a Rubicone MidCo B.V. (“MidCo”) e a JM Investimentos aprovaram um Projeto de Fusão entre a Rubicone BidCo, S.A. (“BidCo”) e a Brisa - Auto Estradas de Portugal S.A. (“Brisa”), no qual a BidCo

seria incorporada na Brisa, mediante a transferência global do património da BidCo, incluindo todos os bens, direitos, obrigações e posições contratuais para a Brisa à data de produção de efeitos da fusão, ocorrida em 16 de junho de 2025, que manteve a sua existência jurídica, extinguindo-se a BidCo. De acordo com o Projeto de Fusão, as ações representativas do capital da Brisa detidas pela BidCo foram atribuídas aos seus acionistas – MidCo e JM Investimentos – passando estas duas sociedades a ser as acionistas da Brisa, na mesma proporção das participações anteriormente detidas no capital social da BidCo.

Os ativos, passivos, capitais próprios e resultados líquidos das empresas associadas, relativos a dados estatutários das sociedades, isto é, antes de ajustamentos extra contabilísticos de harmonização às políticas contabilísticas do Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

	Ativo	Passivo	Capitais próprios	Resultado líquido
Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.	4 888 366 546	3 620 047 219	1 268 319 327	173 438 676
Greenimolis – Investimentos, S.A.	63 998 027	26 835 749	37 162 278	(48 609)
MGICAPITAL – Sistemas de Gestão, S.A.	5 227 313	24 945 092	(19 717 779)	1 836 756
A.Q.P. – Aliada Química de Portugal, Lda.	2 704 955	1 092 201	1 612 754	376 681
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	2 081 636	923 373	1 158 264	370 884
Enkrott Química Cabo Verde	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 de janeiro	**316 214 319**	**300 243 425**
Aplicação da equivalência patrimonial:		
Efeito em resultados	29 349 527	43 088 128
Efeito em capital próprio	(24 930 065)	(829 449)
Dividendos recebidos	(473 178)	(538 134)
Prestações acessórias	(29 753 581)	(25 753 902)
Outros	(693)	4 250
Saldo em 31 de dezembro	**290 406 328**	**316 214 319**

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados relativos a participações em associadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.	29 021 911	-
A.Q.P. – Aliada Química de Portugal, Lda.	187 964	360 851
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	163 956	44 168
Greenimolis – Investimentos, S.A.	(24 304)	1 778
Rubicone Bidco, S.A.	-	42 681 331
	29 349 527	**43 088 128**

30. Ativos financeiros disponíveis para venda

Políticas contabilísticas

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem investimentos em instrumentos de capital e outros ativos financeiros não derivados que não sejam classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos até à maturidade ou empréstimos.

No reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados ao justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável.

Subsequentemente, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor são reconhecidas em capitais próprios, na reserva de justo valor, até ao seu desreconhecimento ou até que seja identificada uma perda por imparidade, momento em que os ganhos ou perdas acumulados previamente reconhecidos em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício.

Nos casos em que não exista um mercado ativo que permita determinar de forma fiável o justo valor, os ativos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade, sempre que não seja possível estimar de forma fiável o seu justo valor.

Nestes casos, a entidade procede à avaliação regular da existência de indícios de imparidade, reconhecendo perdas por imparidade em resultados quando existam evidências objetivas de perda de valor que afetem os fluxos de caixa futuros esperados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 9)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 9)	Valor líquido
Ativos com valor de mercado disponível:						
Ações:						
Ynvisible Interactive Inc.	37 705	-	37 705	25 576	-	25 576
Outros:						
Fundo Shilling Founders Fund (a.)	2 983 721	-	2 983 721	2 962 624	-	2 962 624
DN Capital - Global Venture Capital VI SCSp (b.)	1 044 325	-	1 044 325	-	-	-
Fundo Faber Science II (c.)	915 762	-	915 762	1 000 000	-	1 000 000
Fundo Faber Science I (d.)	387 680	-	387 680	381 774	-	381 774
Hytlantic, S.A.	359 285	(182 139)	177 146	209 750	(140 457)	69 293
Portobello Capital Fondo V, FCR (e.)	213 752	-	213 752	-	-	-
Fundo Bem Comum FCR (f.)	-	-	-	272 375	-	272 375
Fundo de Compensação do Trabalho (g.)	-	-	-	135 084	-	135 084
	5 942 229	**(182 139)**	**5 760 090**	**4 987 183**	**(140 457)**	**4 846 726**
Ativos sem valor de mercado disponível:						
Partes de capital:						
Faber Partners, S.A. (associação em participação) (h.)	224 065	-	224 065	224 065	-	224 065
Guimarães de Mello, S.A.	97 500	-	97 500	97 500	-	97 500
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.	80 000	-	80 000	80 000	-	80 000
ColorADD Social Associação (f.)	36 800	-	36 800	-	-	-
Erase - Agrupamento para a Regeneração Ambiental dos Solos de Estarreja, ACE	22 628	(13 400)	9 228	22 628	(13 400)	9 228
Associação Hylab - Green Hydrogen Collaborative Laboratory	12 500	-	12 500	12 500	-	12 500
Fundo de Compensação do Trabalho	25 078	-	25 078	-	-	-
Outros	114 189	-	114 189	73 238	-	73 238
	612 760	**(13 400)**	**599 360**	**509 931**	**(13 400)**	**496 531**
	6 554 989	**(195 539)**	**6 359 450**	**5 497 114**	**(153 857)**	**5 343 257**

(a.) No exercício de 2021, o Grupo contratou um investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund, no montante de 3 090 000 euros, com entradas no capital diferidas no prazo máximo de 6 anos. Em 31 de dezembro de 2025, o capital por realizar ascende a 695 250 euros (Nota 36), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, calculado com base em informação reportada pelo Fundo, com referência a 30 de setembro de 2025.

(b.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo celebrou um acordo de subscrição de unidades de participação no fundo de capital de risco DN Capital - Global Venture Capital VI SCSp, no montante máximo de 5 milhões de euros. À data da demonstração consolidada da posição financeira, a quantia escriturada corresponde ao valor realizado na primeira chamada de capital, no dia 30 de outubro, por se considerar que corresponde ao seu justo valor.

(c.) No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo subscreveu 1 milhão de unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Science II (anteriormente designado Faber Tech III), no montante de 1 000 000 euros. Em 31 de dezembro de 2025, o capital por realizar ascende a 613 292 euros (Nota 46), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, calculado com base em informação reportada pelo Fundo, com referência a 30 de setembro de 2025.

(d.) No exercício de 2022, o Grupo subscreveu 250 mil unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Science I (anteriormente designado Faber Tech II), no montante de 250 000 euros. Em 31 de dezembro de 2025, o capital por realizar ascende a 17 522 euros (Nota 46), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, calculado com base em informação reportada pelo Fundo, com referência a 30 de setembro de 2025.

(e.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo celebrou um acordo de subscrição de unidades de participação no fundo de capital de risco Portobello Capital Fondo V, FCR, no montante máximo de 5 milhões de euros. À data da demonstração consolidada da posição financeira, a quantia escriturada corresponde ao valor realizado na 1.ª chamada de capital, por se considerar equivalente ao seu justo valor.

(f.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A. liquidou o Fundo Bem Comum FCR. Na sequência do término do período de liquidação, o Fundo procedeu ao reembolso das unidades de participação e ao pagamento do respetivo produto de liquidação aos últimos participantes, entre os quais a José de Mello Capital. Em resultado da partilha dos ativos do Fundo, o Grupo recebeu, entre outros ativos, uma quota de 291 euros, representativa de 2,28% do capital social da ColorADD (Miguel Neiva & Associados Design Gráfico, Lda.) e suprimentos reembolsáveis, no montante de 36 509 euros.

(g.) Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro, foram introduzidas alterações ao regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Em resultado dessas alterações, cessou definitivamente a obrigação de efetuar entregas para o Fundo, tendo igualmente sido alteradas as finalidades para as quais os montantes detidos podem ser utilizados. Face ao novo enquadramento legal e à expetativa de recuperação até 31 de dezembro de 2026, os montantes relativos ao FCT foram parcialmente reclassificados para a rubrica Outros devedores no ativo corrente (Nota 33).

(h.) No exercício de 2021, o Grupo celebrou um contrato de associação em participação, contribuindo com 250 000 euros para uma *capital pool* cujo montante global ascende a 1 500 000 euros, com o objetivo de participar na atividade da Faber Partners, S.A. A quantia escriturada corresponde ao valor do investimento, deduzido dos reembolsos efetuados pela sociedade de capital de risco, em *pro rata*, aos investidores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo celebrou um acordo de subscrição de unidades de participação no fundo de capital de risco Kibo Ventures Fund IV Innvierte, F.C.R.E., no montante máximo de 2 milhões de euros. No entanto, a primeira chamada de capital, no montante de 220 mil euros, apenas veio a concretizar-se em janeiro de 2026, razão pela qual, à data da demonstração consolidada da posição financeira, a quantia escriturada relativa a este investimento é nula.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos financeiros disponíveis para venda, relativamente aos quais não existe valor de mercado disponível (por não existirem preços de mercado, nem transações comparáveis), encontram-se, por essa razão, registados ao respetivo valor de custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

31. Ativos biológicos

Política contabilística

No reconhecimento inicial, os ativos biológicos são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo todos os gastos diretamente atribuíveis à sua instalação e desenvolvimento até ao momento em que se encontram em condições de produzir.

Subsequentemente, são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é calculada pelo método da linha reta, com início no momento em que o bem se encontra disponível para produção, ao longo da sua vida útil estimada.

Os ativos biológicos detidos pelo Grupo são constituídos por plantações de vinha (ativos biológicos de produção), com uma vida útil estimada de 20 anos.

Os movimentos ocorridos nos ativos biológicos, em 31 de dezembro de 2025, foram como segue:

	Vinha
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2024	-
Alterações no perímetro (Nota 6)	3 998 221
Adições	1 541
Alienações	(330)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3 999 432**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3 999 432**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2024	-
Alterações no perímetro (Nota 6)	(3 599 096)
Depreciação	(99 847)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(3 698 944)**
Depreciação	(74 202)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(3 773 146)**
Valor líquido:	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**300 488**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**226 286**

32. Impostos diferidos

Políticas contabilísticas

Os impostos diferidos ativos e passivos resultam de diferenças temporárias entre a base contabilística e fiscal dos ativos e passivos do Grupo, sendo reconhecidos de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, de forma a refletir adequadamente os efeitos fiscais das operações.

Os ativos por impostos diferidos correspondem a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis, correspondentes a diferenças entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

Os impostos diferidos são mensurados com base nas taxas fiscais aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de reporte, não sendo descontados, e refletem a forma como o Grupo espera recuperar ou liquidar os respetivos ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são revistos à data de cada demonstração consolidada da posição financeira e reduzidos na medida em que deixe de ser provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua utilização. Os ativos e passivos por impostos diferidos apenas são compensados quando existe um direito legalmente exequível de compensação e quando respeitam a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal.

Os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, exceto quando resultem de transações ou acontecimentos reconhecidos diretamente em capital próprio ou em outros rendimentos integrais, casos em que os respetivos efeitos fiscais são igualmente reconhecidos nessas rubricas.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, era o seguinte:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões não aceites fiscalmente	7 369 683	-	5 696 283	-
Prejuízos fiscais reportáveis (a.)	5 765 931	-	3 230 690	-
Benefícios dos empregados (b.)	830 021	-	961 016	-
Imparidades	621 538	-	562 970	-
Revalorização de ativos (d.)	215 065	34 658 781	101 342	30 543 439
Instrumentos financeiros derivados (c.)	64 635	169 799	282 759	-
Benefícios fiscais	1 201 623	-	-	-
Inventários	-	-	228 873	-
Outros	2 320 450	24 801	4 451 880	147 935
	18 388 946	**34 853 381**	**15 515 814**	**30 691 374**

(a.) Os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis respeitam, essencialmente, a resultados gerados desde 2024, no Grupo CUF, no montante de 5,28 milhões de euros, e no Grupo Bondalti, no montante de 0,5 milhões de euros. À data de 31 de dezembro de 2025, existem diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 208,4 milhões de euros (142,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), que, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor, podem resultar em ativos por impostos diferidos. Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2023, os prejuízos fiscais deixaram de ter data limite de reporte, mas ficaram limitados à dedução de 65% do lucro tributável.

(b.) O montante de impostos diferidos ativos respeitantes aos Benefícios dos empregados, respeita a um seguro de rendas vitalícias contratado pela CUF em janeiro de 2016. Este seguro permitiu dar cumprimento a um contrato existente desde 2000, onde a CUF se responsabilizou por assegurar um pagamento vitalício de uma renda a uma colaboradora que se reformou pela Segurança Social, em 1 de janeiro de 2016. O respetivo gasto é dedutível fiscalmente à medida que vai sendo pago.

(c.) Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica Ativos por impostos diferidos relativos a instrumentos financeiros derivados, apresenta um saldo de 65 mil euros (283 mil euros em 31 de dezembro de 2024), decorrente da celebração de contratos de swap (Nota 47).

(d.) No que concerne aos impostos diferidos passivos, estes dizem respeito à revalorização dos ativos fixos tangíveis, bem com às diferenças temporárias decorrentes das depreciações consideradas para efeitos fiscais.

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados e nas oportunidades de otimização fiscal disponíveis e identificadas.

33. Outros devedores correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas	17 026 360	-	17 047 988	-
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A. (a.)	6 222 007	63 437 984	5 502 334	65 532 657
Fundo de Compensação do Trabalho (b.)	2 340 306	-	-	2 295 857
Depósito caução (c.)	1 930 076	-	1 084 908	-
Adiantamento processo HBCC (d.)	1 641 757	-	1 641 757	-
Direito de superfície (e.)	1 500 000	-	1 962 700	-
Pessoal	1 012 620	-	953 937	-
Devedores duvidosos	723 495	-	724 787	-
Hospital de Vila Franca de Xira, E.P.E. (f.)	642 298	-	642 298	-
Reclamações fiscais e judiciais	88 874	-	103 074	-
Cauções (g.)	77 751	207 165	691 651	-
Fornecedores - saldos devedores	29 357	-	18 256	-
Lhea Association For Lifelong Health Education (h.)	-	1 350 000	-	1 350 000
Alienação de participações financeiras	-	-	1 500 000	-
Reembolso de IVA (Bélgica)	-	-	571 011	-
Outros devedores	3 414 442	75 533	3 566 890	9 499
	36 649 344	**65 070 682**	**36 011 591**	**69 188 013**
Perdas por imparidade (Nota 9)	**(8 040 735)**	**(63 437 984)**	**(7 136 923)**	**(65 901 314)**
	28 608 609	**1 632 698**	**28 874 669**	**3 286 699**

(a.) No exercício de 2021, foram exercidas pelas instituições de crédito as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis, no montante global de 152 milhões de euros, emitidos pela MGI Capital, S.A. (atualmente detida em 100% pela MGI Capital - Sistemas de Gestão, S.A., que por sua vez é detida em 50% pela JM Capital); nessa data a JM Capital assumiu a totalidade das opções, passando, em simultâneo, a deter um crédito sobre a sociedade Têxtil Manuel Gonçalves, S.A., no montante de 76 milhões de euros. Este crédito tem associado um plano de pagamento cujos prazos, devido a circunstâncias extraordinárias, nem sempre têm sido cumpridos, pelo que o Grupo, por prudência, entendeu registar a imparidade sobre a totalidade do crédito, acrescido dos juros aplicáveis (Nota 27). À medida que os pagamentos têm vindo a ocorrer, o Grupo tem procedido à respetiva reversão da imparidade registada (Nota 9).

(b.) O montante de 2,3 milhões de euros diz respeito ao FCT, que anteriormente se encontrava registado na rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda, e que se pretende resgatar, até 31 de dezembro de 2026, para promover formação aos colaboradores do Grupo.

(c.) Em 2022, no âmbito da suspensão de um processo de execução fiscal (Processo "SISA Expocomitur"), o Grupo constituiu um depósito caução a favor da

Autoridade Tributária e Aduaneira, no montante de 230 826 euros, em substituição parcial de uma hipoteca anteriormente prestada pela subsidiária SIT Cojo. Em 2023, essa garantia foi parcialmente substituída, através de um reforço do depósito caução no montante de 854 082 euros, mantendo-se, contudo, parte da garantia suportada pela hipoteca anteriormente constituída. Em 2025, o Grupo reforçou o depósito caução em 845 169 euros, passando as hipotecas anteriormente constituídas a estar integralmente substituídas por depósitos de caução associados ao referido processo de execução fiscal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante total do depósito caução ascende a 1 930 076 euros.

(d.) O montante de 1,6 milhões de euros é relativo ao processo de subsistemas e Hepatite C. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral (TA), para analisar prova não analisada no julgamento do processo de subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade da entidade Escala Braga (entretanto fusionada na CUF, S.A.). Como resultado, e ao abrigo da decisão do Tribunal Arbitral, o Grupo CUF devolveu o montante de 1,6 milhões de euros anteriormente liquidados pela Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN). Face ao descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber e uma provisão no mesmo montante, de aproximadamente 1,642 milhões de euros (Nota 10).

(e.) Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica inclui 1,5 milhões de euros, referentes ao montante a receber da Placegard, resultante da venda do direito de superfície em subsolo sobre uma parcela de terreno adjacente ao estacionamento do Edifício Expansão do Hospital das Descobertas.

(f.) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante de 642 mil euros, diz respeito aos valores de inventários que não foram devolvidos pelo Hospital Vila Franca de Xira, aquando do término do contrato de parceria público privada em 2021, o qual está incluído no acerto de contas final com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). Este montante tem associado uma perda por imparidade no mesmo montante.

(g.) Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica inclui: o montante de 160 000 euros concedidos como caução e garantia pela assinatura de um contrato, ao abrigo do qual, em troca de uma retribuição anual, passou a exercer-se os direitos de exploração de um conjunto de marcas, imóveis, vinhas, instalações e equipamentos e 47 166 euros como caução de arrendamento de um escritório em Carnaxide.

(h.) Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica inclui os montantes referentes a contratos mútuos com parceiros, que se materializaram em empréstimos concedidos a outras partes relacionadas do Grupo CUF.

34. Inventários

Políticas contabilísticas

As mercadorias e as matérias-primas encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, determinado pelo método do custo médio ponderado, o qual não excede o respetivo valor realizável líquido.

Os produtos acabados e em curso encontram-se mensurados ao custo médio de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta e gastos gerais de fabrico, incluindo as depreciações dos ativos produtivos calculadas com base em níveis normais de utilização. Estes inventários encontram-se valorizados pelo menor entre o custo de produção e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos necessários para efetuar a venda.

O custo dos inventários inclui: (i) custos de compra; (ii) custos de conservação; e (iii) outros custos incorridos para colocar os inventários nas condições pretendidas.

Sempre que o seu valor realizável líquido seja inferior ao custo, é reconhecida uma perda por imparidade, reduzindo o valor dos inventários. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida quando deixem de existir os pressupostos que lhes deram origem, até ao limite do custo originalmente registado.

As estimativas do preço de venda tomam em consideração acontecimentos ocorridos após a data de relato, na medida em que confirmem condições existentes àquela data.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 9)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 9)	Valor líquido
Mercadorias e matérias-primas:						
Matérias-primas (a.)	19 981 368	(1 377 022)	18 604 346	20 247 583	(1 815 799)	18 431 784
Materiais diversos	12 779 711	-	12 779 711	11 744 866	-	11 744 866
Mercadorias	6 799 129	(2 175 796)	4 623 333	7 762 813	(2 505 761)	5 257 052
Matérias subsidiárias	3 882 072	-	3 882 072	4 539 065	-	4 539 065
Embalagens	1 170 986	-	1 170 986	1 284 902	-	1 284 902
Matérias em trânsito	410 023	-	410 023	722 408	-	722 408
	45 023 288	**(3 552 818)**	**41 470 470**	**46 301 638**	**(4 321 560)**	**41 980 079**
Produtos em curso e acabados:						
Produtos acabados e intermédios	8 506 252	(13)	8 506 239	11 090 621	(13)	11 090 608
Produtos e trabalhos em curso	14 303 163	-	14 303 163	11 024 852	-	11 024 852
	22 809 415	**(13)**	**22 809 402**	**22 115 473**	**(13)**	**22 115 460**
	67 832 703	**(3 552 831)**	**64 279 872**	**68 417 111**	**(4 321 573)**	**64 095 538**

(a.) Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica Matérias-primas engloba: i) matérias (essencialmente benzeno) para a produção de produtos orgânicos e inorgânicos (7,2 milhões de euros); ii) material de consumo clínico (7,3 milhões de euros), iii) produtos farmacêuticos (3,7 milhões de euros) e iv) vinho (1,1 milhões de euros).

35. Clientes e adiantamentos a fornecedores

Política contabilística

Os clientes e outras contas a receber correspondem a ativos financeiros resultantes de contratos com clientes e de outras operações que originam direitos a receber, em numerário ou outro ativo financeiro.

O reconhecimento inicial ocorre quando a Sociedade se torna parte contratual do instrumento, sendo os saldos reconhecidos inicialmente pelo justo valor, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os saldos de clientes e outras contas a receber são registados pelo respetivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade de clientes e outras contas a receber são reconhecidas com base no modelo de perdas de crédito esperadas, refletindo a melhor estimativa das perdas associadas aos saldos à data da demonstração consolidada da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica Perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

O Conselho de Administração entende que, o valor contabilístico dos clientes e adiantamentos a fornecedores é próximo do seu justo valor, atendendo ao curto prazo de maturidade destes saldos e ao facto de não vencerem juros, sendo o efeito de desconto imaterial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 9)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 9)	Valor líquido
Clientes, conta corrente	147 687 686	(2 156 225)	145 531 461	155 704 468	(1 024 809)	154 679 659
Clientes de cobrança duvidosa	15 457 339	(15 457 339)	-	15 801 274	(15 801 274)	-
Clientes, títulos a receber	581 263	-	581 263	970 417	-	970 417
Adiantamentos a fornecedores	2 098 379	(6 636)	2 091 744	2 706 998	-	2 706 998
	165 824 668	**(17 620 200)**	**148 204 468**	**175 183 156**	**(16 826 082)**	**158 357 074**

No final do ano de 2025, foram desreconhecidos créditos de clientes no montante de 54,5 milhões de euros (41,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024) no âmbito de contratos de *factoring* celebrados com uma entidade bancária, considerando que, em resultado das respetivas condições contratuais, o Grupo deixou de reter o controlo sobre os referidos créditos, não mantendo os respetivos riscos e benefícios significativos à data da demonstração consolidada da posição financeira.

36. Ativos e passivos por imposto corrente e estado e outros entes públicos

Política contabilística

Os saldos ativos e passivos destas rubricas são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos do imposto corrente eram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2 136 249	5 228 347
	2 136 249	**5 228 347**
Saldos credores:		
RETGS, retenções e outros	7 582 091	8 349 028
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	196 630	50 747
	7 778 722	**8 399 775**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11 544 961	10 307 646
Outros	8 784	15 347
	11 553 745	**10 322 992**
Saldos credores:		
Contribuições para a Segurança Social	5 526 237	5 346 442
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3 092 949	3 279 981
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 026 737	3 604 357
Outros	7 238	7 503
	10 653 161	**12 238 283**

37. Outros ativos correntes

Política contabilística

O Grupo prepara as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o princípio do acréscimo, reconhecendo os rendimentos e os gastos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os gastos pagos antecipadamente são reconhecidos como ativos (gastos diferidos) e imputados a resultados de forma sistemática, ao longo do período a que respeitam. Os montantes recebidos antecipadamente

são reconhecidos como passivos (rendimentos diferidos) até ao momento em que sejam imputados a resultados.

Os gastos incorridos, mas ainda não faturados ou pagos são reconhecidos como acréscimos de gastos, e os rendimentos ainda não faturados ou recebidos são reconhecidos como acréscimos de rendimentos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Acréscimos de rendimentos:		
Rendimentos por produção não faturada (a.)	14 847 082	14 847 082
Prestação de serviços médicos não faturados (b.)	15 119 983	9 541 960
Rappel	9 187 848	9 431 625
Subsídios (c.)	2 025 659	6 280 448
Juros a receber	1 855 918	1 506 573
Performance fee	1 300 001	1 293 374
Notas de créditos a receber	1 212 275	462 394
Obras e equipamentos	-	1 913 000
Outros acréscimos de rendimentos	927 478	607 581
	46 476 245	**45 884 038**
Gastos diferidos:		
Seguros	1 736 754	2 016 380
Contratos de outsourcing de sistemas de informação	1 141 280	895 514
Rendas e alugueres	446 365	31 559
Comissão de garantia bancária (d.)	285 000	252 040
Bondalti *Summit*	186 000	-
Protocolos	102 000	140 000
Loja "Online"	28 318	41 389
Juros diferidos	8 161	24 484
Quotizações	-	35 000
Outros gastos diferidos	1 174 221	726 390
	5 108 100	**4 162 755**
Perdas por imparidade (Nota 9) (a.)	**(12 604 893)**	**(12 442 375)**
	38 979 452	**37 604 418**

(a.) Na rubrica Rendimentos por produção não faturada estão incluídos os acréscimos de rendimentos com a ARSLVT, I.P., decorrentes do apuramento da produção real de 2013 a 2020 (e que ainda se encontram em processo de conferência e encerramento), de acordo com o previsto no Contrato de Gestão do Hospital de Vila Franca de Xira, bem como acréscimos de serviços prestados e não faturados a terceiros e, ainda, medicamentos a faturar. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Produção do exercício de 2013	2 443 757	2 443 757
Produção do exercício de 2014	2 770 113	2 770 113
Produção do exercício de 2015	115 595	115 595
Produção do exercício de 2016	388 617	388 617
Produção do exercício de 2017	663 633	663 633
Produção do exercício de 2018	3 406 131	3 406 131
Produção do exercício de 2019	4 120 458	4 120 458
Produção do exercício de 2020	938 778	938 778
	14 847 082	**14 847 082**
Perdas por imparidade acumuladas	(11 304 151)	(11 304 151)
	3 542 931	**3 542 931**

O Grupo constituiu provisões relativas a disputas mantidas com a ARSLVT conforme referido na Nota 10, e que respeitam a riscos de responsabilidade de alguns dos montantes acima apresentados.

(b.) A rubrica Prestação de serviços médicos não faturados respeita a atos médicos prestados mas ainda não faturados aos clientes. Estes pendentes de faturação resultam essencialmente das seguintes situações: falta de termo de responsabilidade, faturação apenas no final do tratamento e falta de confirmação dos códigos de faturação.

(c.) Nesta rubrica está registado o montante do subsídio a receber pela Lifthium Energy, S.A., ao abrigo do

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito da candidatura 58 – New Generation Storage (NGS).

(d.) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de 285 000 euros (252 040 euros em 31 de dezembro de 2024), refere-se à periodização dos gastos financeiros com a garantia bancária suportada pela Bondalti Ibérica, S.A., relativa à OPA sobre a Ercros, S.A.

38. Instrumentos financeiros derivados

Políticas contabilísticas
O Grupo recorre a instrumentos financeiros que obedecem às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Derivados de negociação
Os instrumentos financeiros de negociação, nos quais se enquadram as carteiras discricionárias geridas com o objetivo de gerar lucros a curto prazo, seguem as políticas contabilísticas da IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Na data da transação, são reconhecidos pelo justo valor. Ao contrário de outras categorias, os custos de transação são reconhecidos imediatamente como gastos no período e não são somados ao valor do ativo. Em cada data de relato, o valor destes ativos é atualizado para o justo valor de mercado e as variações, ganhos ou perdas, são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados do exercício como ganhos na valorização de instrumentos financeiros derivados (Nota 18).

Derivados de cobertura
As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura são registadas no capital próprio, na rubrica Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura, na sua componente eficaz, e em Resultados financeiros, na sua componente não eficaz.

O Grupo tem instrumentos financeiros derivados de cobertura, que se destinam a minimizar os riscos de exposição a variações das taxas de juro.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, sendo mensurados pelo seu justo valor, considerando, para tal, avaliações efetuadas por instituições financeiras suportados em modelos matemáticos que se baseiam, essencialmente, em informação de mercado.

Existe uma relação direta entre o item coberto e o instrumento de cobertura, na medida em que as condições (período e taxa de referência) dos financiamentos e dos instrumentos de cobertura são as mesmas.

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros, o Grupo contratou três swaps de taxa de juro para cobrir a exposição a variações na taxa de juro associada a empréstimo obrigacionista e papel comercial. Os instrumentos de cobertura foram estruturados de forma a replicar as características financeiras do item coberto, permitindo a sua qualificação como relação de cobertura.

Os efeitos fiscais decorrentes das variações no justo valor dos instrumentos de cobertura reconhecidas em capital próprio são registados em impostos diferidos, em conformidade com a IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, refletindo o

impacto fiscal futuro das diferenças temporárias geradas.

As características dos instrumentos financeiros derivados de negociação em 31 de dezembro de 2025 eram as seguintes:

	Classificação	31 dez 2025
HSBC Global Liquidity Funds PLC	Fundo de investimento de capital variável	650 574
JP Morgan Liquidity Funds SICAV	Fundo de investimento de capital variável	650 557
New Capital UCITS Fund PLC Euro Value	Fundo de obrigações	600 826
New Capital UCITS Fund PLC Global High	Fundo de obrigações	200 743
European Specialist Investment Funds SICAV	Fundo de obrigações	701 181
MFS Meridian Funds SICAV Emerging	Fundo de obrigações	200 694
Nordea 1 SICAV - Flexible Fixed Income	Fundo de obrigações	500 814
PIMCO Funds: Global Investors Series	Fundo de obrigações	200 469
Vontobel Fund SICAV - Euro Corporate	Fundo de obrigações	501 033
AQR UCITS Fund SICAV - AQR APEX UCITS	Fundo de cobertura	150 923
AQR UCITS Funds SICAV - AQR Alternative	Fundo de cobertura	152 354
Eleva UCITS Fund SICAV - Eleva Absolute	Fundo de cobertura	202 118
Jupiter Asset Management Series PLC	Fundo de cobertura	200 764
		4 913 049

As características dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de empréstimos por obrigações (Nota 43.1) e papel comercial (Nota 43.3), em 31 de dezembro de 2025 e 2024, eram as seguintes:

				31 dez 2025		31 dez 2024
	Maturidade	Notional	Contraparte	Justo valor (ativo)	Justo valor (passivo)	Justo valor (passivo)
Swap de taxa de juro	jun/32	33 880 000	CCAM	-	273 879	1 171 329
Swap de taxa de juro	jun/32	105 000 000	CaixaBI	808 636	-	-
Swap de taxa de juro	jun/32	10 000 000	Haitong	85 046	-	-
				893 681	**273 879**	**1 171 329**

Os movimentos ocorridos nos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram os seguintes:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados de negociação:				
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisição	4 900 010	-	-	-
Variação do justo valor em resultados (Nota 18)	13 039	-	-	-
Reversão	-	-	-	-
Saldo final	**4 913 049**	**-**	**-**	**-**
Derivados de cobertura:				
Saldo inicial	-	1 171 329	-	862 383
Constituição	335 628	-	-	308 946
Reversão	-	(897 450)	-	-
Variação do justo valor em capital próprio	558 053	-	-	-
Saldo final	**893 681**	**273 879**	**-**	**1 171 329**
	5 806 730	**273 879**	**-**	**1 171 329**

39. Caixa e equivalentes a caixa

Políticas contabilísticas

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis, com risco insignificante de perda de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada de fluxos de caixa, esta rubrica compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos, da demonstração consolidada da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Depósitos bancários a prazo	148 943 806	128 508 946
Depósitos bancários à ordem	85 956 107	112 481 242
Numerário	2 399 535	4 163 390
	237 299 448	**245 153 578**
Descobertos bancários (Nota 43)	(25 553 025)	(7 001 895)
	211 746 423	**238 151 683**

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Depósitos bancários à ordem inclui o montante de 14,23 milhões de euros e 9,231 milhões de euros, respetivamente, referentes a créditos recebidos de clientes cedidos a entidades bancárias no âmbito de contratos de *factoring*.

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos bancários a prazo incluem depósitos fiduciários, no montante de 5 milhões de euros.

40. Ativos não correntes detidos para venda

Políticas contabilísticas

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor contabilístico for essencialmente recuperado através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre o valor contabilístico antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender. Os ativos com vida útil definida deixam de ser amortizados/depreciados desde a data da classificação como detidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Ativos não correntes detidos para venda decompõe-se da forma seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 de janeiro	491 476	-
Transferência de propriedades de investimento (Nota 27)	-	491 476
Alienação	(491 476)	-
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**491 476**

Em 30 de junho de 2025, foi celebrada a escritura de venda de um imóvel, pelo montante de 2,5 milhões de euros, detido pelo Grupo, concretamente, o 4.º piso do número 19 da Rua D. Luís I, na freguesia da Misericórdia, em Lisboa, cuja negociação para venda se encontrava em estado bastante avançado no final do exercício de 2024, razão pela qual o mesmo se encontrava classificado na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, pelo valor líquido contabilístico de 491 476 euros, tendo sido apurada uma mais-valia contabilística de 2 008 524 euros (Nota 11).

41. Capital

Política contabilística

Em cumprimento do disposto no artigo 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato da Sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital no montante de 25 000 000 euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5 000 000 ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

À data da demonstração consolidada da posição financeira não existem títulos emitidos que confiram aos seus detentores direitos especiais, além daqueles que se encontram consignados nos estatutos da Sociedade (caso das ações) e nas condições gerais de emissão dos empréstimos obrigacionistas (caso das obrigações).

42. Outras rubricas do capital próprio

Reserva legal

De acordo com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) a Sociedade é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% dos lucros obtidos no exercício, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, a não ser em caso de dissolução da Sociedade, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Reserva legal ascendia a 5 000 000 euros, encontrando-se constituída pelo seu limite máximo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura

Esta rubrica inclui as variações no justo valor dos

instrumentos financeiros derivados designados em relações de cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, líquidas do respetivo efeito fiscal. Estas variações são reconhecidas em capitais próprios, na componente de reserva de cobertura.

Nos termos da legislação em vigor, os montantes reconhecidos em capitais próprios apenas se tornam distribuíveis quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, extintos ou liquidados.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

Nos termos do n.º 2 do artigo 32.º do CSC, os montantes reconhecidos em reservas de revalorização apenas se tornam distribuíveis quando os ativos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, realizados, extintos ou liquidados.

Esta rubrica inclui as variações decorrentes de aumentos ou reduções no justo valor dos IASS e dos TAI (Nota 27) líquidas do respetivo efeito fiscal. Estas variações são reconhecidas em capitais próprios, na reserva de revalorização.

Resultados transitados

Esta rubrica reflete a apropriação dos resultados de anos anteriores realizados e não distribuídos, da Empresa, das empresas controladas e das empresas associadas.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de resultados transitados distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras separadas da Empresa, apresentadas de acordo com as IFRS.

43. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	280 391 660	183 824 277
Empréstimos bancários	276 688 205	456 429 315
Papel comercial	74 774 492	67 573 657
	631 854 357	**707 827 249**
Passivos correntes:		
Papel comercial	115 902 257	53 247 419
Empréstimos bancários	85 473 090	81 841 637
Descobertos bancários (Nota 39)	25 553 025	7 001 895
Factoring (a.)	14 229 533	9 430 013
Empréstimos por obrigações	9 336 450	18 093 203
Contas corrente caucionadas	236 025	70 000
	250 730 379	**169 684 166**
	882 584 736	**877 511 415**

(a.) A 31 de dezembro de 2025, esta rubrica refere-se, essencialmente (14,2 milhões de euros), a créditos de clientes cedidos no âmbito de contratos de *factoring* sem recurso. Este instrumento financeiro permite a antecipação de recebimentos, mantendo, contudo, o risco de crédito sobre os clientes na esfera do Grupo.

43.1. Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos por obrigações eram compostos pelas seguintes emissões:

			31 dez 2025		
Emitente	**Taxa de juro**	**Maturidade**	**Valor nominal**	**Corrente**	**Não corrente**
José de Mello Capital/2025 - Bonds A (a.)	Euribor a 6M + 2,6%	jun./32	101 150 000	8 495 015	85 217 635
CUF SGPS S.A. 2024-2029 (b.)	Euribor a 6M + 4,75%	dez/29	93 500 000	-	92 108 021
José de Mello Saúde 2019/2027 (b.)	Euribor a 6M + 3,875%	jan/27	61 710 000	-	57 532 029
José de Mello 2023 1ª (c.)	Taxa fixa 4,5%	jun./28	32 300 000	33 105	31 943 739
José de Mello Capital/2025 - Bonds B (a.)	Euribor a 6M + 2,6%	jun./32	10 550 000	18 073	10 550 000
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (d.)	Euribor a 6M + 1,275%	jun./27	4 000 000	789 910	1 590 236
José de Mello, SGPS, S.A.	Euribor a 6M + 0,75%	jun./28	1 450 000	347	1 450 000
				9 336 450	**280 391 660**

			31 dez 2024		
Emitente	**Taxa de juro**	**Maturidade**	**Valor nominal**	**Corrente**	**Não corrente**
CUF SGPS S.A. 2024-2029	Euribor a 6M + 4,75%	dez./29	93 000 000	-	91 745 587
José de Mello Saúde 2019/2027	Euribor a 6M + 3,875%	jan./27	61 710 000	1 746 232	56 044 158
José de Mello Saúde 2019/2025	Euribor a 6M + 3,75%	mai./25	35 000 000	15 020 000	-
José de Mello 2023 1ª	Taxa fixa, 4,5%	jun./28	32 300 000	29 965	32 205 066
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028	Euribor a 6M + 1,275%	dez./28	3 200 000	786 401	2 379 465
José de Mello, SGPS, S.A.	Euribor a 6M + 0,75%	jun./28	1 450 000	406	1 450 000
Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A.	Euribor a 6M + 2,00%	jun./25	310 000	310 119	-
José de Mello, SGPS, S.A.	Euribor a 6M + 2,00%	dez./25	200 000	200 079	-
				18 093 203	**183 824 277**

(a.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo emitiu 11 170 milhões de obrigações, com valor nominal unitário de 0,01 euros, num montante global de 111 700 000 euros composto por duas tranches (Bonds

A e Bonds B). Este empréstimo obrigacionista tem uma taxa de juro variável, indexada à taxa Euribor a 6 meses. Em simultâneo, para a tranche Bonds A foi negociada cobertura através de swap de taxa fixa (Nota 28).

(b.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a CUF SGPS emitiu em mercado regulado 120 mil obrigações, com um valor nominal unitário de 500 euros no valor global de 60 milhões de euros, mensurado pelo custo amortizado.

Denominada "Obrigações ligadas à sustentabilidade CUF SGPS S.A. 2024-2029", esta emissão dirigiu-se ao público em geral. A emissão tem um prazo de 5 anos e seis meses, beneficiando de uma taxa de juro fixa bruta de 4,75% ao ano. As obrigações foram admitidas à negociação no Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. e o reembolso ocorrerá a 11 de dezembro de 2029.

As obrigações são ligadas a critérios de sustentabilidade e a CUF compromete-se a pagar uma remuneração adicional de 1,25 euros por cada obrigação na data de reembolso destas, caso a CUF SGPS não cumpra as metas de desempenho de sustentabilidade definidas no âmbito desta emissão.

Em outubro de 2024, ocorreu ainda uma operação de *Exchange* e de *New Money* entre as obrigações da CUF SGPS 2024-2029, da José de Mello Saúde 2019/2025 e da José de Mello Saúde 2019/2027. O montante total cifrou-se nos 33,5 milhões de euros, dividido da seguinte forma:

- *Exchange* das obrigações da José de Mello Saúde 2019/2025 no montante de 18,38 milhões de euros;
- *Exchange* das obrigações da José de Mello Saúde 2019/2027 no montante de 4,76 milhões de euros;
- *New Money* de 10,36 milhões de euros.

As obrigações da CUF SGPS 2024-2029 passaram, assim, a ter o valor nominal de 93,5 milhões de euros, encontrando-se reconhecido pelo custo amortizado, pelo montante de 92,108 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2025.

As obrigações da José de Mello Saúde 2019/2027 têm, em 31 de dezembro de 2025, um valor 57,5 milhões de euros, reconhecido ao custo amortizado.

Estas duas emissões têm incluídas obrigações de cumprimento do rácio de endividamento "Dívida Financeira Líquida/EBITDA". Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo CUF cumpria os *covenants* financeiros em todos os empréstimos por obrigações.

(c.) A emissão obrigacionista "José de Mello 2023 1.ª" corresponde a obrigações escriturais e nominativas, com data de reembolso no dia 15 de junho de 2028 e taxa de juro fixa bruta de 4,5%. Esta emissão tem como finalidade o refinanciamento de novos projetos e a gestão da tesouraria.

(d.) A emissão obrigacionista "Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028" visa financiar o projeto de investimento realizado pela José de Mello Capital na remodelação do edifício de escritórios na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o qual incorporou diversas medidas de eficiência energética e utilização de materiais mais sustentáveis e sem substâncias nocivas, mas também de valorização do capital humano (incluindo a criação de espaços mais confortáveis, modernizados e seguros para os colaboradores, assim como a criação de acesso a utentes de mobilidade reduzida na entrada do edifício) tendo, assim, impactos ambientais e sociais positivos.

43.2. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Empréstimos bancários tem a seguinte composição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Financiamentos sindicados (a.)	30 478 212	95 728 683	45 895 607	230 563 189
Contratos de Mútuo	32 980 760	159 288 365	32 918 145	187 176 416
Outros financiamentos (b.)	22 014 118	21 671 156	3 027 884	38 689 711
	85 473 090	**276 688 205**	**81 841 637**	**456 429 315**

(a.) Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica inclui montante de 27,3 milhões de euros relativo a um financiamento concedido à Bondalti na sequência da reestruturação, em 2019, da sua dívida financeira, concretizada num financiamento sindicado de médio e longo prazo com 8 instituições de crédito, o que permitiu refinanciar a totalidade da sua dívida e criar condições para novos investimentos nos exercícios seguintes; este financiamento pressupõe o cumprimento de rácios de autonomia financeira com um mínimo de 25% e do endividamento líquido sobre o EBITDA com um máximo de 3,25x. Na data do fecho do exercício, os rácios estavam a ser cumpridos.

(b.) Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica inclui os montantes de 2,1 milhões de euros de um financiamento de médio e longo prazo contratado pela Bondalti junto do Banco Caja Rural del Sur e 7,3 milhões de euros relativo a um empréstimo contraído junto do Banco de Sabadell, S.A., para financiar parcialmente a compra dos dois imóveis assignados à atividade de residências assistidas localizados na Junqueira e na Parede, onde o Grupo exerce a atividade de exploração e gestão de estabelecimentos de apoio e assistência a idosos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo tinha contratadas linhas de crédito não utilizadas nos montantes de 312,8 milhares de euros e 90,2 milhares de euros, respetivamente.

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Até 1 ano	85 473 090	81 841 636
	85 473 090	**81 841 636**
Mais de um ano e não mais de cinco anos	221 521 618	322 046 702
Mais do que cinco anos	55 166 586	134 382 613
	276 688 205	**456 429 315**
	362 161 295	**538 270 952**

43.3. Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a dívida por papel comercial apresentava a seguinte decomposição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
Segmento	**Corrente**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Não Corrente**
Saúde (a.)	88 210 758	61 694 835	52 197 419	67 573 657
Indústria química	23 000 000	-	-	-
Vinho	3 500 000	-	1 050 000	-
Outros (b.)	1 191 499	13 079 658	-	-
	115 902 257	**74 774 492**	**53 247 419**	**67 573 657**

(a.) No Grupo CUF, foram contratados cinco programas de papel comercial para financiamento de tesouraria de curto prazo com um limite de 134 milhões de euros, dos quais 84 milhões de euros se encontravam utilizados à data da demonstração consolidada da posição financeira.

O Grupo CUF tem ainda contratados dois programas de papel comercial de longo prazo para financiamento da obra do Hospital CUF Tejo, S.A., com um limite de 68,3 milhões de euros, encontrando-se por liquidar o montante de 66 milhões de euros, à data da demonstração consolidada da posição financeira.

Apesar de existirem programas com maturidade superior a um ano, existem renovações anuais, sem possibilidade de renovação unilateral por parte do Grupo CUF, pelo que o papel comercial é todo classificado como corrente, com exceção do programa de papel comercial da subsidiária CUF – Investimentos Imobiliários, S.A. (contratado com a Caixa de Crédito Agrícola para financiamento da construção do Hospital CUF Tejo), dado que existe uma tomada firme por parte do banco.

Estes programas de papel comercial preveem *covenants* financeiros comuns em contratos de financiamento. Os contratos têm incluídas obrigações de cumprimento dos seguintes rácios de endividamento: Dívida Financeira Líquida (considerada dívida financeira bruta deduzidos de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros) / EBITDA (correspondente ao Resultado Operacional acrescido de Amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade) e Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo). Estes *covenants* financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CUF.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo CUF cumpria todos os *covenants* financeiros nos programas de papel comercial. De salientar que, embora não tenham existido alterações nos montantes ou prazos contratados, foram assinados dois aditamentos ao financiamento do Hospital CUF Tejo, que incluem *convenants* ESG (*Environmental, Social and Governance*), nomeadamente a medição anual de performance ao nível da Qualidade e Segurança Clínica, bem como de indicadores de Sustentabilidade de acordo com os índices GRI, tendo sido definidos KPI (*Key Performance Indicators*) graduais, a partir de 2023 e até final dos programas de financiamento, cujo incumprimento não impacta a segregação da dívida.

O imóvel do Hospital CUF Tejo encontra-se constituído como garantia real no programa de papel comercial com o montante contratado de 68,3 milhões de euros.

(b.) A JM Capital tem contratado um programa de papel comercial, para financiamento de tesouraria, dividido em duas tranches – uma primeira tranche com limite de 13,85 milhões de euros e uma segunda tranche com um limite de 21,15 milhões de euros. À data da demonstração consolidada da posição financeira, encontravam-se utilizados 14,7 milhões de euros (13,25 milhões de euros da primeira tranche e 1,45 milhões de euros da segunda tranche). O papel comercial tem uma taxa de juro variável, indexada à taxa Euribor a 6 meses. Para a primeira tranche deste papel comercial foi contratado um instrumento financeiro destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro sob a forma de swap de taxas de juro, sendo que as condições (período e taxa de referência) são as mesmas (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo tinha contratadas linhas de papel comercial não utilizadas, nos montantes de 92 milhares de euros e 86,5 milhares de euros, respetivamente.

44. Credores por locações

Política contabilística

Na data do início da locação, o Grupo reconhece um passivo de locações mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros da locação. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como gasto do exercício.

Subsequentemente, o valor do passivo de locação é mensurado: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo de locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa.

Tendo em conta que os contratos de locação não apresentam uma taxa implícita, considerou-se, para o desconto das rendas, uma taxa de juro incremental que varia de acordo com a maturidade do contrato de locação da categoria identificada pelo Grupo.

As rendas vincendas de contratos de locação em vigor em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentavam as seguintes maturidades:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Pagamentos mínimos da locação financeira:		
Não mais de um ano	27 862 176	26 193 542
	27 862 176	**26 193 542**
Mais de um ano e não mais de cinco anos	60 170 660	63 163 463
Mais do que cinco anos	35 529 128	37 148 167
	95 699 789	**100 311 630**
	123 561 965	**126 505 172**

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram reconhecidos os seguintes montantes em gasto:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Valor dos gastos reconhecidos no exercício:		
Amortização e depreciação do direito de uso (Nota 26)	25 537 685	23 219 009
Juros dos contratos de locação (Nota 18)	6 156 695	6 313 490
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor (a.)	5 584 768	5 024 276

(a.) O Grupo tem alguns contratos de locação com duração inferior a 12 meses e de baixo valor. Nessas situações o Grupo reconhece as respetivas rendas como gastos operacionais (Nota 14), quando incorridos.

45. Benefícios aos empregados

Políticas contabilísticas

As respetivas políticas contabilísticas podem ser consultadas na Nota 15.

Existem no Grupo planos de benefícios definidos com pensões de reforma e planos de saúde, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o gasto determinado por esses estudos. Estes planos são os seguintes:

45.1. Benefícios de reforma

Segmento Saúde

A subsidiária Hospital CUF Tejo, S.A. tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é atualizada anualmente de acordo com um estudo atuarial realizado com uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no ativo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manutenção da "retribuição, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde". O complemento de reforma não se enquadra nesta obrigatoriedade e deixou de ter efeito a partir de fevereiro de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do Hospital CUF Tejo.

Segundo o relatório de avaliação preparado pela CFPO Consulting – Soluções Atuariais e Financeiras, Lda., aprovado pela Administração do Grupo CUF para efeitos de relato financeiro, o valor atual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração consolidada da posição financeira, é estimado em 686 mil euros (758 mil euros em 2024), tendo a provisão para pensões de reforma sido ajustada em conformidade.

A avaliação atuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efetuada segundo o método Projected Unit Credit, tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Taxa de desconto	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade:		
Para homens	TV 88/90	TV 88/90
Para mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Número de reformados	43	45
Idade média	81,02	80,07

Segmento Indústria química

Algumas empresas do Grupo Bondalti têm compromissos para com alguns dos seus antigos e atuais colaboradores, e somente com estes, com quem foi assumida a responsabilidade de pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

A fim de estimar as suas responsabilidades, as empresas do Grupo Bondalti têm o procedimento de obter, no final de cada ano, um relatório de avaliação atuarial, apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros, Lda. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os estudos atuariais quantificaram o montante dos compromissos por serviços passados em 1,6 milhões de euros e 1,9 milhões de euros, respetivamente, sendo a responsabilidade para com estes benefícios ajustada para esse montante.

Os estudos atuariais suprarreferidos foram efetuados utilizando o método denominado por Projected Unit Credit, e têm os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Taxa de crescimento salarial para a Segurança Social	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	-	2,00%
Taxa de desconto	3,25%	3,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	-	0,75%
Revalorização dos salários da Segurança Social	0,00%	1,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV80	EKV80

45.2. Benefícios de saúde

A B. Chemicals tem ainda a responsabilidade de suportar os custos com internamento, consultas e intervenções cirúrgicas, conforme regulamento dessa subsidiária e acordo vigente com o Hospital CUF Tejo, bem como a parte não comparticipada dos medicamentos pelo Serviço Nacional de Saúde (apenas os medicamentos sujeitos a comparticipação pelo Serviço Nacional de Saúde) de alguns dos seus antigos (oriundos da ex-Quimigal) e atuais colaboradores, e somente a estes, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi criada uma provisão para o efeito, a qual é atualizada de acordo com um estudo atuarial realizado por uma entidade especializada independente. Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros, Lda., o valor das responsabilidades com serviços passados da B. Chemicals com atos médicos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é estimada em 200 mil euros e 203 mil euros, respetivamente, registada na rubrica Benefícios aos empregados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos na rubrica Benefícios aos empregados foram os seguintes:

	Plano Pensões de Reforma	Plano de atos médicos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	**2 460 025**	**235 223**	**2 695 248**
Custo dos juros	48 543	-	48 543
Benefícios pagos	(247 209)	-	(247 209)
Ganhos e perdas atuariais	358 916	(32 052)	326 863
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2 620 275**	**203 171**	**2 823 446**
Custo dos juros	52 466	-	52 466
Benefícios pagos	(308 064)	-	(308 064)
Ganhos e perdas atuariais	(37 645)	(3 439)	(41 084)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2 327 032**	**199 732**	**2 526 764**

46. Outros credores correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
Segmento	**Corrente**	**Não Corrente**	**Corrente**	**Não Corrente**
Fornecedores de investimentos (a.) (b.)	15 621 905	265 400	17 427 048	743 456
Adiantamento IAPMEI (c.)	12 900 000	-	5 989 000	-
Honorários (d.)	8 215 055	-	7 664 123	-
Antigos acionistas (e.)	1 023 357	-	1 591 000	-
Aquisição de investimentos financeiros (f.)	304 969	4 739 246	1 062 402	5 129 880
Adiantamentos ao pessoal e sindicatos	795 280	-	757 019	-
Donativos	86 000	-	-	-
Garantias e cauções	53 774	-	43 984	-
Direito de concessão (g.)	25 171	1 126 290	25 171	1 154 095
Credores por subscrições não liberadas (h.)	-	1 326 064	247 291	2 185 854
Entidades relacionadas	-	161 478	-	2 458 269
Autoridade Nacional de Proteção Civil	-	-	140 000	-
Outros credores	1 843 503	318 713	2 520 540	313 103
	40 869 015	**7 937 191**	**37 467 578**	**11 984 658**

(a.) Não corrente: Esta rubrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, diz respeito à dívida de 265 400 euros (743 456 euros em 2024) da

Bondalti Cantábria, S.A. ao principal fornecedor de equipamentos (Solvay) adquiridos para a reconversão da fábrica de cloro-álcalis, situada em Torrelavega e que só será liquidada num prazo superior a um ano.

(b.) Corrente: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de Fornecedores de investimentos reflete, principalmente, a aquisição de equipamentos usados na Paragem Geral de Manutenção do Polo Químico de Estarreja e na Reconversão Tecnológica da Eletrólise, projetos que decorreram durante o ano 2025.

(c.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica refere-se à devolução do adiantamento recebido no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ao IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., devido a alterações ocorridas na Bondalti H2, decorrentes da reconfiguração do projeto de hidrogénio verde, que levou à definição de um novo calendário de execução. Por esse motivo, iniciou-se um processo de devolução do subsídio recebido, conforme previsto contratualmente.

(d.) A rubrica Honorários refere-se aos valores a liquidar a profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e auxiliares) do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente.

(e.) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica refere-se ao montante a pagar, no valor de 1,023 milhões de euros, aos anteriores acionistas da Grupo Aguas Alfaro, relativo ao passivo contingente associado à aquisição das ações.

(f.) Esta rubrica inclui os montantes a pagar relativos à aquisição dos seguintes investimentos financeiros: opção de compra dos remanescentes 20% da Preveris, no montante de 4,2 milhões de euros; Hospital CUF Trindade (640 mil euros em 2025 e 1,049 milhões de euros em 2024) e Clínica Dr. Luís Álvares, S.A. (90 mil euros em 2025 e 270 mil euros em 2024).

(g.) Este montante corresponde ao valor presente da obrigação futura de pagamento do direito de exploração do WineStone Group (Nota 25), cuja mensuração subsequente, de acordo com a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, é efetuada pelo justo valor através de resultados.

(h.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica inclui:
i. o capital por realizar, no montante de 695 mil euros (1,391 milhões de euros em 2024), do investimento no Fundo Shilling Founders Fund (Nota 30);
ii. o capital por realizar, no montante de 18 mil euros (43 mil euros em 2024), no prazo máximo de 5 anos, do investimento no Fundo Faber Science I (Nota 30);
iii. o capital por realizar no Fundo Faber Science II, no montante de 613 mil euros (1 milhão de euros em 2024) (Nota 30).

47. Fornecedores e adiantamentos de clientes

Política contabilística

Os fornecedores e outros credores correspondem a passivos financeiros resultantes da aquisição de bens ou serviços e de outras obrigações que conferem a terceiros o direito de receber numerário ou outro ativo financeiro.

O reconhecimento inicial ocorre quando a entidade se torna parte contratual da obrigação, sendo os saldos reconhecidos inicialmente pelo justo valor, deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Subsequentemente, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja conhecido e significativo).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Fornecedores, conta corrente	139 200 268	150 815 851
Fornecedores, faturas em receção e conferência	14 674 135	12 592 703
Fornecedores, títulos a pagar	580	4 016
Adiantamentos de clientes	9 585 885	9 716 104
	163 460 868	**173 128 673**

48. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	62 371 629	59 691 787
Honorários médicos a liquidar (a.)	11 973 824	6 360 654
Gastos operacionais (b.)	7 849 479	11 003 377
Informática	2 373 376	780 050
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	1 462 399	1 003 002
Distribuição e *marketing*	749 705	433 099
Taxas de recursos hídricos e tratamento de afluentes	552 000	502 242
Estudos e consultas	279 052	78 731
Juros, comissões e encargos bancários	240 076	606 447
Notas de crédito a emitir	199 000	203 000
Refaturações	150 973	147 833
Rendas e alugueres	12 717	-
Outros acréscimos de gastos	1 398 466	731 749
	89 612 697	**81 541 970**
Rendimentos diferidos:		
Subsídios para investimento (c.)	21 887 613	21 983 598
Subsídios de Direitos de emissão	10 571 743	9 241 649
Responsabilidade por emissão de notas de crédito (d.)	4 708 666	4 708 666
Direito de superfície	231 000	392 700
Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) (e.)	198 982	-
Faturação	16 639	216 616
Rendas e alugueres	24 160	18 327
Outros rendimentos diferidos	3 008 879	2 329 075
	40 647 681	**38 890 630**
	130 260 378	**120 432 601**

(a.) A rubrica Honorários refere-se à estimativa de valores a liquidar aos profissionais de saúde do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é baseada no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço e nos tempos de trabalho realizados.

(b.) Nesta rubrica constam os acréscimos de gastos efetuados no fecho do ano, referentes às rubricas Custo das vendas, Fornecimentos e serviços externos

(MCDT, Seguros e Trabalhos Especializados), Gastos com o pessoal e Outros gastos operacionais.

(c.) Os valores dos subsídios recebidos pelo Grupo Bondalti, visam implementar reformas e/ou apoiar as empresas na transição para a sustentabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, o valor evidenciado diz, essencialmente, respeito a 21,5 milhões de euros de um subsídio concedido para o Projeto C11 Repower, concedido pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., destinado a proceder à reconversão tecnológica do Polo Químico de Estarreja, com vista à sua descarbonização, através da criação de um parque fotovoltaico, instalação de baterias de armazenamento de energia e renovação de eletrolisadores.

(d.) A rubrica Responsabilidade por emissão de notas de crédito respeita a responsabilidades reconhecidas para com a ARSLVT, IP em resultado da diferença entre os montantes adiantados ao longo dos exercícios 2020 e 2021 e a produção real efetuada. Esta situação resulta do fecho do valor faturado, que é o contratado, ser superior ao valor real de produção apurado pelo Grupo CUF naqueles exercícios.

(e.) No âmbito do PEPAC, o montante registado corresponde à parcela do subsídio ainda não imputada a resultados, sendo o mesmo reconhecido de forma sistemática ao longo dos períodos em que são incorridos os gastos que se destinam a compensar.

49. Notas à demonstração consolidada dos fluxos de caixa

49.1. Recebimentos relativos a investimentos financeiros

Os recebimentos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam às seguintes entidades:

Contraparte	Classificação	31 dez 2025	31 dez 2024
Rubicone Bidco, S.A.	Prestações acessórias	41 934 581	28 543 559
Renoeste - Valorização de Recursos Naturais, S.A.	Alienação de participação financeira	1 500 000	1 558 000
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Prestações acessórias	2 450 000	-
Fundo Bem Comum FCR	Liquidação	50 445	-
Fundo Faber Science II	Acerto	5 387	-
Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada S.A.	Alienação de participação financeira	-	120 000
Fundo de Compensação do Trabalho	Reembolsos	-	94 653
Faber Partners, S.A.	Reembolsos	-	13 703
Outros		3 774	26 962
		45 944 187	**30 356 876**

49.2. Dividendos recebidos

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2025	31 dez 2024
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	360 851	439 830
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	112 328	98 304
Guimarães de Mello, S.A.	570 000	-
Fundo Faber Tech II	-	8 026
	1 043 179	**546 160**

49.3. Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Os pagamentos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respeitam às seguintes entidades:

Contraparte	Classificação	31 dez 2025	31 dez 2024
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Prestações acessórias	14 632 000	2 750 000
S.P.S.R - Sociedade Portuguesa de Serviços Residenciais, SGPS, S.A.	Reforço de participação	5 983 360	-
Instrumentos financeiros	Aquisição de instrumentos financeiros	4 900 010	-
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	Reforço de participação	4 424 490	-
DN Capital - Global Venture Capital VI SCSp	Aquisição de ativos financeiros	1 082 304	-
S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A.	Reforço de participação	1 016 640	-
Fundo Shilling Founders Fund	Reforço de participação	695 250	695 250
Fundo Faber Science II	Reforço de participação	252 298	-
Portobello Capital Gestión, SGEIC, S.A.	Aquisição de ativos financeiros	213 752	-
Fundo Faber Tech II	Reforço de participação	153 193	48 368
Hytlantic, S.A.	Prestações acessórias	149 535	-
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.	Aquisição minoritários	41 930	39 657
Fundo Faber Science I	Reforço de participação	7 682	-
CUF Arrifana de Sousa, S.A.	Aquisição de negócio	-	23 223 242
CUF Arrifana de Sousa, S.A.	Disponibilidades adquiridas	-	(1 966 549)
Centros de Saúde CUF, S.A.	Aquisição de negócio	-	5 633 341
Centros de Saúde CUF, S.A.	Disponibilidades adquiridas	-	(462 598)
ICIL - Instituto Clínico e Imunológico de Lisboa, Lda.	Aquisição de negócio	-	1 355 000
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda.	Aquisição de negócio	-	954 620
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda.	Disponibilidades adquiridas	-	(26 979)
Clínica CUF Belém S.A.	Reforço de participação	-	306 452
Hospital CUF Açores, S.A.	Aquisição de negócio	-	74 363
Outros		200	142
		33 552 643	**32 624 311**

49.4. Dividendos pagos

Os dividendos pagos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram efetuados pelas seguintes entidades:

	31 dez 2025	31 dez 2024
José de Mello Capital, S.A.	28 229 985	20 687 676
CUF, S.A.	9 732 750	9 732 750
HD - Medicina Nuclear, S.A.	380 294	136 930
	38 343 029	**30 557 356**

50. Partes relacionadas

Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade que esteja relacionada com a entidade relatora nos termos da IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, designadamente em situações de controlo, controlo conjunto ou influência significativa, incluindo entidades do Grupo e o pessoal-chave da gestão.

Os termos ou condições praticadas entre as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para efeitos de relato financeiro, são considerados como partes relacionadas os membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, bem como outras entidades e pessoas que cumpram os critérios definidos na IAS 24.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos, rendimentos, gastos e transações intragrupo com partes relacionadas são integralmente eliminados no processo de consolidação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos entre o Grupo e as outras partes relacionadas são os seguintes:

	31 dez 2025				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	105 519	-	34 472	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	594 444	-	46 252	-	-
Grupo Brisa	96 437	160 586 824	-	-	-
Grupo MGICapital	2 937	254	-	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	4 873	17 026 360	-	-	-
LHEA Association for Lifelong Health Education	-	1 350 000	-	-	-
Pyramid Bay, S.A.	1 845	-	-	-	-
Mellosocfam, S.A.	750	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	7 927	-	-	12 703	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	112 794
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	137 804
	814 733	**178 963 439**	**80 724**	**12 703**	**250 598**

	31 dez 2024				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	-	2 622 084
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	33 877	-	36 387	97 356	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	425	-	-	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	219 720	139 981	117 836	230 253	-
Grupo Rubicone Bidco	106 879	202 533 270	-	-	-
Grupo MGICapital	27 706	351	-	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	5 436	17 026 360	-	-	-
LHEA Association for Lifelong Health Education	-	1 350 000	-	-	-
Mellosocfam, S.A.	431	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	-	-	-	179 826	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	110 096
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	134 256
	394 472	**221 049 962**	**154 224**	**507 435**	**2 866 436**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações entre o Grupo e as outras partes relacionadas são as seguintes:

	31 dez 2025				
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	72 498	-	-	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	324 171	-	38 091	21 085	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	6 172	-	-	-	-
Grupo Brisa	-	-	749 765	-	-
Grupo MGICapital	28 440	11 927	-	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	34 200	1 255	-	-	570 000
LHEA Association for Lifelong Health Education	-	-	-	-	69 798
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	75 480	703	-	-	-
Pyramid Bay, S.A.	3 000	-	-	-	-
Mellosocfam, S.A.	7 320	-	-	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	2 698	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	3 547	-
	551 280	**13 885**	**787 856**	**27 330**	**639 798**

	31 dez 2024				
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	52 326	-
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	-	-	1 038 819	-	-
Fundação Amélia da Silva de Mello	-	-	240 000	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	22 699	17 557	292 132	-	-
Grupo Rubicone Bidco	191 393	2 632	744 814	-	-
Grupo MGICapital	14 430	9 065	-	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	40 477	-	933 315	-	-
Mellosocfam, S.A.	4 200	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	-	-	23 662	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	3 726	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	4 899	-
	273 199	**29 254**	**3 272 742**	**60 951**	**-**

Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão

Os benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão e que correspondem à totalidade das retribuições pagas aos membros do Conselho de Administração da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram de 4,776 milhões de euros e 5,528 milhões de euros, respetivamente.

51. Contingências

Políticas contabilísticas

Um ativo contingente é um possível ativo que resulta de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo, quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente existe em resultado de:
- uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou
- uma obrigação presente que resulte de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
  - a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros, seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

51.1. Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias a terceiros conforme segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
CNMV - Comisión Nacional del Mercado de Valores	329 170 316	329 170 316
Garantias a clientes	2 915 281	4 375 675
EDP Clientes S.A.U.	700 000	700 000
REN Rede Elétrica Nacional, SA	260 213	260 213
Autarquias locais	74 282	74 282
Merlin Properties, Socimi, SA	28 948	28 948
Autoridad Portuaria de Vigo	24 500	24 500
Agência Portuguesa do Ambiente	21 122	18 974
Fornecimentos diversos	14 964	14 964
Bureau of Indian Standards	10.000 USD	10.000 USD
Outros	6 500	6 500
	333 216 125	**334 674 371**

51.2. Seguros de caução

Os seguros de caução assumidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como se segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Autoridade Tributária e Aduaneira	200 000	200 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais	122 010	119 120
	472 010	**469 120**

51.3. Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado as seguintes garantias reais a terceiros (a favor de instituições bancárias para garantia de financiamento), que consistem no penhor sobre as seguintes ações (número de ações):

	31 dez 2025	31 dez 2024
Brisa - Auto Estradas de Portugal, S.A.	46 228 660	-
Ações CUF, S.A.	5 814 860	2 192 610
Ações Bondalti Capital, S.A.	4 084 400	4 084 400

51.4. Garantias reais prestadas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo tinha prestado garantias reais a instituições financeiras, através da hipoteca dos seguintes imóveis: Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Porto, Instituto CUF, Hospital CUF Descobertas (Expansão), Hospital CUF Descobertas, Clínica CUF Almada, Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Cascais, Hospital CUF Torres Vedras, Hospital CUF Açores, Hospital CUF Santarém, Hospital CUF São João da Madeira e Imóvel MultiCMAS.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a CUF Cascais constituiu a favor de instituições financeiras hipoteca de primeiro grau sobre o Direito de Superfície por si detido, livre de ónus ou encargos, até ao pagamento integral das obrigações emergentes do contrato de financiamento, no montante de 1,35 milhões de euros, entre a LHEA Association for Lifelong Health Education, da qual a CUF Cascais é parceira e a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, C.R.L. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures Sintra e Litoral, C.R.L..

Outras garantias

- No âmbito de um contrato de financiamento celebrado (em junho de 2019) pela B. Chemicals, para garantia do bom cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo, foi constituída hipoteca sobre terrenos, penhor de equipamentos, penhor de saldos de contas bancárias, penhor sobre as ações representativas do capital social da Elnosa e da Bondalti Cantábria, ações

e suprimentos da Miralcalis e cedidos em garantia alguns créditos e suprimentos;
- Promessa de penhor financeiro sobre as "Novas ações" da CUF, S.A. para garantia de um financiamento;
- Hipoteca sobre as frações A, B, D e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n.os 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, n.os 24, 24-A e 24-B, ambos em Lisboa, para garantia de um financiamento;
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 1 939 678 euros em contas bancárias junto de instituições crédito (Nota 39);
- Promessa de penhor financeiro sobre as "Novas ações" da Bondalti Capital, S.A. para garantia de um financiamento;
- Livrança em branco subscrita pela JM Capital para garantir as responsabilidades assumidas no âmbito da emissão de obrigações "Sustainability Bonds José de Mello 2023-2028";
- Livrança em branco subscrita pela JM Capital como garantia das obrigações associadas à emissão de papel comercial;
- Aval prestado sob livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A., para garantia de um contrato de abertura de crédito;
- Garantia bancária, no montante de 1 500 euros, a favor da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para garantia de pagamento dos valores referentes à faturação pelo fornecimento de água e encargos acessórios, respeitantes ao prédio sito na Avenida 24 de Julho, n.os 24, 24-A e 24-B;
- Promessa de penhor sobre "Novas ações" e "Ações Adicionais" da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A., para garantia de um financiamento contraído pela JM Capital;
- Duas fianças constituídas pela JM Investimentos, para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários contraídos pela JM Capital;
- A CUF, S.A. é avalista no âmbito dos contratos de leasing financeiro de equipamentos médicos, celebrados pelas várias sociedades do Grupo CUF;
- Livrança em branco subscrita pela CUF - Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizada pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Tejo, S.A. Para o papel comercial contratado pela CUF - Investimentos Imobiliários, S.A., foi apresentada como garantia a consignação das rendas pagas pela Hospital CUF Tejo, S.A.;
- A consignação de todos e quaisquer rendimentos provenientes de contratos de arrendamentos que tenham por objeto o imóvel Hospital CUF Cascais e o Hospital CUF Sintra foi apresentada como garantia dos financiamentos contraídos pela Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A. e Simplygreen - Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Duas livranças em branco subscritas pela Hospimob - Imobiliária, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Porto, S.A.;
- Duas livranças em branco subscritas pela CUF - Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A., no âmbito da contratação de dois mútuos com hipoteca;
- No âmbito do financiamento mútuo, a CUF - Investimentos Imobiliários, S.A. subscreveu duas livranças em branco, avalizada pela CUF, S.A.;
- O Hospital CUF Santarém, S.A. subscreveu uma livrança em branco, como forma de garantia para o financiamento mútuo celebrado com instituição bancária;
- Livrança em branco, subscrita pelo Hospital CUF Tejo, S.A., Clínica CUF Alvalade S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A., Clínica CUF Belém S.A., Hospital CUF Cascais S.A., Hospital CUF Torres Vedras S.A., Hospital CUF Coimbra S.A., Hospital CUF Porto S.A., Hospital CUF Viseu S.A., Hospital CUF Açores, S.A., CUF Arrifana de Sousa, S.A. e Centros de Saúde CUF S.A., no âmbito de vários contratos de locação;
- No âmbito dos programas de papel comercial, foram subscritas, para cada contrato, uma livrança em branco pelas entidades emitentes, CUF, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A., Hospital CUF Tejo, S.A., Hospital CUF Santarém, Hospital CUF Torres Vedras, S.A., Hospital CUF Coimbra, S.A., Hospital CUF Viseu, S.A. e Hospital CUF Porto, S.A.;
- No âmbito do papel comercial foram subscritas, para cada contrato, uma livrança em branco pela entidade emitente, CUF - Investimentos Imobiliários S.A., para garantia do montante em dívida;
- Aval prestado pela CUF, S.A. e Hospital CUF Descobertas, S.A. no âmbito do contrato de mútuo, contratado pela CUF, Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Livrança em branco subscrita pela CUF - Investimentos Imobiliários, S.A., no âmbito do contrato de financiamento mútuo;
- Livrança em branco subscrita pela CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., no âmbito de financiamento mútuo;
- Três livranças em branco subscritas pela Hospital CUF Açores S.A, no âmbito dos contratos de financiamento mútuo;
- No âmbito dos contratos de financiamentos mútuos e locações, foram subscritas livranças em branco pela Preveris – Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A, para garantia da dívida global;
- Livrança em branco subscrita pela Greenimolis – Investimentos, S.A. e avalizada em 50% pela CUF, S.A., no âmbito da contratação do financiamento mútuo destinado à construção do Hospital CUF Leiria;
- Cinco livranças em branco subscritas pela JMCWSG, S.A. ("JMCWSG"), Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal,

Lda. (“Côtto”), Ravasqueira Vinhos, S.A. (“RAVV”), Quinta do Retiro Novo, Unipessoal, Lda. (“Retiro Novo”) e Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal, Lda. (“Pancas”), a favor de uma instituição financeira, como garantia de cinco contratos no âmbito de papel comercial;
- Aval prestado pela JMCWSG sobre livrança em branco subscrita pela RAVV para garantia de um contrato de mútuo;
- Aval prestado pela JMCWSG sobre a forma de livrança em branco subscrita pela RAVV a favor de uma instituição financeira para garantia do contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente;
- Aval prestado pela JMCWSG sobre livrança em branco subscrita pela RAVV, para garantia de um contrato de *factoring*;
- Dois avais prestados pela JMCWSG sobre livranças em branco subscritas pela RAVV, para garantia de dois contratos de locação financeira;
- Aval prestado pela JMCWSG sobre livrança em branco subscrita pela Pancas, para garantia de um contrato de locação financeira;
- Três avais prestados pela JMCWSG sobre livranças em branco subscritas pela Côtto, para garantia de três contratos de locação financeira;
- Aval prestado pela JMCWSG sobre livrança em branco subscrita pela Retiro Novo, para garantia de um contrato de locação financeira;
- Dez livranças em branco subscritas pela RAVV a favor de várias instituições financeiras para o financiamento de dez contratos de locação financeira de vários equipamentos;
- Livrança em branco subscrita pela RAVV a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de abertura de crédito;
- Aval prestado pela JMCWSG sobre livrança em branco subscrita pela RAVV a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores;
- Quatro cauções a favor da Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo – Delegação Aduaneira de Setúbal;
- Livrança em branco subscrita pela RAVV, no âmbito de uma garantia bancária a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.;
- Livrança em branco subscrita por Pancas, a favor de uma instituição financeira, para garantia das obrigações decorrentes do contrato de cessão continuada de créditos com recurso;
- Três avais prestados pela JMCWSG sobre livranças em branco subscritas por Pancas, Retiro Novo e Côtto no âmbito de garantia bancária a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.;
- Uma livrança em branco subscrita pela Burkina – Sociedade Imobiliária, S.A. e avalizada pela José de Mello – Residências e Serviços, SGPS S.A., para garantia do contrato de mútuo celebrado com o Banco de Sabadell, S.A.; e
- Uma hipoteca de primeiro grau sobre os imóveis da Junqueira e da Parede, para garantia do contrato de mútuo celebrado com o Banco de Sabadell, S.A.

51.5. Outros compromissos e contingências

- No âmbito de um projeto de substituição dos eletrolisadores na fábrica de cloro em Estarreja, a B. Chemicals contraiu em 2022 um crédito documentário no valor de 10,2 milhões de euros; em 31 de dezembro de 2024, o saldo em dívida era de 840 mil euros, que, entretanto, terminou em 2025.
- A 1 de julho de 2022, a CUF foi notificada pela Autoridade da Concorrência (AdC) da decisão relativa ao processo de contraordenação levantado por esta entidade, em 14 de março de 2019, contra a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e os grupos hospitalares CUF, Trofa Saúde, Hospital Particular do Algarve, Lusíadas e Luz Saúde, por alegado envolvimento num acordo ou prática concertada restritivos da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares privados, por parte dos subsistemas de saúde públicos ADSE e IASFA, e cuja Nota de Ilicitude havia sido notificada em 29 de julho de 2021.
  Em termos muito resumidos, a AdC arquivou o processo de contraordenação no que se refere a uma eventual coordenação e/ou concertação de comportamentos no sentido de pressionar a regularização da dívida do IASFA, em particular, por parte das visadas Luz Saúde e CUF, por concluir não existir prova suficiente para permitir a responsabilização das visadas.
  Distintamente, no que se refere às negociações com a ADSE, a AdC concluiu que as empresas visadas coordenaram os seus interesses e comportamentos no âmbito das negociações com a ADSE, relativamente à sua tabela de preços e regras, bem como ao processo de regularização das faturas de 2015 e 2016, sobretudo, através e com a participação da APHP, o que configura um acordo ou prática concertada, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei da Concorrência, tendo como objeto impedir, falsear ou restringir, de forma sensível, a concorrência.
  Nesses termos, foram aplicadas coimas a todas as empresas visadas.
  Convicta do escrupuloso cumprimento da Lei da Concorrência, a CUF, S.A., e a sua acionista José de

Mello Capital, S.A., rejeitam em absoluto a decisão da AdC e o seu fundamento legal, pelo que recorreram junto das instâncias judiciais competentes, com vista a garantir o total esclarecimento da verdade dos factos e a reposição da justiça, numa situação que de forma grave atenta contra a sua boa conduta e bom nome. Como resultado, o Grupo não reconheceu nenhuma provisão para o processo acima referido. Em maio de 2023, foi emitido um despacho pelo Tribunal da Concorrência, Supervisão e Regulação (TCSR) condicionando o efeito suspensivo do recurso e, em consequência, da obrigação do pagamento da coima aplicada pela AdC à prestação de garantia, no valor correspondente a 50% do valor da mesma.
Em 17 de abril de 2024, o TCRS proferiu uma sentença, já transitada em julgado, que determinou essencialmente o seguinte: (i) em conformidade com os recentes Acórdãos do Tribunal Constitucional (Acórdão n.º 687/2021 e Acórdão n.º 91/2023), que encerraram a discussão então em curso sobre a necessidade ou não de autorização judicial prévia para a busca e apreensão de correspondência eletrónica, o desentranhamento e devolução à CUF e demais visadas de todas as mensagens de correio eletrónico apreendidas com autorização do Ministério Público nas respetivas instalações, com exceção do Hospital Particular do Algarve, S.A. (cuja autorização foi concedida através de juiz de instrução criminal); (ii) a declaração de nulidade da nota de ilicitude e da decisão final da AdC; (iii) a devolução dos autos à AdC, que regressam à fase de inquérito, competindo a esta autoridade decidir os ulteriores termos do processo; e (iv) o levantamento das cauções.
No dia 27 de junho de 2025, a CUF foi notificada de uma nova Nota de Ilicitude, cuja coima máxima correspondente a 10% do volume de negócios consolidado em 2024, ascende a, aproximadamente, 89 milhões de euros, no qual a AdC concluiu que a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e os grupos hospitalares CUF, Trofa Saúde, Hospital Particular do Algarve, Lusíadas e Luz Saúde coordenaram os seus interesses e comportamentos no âmbito das negociações com a ADSE, relativamente à sua tabela de preços e regras, bem como ao processo de regularização das faturas de 2015 e 2016, sobretudo, através e com a participação da APHP, o que configura um acordo ou prática concertada, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei da Concorrência, tendo como objeto impedir, falsear ou restringir, de forma sensível, a concorrência.
A Nota de Ilicitude e as acusações ora apresentadas baseiam-se no correio eletrónico apreendido no Grupo Hospital Particular do Algarve.
A CUF pronunciou-se sobre a Nota de Ilicitude. Nesta fase, a CUF encontra-se a aguardar que a AdC emita decisão final de (i) arquivamento ou (ii) condenação. Dessa decisão caberá ainda recurso para o Tribunal da Concorrência, Supervisão e Regulação (TCSR).
Convicta do escrupuloso cumprimento da Lei da Concorrência, a CUF S.A. rejeita em absoluto a decisão da AdC e o seu fundamento legal, pelo que irá recorrer junto das instâncias judiciais competentes, com vista a garantir o total esclarecimento da verdade dos factos e a reposição da justiça, numa situação que de forma grave atenta contra a sua boa conduta e bom nome. Com efeito, a CUF não reconheceu nenhuma provisão para o processo acima referido.

52. Matérias ambientais

Política contabilística

As provisões para responsabilidades ambientais são reconhecidas de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo mensuradas pela melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação à data de relato, ou pelo valor presente dos desembolsos esperados quando o efeito do valor temporal do dinheiro seja material.

Os custos associados à recuperação ambiental, desmantelamento de ativos ou outras obrigações ambientais são capitalizados como parte do custo do ativo relacionado, quando aplicável, e depreciados ao longo da sua vida útil.

As responsabilidades ambientais são revistas em cada data de relato, sendo ajustadas em função da evolução das estimativas, alterações na legislação ou outras circunstâncias relevantes.

As medidas relativas às alterações climáticas têm constituído um elemento fundamental da política de ambiente, com óbvias implicações no futuro próximo, tendo sido delineado, neste âmbito, um conjunto inovador de políticas e medidas, pelo qual se conseguiram introduzir importantes elementos de interação com os agentes económicos, numa verdadeira concretização da responsabilidade partilhada.

Dentro desta temática, merece destaque o regime de comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), em atividades que são responsáveis por cerca de 45% das emissões de GEE da UE, como seja a queima de combustíveis, a refinação de óleos minerais, a metalurgia, a produção de clínquer, cal e vidro, a cerâmica, a pasta e papel, os químicos e a aviação.

O limite global de emissões de GEE definido a nível da UE tem sido reduzido ao longo do tempo. No quarto período de implementação do CELE (2021-2030), foi introduzido um fator de redução linear de 2,2% na quantidade total de licenças de emissão disponíveis (em vez de 1,74% no período de 2013-2020).

Uma licença de emissão permite a emissão de uma tonelada de dióxido de carbono (CO_2) equivalente durante um determinado período. A obtenção de licenças de emissão é feita, por regra, através de leilão. As receitas geradas pelos leilões das licenças de emissão atribuídas a Portugal integram o Fundo Ambiental.

Parte das licenças de emissão é atribuída gratuitamente, como regra transitória deste regime, nomeadamente para evitar a «fuga de carbono» — a transferência da produção para países onde as restrições em matéria de emissões são menos rigorosas. Ficam de fora da atribuição gratuita de licenças de emissão, a produção de eletricidade e a captura, transporte e armazenamento de dióxido de carbono. A atribuição de licenças de emissão a título gratuito também tem vindo a ser reduzida e, à exceção do aquecimento urbano, será eliminada até 2030.

Para o exercício de 2025, foram atribuídas à B. Chemicals 50 927 licenças (50 927 em 2024).

A APA – Agência Portuguesa do Ambiente ainda não publicou a quantidade de licenças que serão atribuídas nos restantes anos (2023-2030), no âmbito do quarto período de implementação do CELE.

O movimento, em toneladas de dióxido de carbono e o seu respetivo valor, referente às licenças de emissão de gases com efeito de estufa, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Saldo em 1 de janeiro	**129 290**	**9 241 649**	**108 360**	**8 370 810**
Utilizadas (Nota 11)	(11 353)	(964 551)	(25 609)	(1 830 532)
Variação de justo valor (Nota 25)	-	1 605 086	-	(599 918)
Alienadas	(40 000)	(3 320 400)	-	-
Atribuídas	50 927	4 326 758	50 927	3 640 262
Ajustamentos e transferência	(4 432)	(316 799)	(4 388)	(338 973)
Saldo em 31 de dezembro	**124 432**	**10 571 743**	**129 290**	**9 241 649**

As emissões reais no decorrer do ano 2025 foram de 11 353 toneladas de CO_2 (25 609 toneladas de CO_2 em 2024). Relativamente às emissões atribuídas, verificou-se um diferencial positivo de 124 432 toneladas de CO_2 desde a implementação deste sistema, as quais ficam disponíveis para utilização futura.

Os movimentos ocorridos em ajustamentos e justo valor são considerados na rubrica Ativos Intangíveis e Outros passivos correntes.

53. Estimativa de justo valor

Política contabilística

O justo valor corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado à data de mensuração, de acordo com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor.

A determinação do justo valor baseia-se em técnicas de valorização adequadas às circunstâncias, privilegiando a utilização de preços observáveis em mercados ativos sempre que disponíveis. Na ausência de mercados ativos, são utilizados modelos de valorização baseados em pressupostos de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação apropriados.

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

- **Nível 1**: cotações de mercados líquidos de ativo e aos quais o Grupo tem acesso à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira;
- **Nível 2**: modelos de avaliação geralmente aceites, baseados em inputs observáveis no mercado, alternativos aos referidos no nível 1;
- **Nível 3**: modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

O Grupo tem valorizado ao justo valor os ativos e passivos indicados nos quadros seguintes, nos quais está também indicada a respetiva hierarquia:

	31 dez 2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 52)	10 571 743	-	-
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 27)	-	-	586 493 393
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 30)	-	-	5 760 090
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	-	-	5 806 730
Passivos valorizados ao justo valor			
Direito de concessão (Nota 46)	-	1 151 461	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	-	273 879	-

	31 dez 2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 52)	9 241 649	-	-
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 27)	-	-	562 179 614
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 30)	-	135 084	4 711 643
Passivos valorizados ao justo valor			
Direito de concessão (Nota 46)	-	1 179 266	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 38)	-	1 171 329	-

O justo valor dos direitos de emissão, uma vez que existe um mercado ativo, foi apurado com base no seu valor de mercado.

O justo valor (valor revalorizado) das rubricas Terrenos e Edifícios, relativa a IASS e a TAI foi determinado por avaliadores independentes externos, tendo por base inputs não observáveis no mercado.

O justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda é determinado pela cotação de mercado e não diferem substancialmente do seu custo.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi determinado por entidades terceiras, tendo por base inputs observáveis no mercado e de acordo com os modelos e técnicas geralmente aceites.

54. Gestão de riscos financeiros

54.1. Princípios gerais

O Grupo, à semelhança da generalidade dos grupos empresariais, encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos o Grupo identificou um conjunto de riscos associados ao desempenho financeiro de cada empresa incluída na consolidação considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito, meteorológico e de liquidez.

O Grupo detém um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposto. Todas as operações de gestão de risco financeiro são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida, analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

54.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados do Grupo e a sua posição financeira.

O Grupo encontra-se, essencialmente, exposto aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Risco de exposição às variações de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Através da política de controlo adotada, procura-se selecionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afeta negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados do Grupo.

Periodicamente, o Grupo analisa a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e taxa variável.

b) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio. O Grupo encontra-se exposto às variações cambiais, em particular à variação cambial do dólar americano (USD) e do kwanza angolano (AOA).

54.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com

instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais do Grupo, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a) Clientes e Outros devedores

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e monitorização regular dos valores em dívida.

O Grupo não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O Grupo tem em vigor contratos de *factoring* sem recurso, mediante os quais cede os créditos e em que o controlo dos créditos e parte dos riscos e benefícios são transferidos para a entidade de *factoring*.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2025, é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b)Investimentos detidos até à maturidade

A monitorização dos Investimentos detidos até à maturidade, que incluíam em 2022 obrigações emitidas pela Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. era feita periodicamente pela gestão, mediante a análise dos relatórios e contas das entidades emitentes, sendo tidos em consideração os seguintes indicadores: análise da situação patrimonial das sociedades; análise do grau de solvabilidade; capacidade de gerar recursos líquidos a partir da utilização dos ativos e análise da evolução da situação financeira; e análise dos pareceres dos respetivos revisores. Adicionalmente, era analisado o rating desta entidade pela Agência DB.

54.4. Risco meteorológico

Existem riscos meteorológicos que podem afetar significativamente as vinhas e as operações de vinificação. Condições climáticas adversas, como geadas, tempestades de granizo, calor excessivo ou chuvas fortes, podem danificar as videiras, afetar a qualidade das uvas e afetar o desempenho geral do negócio.

Em 2025, Portugal enfrentou riscos meteorológicos extremos, marcados por uma primavera chuvosa (que criou condições favoráveis ao aparecimento de doenças fúngicas, sobretudo míldio), um verão extremamente quente e seco (o mais quente dos últimos 94 anos) e um inverno com tempestades atlânticas, que trouxeram vento e chuva forte.

A produção vitivinícola mundial em 2025 mostrou sinais de recuperação, com as primeiras estimativas a apontar para um aumento de cerca de 3% face à colheita historicamente baixa de 2024. Contudo, a produção vitivinícola em Portugal registou uma quebra significativa, estimada entre 14% a 20%, face a 2024. Apesar da menor quantidade, a qualidade dos vinhos é considerada elevada. Portanto, 2025 foi um ano de contrastes, de menor produção, mas de matéria-prima concentrada e equilibrada.

É previsível que nas próximas décadas se verifiquem aumentos significativos dos índices térmicos, sendo que para os índices de base pluviométrica são projetadas diminuições, em particular no interior sul de Portugal. Por forma a mitigar os efeitos adversos destes riscos climáticos, é necessário implementar medidas de proteção contra o aumento de temperatura, a escassez de água e o aumento da incidência de patogénicos.

54.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:
- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e,
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pelo Grupo.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

55. Eventos subsequentes

Políticas contabilísticas

Os eventos ocorridos após a data da demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data (acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos), são refletidos nas demonstrações financeiras, caso originem um impacto material.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data (acontecimentos após a data da demonstração consolidada da posição financeira que não dão origem a ajustamentos), são divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitaram essencialmente a:

55.1.

A 7 de março de 2025, o Grupo CUF estabeleceu, com os acionistas do Grupo HPA Saúde, um acordo de parceria para a aquisição de uma participação de 75% naquele grupo hospitalar, tendo a mesma ficado concluída a 30 de janeiro de 2026, após a aprovação da operação pela Autoridade da Concorrência.

A CUF – SGPS, S.A. adquire 75% do capital do Grupo HPA Saúde por uma contrapartida que corresponde a cerca de 7,5% do seu total de ativos, por referência a junho de 2025. Em janeiro de 2026, a Autoridade da Concorrência (AdC) pronunciou-se sobre a decisão de não oposição à transação, sujeita a condições e obrigações espelhados na proposta de compromisso apresentada pelo Grupo CUF. Entre os compromissos destacam-se:

- o desinvestimento destinado à introdução no mercado de um novo hospital independente na região do Algarve;
- o desinvestimento de um conjunto de ativos da rede CUF aptos à prestação de cuidados de saúde privados;
- a manutenção das atuais condições comerciais com seguradoras e subsistemas de saúde, com limites máximos de atualização anual;
- a limitação dos aumentos de preços a utentes não segurados;
- um conjunto de obrigações de transparência, reporte e monitorização, a vigorar até à plena execução dos compromissos de desinvestimento.

Fundado em 1996, o Grupo HPA Saúde é um operador de referência no panorama hospitalar em Portugal. Constituído por cinco hospitais e 17 clínicas no Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira, o Grupo HPA Saúde dispõe de uma capacidade instalada de elevada qualidade, uma oferta abrangente e equipas clínicas diferenciadas, assentes no rigor técnico e na inovação tecnológica. Esta operação representa não apenas a união de duas organizações com vasta experiência na área da saúde, mas também uma oportunidade para fortalecer e expandir a qualidade dos serviços prestados. Este é, também, um passo muito significativo na estratégia de crescimento do Grupo a nível nacional, proporcionando o acesso a cuidados de saúde com diferenciação e qualidade em todas as geografias.

A integração do Grupo HPA permite colocar ao serviço de novas geografias a experiência acumulada da CUF ao longo de 80 anos, valorizando simultaneamente o percurso, o conhecimento e o trabalho desenvolvido pelas equipas do HPA, com uma ligação profunda às comunidades que servem.

O Grupo CUF encontra-se a avaliar os impactos da referida aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas, ainda não concluídos, à data de aprovação destas demonstrações financeiras. A integração deste grupo hospitalar obrigará a rever os compromissos ESG do empréstimo obrigacionista de 2024. A CUF SGPS encontra-se a analisar o impacto da incorporação da frota e dos colaboradores do HPA (administrativos e auxiliares) na base de cálculo dos KPI definidos no programa de obrigações sustentáveis 2024/2029.

55.2.

O Grupo Bondalti anunciou, a 5 de março de 2024, o lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre 100% das ações da empresa espanhola Ercros, S.A., através da sua subsidiária Bondalti Ibérica, S.L.U., constituída para este efeito em fevereiro de 2024, com sede em Barcelona. A oferta foi feita a um preço de 3,60 euros por ação da Ercros, S.A., entretanto corrigida para 3,505 euros por ação, após a distribuição de dividendos pela Ercros, S.A., durante o ano de 2024, e foi condicionada à aceitação de mais de 50% do capital. No último trimestre de 2025, foi obtida a aprovação da autoridade de concorrência espanhola, seguindo posteriormente o processo para a comissão de mercado e valores mobiliários espanhola (CNMV), onde foi aprovada e registada a operação, tendo sido iniciado o período de oferta a 12 de fevereiro de 2026, com término a 13 de março. A 19 de março, foi publicado o resultado pela CNMV, tendo a Bondalti adquirido 77,23% das

ações da companhia. Ainda durante o exercício de 2026, a Bondalti irá realizar uma OPA de exclusão, conforme descrito no folheto da operação, para retirar a empresa de bolsa.

55.3.

Em novembro de 2024, a JMRS celebrou um acordo, que previa, entre outros, a concentração na unidade da Junqueira dos serviços e soluções à população sénior com as marcas Domus Vida e Domus Clube. Durante o exercício de 2025 essa transferência ocorreu de forma gradual, pelo que, atualmente, o edifício da Parede encontra-se desocupado. A Administração da Burkina está a estudar o uso alternativo a dar ao mesmo.

55.4.

Em março de 2026, verificou se uma escalada do conflito entre EUA, Israel e Irão, com impactos diretos no transporte de petróleo através do Estreito de Ormuz, responsável por cerca de 20% a 27% do fluxo marítimo global da *commodity*. Esta instabilidade provocou aumentos imediatos nos preços do petróleo e gás, agravando a volatilidade dos mercados energéticos. Segundo a Agência Internacional de Energia, o conflito representa uma das maiores disrupções de oferta já registadas, com reduções estimadas 8 milhões de barris de petróleo por dia e colapso superior a 90% no tráfego de petroleiros na região.

O portfolio da José de Mello é resiliente e combina ativos defensivos com negócios mais cíclicos, permitindo absorver choques macroeconómicos. Assim, é convicção do Conselho de Administração que os eventos acima divulgados não terão qualquer impacto nas presentes demonstrações financeiras separadas, nem a esta data o conflito teve um impacto material na posição financeira e performance do Grupo.

55.5.

Não existem quaisquer outros acontecimentos entre a data da posição financeira e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Entende-se, assim, estarem asseguradas as condições para a continuidade das operações.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

RSM

RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de José de Mello Capital, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2.640.695.705 euros e um total de capital próprio de 1.209.628.385 euros, incluindo um resultado líquido de 46.412.456 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 08 de maio de 2026

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

3

RSM

RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 213 553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Contas Consolidadas -

- Exercício de 2025 -

1. Nos termos do artº 508º D do Código das Sociedades Comerciais procedemos ao exame do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas das empresas pertencentes à Sociedade consolidante – José de Mello Capital, S.A..

2. De acordo com o mencionado no Relatório Consolidado de Gestão as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.

3. Com base nas análises a que procedemos à documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas consolidadas, que também emitimos, é nosso

PARECER

a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia; e

b) que reflectem a situação financeira em 31 de dezembro de 2025 do conjunto das empresas compreendidas na Consolidação.

Lisboa, 08 de maio de 2026

O FISCAL ÚNICO

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€

BONDALTI
Fábrica de Torrelavega (Cantabria, Espanha)

ANEXOS

7.1 Posições acionistas 270
7.2 Tabela GRI 271

7.1 Posições acionistas

ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	31 dez 2025		31 dez 2024	
NO CAPITAL DA SOCIEDADE	**Ações**	**Percentagem**	**Ações**	**Percentagem**
Vasco Maria Guimarães José de Mello	192 853	3,86%	192 853	3,86%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	296 701	5,93%	296 701	5,93%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	369 095	7,38%	369 095	7,38%
João Maria Guimarães José de Mello	203 981	4,08%	203 981	4,08%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	278 157	5,56%	278 157	5,56%
João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho	12 369	0,25%	12 369	0,25%
João Pedro Stilwell Rocha e Melo	12 369	0,25%	12 369	0,25%
Luís Eduardo Brito Freixial de Goes	12 369	0,25%	12 369	0,25%
Rui Alexandre Pires Diniz	12 369	0,25%	12 369	0,25%

Em sociedades que estão numa relação de domínio ou de grupo com a empresa

Não aplicável.

7.2 Tabela GRI

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
GRI 2: Conteúdos gerais	
2-1 Detalhes da Organização	1.7 Onde estamos José de Mello Capital, SA Avenida 24 de Julho, 24 1200-480 Lisboa
2-2 Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização	Sobre este relatório
2-3 Período de relato, frequência e contactos	Sobre este relatório
2-4 Reformulação das informações	Sem alterações em 2025
2-5 Verificação externa	Sobre este relatório
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	1.6 O nosso portefólio 4.1.3 Estratégia, modelo de negócio e sustentabilidade
2-7 Colaboradores	4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025			2024			2023		
	Homens	Mulheres	**Total**	Homens	Mulheres	**Total**	Homens	Mulheres	**Total**
Contratos permanentes	2 021	6 340	**8 361**	1 908	5 853	**7 761**	1 771	5 425	**7 196**
Contratos temporários	210	697	**907**	199	893	**1 092**	229	778	**1 007**
Tempo integral	2 026	6 407	**8 433**	1 947	6 161	**8 108**	1 848	5 694	**7 542**
Tempo parcial	205	630	**835**	160	585	**745**	153	509	**662**
Total	**2 231**	**7 037**	**9 268**	**2 107**	**6 746**	**8 853**	**2 000**	**6 203**	**8 203**

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, Lifthium, WineStone

2-8 Trabalhadores que não são colaboradores	4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025		
	Homens	Mulheres	**Total**
N.º total de trabalhadores que não são empregados e cujo trabalho é controlado pela organização	2 775	4 148	**6 923**

Consolidado – Bondalti, CUF, Lifthium, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
2-9 Estrutura de governação e sua composição	4.1.2 Governação
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governação	4.1.2 Governação
2-11 Presidente do mais alto órgão de governação	4.1.2 Governação
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação na supervisão da gestão dos impactos	4.1.2 Governação 4.1.4 Materialidade
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	4.1.2 Governação
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governação no relato de sustentabilidade	Sobre este relatório 4.1.4 Materialidade
2-15 Conflitos de interesse	4.4.1 G1 Conduta empresarial
2-16 Comunicação de preocupações críticas	4.4.1 G1 Conduta empresarial
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governação	4.1.2 Governação
2-18 Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governação	Uma parte significativa da remuneração dos Administradores Executivos da José de Mello Capital é determinada pelo grau de sucesso e pelos resultados do Grupo e das suas plataformas/empresas participadas. Assim, o nível de desempenho demonstrado tem a finalidade de evidenciar o crescimento sustentável verificado nos negócios e o comprometimento com os objetivos pré-definidos, medidos através de KPI. Esta abordagem, através de uma avaliação do cumprimento de objetivos de desempenho, anuais e plurianuais, revistos periodicamente, permite aferir o desempenho do mais alto órgão de governação.
2-19 Políticas de remuneração	4.1.2 Governação
2-20 Processo para determinação da remuneração	A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração é competência da Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral de Acionistas. A definição das remunerações dos Administradores deve suportar o alinhamento com os interesses dos acionistas, estar centrada na criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada e rigorosa, contribuindo para a estratégia do Grupo José de Mello, para os seus valores, interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade. Para os quadros dirigentes e outros colaboradores da José de Mello Capital a decisão sobre a determinação da remuneração é da competência da Comissão Executiva, que está necessariamente atenta aos critérios de equidade interna e competitividade externa.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

2-21 Rácio da remuneração total anual

RÁCIO DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL	2025	2024	2023
José de Mello	11,83	8,08	9,26
Bondalti:			
Grupo Bondalti Chemicals	5,68	6,07	6,99
Grupo Bondalti Water Solutions - Enkrott	6,72	8,26	5,47
Grupo Bondalti Capital	4,52	5,25	6,69
Grupo Bondalti Water Solutions - AEMA	7,60	2,83	3,68
CUF	32,91	11,47	11,40
WineStone	5,90	6,67	5,17

MUDANÇA NA PROPORÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL	2025
José de Mello	18,6
Bondalti:	
Grupo Bondalti Chemicals	0,2
Grupo Bondalti Water Solutions - Enkrott	14,3
Grupo Bondalti Capital	0,0
Grupo Bondalti Water Solutions - AEMA	3,3
CUF	0,7
WineStone	0,0

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	1.1 O compromisso da nossa liderança 1.5 O que nos guia
2-23 Políticas	4.4.1 G1 Conduta empresarial
2-24 Incorporação de Políticas	2.3 Resiliência das operações – Gestão de riscos e oportunidades 4.1.3 Estratégia, modelo de negócio e sustentabilidade
2-25 Processos para remediar impactos negativos	2.3 Resiliência das operações – Gestão de riscos e oportunidades 4.1.3 Estratégia, modelo de negócio e sustentabilidade 4.4.1 G1 Conduta empresarial
2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	4.4.1 G1 Conduta empresarial

2-27 Conformidade com leis e regulamentos

	2025
N.º de sanções não monetárias aplicadas relacionadas com casos significativos de não conformidade com leis e regulamentos	0
N.º de multas aplicadas relacionadas com casos significativos de não conformidade com leis e regulamentos	0
Valor (€) de multas aplicadas relacionadas com casos significativos de não conformidade com leis e regulamentos - ano de reporte	0
Valor (€) de multas aplicadas relacionadas com casos significativos de não conformidade com leis e regulamentos - períodos anteriores	0

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
2-28 Participação em associações	A José de Mello Capital é associada, entre outras, das seguintes entidades: Associação Business Roundtable Portugal; ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores; Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa; COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação; GRACE – Associação Empresas Responsáveis; Instituto Português de Corporate Governance; PCS – Plataforma do Crescimento Sustentável e Center for Responsible Business & Leadership.
2-29 Abordagem de envolvimento de partes interessadas	4.1.4 Materialidade 4.4.1 G1 Conduta empresarial
2-30 Acordos de negociação coletiva	

N.º de colaboradores abrangidos por Acordos de Negociação Coletiva

	2025
JdM	0
Bondalti	546
CUF	7 495
WineStone	0

N.º total de colaboradores

	2025
JdM	76
Bondalti	822
CUF	8 236
WineStone	107

Percentagem (%) de colaboradores abrangidos por Acordos de Negociação Coletiva

	2025	2024	2023
JdM	0%	0%	0%
Bondalti	66%	67%	66%
CUF	91%	92%	95%
WineStone	0%	0%	0%

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

GRI 3: Temas materiais	
3-1 Processo de definição de temas materiais	4.1.4 Materialidade
3-2 Lista de temas materiais	4.1.4 Materialidade
3-3 Gestão dos temas materiais – E1.3 Transição Energética	4.2.2 E1 Alterações climáticas O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-o anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 302-1, 302-3, 302-4, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5, 305-6 e 305-7.
3-3 Gestão dos temas materiais – S1.1 Gestão de Talento	4.3.1 S1 Mão de obra própria O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-7, 2-8, 401-1, 401-2, 401-3, 402-1, 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9, 403-10,404-1, 404-2, 404-3, 405-1, 405-2, 406-1, 407-1 e 410-1.
3-3 Gestão dos temas materiais – S3.1 Investimento na comunidade	4.3.2 S3 Comunidades afetadas O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 203-1, 203-2, 413-1 e 413-2.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
3-3 Gestão dos temas materiais - G1.1 Reputação	4.4.1 G1 Conduta empresarial
3-3 Gestão dos temas materiais – G1.1, G1.4, G1.6 Integridade	4.4.1 G1 Conduta empresarial O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-15, 2-16, 2-23, 2-25, 2-26, 2-27, 2-29, 201-4, 204-1, 205-1, 205-2, 205-3,308-1, 414-1 e 414-2.
3-3 Gestão dos temas materiais – X. Inovação	4.5.2 Inovação O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, com recurso a KPI próprios.

GRI 201: Desempenho económico

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

3.1 Desempenho financeiro e operacional

(valores em euros)	2025	2024	2023
Valor económico direto gerado	1 405 556 742	1 474 488 992	1 320 280 466
Valor económico distribuído	1 302 229 408	1 290 853 261	1 167 962 610
Custos Operacionais	896 143 378	915 590 994	849 388 856
Salários e Benefícios dos Colaboradores	308 243 212	286 337 324	256 744 969
Pagamentos a Investidores	50 545 328	50 106 263	51 168 696
Pagamentos ao Estado	43 740 071	35 494 798	7 470 709
Donativos e outros investimentos na comunidade	3 557 419	3 323 882	3 189 380
Valor económico acumulado	103 327 334	183 635 731	152 317 856

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas

3.1 Desempenho financeiro e operacional

Custo/Investimento financeiro decorrente da estratégia para as alterações climáticas (*e.g.* custos de seguros e créditos de carbono, etc.)

	2025
Bondalti	Em 2025, a Bondalti consumiu 11 353 licenças CELE, e foram-lhe atribuídas 50 927 licenças, correspondendo a um valor de 4 326 758 euros, a preço de mercado. Em 2025, a Bondalti vendeu licenças, correspondendo a um valor de 3 320 000 euros, a preço de mercado.
WineStone	Em 2025, a WineStone suportou um custo total de 33 307 euros em seguros de colheitas, respeitante a seguros agrícolas da vinha com cobertura de riscos climáticos.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

201-4 Apoio financeiro recebido do governo

4.1.3 Estratégia, modelo de negócio e sustentabilidade

(valores em euros)	2025	2024	2023
Apoio recebido do governo	8 544 700,37	2 880 139,92	2 897 639

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

GRI 202: Presença no mercado

202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género

4.3.1 S1 Mão de obra própria

Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo	2025
José de Mello	1,00
Bondalti	
Bondalti Capital	1,26
Bondalti Chemicals – Portugal	1,03
Bondalti Chemicals – Espanha (Elnosa)	1,33
Bondalti Chemicals – Espanha (Cantábria)	1,55
BWS (Enkrott) – Portugal	0,86
BWS (Enkrott) – Angola	0,70
BWS (AEMA) - Espanha	1,09
WineStone	1,00

Consolidado – Bondalti, José de Mello, WineStone

Não foi possível fazer a discriminação por género.

202-2 Proporção de membros da direção contratados na comunidade local

Proporção de membros da direção contratados na comunidade local	2025
José de Mello	100%
Bondalti	100%
CUF	100%
WineStone	100%

GRI 203: Impactos económicos indiretos

203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços

4.3.2 S3 Comunidades afetadas

(valor em euros)	2025
Doações e Donativos	3 027 774,68

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
203-2 Impactos económicos indiretos significativos	4.3.2 S3 Comunidades afetadas

GRI 204: Práticas de compra

204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

4.4.1 G1 Conduta empresarial

Consideram-se fornecedores locais todos os fornecedores com NIF português.

(valores em euros)	2025	2024	2023
Total custos fornecedores estrangeiros	216 589 668,58	319 212 950,16	274 420 553,75
Total custos fornecedores nacionais	893 183 999,64	720 658 288,54	686 804 379,82
Total de custos com fornecedores	**1 109 773 668,22**	**1 039 871 238,70**	**961 224 933,57**
Percentagem de gastos com fornecedores nacionais (%)	80%	69%	71%
Percentagem de gastos com fornecedores estrangeiros (%)	20%	–	–

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

GRI 205: Combate à corrupção

205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados a corrupção

José de Mello: Não se verificaram denúncias quanto a riscos relacionados com a corrupção em 2025.

Bondalti: Não se verificaram denúncias quanto a riscos relacionados com a corrupção em 2025.
De acordo com a legislação em vigor, a Bondalti iniciou o processo de desenvolvimento e formalização do seu canal de denúncias no decorrer do ano de 2024. Desta forma, é possível realizar denúncias de modo confidencial no domínio da corrupção, além dos temas previstos no art. 2.º da lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro. Todos os colaboradores têm esta formação na admissão.
Está também implementado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Bondalti, para o horizonte temporal 2023-2026, que se encontra publicado.

CUF: No âmbito da identificação e avaliação dos riscos de corrupção, não foram identificados riscos significativos.

WineStone: Até ao momento a WineStone não conduz nenhuma identificação de riscos de corrupção nas suas atividades.

	2025
N.º total de operações avaliadas quanto a riscos de corrupção	8*

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone
* CUF não respondeu a todas as alíneas do indicador

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	**José de Mello, Bondalti e CUF**: Os procedimentos e as políticas de combate à corrupção encontram-se publicamente disponíveis no site corporativo, estando comunicados e acessíveis à totalidade dos membros do órgão de governação, colaboradores e parceiros de negócios (100%), independentemente da região, categoria funcional ou tipo de parceiro. **WineStone**: Até ao momento a WineStone não possui políticas e procedimentos anticorrupção.
205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas adotadas	4.4.1 G1 Conduta empresarial Durante o ano de 2025 não foram verificados casos de corrupção no Grupo José de Mello. **Bondalti**: De acordo com a legislação em vigor, a Bondalti iniciou o processo de desenvolvimento e formalização do seu canal de denúncias no decorrer do ano de 2024. Desta forma, é possível realizar denúncias de modo confidencial no domínio da corrupção, além dos temas previstos no art. 2.º da lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro. Todos os colaboradores têm esta formação na admissão. Está também implementado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Bondalti, para o horizonte temporal 2023-2026, que se encontra publicado.

	2025
N.º total de órgãos de governação que receberam formação em anticorrupção	18
N.º total de colaboradores que receberam formação em anticorrupção	7 258

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello

	2025
Total de casos confirmados de corrupção	0
Total de casos que resultaram no despedimento de colaboradores ou em ações disciplinares	0
N.º total de casos de não-renovação de contratos com parceiros devido a casos de corrupção	0
N.º total de ações judiciais contra a organização ou colaboradores devido a casos de corrupção	0

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
GRI 301: Materiais	
301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular
301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular
301-3 Produtos e embalagens reaproveitados	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular

301-1 e 301-2 (t)

	2025
WineStone	
Alumínio	0
Aço	0
Cartão	1 150
Vidro	2 397
Cortiça	32
Madeira	25 116
Plástico	32
Total	**28 727**
% material reciclado	0%
Bondalti	
Benzeno	170 684
Hidrogénio	10 796
Amoníaco	42 105
Sal	109 308
Ácido Sulfúrico	1 992
Salmoura	161 773
Bissulfito de Sódio	283
Celulose	26
Total	**496 967**
% Material reciclado	0%

(t)	**2025**
Produtos reaproveitados	33,08

Consolidado – WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

GRI 302: Energia

302-1 Consumo de energia dentro da organização

4.2.2 E1 Alterações climáticas

(GJ)	2025	2024	2023
Energia consumida	2 085 438	-	-
Fontes renováveis	653 446	-	-
Fontes não renováveis	1 431 992	-	-
Gás Natural	351 326	-	-
Gasóleo + Gasolina + GPL	37 137	-	-
Vapor	296 953	-	-
Energia gerada internamente	355 341	-	-
Total de energia consumida	**3 126 195**	**3 825 317**	**3 046 385**

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

302-2 Consumo de energia fora da organização

Bondalti: Ainda não foi possível realizar a contabilização do consumo de energia fora da organização. No entanto, a Bondalti considera relevante este consumo de energia, uma vez que representa grande parte das suas emissões de Âmbito 3.

302-3 Intensidade energética

4.2.2 E1 Alterações climáticas

José de Mello	2025
Consumo de energia (GJ)	3 463
Número de colaboradores	76
Taxa de intensidade energética	**46**

Bondalti	2025
Consumo de energia (GJ)	2 814 106
Volume de negócios (*milhões de €*)	385
Taxa de intensidade energética	**7 309**

CUF	2025
Consumo de energia (GJ)	302 393
Receita líquida (*milhões de €*)	970
Taxa de intensidade energética	**312**

WineStone	2025
Consumo de energia (GJ)	5 715
Volume de negócios (*milhões de €*)	25
Taxa de intensidade energética	**229**

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
302-4 Redução do consumo de energia	4.2.2 E1 Alterações climáticas

2025 (GJ)	**José de Mello**	**Bondalti**	**CUF**	**WineStone**
Ano Base	**2022**[1]	**2024**	**2024**	**2024**
Combustível	503	0	533	30
Eletricidade	-	41 119	-	-
Aquecimento	-	-	928	-
Gás natural	-	8 519	-	-
Total de reduções de energia da organização	**503**	**49 638**	**1 461**	**30**

1 Foi considerado 2022 como ano base, dado que em 2023 e 2024 decorreram obras no edifício-sede, o que levou a que os consumos registados não fossem representativos da realidade da empresa.

302-5 Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Não aplicável devido à tipologia de produtos e serviços comercializados

GRI 303: Água e efluentes

303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	4.2.3 E2 Poluição 4.2.4 E3 Água e recursos marinhos

	2025	
Descrição da interação da organização com recursos hídricos (captação, consumo, descarte e impactos associados)	**José de Mello**: A água consumida é proveniente da rede pública de abastecimento, não sendo efetuada captação própria (subterrânea ou superficial) A água é utilizada essencialmente para consumo humano, instalações sanitárias, áreas de preparação alimentar e atividades de apoio (*e.g.*, limpeza). O descarte de águas residuais é efetuado através da ligação à rede pública de saneamento, em conformidade com os requisitos aplicáveis.	**WineStone**: Na Ravasqueira a água é proveniente de furo, e é utilizada na vinha (irrigação) e na adega. Na Quinta do Retiro Novo, Quinta do Côtto, WineStone Hub e escritório de Carnaxide a água provém da rede municipal. Na Quinta de Pancas a água provém de furo.
Abordagem utilizada para identificar impactos relacionados com água	**José de Mello**: A identificação de impactos relacionados com a água decorre da: verificação do cumprimento legal aplicável (abastecimento e saneamento); monitorização regular de consumos e; avaliação de riscos operacionais (*e.g.*, fugas, ineficiências ou falhas de manutenção). Para minimizar os riscos operacionais, está implementado um procedimento de verificação e manutenção regular de equipamentos de consumo de água para evitar fugas e ineficiências (*e.g.*, autoclismos).	**WineStone**: Plano de Controlo de qualidade da água, no caso da Ravasqueira.
Estratégia de abordagem dos impactos relacionados com água	**José de Mello**: A organização adota uma abordagem preventiva e de melhoria contínua, centrada na eficiência do consumo e na mitigação de desperdícios, através de: i) monitorização regular dos consumos de água; ii) manutenção preventiva de equipamentos de consumo; iii) verificação do correto funcionamento do separador de gorduras; iv) encaminhamento dos resíduos recolhidos no separador de gorduras por operador licenciado. Adicionalmente, encontra-se previsto no Plano de Gestão de Recursos e Economia Circular: i) avaliar a viabilidade técnica e económica de instalar sistema de recolha e reutilização de águas cinzentas e pluviais e; ii) garantir verificação e manutenção de equipamentos de consumo de água para evitar fugas e ineficiências (*e.g.*, autoclismos).	**WineStone**: Está a ser feita aposta em eficiência hídrica, nomeadamente com a modernização de infraestruturas na Ravasqueira (melhoria no sistema de rega gota-a-gota - em orçamento para 2026). É também promovida a utilização eficiente de água na transformação, através do uso do sistema CIP (Cleaning in Place, que permite identificar perdas e fugas nas tubagens). Nas várias quintas, são usadas pistolas nas mangueiras para regular o caudal.
Descrição do processo de estabelecimento de objetivos e metas relacionados com água	**José de Mello**: Atualmente, não estão definidas metas quantitativas de redução de consumo de água, considerando o perfil de impacto limitado associado à atividade da José de Mello. No entanto, os procedimentos atuais de verificação e manutenção de equipamentos de consumo de água permitem evitar fugas e ineficiências, reduzindo o desperdício de água. A eventual instalação de sistema de recolha e reutilização de água cinzentas e pluviais, também contribuirá para minimizar o consumo de água.	**WineStone**: A linha de enchimento da Ravasqueira tem a meta de atingir um consumo médio anual ≤ 1 litro de água por litro de vinho engarrafado.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

Bondalti

Chemicals realiza a captação da água que utiliza nas suas operações no Rio Antuã, em furos e em poços, de acordo com as Licenças de utilização estipuladas pela entidade competente. O consumo efetuado em cada captação é controlado através de caudalímetros/contadores, sendo a informação mensalmente preenchida na plataforma SiLiAmb da APA e anualmente reportada no Portal ARH. A água captada é consumida na atividade industrial depois de ser tratada na Estação de Tratamento de Águas, onde passa por um processo de filtração, seguido de um tratamento de floculação/decantação, com remoção de lamas resultantes da clarificação da água. Para alguns usos é necessária água desmineralizada, que é produzida numa instalação de desmineralização em colunas de permuta iónica.
Os efluentes industriais resultantes da atividade industrial são descarregados num coletor multimunicipal gerido pela AdRA. Os efluentes pluviais são descarregados diretamente no meio hídrico.

Cantábria capta a água que utiliza nos seus processos produtivos à Solvay, principalmente água clarificada e desmineralizada. A monitorização da água consumida (clarificada e a desmineralizada) é realizada mensalmente por meio de um caudalímetro. A monitorização dos efluentes é também realizada mensalmente e através de um caudalímetro. O efluente (salmoura) é tratado por um processo de decloração física e química antes de ser enviado para a Solvay, que posteriormente envia para tratamento final. A Bondalti Cantábria possui uma rede de abastecimento municipal para abastecer os balneários, e chuveiros de emergência.

BWS – Enkrott não capta água. A água consumida é água da rede, utilizada para fins sanitários e de testes hidráulicos. A água referente aos testes hidráulicos é recuperada e reutilizada.

BWS – AEMA não capta água. A água consumida é água da rede, utilizada para fins sanitários, incluindo as lavagens do laboratório.

303-2 Gestão dos impactos relacionados com a descarga de efluentes

4.2.3 E2 Poluição

Bondalti:
- **Chemicals**: monitorização contínua de PAD e PCA.
- **Cantábria**: Os requisitos para a descarga da AAI são: 0,2 mg/L Cl2 em amostras pontuais uma vez por mês. A Bondalti Cantábria compromete-se em garantir as características das águas residuais que envia para a Solvay.
- **Enkrott**: Os efluentes sanitários são descarregados em coletor municipal. No caso da água usada nos testes hidráulicos, esta é limpa, sendo as descargas diminutas e não sistemáticas.
- **AEMA**: Os efluentes sanitários são descarregados em coletor municipal. No caso da água usada nas análises laboratoriais, esta é limpa, pelo que também é descarregada no coletor municipal.

WineStone: Até ao momento, não monitoriza gestão dos impactos relacionados com efluentes.

303-3 Captação de água

4.2.4 E3 Água e recursos marinhos

	2025	2024	2023
Captação de água total (m³)	3 054 606	3 622 774	3 355 049

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

303-4 Descargas de água

4.2.4 E3 Água e recursos marinhos

	2025
Volume de efluente descarregado (ML)	1 461

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

303-5 Consumo de água

4.2.4 E3 Água e recursos marinhos

	2025
Consumo total de água (ML)	1 883

Consolidado – Bondalti, CUF, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
GRI 305: Emissões	
305-1 Emissões diretas (Âmbito 1) de gases com efeito de estufa (GEE)	4.2.2 E1 Alterações climáticas
305-2 Emissões indiretas (Âmbito 2) de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes da aquisição da energia	4.2.2 E1 Alterações climáticas

As emissões do Grupo José de Mello são calculadas segundo a metodologia do GHG Protocol.

O valor de emissões de Âmbito 2 location-based *da Bondalti relativo a 2023 inclui somente Bondalti Chemicals por indisponibilidade de informações referente à Bondalti Water Solutions.*

305-1 e 305-2 (tCO_2e)	2025	2024	2023
Emissões de Âmbito 1	30 602	34 773	37 196
Emissões de Âmbito 2 *location-based*	46 526	80 236	109 264
Emissões de Âmbito 2 *market-based*	66 930	66 425	78 063
Emissões totais de Âmbito 1 e 2 – *market-based*	**97 532**	**101 198**	**115 259**

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

305-3 Outras emissões indiretas (Âmbito 3) de gases com efeito de estufa (GEE) — 4.2.2 E1 Alterações climáticas

(tCO_2e)	2025	2024	2023
Emissões totais de Âmbito 3	**1 135 798**	**1 589 220**	**1 115 823**
C1. Aquisição de bens e serviços	725 719	867 929	627 225
C2. Bens de Capital	33 158	22 232	11 578
C3. Atividades relacionadas com combustíveis e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 e 2)	26 400	30 798	29 763
C4. Transporte e distribuição a montante	26 807	25 533	27 901
C5. Resíduos gerados na operação	1 437	4 418	3 389
C6. Deslocações em serviço	1 817	1 340	610
C7. Deslocações pendulares	18 051	20 685	24 617
C8. Ativos alugados a montante.	6	-	373
C9. Transporte e distribuição a jusante	6 194	24 114	2 953
C10. Processamento dos produtos vendidos	292 841	589 891	387 336
C11. Uso de produtos vendidos	255	347	-
C12. Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	2 768	1 846	-
C13. Ativos alugados (jusante)	-	-	-
C14. Franchisados	-	-	-
C15. Investimentos	346	88	80

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

305-4 Intensidade de emissões de gases com efeito de estufa (GEE)

4.2.2 E1 Alterações climáticas

Rácio de Intensidade de Emissões de GEE (tCO_2e) - 2025 [Emissões totais de Âmbito 1, 2 e 3 (*market-based*) / Denominador]		**Denominador**
José de Mello	4	N.º de colaboradores 2025
Bondalti	2733	Volume de negócios (M€) 2025
CUF	167	Volume de negócios (M€) 2025
WineStone	756	Volume de negócios (M€) 2025

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

305-5 Redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE)

4.2.2 E1 Alterações climáticas

(tCO_2e)	**Bondalti**	**José de Mello**	**CUF**
Ano Base	**2024**	**2022**[1]	**2024**
Âmbito 1	-3 207	-41	-975
Âmbito 2	-4 112	-33	-2 899
Âmbito 3	-403 975	0	0
Total	**-411 294**	**-74**	**-3 874**

1 Foi considerado 2022 como ano base, dado que em 2023 e 2024 decorreram obras no edifício-sede, o que levou a que os consumos registados não fossem representativos da realidade da empresa.

WineStone: Não ocorreram reduções

305-6 Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono

4.2.2 E1 Alterações climáticas

	2025
Quantidade total de R22 emitida devido a fugas (kg)	34
CFC (toneladas equivalentes de CFC-11)	0,0019

Consolidado – WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
305-7 Emissões de NO_X, SO_X e outras emissões atmosféricas significativas	4.2.2 E1 Alterações climáticas *Fonte dos fatores de emissão utilizados: IPCC 2006*

José de Mello (t)	**2025**
Emissões NO_x - Consumo de gasóleo da frota contratada	0,7
Emissões NO_x - Consumo de gasolina da frota contratada	0,6
Emissões totais de NO_x (t)	**1,3**
Emissões SO_2 - Consumo de gasóleo da frota contratada	0,2
Emissões SO_2 - Consumo de gasolina da frota contratada	0,1
Emissões totais de SO_2	**0,3**

Bondalti (t)	**2025**
Emissões totais de NO_2	22,8
Emissões de SO_2	2,7
Emissões de partículas	0,2
Emissões de CO	2,9
Emissões de COT	0,3

WineStone (t)	**2025**
Emissões NO_x - Consumo de gasóleo das instalações	0,6
Emissões NO_x - Consumo de gasóleo de viaturas de colaboradores	0,9
Emissões NO_x - Consumo de gasolina de viaturas de colaboradores	0,5
Emissões totais de NO_x	**2,0**
Emissões SO_2 - Consumo de gasóleo das instalações	0,2
Emissões SO_2 - Consumo de gasóleo de viaturas de colaboradores	0,2
Emissões SO_2 - Consumo de gasolina de viaturas de colaboradores	0,1
Emissões SO_2 - Consumo de gasolina da frota contratada	0,0
Emissões totais de SO_2	**0,5**

GRI 306: Resíduos

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular
306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular
306-3 Resíduos gerados	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular
306-4 Resíduos não encaminhados para eliminação	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
306-5 Resíduos encaminhados para eliminação	4.2.5 E5 Utilização de recursos e economia circular

306-3, 306-4 e 306-5 (t)	2025
Resíduos perigosos	18 251
Resíduos não perigosos	2 268
Total	**20 519**

(t)	2025
Reciclagem de resíduos perigosos	270
Resíduos perigosos preparados para reutilização	0
Outras operações de recuperação de resíduos perigosos	5
Total de resíduos perigosos não encaminhados para deposição	**275**
Reciclagem de resíduos não perigosos	842
Resíduos não perigosos preparados para reutilização	0
Outras operações de recuperação de resíduos não perigosos	234
Total de resíduos não perigosos não encaminhados para deposição	**1 076**

(t)	2025
Resíduos perigosos incinerados (com recuperação de energia)	96
Resíduos perigosos incinerados (sem recuperação de energia)	15 787
Resíduos perigosos direcionados para aterro	2 091
Outras operações de eliminação de resíduos perigosos	3
Total de resíduos perigosos encaminhados para deposição	**17 976**
Resíduos não perigosos incinerados (com recuperação de energia)	3
Resíduos não perigosos incinerados (sem recuperação de energia)	0
Resíduos não perigosos direcionados para aterro	1 094
Outras operações de eliminação de resíduos não perigosos	94
Total de resíduos não perigosos encaminhados para deposição	**1 192**

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

GRI 308: Avaliação ambiental e fornecedores

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

4.4.1 G1 Conduta empresarial

308-2 Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas

José de Mello: Não aplicável

Bondalti: A Bondalti Chemicals e Cantábria, para o setor dos Químicos Industriais, está a desenvolver uma ferramenta para determinar os impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores. Relativamente à Bondalti Water, atualmente não são avaliados os fornecedores quanto a impactos ambientais.

	2025
Número de fornecedores avaliados com relação aos impactos ambientais	1 392
Número de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos reais e potenciais	0
Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos - reais e potenciais - com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada (%)	0%
Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais – com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento (%)	0%

Consolidado – CUF, WineStone

GRI 401: Emprego

401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados

4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025			2024			2023		
	Homens	Mulheres	**Total**	Homens	Mulheres	**Total**	Homens	Mulheres	**Total**
Novas contratações	**423**	**1 408**	**1 831**	**402**	**1312**	**1714**	**462**	**1490**	**1952**
< 30 anos	177	636	813	150	593	743	187	617	804
Dos 30 aos 50 anos	199	648	847	211	617	828	234	776	1010
≥ 50 anos	47	124	171	41	102	143	41	97	138
Taxa de novas contratações	**5%**	**15%**	**20%**	**5%**	**15%**	**19%**	**6%**	**18%**	**24%**
< 30 anos	2%	7%	9%	2%	7%	8%	2%	8%	10%
Dos 30 aos 50 anos	2%	7%	9%	2%	7%	9%	3%	9%	12%
≥ 50 anos	1%	1%	2%	0%	1%	2%	0%	1%	2%
Saídas	**311**	**1 210**	**1 521**	**290**	**1079**	**1369**	**310**	**975**	**1285**
< 30 anos	101	448	549	82	399	481	109	382	491
Dos 30 aos 50 anos	153	599	752	155	522	677	162	483	645
≥ 50 anos	57	163	220	53	158	211	39	110	149
Turnover	**5%**	**13%**	**16%**	**3%**	**12%**	**15%**	**4%**	**12%**	**16%**
< 30 anos	1%	5%	6%	1%	5%	5%	1%	5%	6%
Dos 30 aos 50 anos	2%	6%	8%	2%	6%	8%	2%	6%	8%
≥ 50 anos	1%	2%	2%	1%	2%	2%	0%	1%	2%

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, Lifthium, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
401-2 Benefícios oferecidos a trabalhadores em tempo integral que não são oferecidos a trabalhadores temporários ou de período parcial	4.3.1 S1 Mão de obra própria
401-3 Licença maternidade/ paternidade	4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025			2024			2023		
	Homens	Mulheres	**Total**	Homens	Mulheres	**Total**	Homens	Mulheres	**Total**
Colaboradores com direito a licença de parentalidade	2 231	7 037	9 268	2 107	6 746	8 853	2 001	6 203	8 204
Colaboradores que usufruíram da licença de parentalidade	138	464	602	104	402	506	130	374	504
Nº de colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade	128	440	568	74	268	342	125	356	481
Colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade e continuaram empregados doze meses após o seu retorno ao trabalho	95	369	464	108	314	422	87	316	403
Taxa de retorno (%)	93%	95%	94%	71%	67%	68%	96%	95%	95%
Taxa de retenção (%)	74%	84%	82%	86%	88%	88%	118%	139%	133%

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, Lifthium, WineStone

GRI 402: Relações de trabalho

402-1 Prazo mínimo de aviso sobre alterações operacionais	Não reportado.

GRI 403: Saúde e segurança no trabalho

403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	4.3.1 S1 Mão de obra própria **José de Mello**: Tem sistema de saúde e segurança do trabalho implementado dentro da organização de acordo com a legislação nacional, nomeadamente a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que regulamenta o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (alterado pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto). **WineStone**: Não tem sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho em nenhuma quinta e localização.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
	Bondalti: • Chemicals tem implementado e certificado o seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) pela Norma ISO 45001:2018, em Estarreja (PAD, PCA) e no Parque de Aveiro, abrangendo todos os seus colaboradores e atividades. • Cantábria tem implementado e certificado o seu SGSST pela norma ISO 45001:2018. • BWS Enkrott tem o seu SGSST certificado pela ISO 45001:2019. • BWS AEMA tem sistema integrado de gestão, que inclui a segurança e saúde no trabalho. **CUF**: Todos os colaboradores, assalariados e não assalariados, encontram-se abrangidos pelo sistema de gestão da segurança, enquanto a cobertura na área da medicina do trabalho corresponde a 100% dos colaboradores assalariados e a 21% dos colaboradores não assalariados.
403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	4.3.1 S1 Mão de obra própria **José de Mello**: A José de Mello tem processos para identificar perigos relacionados com o trabalho que efetua, para avaliar os mesmos frequentemente e aplicar a hierarquia de controlos, com o intuito de eliminar ou mitigar riscos. Garante a qualidade dos mesmos, e a competência de quem os executa através da contratação de serviços especializados e facultando formação aos recursos internos envolvidos. A metodologia utilizada na avaliação de riscos nos locais de trabalho tem por base a aplicação do Método de Avaliação Simplificado desenvolvido pelo INSHT – Instituto Nacional de Seguridad e Higiene en el Trabajo. Esta metodologia permite: • Identificação dos perigos associados aos aspetos do trabalho e das pessoas que podem estar expostas aos perigos, incluindo os grupos de pessoas mais particularmente expostas; • Avaliação do risco tendo em conta as suas consequências (ocorrência de incidentes, acidentes e danos para a saúde), bem como a adequabilidade das medidas de controlo; • Observação dos requisitos legais e outros aplicáveis, bem como as boas práticas; • Definição de prioridades na implementação das medidas de controlo e prevenção de riscos. **WineStone**: A WineStone identifica pontualmente perigos relacionados com o trabalho que efetua, no entanto, não é um processo com uma periodicidade definida. Os trabalhadores devem reportar perigos ou situações perigosas à sua chefia direta para se resguardarem de situações que possam causar lesões ou doenças. **Bondalti**: Todos os postos de trabalho são abrangidos por uma identificação sistemática dos perigos, análise dos riscos associados e definição de medidas de prevenção adequadas. Este processo considera as características do posto de trabalho, os equipamentos utilizados, as tarefas executadas e as condições ambientais, envolvendo sempre os trabalhadores na identificação de situações perigosas. A avaliação é documentada, revista periodicamente e atualizada sempre que ocorram alterações no processo de trabalho, garantindo assim a redução de acidentes, a proteção da saúde dos trabalhadores e a melhoria contínua das condições de segurança. Para informações detalhadas sobre a Identificação de perigos, avaliação de riscos e incidentes na Bondalti Capital, Chemicals, Cantabria, BWS Enkrott e BWS AEMA, consultar o relatório integrado da Bondalti. **CUF**: Gestão Proativa e Safety: mantém-se uma análise sistemática de todos os incidentes de trabalho reportados através das plataformas internas, permitindo uma resposta corretiva atempada e a implementação de medidas preventivas adequadas. Todos os relatos são objeto de análise pela equipa de Segurança no Trabalho, com enfoque na identificação das causas-raiz e na definição de ações preventivas e corretivas destinadas a reduzir a recorrência de incidentes e a reforçar a segurança

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
	no local de trabalho. É igualmente assegurada a consulta anual aos colaboradores no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), enquanto mecanismo de auscultação e participação ativa, contribuindo para a melhoria contínua do sistema de gestão de SST. A análise dos acidentes de trabalho, das doenças profissionais confirmadas e dos dias perdidos associados a estas ocorrências oferece uma visão abrangente do desempenho da CUF em matéria de saúde e segurança ocupacional. Esta informação permite avaliar a eficácia das medidas de prevenção, bem como a capacidade de identificação precoce de riscos e de mitigação dos seus impactos. Saúde e Segurança: a eficácia das medidas de controlo de riscos é monitorizada através da Taxa de Frequência de Acidentes e da Taxa de Gravidade de Acidentes, permitindo avaliar a evolução do desempenho em matéria de segurança no trabalho.
403-3 Serviços de saúde do trabalho	4.3.1 S1 Mão de obra própria **WineStone**: Os serviços de Segurança e Saúde no Trabalho têm como função identificar, avaliar e prevenir os riscos profissionais, assegurando condições de trabalho seguras e saudáveis. São responsáveis por planear e implementar medidas de prevenção, incluindo planos de emergência, vigilância da saúde e formação a trabalhadores. **Bondalti**: • **Capital**: estão assegurados os serviços de medicina no trabalho, de acordo com as imposições legais exigidas. • **Chemicals**: os médicos da medicina no trabalho (MT) participam nas reuniões da Comissão de Higiene e Segurança (CHS). No âmbito destas reuniões é realizado um plano de vistas aos postos de trabalho em equipa multidisciplinar. • **Cantábria**: a vigilância dos temas de saúde é realizada pelo Serviço de Prevenção Externo contratado que, com base na avaliação de riscos realizada, planeia as atividades relativas a temas de saúde. Anualmente, todos os colaboradores são sujeitos a um exame médico voluntário. • **Enkrott**: dispõe de serviços externos para a segurança e saúde no trabalho. A Enkrott oferece adicionalmente seguro de saúde a todos os trabalhadores. • **Grupo AEMA**: a gestão da saúde e segurança no trabalho é realizada através de um serviço de prevenção externo contratado. Este serviço realiza avaliações de risco dos postos de trabalho e planeia atividades preventivas, sendo também realizado o acompanhamento anual da saúde dos trabalhadores. **CUF**: O Serviço de Saúde Ocupacional continua a ser o pilar na prevenção de doenças profissionais e na mitigação de riscos, apoiando-se num conjunto estruturado de medidas concretas que garantem condições de trabalho seguras e favoráveis ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores: • Controlo de agentes físicos, químicos e biológicos • Vacinação sazonal • Monitorização psicossocial • Campanhas de sensibilização e capacitação em segurança e saúde no trabalho.
403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	4.3.1 S1 Mão de obra própria **Bondalti**: • **Chemicals**: a auscultação aos colaboradores sobre temas de segurança e saúde realiza-se por intermédio dos seus representantes eleitos – Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho. Na Bondalti Chemicals, 100% dos seus colaboradores estão abrangidos por comités formais de saúde e segurança. • **Cantábria**: a participação dos trabalhadores realiza-se através dos seus representantes, ou seja, dos Delegados de Pessoal e o Delegado de Prevenção, por estes eleito. O Director da Fábrica, como representante da Empresa, e o Responsável pela Segurança, Ambiente, Qualidade e Logística, como consultor, reúnem-se pelo menos três vezes por mês com o Delegado de Prevenção. Em 2024 realizaram-se 4 reuniões com o Delegado de Prevenção, eleito nesse mesmo ano.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
	• **Enkrott**: tem implementado um Plano de Comunicação, Participação e Consulta, no qual estão descritos os requisitos normativos, legais ou informativos que carecem de comunicação e/ou pedido de auscultação e de que forma irá ser realizado. • **BWS AEMA**: existe um procedimento interno de participação e consulta dos colaboradores que detalha os canais de comunicação disponíveis. Na AGUAS RIOJA, existem dois representantes legais dos colaboradores, enquanto as restantes empresas do grupo não têm atualmente representantes legais. **WineStone**: não existe sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho em nenhuma quinta e localização da WineStone. **CUF**: mantém um diálogo contínuo com os colaboradores, através de *feedback* individual, reuniões de equipa, negociações coletivas e encontros sindicais, adaptando-o às diferentes fases do ciclo laboral, desde a admissão e integração, com esclarecimento de direitos, deveres e processos internos, até à avaliação de desempenho e definição de objetivos. Implementa uma estratégia de escuta ativa e contínua, garantindo que as vozes de todos os colaboradores são consideradas na tomada de decisão e na melhoria das políticas. A CUF assegura que toda a informação relevante, bem como as suas políticas e procedimentos, é comunicada de forma clara, compreensível e acessível, através de uma estratégia de comunicação multicanal. Os colaboradores têm acesso à informação através do e-mail corporativo e da intranet, podendo consultá-las a qualquer momento. Para além da disponibilização, a CUF adota uma abordagem proativa para assegurar a compreensão efetiva do conteúdo. As políticas e regras internas são apresentadas de forma clara e direta, complementadas por ações de formação internas obrigatórias e recorrentes. Os colaboradores são também incentivados a esclarecer dúvidas junto da chefia ou dos responsáveis pelo conteúdo, garantindo que a informação é acessível e plenamente compreendida.
403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	4.3.1 S1 Mão de obra própria **Bondalti**: • **Bondalti Capital** e **Chemicals** (Estarreja): O Plano de Formação da Bondalti ao longo de 2025 incluiu formações como o curso de Combate a Incêndios para equipas de Segunda Intervenção, a formação em Coordenação de Emergência na Seganosa e a instrução em Desfibrilhação Automática Externa (DAE). Complementarmente, a formação a elementos do Plano de Emergência Interno e as competências em Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida reforçaram a capacidade de resposta imediata das equipas. Foi implementado o programa das "Terças-feiras de Segurança", dedicado ao treino prático de cenários de emergência, e reformulou-se a formação "As Ações que os Colaboradores Tomam" para o novo formato "Eu Faço Segurança na Bondalti". A vertente técnica e normativa foi igualmente assegurada através de formação em transporte de matérias perigosas (RID), Autorizações de Trabalho e Consignação e Abertura de Tubagens com suporte em P&ID. • **Bondalti Capital (Oeiras)**: A gestão das matérias relacionadas com segurança e saúde no trabalho (SST) apresenta um enquadramento distinto, uma vez que o serviço de SST é assegurado por entidades externas, decorrente da sua localização no Lagoas Park. Sempre que são identificadas necessidades específicas no âmbito da segurança, estas são acompanhadas, garantindo a sua integração nas ações de formação ministradas em Estarreja, de modo a assegurar alinhamento com os procedimentos e práticas do Grupo.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
	• **BWS Enkrott**: foram realizadas ações de formações de âmbitos específicos, incluindo: primeiros socorros, combate a incêndio, manobrador de empilhador, manobrador de pontes rolantes, espaços confinados, entre outras. Além destas formações específicas, em todas as integrações de colaboradores novos é realizada a formação no âmbito do Sistema de Gestão (parte integrante no processo de acolhimento), em que também são transmitidos os riscos da função e as respetivas medidas de segurança a adotar, bem como, as regras estabelecidas pela Enkrott. • **BWS AEMA**: existe um plano anual de formação que inclui sessões dedicadas à saúde e segurança no trabalho. Existe um registo para acompanhar o treino preventivo de cada colaborador. Aquando da integração de novos colaboradores, é realizada formação interna em saúde e segurança no trabalho, abordando os riscos e os procedimentos internos de segurança. **WineStone**: Formação dada na Ravasqueira a colaboradores e trabalhadores temporários sobre segurança e saúde no trabalho. Foi também dada formação a colaboradores da Quinta de Pancas nos Bombeiros de Alenquer sobre combate a incêndios, equipamentos de intervenção, evacuação de edifícios e suporte básico de vida. Para a WineStone (centro corporativo), foi feita uma capacitação sobre Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida. **CUF**: o compromisso da CUF com a prevenção é reforçado através da realização anual de iniciativas de sensibilização e capacitação, alinhadas com as prioridades nacionais e europeias em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho. Em 2025, no âmbito do Dia Mundial da SST (em abril), foi lançada uma campanha de sensibilização sob o mote “Trabalhar com segurança, cuidar com excelência”, com o objetivo de incentivar a adoção de práticas promotoras de bem-estar e segurança no contexto laboral. Adicionalmente, no contexto da Semana Europeia da SST (em outubro), a CUF reforçou a sua atuação preventiva, através do desenvolvimento e divulgação de novos vídeos formativos dedicados a quatro áreas de risco prioritárias: prevenção de lesões musculoesqueléticas, descarte seguro de dispositivos cortoperfurantes, prevenção de quedas e atuação em emergências. Estas ações foram complementadas por sessões de formação em procedimentos de emergência, incluindo treino de utilização de extintores, e pela realização de um simulacro de incêndio no Centro Corporativo. O enfoque no bem-estar integrado foi igualmente reforçado através da realização de um webinar dedicado à saúde mental e do lançamento de um *quiz* temático de SST, promovendo a participação ativa dos colaboradores e a consolidação de uma cultura de segurança.
403-6 Promoção da saúde do trabalhador	4.3.1 S1 Mão de obra própria **José de Mello**: Consultas de medicina curativa e de nutrição disponíveis para todos os colaboradores. Está em vigor o Programa de Apoio ao Colaborador, desenvolvido pela Pulso Portugal, que visa proporcionar, a todos os colaboradores e agregado familiar direto, anonimamente, serviços de aconselhamento e apoio em várias áreas, com o intuito de auxiliar na resolução de situações que possam gerar stress, seja no âmbito profissional, pessoal ou familiar. **WineStone**: Seguro de saúde extensível ao cônjuge e aos filhos (apenas Ravasqueira e sede da WineStone). Campanha de vacinação Antigripal em todas as unidades (Quinta de Pancas só iniciou o contrato com a Preveris em dezembro de 2025).

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
	Bondalti: • **Bondalti Chemicals**: tem disponível nas suas instalações dois médicos de medicina curativa e enfermeiros em dias úteis para garantir todo o apoio necessário e em harmonia com o SNS. Adicionalmente, a Bondalti proporciona nas suas instalações, sempre que possível, consultas de especialidade – Psicologia, Nutrição, Fisioterapia e Podologia. • **Capital**: tem disponível médico de medicina curativa, nutricionista e psicóloga. • **Cantábria**: o Serviço de Prevenção é externalizado e incorpora um relatório no qual se indicam as áreas de saúde que devem ser promovidas entre os colaboradores. Adicionalmente é disponibilizado como medida efr o Seguro de Saúde, Seguro de vida, protocolo com ginásios, a assistência inadiável à família até 15 dias/ano e as especialidades existentes no Posto Médico. • **Enkrott (SA e Enkrott Madeira)**: tem um sistema de medicina no trabalho que cumpre e ultrapassa os requisitos legais. O modelo de funcionamento tem vindo a ser melhorado e complementado ao longo do tempo. Em termos de medicina no trabalho estão contratadas horas de médico de medicina no trabalho de acordo com a lei o que permite não apenas a realização das consultas, como o conhecimento dos postos de trabalho e riscos específicos relacionados, preparação de campanhas de saúde no trabalho e aconselhamento à equipa interna, entre outras atividades. Foram também contratadas análises clínicas e meios complementares para garantir que eventuais sintomas de doença possam ser identificados atempadamente. Todos os trabalhadores da Enkrott têm disponível um seguro de saúde, extensível a cônjuges e descendentes. • **BWS AEMA**: o acompanhamento e a saúde dos trabalhadores são geridos através do serviço externo de prevenção, onde são realizados exames médicos anuais. **CUF**: tal como mencionado no indicador 403-3, a CUF possui um Serviço de Saúde Ocupacional com um conjunto estruturado de medidas concretas.
403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	4.3.1 S1 Mão de obra própria **WineStone**: abordagem assenta na aplicação de requisitos de segurança e saúde no trabalho aos parceiros externos, incluindo fornecedores, prestadores de serviços, transportadores e empresas subcontratadas que operam nas instalações da organização ou em atividades diretamente relacionadas com as suas operações. Estes requisitos são integrados nos procedimentos internos de gestão de fornecedores. A WineStone disponibiliza um Manual de Procedimentos entregue aos seus prestadores de serviços com regras de segurança do Grupo WineStone. **Bondalti**: • **Bondalti Capital** e **Chemicals**: a promoção de formação contínua dirigida aos colaboradores, em temas como a segurança, mitigação de comportamentos de risco ou saúde laboral está sempre presente. Na Bondalti Chemicals, o domínio da prevenção assume particular relevo. Nesse sentido existem regras e procedimentos no domínio da SST, que apesar de já existirem no passado, foram melhoradas de acordo com as melhores práticas atuais e deram origem a um projeto recente de implementação de “Regras Salvam Vidas”. A par destas iniciativas destacam-se as monitorizações periódicas aos riscos ocupacionais, tais como agentes químicos e físicos (vibrações, ruído, iluminância, conforto térmico, radiações ionizantes, qualidade do ar interior). Periodicamente, são efetuadas avaliações de risco aos postos de trabalho de onde surgem planos de mitigação. • **Bondalti Cantábria**: promoção de formação contínua dirigida aos colaboradores, em temas como a segurança, mitigação de comportamentos de risco ou saúde laboral. As atividades são programadas anualmente com o serviço de prevenção externo e outras entidades, como avaliações específicas de ruído, iluminação, poluentes químicos, entre outros.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

As normas de SST da Solvay são assumidas para os trabalhos de manutenção, embora o trabalho também esteja a ser feito com base nas suas próprias normas. Existem procedimentos para atividades produtivas que incluem as medidas de segurança a serem levadas em consideração.

- **BWS Enkrott**: Tal como descrito no Indicador 403-2, a Enkrott realiza a identificação de perigos e a respetiva avaliação de riscos. Implementa um Programa de Medição e Monitorização, com o intuito de medir agentes que possam ser nocivos para a saúde dos trabalhadores, bem como para a preparação dos colaboradores em caso de emergência.
  Na medicina no trabalho, todos os colaboradores realizam análises clínicas, eletrocardiogramas e rastreio visual. Os colaboradores que estão expostos ao agente físico ruído com mais frequência realizam audiogramas. A quantidade e abrangência dos meios complementares utilizados na medicina no trabalho tem vindo a ser alargada.
- **BWS AEMA**: as avaliações de risco no local de trabalho são realizadas e revistas anualmente, e sempre que se verifiquem alterações nas condições de trabalho. São ainda realizadas verificações anuais de iluminação, ruído, temperatura e humidade, bem como quaisquer outras avaliações específicas que se mostrem necessárias.

CUF: A CUF dispõe de processos estruturados para identificar impactos negativos, reais ou potenciais, sobre os seus colaboradores e para definir as medidas adequadas em resposta. A identificação destes impactos resulta da combinação entre mecanismos formais de reporte e instrumentos de auscultação interna. Com base nesta informação, são determinadas ações corretivas ou preventivas proporcionais à natureza e gravidade do impacto, assegurando a proteção dos colaboradores e a mitigação dos riscos identificados.

403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025
I. 1 – Número de colaboradores e trabalhadores não colaboradores, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho seja controlado pela organização, que sejam abrangidos por um sistema de gestão.	15 888
I. 2 – Percentagem	98%
José de Mello	100%
Bondalti	82%
CUF	100%[1]
II. 1 – Número de colaboradores e trabalhadores não colaboradores, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho seja controlado pela organização, que sejam abrangidos por um sistema de gestão que tenha sido auditado internamente.	552
II. 2 – Percentagem	3%
José de Mello	0%
Bondalti	67%
CUF	0%
III. 1 – Número de colaboradores e trabalhadores não colaboradores, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho seja controlado pela organização, que sejam abrangidos por um sistema de gestão que tenha sido auditado ou certificado por uma entidade externa	628
III. 2 – Percentagem	4%
José de Mello	100%
Bondalti	67%
CUF	0%

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

1 A percentagem apresentada contempla todos os colaboradores e trabalhadores não colaboradores cujas atividades e/ou locais de trabalho são controlados pela organização e que se encontram abrangidos pelo Sistema de Gestão de Segurança. No que respeita à cobertura de medicina do trabalho, 100% dos colaboradores assalariados estão abrangidos, bem como 21% dos trabalhadores não colaboradores.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

403-9 Acidentes de trabalho

4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025	2024	2023
Óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
Acidentes de trabalho com consequências graves (excluindo óbitos)	16	28	15
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	18	52	35
Horas trabalhadas	16 334 202	15 996 477	13 632 054
Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho[1]	0,0	0,0	0,0
Índice de acidentes de trabalho com consequências graves (excluindo óbitos)[1]	1,0	1,75	1,10
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória[1]	1,1	3,25	2,57
Principais tipos de acidentes de trabalho	Queda, entalamento, picada, pancada, deslocações, entorses e distensões, esforço, lesões superficiais e fratura simples.	Queda, pancada, mau jeito, esforço, lesões superficiais e fratura simples	

NOTA: A José de Mello e a Lifthium não apresentam acidentes de trabalho e as horas trabalhadas não estão disponíveis, pelo que não foram consideradas no âmbito de consolidação deste indicador.

1 Calculado com base em 1 000 000 horas trabalhadas.

403-10 Doenças profissionais

4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025	2024	2023
Doenças profissionais de comunicação obrigatória	5	0	3
Principais tipos de doenças profissionais	Doenças musculoesqueléticas		

Consolidado – Bondalti, WineStone, JdM, CUF, Lifthium

GRI 404: Capacitação e educação

404-1 Média de horas de capacitação por ano, por colaborador

4.3.1 S1 Mão de obra própria

(h)	2025	2024	2023
Órgãos de governação	6,32	18,10	46,94
Gestão de topo	20,70	41,62	26,90
Restantes colaboradores	20,92	20,99	18,57

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, Lifthium, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos trabalhadores e de assistência para transição de carreira	4.3.1 S1 Mão de obra própria **Bondalti:** Com o objetivo de reforçar e desenvolver as competências dos colaboradores, destacam-se, em 2025, as seguintes iniciativas: 1. Execucão do Plano Anual de Formação; 2. Lançamento de uma nova plataforma de gestão de formação – Bondalti People; 3. Lançamento do Programa People to Grow; 4. Sistema de Gestão de Desempenho; 5. Programa de Gestão do Talento; 6. Plano de Rejuvenescimento; 7. Mobilidade Interna; 8. Programas de Mentoring, Coaching Individual e Team Coaching.

N.º de horas de formação por programa de formação

José de Mello	2025
Competências de Gestão	309
Competências Técnicas	374
Ferramentas Informáticas	232
Primeiros Socorros	192
Soft Skills	749
Outros	54
Total	**1910**

CUF	2025
Acolhimento e Integração	21 154
Competências Comportamentais	14 565
Competências técnicas (transversais)	26 436
Competências Digitais	8 805
Competências de Gestão	3 697
Competências em Liderança	4 270
Competências Técnicas em Saúde	59 232
Total	**138 159**

WineStone	2025
Competências de Gestão	181
Competências Técnicas	136
Ferramentas Informáticas	3
Primeiros Socorros	84
Higiene e Segurança no Trabalho	353
Línguas	20
Total	**777**

404-3 Percentual de trabalhadores que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira

4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025
N.º de colaboradores que receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento da carreira	7 342
N.º total de colaboradores	9 241
Percentagem de colaboradores que receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento da carreira	79%
José de Mello	96%
Bondalti	41%
CUF	83%
WineStone	89%

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades	
405-1 Diversidade em órgãos de governação e trabalhadores	4.1.2 Governação 4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025	2024	2023
Orgãos de governação			
Homens	74%	76%	77%
Mulheres	26%	24%	23%
< 30 anos	0%	0%	0%
Dos 30 aos 50 anos	16%	15%	26%
≥ 50 anos	84%	85%	74%
Gestão de topo			
Homens	63%	67%	56%
Mulheres	37%	33%	44%
< 30 anos	0%	0%	0%
Dos 30 aos 50 anos	52%	58%	66%
≥ 50 anos	48%	42%	34%
Restantes colaboradores			
Homens	23%	23%	23%
Mulheres	77%	77%	77%
< 30 anos	21%	21%	20%
Dos 30 aos 50 anos	61%	61%	62%
≥ 50 anos	18%	17%	17%

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, Lifthium, WineStone

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	4.3.1 S1 Mão de obra própria Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do Grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo. **Bondalti**: A informação referente à proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens, pode ser consultada no respetivo Relatório Integrado.

José de Mello	2025
Rácio do salário base médio por categoria funcional e por género	
Diretores	0,8
Técnicos	0,9
Administrativos	0,0
Apoio	0,9
Outros	1,1
Rácio da remuneração média por categoria funcional e por género	
Diretores	0,8
Técnicos	1,0
Administrativos	0,0
Apoio	0,9
Outros	1,3

CUF	2025
Gestão intermédia	0,98
Coordenadores e Técnicos	1,02
Médicos	0,96
Enfermeiros	0,97
Téc. Sup. Saúde / Diag. Terap.	0,98
Téc. Seg./Med. Trab.	0,96
Administrativos	1,02
Auxiliares	1,00
Serviços gerais	0,98

Lifthium	2025
Rácio do salário base médio por categoria funcional e por género	
Operations	1,2
Executives	0,0
Specialist	0,9
Manager	0,8
Rácio da remuneração média por categoria funcional e por género	
Operations	1,2
Executives	0,0
Specialist	0,9
Manager	0,8

WineStone	2025
Rácio do salário base médio por categoria funcional e por género	
Operations	0,9
Executives	1,0
Specialist	0,8
Manager	1,0
Head	0,9
Rácio da remuneração média por categoria funcional e por género	
Operations	0,9
Executives	1,0
Specialist	0,8
Manager	0,9
Head	1,0

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

GRI 406: Não discriminação

406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas adotadas

4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025[1]
N.º de casos de discriminação	48
N.º de casos analisados	33
N.º de casos alvo de planos corretivos	3
N.º de casos alvo de planos corretivos e cujos resultados foram monitorizados	0
Percentagem de casos resolvidos	100%

Consolidado – Bondalti, CUF, José de Mello, Lifthium, WineStone
1 Zero para todas as plataformas exceto CUF

GRI 407: Liberdade sindical e negociação coletiva

407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco

4.3.1 S1 Mão de obra própria

	2025
N.º de operações em que o exercício da liberdade de associação e realização de acordos de negociação coletiva estiveram em risco	0

Consolidado – Bondalti

GRI 410: Práticas de segurança

410-1 Trabalhadores de segurança capacitados em políticas ou procedimentos de direitos humanos

4.3.1 S1 Mão de obra própria

Bondalti: Todos os colaboradores Bondalti, no decorrer do período de *onboarding*, recebem formação referente ao RGPC, que integra e faz igualmente referência ao Código de Ética e Conduta. Em 2025, 58% das novas admissões realizaram esta formação. Para os restantes colaboradores, sempre que ocorre uma atualização no Código de Ética e Conduta, o mesmo é comunicado e incluído no percurso de formação do colaborador.
Bondalti Chemicals (polo Estarreja): Todos os colaboradores Bondalti, no decorrer do período de onboarding, recebem formação referente ao RGPC, que integra e faz igualmente referência ao Código de Ética e Conduta. Em 2025, 86% das novas admissões realizaram esta formação. Para os restantes colaboradores, sempre que ocorre uma atualização no Código de Ética e Conduta, o mesmo é comunicado e incluído no percurso de formação do colaborador.
Bondalti Chemicals (polo Cantábria): Na B.Cantábria foi disponibilizada formação em "Riesgos Psicosociales, Acoso y Violencia Sexual en la Empresa", na qual participaram de forma voluntária 74% dos colaboradores.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
GRI 413: Comunidades locais	
413-1 Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	4.3.2 S3 Comunidades afetadas **José de Mello**: Em 2025, o valor total dos donativos atribuídos pela José de Mello foi de praticamente 659 mil euros. **Bondalti**: Todas as empresas Bondalti realizam programas de envolvimento com as comunidades onde estão localizadas. Em 2025, o valor total dos donativos atribuídos pela Bondalti foi de 1498 mil euros a 34 instituições. **CUF**: Em 2025, a CUF promoveu o envolvimento com as comunidades locais através de mais de 20 mil doações, um investimento superior a 860 mil euros, 4430 horas de literacia gratuita e 2474 horas de voluntariado **WineStone**: Em 2025, o valor total dos donativos distribuídos pela WineStone foi de 11 mil euros.
413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais	4.3.2 S3 Comunidades afetadas
GRI 414: Avaliação social de fornecedores	
414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	4.4.1 G1 Conduta empresarial

	2025
Bondalti	A Bondalti Chemicals e Cantábria partilha o seu Código de Conduta para Fornecedores, onde estão contemplados os Direitos Humanos e Laborais. Atualmente, a Bondalti encontra-se a trabalhar de forma integrada numa base de seleção de fornecedores que tem em conta diversos temas, entre os quais critérios sociais. Adicionalmente a plataforma atual contempla apenas a informação referente aos fornecedores da Bondalti Capital e Bondalti Chemicals, no entanto é intenção da Bondalti, no prazo de 2 anos, incluir informação dos fornecedores da Bondalti Water Solutions.
CUF	A CUF integra critérios de sustentabilidade na gestão de fornecedores e avalia o seu desempenho social e ambiental através de uma plataforma de avaliação ESG, tendo sido avaliados 1335 fornecedores em 2025, com enfoque na avaliação do alinhamento dos fornecedores e na melhoria contínua.
WineStone	Em 2025, a WineStone realizou uma avaliação anual de fornecedores e prestadores de serviços com base em critérios ambientais e sociais.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO
414-2 Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	4.4.1 G1 Conduta empresarial **Bondalti**: A Bondalti Chemicals e Cantábria partilha o seu Código de Conduta para Fornecedores, onde estão contemplados os Direitos Humanos e Laborais. Atualmente, a Bondalti encontra-se a trabalhar de forma integrada numa base de seleção de fornecedores que tem em conta diversos temas, entre os quais critérios sociais. Adicionalmente, a plataforma atual contempla apenas a informação referente aos fornecedores da Bondalti Capital e Bondalti Chemicals. No entanto é intenção da Bondalti, no prazo de 2 anos, incluir informação dos fornecedores da Bondalti Water Solutions.

	2025
Número de fornecedores avaliados com relação aos impactos sociais	1 392
Número de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos reais e potenciais	0
Número fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos - reais e potenciais - com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada	0
Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos - reais e potenciais - com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada (%)	n.a.
Percentagem de fornecedores identificados como causadores de impactos sociais negativos significativos - reais e potenciais - com os quais a organização encerrou as relações de negócios em decorrência da avaliação e as razões que motivaram esse encerramento (%)	n.a.

Consolidado – CUF, WineStone

GRI 416: Saúde e segurança do consumidor

416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos ou serviços

4.3.3 S4 Consumidores e utilizadores finais

Categorias de produtos e serviços significativos avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança (%)	2025
Bondalti	100%
WineStone	100%

416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos ou serviços

4.3.3 S4 Consumidores e utilizadores finais

Bondalti e **WineStone**: Durante o período de relato, não foram identificados casos de não conformidade com leis ou códigos voluntários relacionados com os impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços.

CONTEÚDO GRI	RESPOSTA / LOCALIZAÇÃO / RAZÃO DE OMISSÃO

GRI 417: Marketing e rotulagem

417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

4.3.3 S4 Consumidores e utilizadores finais

Categorias de produtos abrangidos pelos requisitos de informação e rotulagem específica	2025
Bondalti	100%
WineStone	100%

417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços

4.3.3 S4 Consumidores e utilizadores finais

	2025
Número total de casos de não conformidade com leis e/ou códigos voluntários em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	**5**
Número de casos de não conformidade com leis que resultaram em multa ou penalidade	0
Número de casos de não conformidade com leis que resultaram em advertência	5
Número casos de não conformidade com códigos voluntários	0

Consolidado – WineStone

417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing

4.3.3 S4 Consumidores e utilizadores finais

WineStone: Durante o período de relato, não foram identificados casos de não conformidade com leis ou códigos voluntários relacionados com a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

GRI 418: Privacidade do cliente

418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes

4.3.3 S4 Consumidores e utilizadores finais

	2025
Número total de queixas comprovadas relativas a violação da privacidade do cliente	**983**
Número de queixas recebidas de partes externas e comprovadas pela organização	983
Número de queixas de agências reguladoras	0
Número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes que foram identificados	983

JOSÉ DE MELLO

josedemello.pt

José de Mello Capital, S.A.
Av. 24 de Julho, 24
1200-480 Lisboa